

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO: CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL
EM EDUCAÇÃO

JAIME PEIXOTO DA SILVA

JOVENS LGBTQIA+ NEGROS/AS E AS RESISTÊNCIAS AOS
NEOCONSERVADORISMOS: NARRANDO DISSIDÊNCIAS.

Belo Horizonte
2022

JAIME PEIXOTO DA SILVA

JOVENS LGBTQIA+ NEGROS/AS E AS RESISTÊNCIAS AOS
NEOCONSERVADORISMOS: NARRANDO DISSIDÊNCIAS.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da
Faculdade de Educação da Universidade Federal de
Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção
do título de Doutor em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Cultura,
Movimentos Sociais e Ações coletivas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Shirley Aparecida de
Miranda.

Belo Horizonte

2022

S586j
T

Silva, Jaime Peixoto da, 1991-
Jovens LGBTQIA+ negros/as e as resistências aos
neoconservadorismos [manuscrito] : narrando dissidências / Jaime
Peixoto da Silva. - Belo Horizonte , 2022.
194 f. : enc, il., color.

Tese -- (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Educação.
Orientadora: Shirley Aparecida de Miranda.
Bibliografia: f. 175-194.
Anexos: f. 170-174.

1. Pessoas LGBTQ+ -- Teses. 2. Jovens negros -- Teses.
3. Ciência política -- Filosofia -- Teses. 4. Sexualidade -- Teses.
5. Identidade de gênero -- Teses.

I. Título. II. Miranda, Shirley Aparecida de. III. Universidade
Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 306.76

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)
Bibliotecária: Raissa Michalsky Martins CRB6 3155/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação
Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social

FOLHA DE APROVAÇÃO

JOVENS LGBTQIA+ NEGROS/AS E AS RESISTÊNCIAS AOS NEOCONSERVADORISMOS: NARRANDO DISSIDÊNCIAS

JAIME PEIXOTO DA SILVA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, como requisito para obtenção do grau de Doutorado em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL.

Aprovada em 29 de agosto de 2022, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Shirley Aparecida de Miranda - Orientador (UFMG)
Prof(a). Paulo Henrique de Queiroz Nogueira (UFMG)
Prof(a). Marco Antonio Torres (UFOP)
Prof(a). Alexandre Gomes Soares (Utramig)
Prof(a). Ricardo Dias de Castro (Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte)

Belo Horizonte, 09 de setembro de 2022.

[NOME EM LETRAS MAIÚSCULAS]
[Cargo e Setor]



Documento assinado eletronicamente por **Rosimar de Fatima Oliveira, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 09/09/2022, às 10:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1746931** e o código CRC **20376618**.

DEDICATÓRIA

Àquelas/es de nós cuja existência social é matizada pelo terror; àquelas/es de nós para quem a paz nunca foi uma opção; àquelas/es de nós que fomos feitas/os entre apocalipses, filhas/os do fim do mundo, herdeiras/os malditas/os de uma guerra forjada contra e à revelia de nós; àquelas/os de nós cujas dores confluem como rios a esconder-se na terra; àquelas/os de nós que olhamos de perto a rachadura do mundo, e que nos recusamos a existir como se ele não tivesse quebrado: eles virão para nos matar, porque não sabem que somos imorríveis. Não sabem que nossas vidas impossíveis se manifestam umas nas outras. Sim, eles nos despedaçarão, porque não sabem que, uma vez aos pedaços, nós nos espalharemos. Não como povo, mas como peste: no cerne mesmo do mundo, e contra ele. (Jota Mombaça)

AGRADECIMENTOS

Aos/as meus/minhas ancestrais, pelos caminhos trilhados, pela força e inventividade no existir que fizeram minha vida possível.

À minha família, pelo apoio constante e por me verem como alguém que sempre pode ir mais longe.

À FAE/UFMG e a política de cotas, pela possibilidade de adentrar em um espaço que historicamente não foi pensado para pessoas como eu.

À professora Shirley Aparecida de Miranda, pela acolhida sincera, pela amorosidade no orientar e por me ajudar a construir um olhar interseccional sobre a pesquisa e sobre mim mesmo.

À professora Marlucy Alves Paraíso por acolher a ideia inicial desta pesquisa e pelos muitos aprendizados que compartilhou comigo, me ensinando o rigor e a inventividade na pesquisa.

À banca de qualificação e de defesa, pela leitura cuidadosa e pelas trocas que potencializam aprendizados para a vida.

Ao GECC – Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículos e Culturas e às linhas de pesquisa Currículo, Culturas e Diferenças e Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações coletivas pela acolhida e por colaborarem positivamente com esta pesquisa, enriquecendo meu processo formativo.

Aos amigos/as em especial a Lais Santos, Lucas Vidal, Carolina Bentes, Bruna Muniz, Gláucia Carneiro, Erika Soares, Maria Patrícia Silva, Bruno Pontes, Mateus Tonani, Lorena Aguiar, Carlos Brochado e Maria Raquel por ouvirem meus desabafos, por acolherem minhas crises e por me encorajarem a sempre seguir em frente. Vocês foram fundamentais!

Um agradecimento especial aos/as participantes da pesquisa. Sem vocês este trabalho não teria sido possível!

RESUMO

O fortalecimento dos neoconservadorismos na última década intensificou racismos e violências, tencionando o debate em torno das disputas entre vida e morte, entre segurança e vulnerabilidade. Assim, de que modos podem ser produzidas recusas à banalização das vidas dissidentes? Este trabalho trata de uma investigação que se debruça sobre narrativas de vidas ao convidar um grupo de três jovens LGBTQIA+ negros/as residentes na cidade de Belo Horizonte a dizerem como criam meios de vivenciar seu gênero, sua sexualidade e sua raça em tempos de neoconservadorismos políticos e morais. Busca-se saber de que modos tais jovens dissidentes tem administrado/reivindicado sua aparição no espaço público em tempos de um fortalecimento da maquinaria conservadora e precarizante das vidas dissidentes e quais os efeitos disso em seus modos éticos de existência. As estratégias usadas pelos/as participantes da pesquisa para criar modos mais viáveis de vida foram entendidas nesta tese nos termos do que Foucault (1984) chamou de modos de existência, ou seja, “a maneira pela qual os sujeitos se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta; pela qual obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição; pela qual respeitam ou negligenciam um conjunto de valores” (FOUCAULT, 1984, p.26) e inventam estratégias para viver. Trata-se de comportamentos éticos que evidenciam a relação dos sujeitos com a norma, ao engendrar resistências às regras e aos valores morais da sociedade, e, também, com a relação deste/a consigo mesmo/a, ao criarem possibilidades de resistências.

PALAVRAS-CHAVE: Jovens LGBTQIA+ negros/as; Neoconservadorismos; Resistências; Dissidências.

ABSTRACT

The strengthening of neoconservatism in the last decade has intensified racism and violence, tensioning the debate around disputes between life and death, between security and vulnerability. So, in what ways can refusals to the trivialization of dissident lives be produced? This work deals with an investigation that focuses on life narratives by inviting a group of three black LGBTQIA+ young people living in the city of Belo Horizonte to say how they create ways of experiencing their gender, their sexuality and their race in times of political neoconservatism and morals. The aim is to find out in what ways these young dissidents have managed/claimed their appearance in the public space in times of a strengthening of the conservative and precarious machinery of dissident lives and what are the effects of this on their ethical modes of existence. The strategies used by research participants to create more viable ways of life were understood in this thesis in terms of what Foucault (1984) called modes of existence, that is, “the way in which subjects submit themselves more or less completely to to a principle of conduct; by which they obey or resist an interdiction or a prescription; by which they respect or neglect a set of values” (FOUCAULT, 1984, p.26) and invent strategies to live. These are ethical behaviors that show the subjects' relationship with the norm, by engendering resistance to the rules and moral values of society, and also with their relationship with themselves, by creating possibilities for resistance.

KEY WORDS: Black LGBTQIA+ youth; Neoconservatism; Resistance; Dissidence.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Bolsonaro ataca ideologia de genero..... p. 58

Imagem 2: Os oitenta tiros do exército que mataram um pai de família negro..... p. 59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Descrição dos/as participantes.....	p. 17
--	-------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

BNCC - Base Nacional Curricular Comum

BSH – Brasil sem Homofobia

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

COVID-19 – Doença do Coronavírus-2019

FAE – Faculdade de Educação

GECC – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Currículos e Culturas.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ITBE - Instituto Brasileiro Trans de Educação

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBTQIAP+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero.

MEC – Ministério de Educação

MBL - Movimento Brasil Livre

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

PNE - Plano Nacional de Educação

PNLD- Plano Nacional do Livro Didático

PSL – Partido Social Liberal

PT – Partido dos Trabalhadores

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UM CORDEL PARA NARRAR A EXPERIÊNCIA

Peço licença a cada um/a
Pra minha história vos contar
Pra dizer como vim ao mundo
Tive que “rememorar”
Nasci numa família pobre
No litoral do Ceará
A vida não era fácil
Mas nós tava pertinho do mar
Tinha peixe, búzio, siri pescado
E a lida por cada bocado
Pra barriga não esvaziar.

Brinquei com terra,
Corri na lama
Joguei de bila, banhei no mar
Cuscuz de vó fazia fama
Muita gente vinha provar
De tardezinha com café quente
Quero ver quem me apresente
Jeito melhor de fofocar.
Logo cedo fui avisado
Que comigo tinha algo errado
Meu pai falando horrorizado
“filho meu não é viado”
“engrossa a voz e endurece a mão”
E o que eu podia fazer
Se não conseguia ser o filho machão?

Cresci sem pai, mas tive sorte
Uma mãe pra me dar um norte
Menina-mulher que de tudo fez
Pensa que é fácil ser mãe aos 16?
Trabalhou pra gente rica
Era empregada, varria o chão
E do cansaço vertido em suor
Numa labuta que chegava dar dó
Nunca deixou que faltasse o pão.

Na escola fiz amigos
Mas estudar era o principal
Pois queria “vencer na vida”
Pra isso não podia ir mal
Caneta, lápis, papel
Pra resolver cada lição
Como poderia ter sucesso
Sem a tal da educação?
Estudei feito “condenado”
É assim que diz no Ceará

Hoje vejo valer a pena
Aprendi e posso ensinar.

Formei na faculdade
E em escolas fui trabalhar
No rosto de cada aluno/a
Vejo algo familiar
Vontade de aprender?
Eu digo vontade de sonhar!
“fessor” sua aula é muito boa
Eu rio e digo que não tô aqui atoa
Defendo minha profissão
Mesmo sabendo das dificuldades
É quando vejo um/a aluno/a aprendendo
Que a ficha cai e eu entendo
O que realmente traz felicidade.

De filho “viado” a filho professor
Também teve mestrado
E agora sou doutor
Quem podia imaginar no
Tanto que aquele menino voou?
Deixei minha terrinha
A segurança de tudo conhecer
Pra descobrir que nesse mundão
Tanta coisa vale viver
Minha mãe como conselho
Me disse pra ter os pés no chão
Eu muito rebelde
Prefiro ter espírito de gavião.

E vejam como são as coisas
Quando a gente se propõe a voar
Por vezes o vento ligeiro
Acaba nos fazendo pousar
Foi assim que cheguei sorrateiro
Numa certa manhã de janeiro
Na cidade de BH.
Aqui a vida é tranquila
Quase não dá pra reclamar
Amigos, estudo, trabalho
Depois tomar umas no bar
Pra aqui ser o paraíso
Uma praia era preciso
Vocês vão ter que concordar.

O estudo é importante
Pra mente se expandir
Pra denunciar a injustiça
E mais ainda, pra resistir
Universidade, sala de aula,
Grupo de estudo, pesquisa-ação

Se a entrevista é narrativa
Não se responde só sim ou não
Use uma pergunta gerativa
Pra iniciar a falação
E se você for agoniado/a
Lembre de ficar calado/a
Porque você não fala não.

E depois da narração
É preciso organizar
Inventar categorias
Pro que se quer analisar
Chega a hora da teoria e
De um café pra acordar
E é na hora da transcrição
Que dá até um comichão
Quando a gente toma consciência
Que pra narrar a experiência
É preciso disposição.

Nossas vidas são odisseias
Experiências sem comparação
E mesmo se faltar ideias
Te apresento uma solução
É só olhar pro céu
E se inspirar no gavião.
E se mesmo assim
O voo atravancar
Lembre-se que daqui a pouco
Outro vento irá soprar
É preciso muita chuva
Pro arco-íris poder brilhar.

Pra terminar esse cordel
Eu queria agradecer
Dizer que não sou o mesmo
Pois narrar me fez crescer
E quando os ventos ligeiros
Tornarem a soprar
Quero estar de asas abertas
Pra do chão os pés tirar
Pois viver é estar à espreita
Sempre prontos a experimentar
E se me dizem que não vale a pena
Te dou uma quinzena
Pra tua ideia mudar.

Refletir sobre o vivido
É permitir a alma elevar-se
E mesmo se for preciso
Com outras coisas ocupar-se
Sugiro tirar um tempinho

Pra bem devagarzinho
Lembrar o que toca o coração
As experiências que nos atravessam
E o poder da imaginação
Pois quem não sonha
Com o azul do voo
Perde seu poder de gavião.

SUMÁRIO

Introdução.....	16
Participante 1: Bento.....	17
Participante 2: Nilo.....	17
Participante 3: Dandara.....	18
Os participantes da pesquisa	19
O pesquisador e a problemática da pesquisa.....	19
Mudanças no percurso.....	22
A pandemia do coronavírus e os efeitos sobre o processo de pesquisa.....	25
1. O Contexto que Interpela.....	28
1.1. Neoconservadorismo reacionários estratégicos.....	29
2. Percurso Metodológico.....	40
2.1. Os desafios da escrita de uma metodologia de inspiração pós-crítica.....	40
2.2. O contexto interpelativo que faz falar.....	41
2.3. As negociações iniciais para a produção da pesquisa.....	45
2.4. O trabalho com narrativas.....	49
2.5. As ferramentas de registro dos relatos narrativos.....	65
2.6. Análise das entrevistas narrativas.....	75
3. Modos de gerenciamento das Dissidências.....	76
3.1. A família e as dissidências: entre os signos do amor e da rejeição.....	77
3.2. A dissidência no espaço escolar.....	98
4. Estratégias que viabilizam as vidas em Dissidências.....	119
4.1. Romper com o Intolerável.....	122
4.2. A Postura Investigativa.....	125
4.3. A Construção de Redes.....	128
4.4. Argumentação Corajosa e Debochada.....	138
5. A Costura Queer como modo de vida.....	143
5.1. Rejeitando Modelos.....	144
5.2. Corpo negro e a (Re) modelagem de si.....	150
5.3. Costurando Sensações.....	161
5.4. A roupa como Voz.....	167
Conclusão.....	170
Anexos.....	175
Referências Bibliográficas.....	180

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é fruto dos meus voos. O primeiro e, até hoje, único membro de minha família a cursar e concluir um curso superior e a entrar na Pós-Graduação. A escrita desta tese é, para mim, um dos meus voos mais significativos. Fruto do desejo de amenizar a precariedade da minha existência trata-se de um marco ético e político na minha trajetória.

Este trabalho trata de uma investigação que se debruça sobre narrativas de vidas ao convidar um grupo de três jovens LGBTQIA+ negros/as residentes na cidade de Belo Horizonte a dizerem como criam meios de vivenciar sua dissidência de gênero, sexualidade e raça em tempos de neoconservadorismos políticos e morais. As narrativas, assim, são produzidas em primeira pessoa pelos/as jovens participantes. Coube a mim, como pesquisador, apenas o trabalho de desdobrar o que foi narrado em reflexões para os fins desta tese. A potência do texto, no entanto, encontra-se nas estratégias para tornar viáveis suas vidas, nos jogos de poder evidenciados nas formas como vivem e narram o que vivem. Relatos que evidenciam modos insurgentes de vida. Uma investigação que só foi possível porque apostou na potência do dizer de si mesmo.

Pesquisar a dissidência¹ de jovens LGBTQIA+² negros/as para fazer aparecer às estratégias que afirmam a vida, a alegria, a esperança, a potência das resistências, foi uma escolha política. Fazer deste trabalho um propalador das narrativas de vida daqueles/as que dele participaram (e da minha própria). Com os/as colaboradores/as desta pesquisa aprendi que não desejo o voo sozinho, que outros/as estão por aí a bater asas, fazendo revoadas, que a luta pela vida é coletiva e contagiante e que sempre é possível fazê-la proliferar mesmo quando parece que falta fôlego para mais um passo, mais um grito, mais um sorriso ou um bater de asas.

¹ Ao usar o termo dissidência, inspiro-me no trabalho de Lucas Dantas (2019) para me referir “a todos os corpos que são violentados ou ausentados de privilégio e cidadania nesta sociedade” (p. 208). Para o autor, dissidência seria separar-se do todo por algum motivo, ser excluído, estar à margem. Ser um corpo dissidente é portar alguma coisa que te exclua, seja pela cor da sua pele, pela sua identidade de gênero, pela sua orientação sexual, pela sua expressão de gênero, etc. São dissidentes porque são subalternizados, explorados, esquecidos, desprovidos de direitos. Falar em corpos dissidentes é dar visibilidade ao que desafia uma dada estrutura cultural e social.

² Durante o texto utilizo o acrônimo LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais) por ser a sigla mais usada na atualidade nos movimentos sociais e acadêmicos para designar a população que não é cishétero. O símbolo de “mais” no final da sigla aparece para incluir outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cisheteronormativo, mas que não aparecem em destaque antes do símbolo. Mesmo sabendo que os sujeitos que participaram desta pesquisa não dizem da sigla em sua totalidade, uso-a como forma de reiterar o uso político da sigla vigente. As exceções se encontram nos fragmentos narrativos trazidos pelos/as participantes da pesquisa que utilizam majoritariamente a sigla LGBT. Nestes casos, mantenho a sigla usada pelos/as entrevistados/as.

Com isto em mente, trago a apresentação dos/as participantes da pesquisa narradas por eles/as mesmos/as e crio um quadro com algumas informações exploradas ao longo desta tese.

Participante 1: Bento

Me chamo Bento.³ Tenho 18 anos; Sou negro, gay não binário afeminado. Moro em BH; Gosto de costurar, costuro a maior parte das minhas roupas. Conclui recentemente meus estudos. Eu nunca sei dizer sobre mim, eu vivo muito e não reflito sobre existência. Estou fazendo faculdade de Moda, mas, eu quero me formar em psicologia também, trabalhar com arte terapia. Sobre a questão LGBT, eu também me encontrei muito por nada, até porque eu fui colocado dentro desse assunto, mesmo sem saber que eu era. Dentro da minha casa as pessoas já me diziam isso. (BENTO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa. Biblioteca da escola. Belo Horizonte, AGOSTO, 2019).

Participante 2: Nilo

Meu nome é Nilo⁴; Tenho 18 anos; Nasci e cresci no aglomerado da serra, em BH. Estudo e sempre estudei em escolas públicas. Quando eu me descobri LGBT eu passei por aquela fase de ser bissexual, aquela linda que beija menino e beija menina, corajosa sim. Até q eu me assumi gay pra minha família. É confuso pra mim, a minha vida inteira eu

³ Nome fictício.

⁴ Nome fictício.

tive a convicção que era negro, mas, eu nasci rosa, morra Damares⁵. Mas, socialmente eu me apresento como mestiço ou pardo. Eu sempre fui uma criança bem viadinha, bem poczinha, mas sempre fui lindo. Na escola me chamavam de bambi, perguntavam se eu era gay. (NILO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa. Biblioteca da escola. Belo Horizonte, JUNHO, 2019).

Participante 3: Dandara

Me chamo Dandara⁶. Tenho 19 anos; Sou uma mulher trans, heterossexual; Sou negra, “bem africana” e moro no aglomerado da serra. Estudo aqui na escola desde sempre. Primeiro me assumi como gay. Minha mãe, não teve rejeição, mas também não teve abraço. Busquei a igreja como refúgio pra tentar ser igual a todo mundo, mas saí por respeito à religião. Uma vez no carnaval combinei com os amigos de se montar, depois que cheguei em casa e fui tirar a roupa e a maquiagem, achei estranha minha cara sem maquiagem. A partir daquele dia comecei a pensar na possibilidade de ser trans. No começo só me montava fora de casa, depois comecei a me montar na serra, esperava a noite, ficava ansiosa pra poder sair de casa montada, um momento como eu mesma. (DANDARA – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa.

⁵ Faz referência à polêmica afirmação da ministra que viralizou nas redes sociais ao afirmar que “menino veste azul e menina veste rosa”. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damara-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml> Acesso em 23 de maio de 2022 às 13h45min.

⁶ Nome fictício.

Biblioteca da escola. Belo Horizonte, JUNHO, 2019).

Os/as participantes da pesquisa

Quadro 1: Descrição dos/as participantes.

<u>Nome</u>	<u>Idade</u>	<u>Bairro/cidade</u>	<u>Nível de instrução</u>	<u>Profissão</u>	<u>Identificação racial</u>	<u>Sexualidade</u>	<u>Gênero/Ident. gênero</u>
Bento	18	Santa Efigênia/BH	Graduação em Moda em andamento	Estudante	Negro	Gay não binário	Homem Cisgênero não binário
Nilo	17	Aglomerado da Serra/BH	Ensino médio completo	Estudante	Pardo	Bissexual	Homem cisgênero
Dandara	18	Aglomerado da Serra/BH	Ensino médio Incompleto	Estudante	Negra	Heterossexual	Mulher Transgênero

Sabendo, agora, um pouco sobre os/as participantes deste trabalho explico meu envolvimento pessoal com a esta tese.

O pesquisador e a problemática da pesquisa

Tenho um envolvimento pessoal e de vida com o tema deste trabalho. Sou um homem negro e gay e tais características compõem, desde muito cedo, os campos objetivos e subjetivos de minha existência. No que tange ao gênero, sempre fui visto como um desviante por aqueles/as que comigo conviviam. Dos avisos de uma mãe preocupada, que pedia para eu “melhorar meu jeito”, ao policiamento dos movimentos do meu corpo por um pai que mais tarde optou por me ignorar completamente. Todas essas experiências fizeram de mim alguém interessado e sensível às questões de gênero e sexualidade e àqueles/as que, como eu, são vistos/as como fora da norma

Na escola, como estudante que “vazava as normas para o gênero e para a sexualidade” (CALDEIRA E PARAÍSO, 2017), não raro me deparava com situações em que minha masculinidade era questionada, seja porque possuía trejeitos tidos pela maioria como “não

condizentes com a figura do homem com H” (WELZER-LANG, 2001), seja porque, muitas vezes, preferia a companhia das meninas, ou mesmo, por não ser bom em futebol o suficiente, ser calmo, educado e estudioso demais. Todos esses signos me descaracterizavam como “homem de verdade” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2003).

Á estas questões, atrela-se a questão racial. Como homem negro numa sociedade estruturada no racismo não foram raras as situações em que minha raça foi usada para me constranger e deslegitimar. Ser negro e afeminado, marcadores da diferença que unidos num mesmo corpo fazem estremecer a dinâmica das relações normatizadas do poder. Racismo e homofobia, assim, compuseram o cenário sob o qual fui subjetivado nos tempos de escola.

Todavia, a falta de consciência racial não me permitia perceber o racismo como algo tão concreto como era a questão da homofobia. Meu corpo afeminado era colocado em pauta constantemente, pensar em ser gay era algo que me constrangia, amedrontava. A vigilância sobre minha sexualidade me tomava em tempo integral, minha preocupação estava em performar um comportamento de gênero o menos feminizado possível. Àquela época não dispunha dos conhecimentos necessários para encorajar-me à fazer frente a toda aquela situação. A ajuda era pouca, e eu sequer a buscava, pois, pedir ajuda fosse a um/a colega ou professor/a para lidar com a questão era o mesmo que confirmar as desconfianças, o mesmo que assumir uma existência desajustada e, isso eu não queria.

Durante toda minha vida escolar o fantasma de ser exposto como um desviante do gênero me perturbava aonde quer que eu fosse. Em casa, na igreja⁷ e mais ainda na escola o desejo de sentir-me “normal” me perseguia, frustrava e me indignava. Como era possível que meu comportamento de gênero interessasse mais as pessoas que meu desempenho escolar? Como me livrar da sensação de que eu precisava compensar de alguma forma tudo aquilo, fosse tirando as melhores notas, sendo o amigo mais engraçado ou mesmo o aluno mais engajado nas atividades escolares? E, assim, passaram-se os anos de escola.

Fora dela a questão não foi resolvida. O “problema de gênero” (BUTLER, 2018) apontado em mim foi questionado muitas outras vezes, por outros meios e de formas bem mais refinadas. De minha parte, foi preciso desenvolver outras expertises, experimentar outras táticas de enfrentamentos e resistências. Em 2009, adentrei no curso de licenciatura em Ciências Sociais na

⁷ Dos 11 aos 18 anos fui membro batizado ativo das Testemunhas de Jeová. Testemunhas de Jeová é um movimento religioso cristão com mais de 8 milhões de praticantes espalhados pelo mundo. Os seguidores dessa religião acreditam em um Deus único chamado Jeová e são seguidores de seu filho, Jesus Cristo. As Testemunhas de Jeová são conhecidas por seu trabalho de pregação em lugares públicos e de casa em casa.

Universidade Estadual do Ceará – UECE. Foi na graduação que me aproximei das teorias sobre gênero e diversidade sexual e pude consolidar meu interesse por este campo de estudos.

Hoje, como professor, vejo se repetir com alguns/algumas de meus/minhas alunos/as uma história muito familiar. Os enquadramentos não cessaram. Eles se refinaram; atuam por outros meios; utilizam outras formas de cerceamento dos corpos transbordantes. Sinto um duplo nó na garganta: se de um lado preciso dar atenção ao meu próprio corpo transbordante num espaço que preza pela normalização, de outro, observo meus alunos e minhas alunas que diariamente empreendem movimentos de rebelião, de escape aos sufocamentos de uma estrutura, de um currículo, uma pedagogia que não lhes compreende, não lhes enxerga como sujeitos autorizados a, mas sim, como “potenciais problemas à dinâmica escolar” (PAIVA, p.89).

Observar essa realidade e indagar sobre os processos de enquadramento e seus efeitos nas vidas desses/as jovens (e na minha própria) despertou em mim o desejo de retornar à Universidade, dessa vez em um programa de Pós-graduação onde poderia realizar uma investigação de maior fôlego sobre as questões que me inquietavam. Em 2014 iniciei o mestrado em educação na Faculdade de Educação - FAE/UFMG onde investiguei como jovens gays compreendiam o conceito de homofobia e evidenciei um descompasso entre a forma como tal conceito foi apropriado e usado pelo campo sociológico e educacional e o modo como este é entendido pelos jovens nas suas práticas de vida e relações sociais, inclusive no espaço escolar⁸.

Em 2018, retornei a FAE/UFMG para cursar o doutorado. Concorri dentro da política de cotas raciais e fui aprovado para uma vaga destinada a pessoas negras na linha de Currículos, Culturas e Diferença, mesma linha que eu havia pertencido durante o mestrado, desta vez, sendo orientado pela Professora Dr. Marlucy Alves Paraíso. Aprofundei-me nas discussões em torno do que tem sido nomeado de “ofensiva antigênero” (JUNQUEIRA, 2018, p.179) empreendida pelo neoconservadorismo reacionário moral e político. Adentrar nessas discussões e oxigenar as minhas reflexões como pesquisador me permitiu elaborar um novo foco. Decidi assumir o contexto conservador reacionário antigênero como pano de fundo para a pesquisa. Senti-me por ele interpelado. Produziu-se em mim o desejo de investigá-lo criticamente. Passei a indagar sobre os modos como a ofensiva antigênero opera no campo educacional, não só por me fazer pensar nos/as muitos/as LGBTQIA+ que povoam o espaço escolar, incluindo alguns/as de meus/minhas alunos/as, mas, também, por refletir sobre minha própria vida. Rememorar minha existência precária do ponto de vista do gênero, da sexualidade e da raça, lembrar da minha trajetória como estudante LGBTQIA+ negro, acionar em mim mesmo memórias das vezes que fui interpelado sob o

⁸ Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-ADJM99>

“símbolo do negativo” (PARAÍSO, 2020) e, de certa forma, ver isso se repetir nas formas como atualmente tentam impor certo uso do gênero e da sexualidade pautado numa lógica racista, serviu de disparadores para a confecção deste trabalho investigativo.

Como pesquisar não é trabalho que se empreenda sozinho, recebi e acolhi pistas, críticas e sugestões preciosas de minha orientadora e dos/as colegas que, juntamente comigo à época, compunham o GECC – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Currículos e Culturas, um grupo de pesquisa e de orientação vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais- FAE/UFMG e integrado a linha de Currículos, Culturas e Diferenças no mesmo programa. Foi em meio a este grupo, produtor de interpelações amorosas que os contornos desta pesquisa foram (des)construídos. As leituras e pareceres rigorosos dos/as colegas, as sugestões que me foram dadas (mesmo quando não sabia o que fazer com elas), as falas firmes e elucidativas da orientadora, bem como o estudo de pesquisas anteriores realizadas no GECC, tudo isso coadunou para as modificações estratégicas que realizei neste trabalho. Todavia, ser interpelado numa relação com grupo de pesquisa e com a orientadora, nem sempre é fácil. Requer o já comentado trabalho sobre si mesmo de estar aberto às críticas, de exercitar a capacidade de aceitar sugestões, elogios, de estar disposto a ter seu trabalho questionado, esmiuçado, posto à prova.

O processo de reformular um projeto de pesquisa foi trabalhoso. Precisei me familiarizar com os estudos pós-críticos de currículo, de gênero e sexualidade, especialmente, na vertente dos estudos foucaultianos e queer⁹. As disciplinas que fiz durante o curso e os eventos acadêmico-científicos que participei foram fundamentais para que eu conseguisse elaborar um foco. Escolher o atual neoconservadorismo reacionário como contexto sócio-político da pesquisa exigiu de mim um mergulho na produção científica sobre o tema, mapear o que tem sido dito, as lacunas e, a partir daí, desdobrar em reflexões novas e potentes para esta tese. Movido pelas sugestões do grupo de orientação direcionei o foco desta pesquisa para os modos de existências criados por jovens LGBTQIA+ para vivenciar suas vidas nos termos das suas dissidências de gênero, sexualidade. Mas, algo parecia estar faltando!

⁹ Nesta tese o queer é assumido não só como campo teórico, mas, sobretudo, como um movimento ético que, ao jogar com as identidades, tem o potencial de desestabilizar/negar a imposição de modos de existências e inventar outros. Assim sendo, quando aparece nesta tese o queer não tem a intenção de defender o uso de determinada identidade, mas, de sinalizar que nos jogos narrativos presentes nesta pesquisa as identidades aparecem como um movimento estratégico do sujeito que diz de uma ética de resistência no interior dos processos de subjetivação. O queer aqui aponta não para a rejeição completa das identidades, mas, para seu uso tático.

Mudanças no percurso

Pesquisar é processo que mexe com a gente, nos transforma. Não passei ileso no que diz respeito a reconfigurar a lógica daquilo que eu acreditava ser fundamental num trabalho investigativo. Durante dois anos e meio fiz parte da linha de Currículos, Culturas e Diferenças do Programa Pós-Graduação em Educação. Nesta linha pude me aprofundar nos estudos pós-críticos sobre gênero e sexualidade, conheci os trabalhos potentes de outros/as colegas pesquisadores/as e pensei os contornos difusos de um trabalho interessado em perseguir as resistências. Foram anos de muitos aprendizados.

Existe uma dimensão do trabalho investigativo que te alimenta na alma, investigar e sentir a alegria de trabalhar o pensamento, “insinuando o que poderia ser e não é, mas que seria bom que fosse” como diz Bertolt Brecht (2012. p. 234). Durante um período, pesquisar deixou de produzir alegrias em mim. As teorias eram complexas e cansativas, pareciam me apontar sempre as mesmas direções, não me permitiam analisar meus dados satisfatoriamente e eu me sentia frustrado e pouco produtivo.

Além disso, as cobranças eram muitas, precisava conciliar a vida acadêmica com o trabalho secular (não tive bolsa para estudar), a pesquisa não avançava e no meu interior a sensação de que eu não deveria estar sentindo isso, de que a pesquisa não devia ser calvário e de que, talvez, tivesse chegado o momento de tomar uma atitude a fim de preservar a mim mesmo e recuperar a alegria pela pesquisa que eu havia proposto. Assim sendo, após conversa com minha orientadora chegamos ao consenso de que o melhor para o desenrolar da pesquisa seria encerrarmos nossa relação de orientação. Em 2020, migrei para a linha de Educação, Culturas, Movimentos Sociais e Ações Coletivas onde fui acolhido pela Professora Dr^a. Shirley Aparecida de Miranda que não só aceitou orientar-me como me incentivou e ajudou na construção de um olhar interseccional¹⁰ sobre meu trabalho, possibilitando que eu ampliasse minhas análises para as questões étnico-raciais e, não só as problemáticas envolvendo gênero e sexualidade. Quando mudei de linha é que me dirigi aos dados da pesquisa e comecei a dialogar e refletir sobre as narrativas criadas pelos/as jovens

¹⁰ O termo interseccionalidade é um conceito preocupado com as interações e marcadores sociais nas vidas das minorias, nos permitindo compreender melhor as desigualdades e a sobreposição de opressões e discriminações existentes em nossa sociedade. Pode ser considerado como uma ferramenta analítica importante para pensarmos, por exemplo, sobre as relações sociais de raça, sexo, classe, gênero, e os desafios para a adoção de políticas públicas eficazes.

participantes da pesquisa que, além de serem pessoas LGBTQIA+ também compartilhavam a característica de serem negros/as. Tal mudança de olhar implicou em dar nomes às situações e problemas que não tinha ainda nomeado.

A lógica interseccional é trazida à tona nas narrativas. Segundo Kimberlé Crenshaw (2002) a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (p.177).

Para Danilo Araújo de Oliveira e Anderson Ferrari (2018) a interseccionalidade é um investimento que ultrapassa o reconhecimento da existência de sistemas de opressão que se organizam nas relações entre gênero, sexualidade e raça. Ela diz do jogo das identidades e diferenças que nos impele a pensar a necessidade da educação como aposta na problematização dessas construções, colocando sob rasura as hierarquizações e as absolutizações das identidades. Assim, para os autores, a “interseccionalidade diz da impossibilidade de no olhar (sic) a partir de uma única identidade” (p.22,23), buscando levar em conta as diferentes e múltiplas possibilidades de identidades e suas formas de constituição (p.25).

Neste ínterim, a construção de uma analítica interseccional nesta pesquisa tem se mostrado um desafio que tem me instigado a continuar com o trabalho. Hoje, me vejo um pesquisador mais sensível às questões envolvendo identidade racial e racismo. Olhar para mim mesmo como o homem negro que sempre fui, deslocar meu olhar para além do gênero e da sexualidade; observar como meu corpo negro, minhas experiências de vida encontram pontos de contato com as vidas dos/as colaboradores da pesquisa. Corpos negros, não heterossexuais, afeminados. Os corpos deles/as, mas, também, o meu próprio corpo. A pesquisa tomou, assim, um novo sentido para mim. Os aprendizados da experiência que passam pela minha raça, pela minha ancestralidade, agora, são trazidos à tona nesta tese para, compondo com os marcadores de gênero e sexualidade, produzirem narrativas de violência e precariedade, mas, sobretudo, de força, autoconhecimento, resistência e alegrias. Nelas, me enxergo, me estranho, me desloco. Para mim, essa tomada de consciência tornou-se um caminho sem volta. Hoje, sinto-me um pesquisador que tem uma relação muito mais orgânica com o trabalho que ajudei a produzir.

Assim sendo, tratou-se de uma nova empreitada para mim, me debruçar sobre as teorias decoloniais de raça e, também, de gênero e sexualidade, produzidas por autores e autoras negros/as. Pensar minha pesquisa partindo de uma lógica interseccional, me aproximar de autores e autoras

que questionam os padrões da branquitude cisheteronormativa¹¹. Sinto que vivi uma nova fase de minha pesquisa e, sobretudo, do meu processo de autoconhecimento, em que tais teorias me ajudaram no entendimento de mim e dos/as outros/as. O debate interseccional produzido por autoras negras e autores negros trouxe para meu trabalho a oxigenação necessária para continuar uma pesquisa que potencializasse as resistências e a vida. No entanto, Wanderson Flor do Nascimento (2021) me lembra que não basta apenas trocar as lentes conceituais e os modos como são utilizadas na pesquisa, mas, perceber que estas possuem uma historicidade e disputam nos jogos de produção de conhecimentos e de projetos políticos para a sociedade.

A pandemia do coronavírus e os efeitos sobre o processo de pesquisa

O advento da pandemia do Coronavírus – Covid 19 no ano de 2020 alterou grandemente a dinâmica da sociedade mundial e suas formas de interação. A prática da quarentena para tentar barrar o avanço da contaminação pelo vírus tornou inviável que esta pesquisa continuasse por meios presenciais. Assim sendo, decidi retomar as ferramentas de produção de narrativas em meios virtuais. No início da pesquisa de campo em 2019 experimentei usar algumas ferramentas de inspiração netnográficas, como a entrevista narrativa *on line* (FÉLIX DA SILVA, 2014) por meio de redes sociais como whats App, Facebook e Instagram para colher e registrar as narrativas. Àquela época, não consegui dar um bom uso a essas ferramentas para os fins da pesquisa, como descreverei no capítulo metodológico. No entanto, em tempos pandêmicos tais ferramentas passaram a ser vistas e utilizadas de forma mais intensa como instrumentos úteis para além do lazer e diversão.

Fazer e manter contato com os/as participantes da pesquisa via redes sociais acabou sendo a principal forma de continuar a pesquisa durante os meses de isolamento. Todavia, algumas dificuldades se mantiveram, sobretudo, com relação a disponibilidade de tempo por parte dos/as colaboradores da pesquisa. Para dois dos/as participantes fazer quarentena não foi algo possível, pois, continuaram trabalhando fora de casa e, mais ainda, trazendo trabalho para casa, o que não

¹¹ O termo cisheteronormatividade caracteriza um conjunto de normas que pressupõe pessoas sempre cisgêneras e heterossexuais enquanto desfecho natural da constituição da subjetividade humana. Como um sistema de crenças sociocultural, a cisheteronormatividade coloca o sujeito não-cisgênero e/ou não heterossexual em uma posição de ininteligibilidade ao tomar por desviantes os processos identificatórios que rompem com o padrão. Uma sociedade cisheteronormativa é aquela na qual a cisgeneridade é a norma e os padrões de comportamentos heterossexuais são dominantes e todos aqueles contrários a esse padrão são estigmatizados e punidos (SÁ, 2021).

permitiu que contribuíssem mais com a pesquisa. Para um dos entrevistados, porém, a pesquisa fluíu bem por vias virtuais. Tendo as condições para estudar e trabalhar de casa, este se envolveu mais profundamente com a investigação durante os meses de isolamento social, contribuindo com ricos relatos para a composição desta tese. Esta questão deixou evidente para mim o quão se configurou em um privilégio no Brasil poder praticar o isolamento social e permanecer em quarentena. Como mostra a pesquisa de Renata Duarte Simões¹² (2020) existe uma parte da população brasileira que esteve e está em situação de maior vulnerabilidade e precariedade no que diz respeito à exposição ao coronavírus, trabalhadores negros/os da classe popular.

Dito isto, esta pesquisa está dividida em uma apresentação em forma de cordel, introdução e cinco capítulos, além da conclusão que finaliza o texto. Na introdução, evidencio minha trajetória pessoal, apresento os sujeitos da pesquisa e mostro como me aproximei do problema da tese e as mudanças que ocorreram no percurso. No capítulo 1 intitulado “O contexto que interpela: neoconservadorismos reacionário estratégico de gênero e sexualidade” discorro sobre o contexto social e político neoconservador que serve de cenário interpelativo para as narrativas produzidas na pesquisa, bem como as disputas de poder que permeiam o debate público envolvendo gênero, sexualidade e raça no Brasil. Esse capítulo foi produzido no contexto da linha de pesquisa Currículos, Cultura e diferença, sob o aporte da teoria pós-crítica.

No capítulo 2, nomeado “Percurso metodológico da Pesquisa” apresento aplicação da teoria pós-crítica como base para a elaboração do percurso investigativo. Mostro como a noção de interpelação serviu de fio condutor no trabalho de elaboração das narrativas pelos/as participantes da pesquisa. Evidencia-se o uso dos instrumentais da pesquisa e seus efeitos nos/as participantes e no próprio pesquisador.

No capítulo 3, chamado de “Os modos de gerenciamento das dissidências”, começo a apresentar os materiais das entrevistas. Evidencia-se as narrativas dos/as participantes sobre como gerenciam sua dissidência no interior de instituições como família e escola. Os modos como tais sujeitos adentram nos jogos estratégicos envolvendo poder, identidade e resistências são problematizadas no capítulo. Esse capítulo, bem como os seguintes, foi produzido a partir da inserção na linha de pesquisa Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas. O capítulo 4, intitulado “Estratégias que viabilizam as vidas em dissidências” discute-se alguns modos estratégicos de existências retirados dos fragmentos narrativos produzidos pelos/as participantes. Evidencia-se como diante de contextos desfavoráveis é possível recusar a violência e criar

¹² Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/o-privilegio-da-quarentena-em-um-pais-de-desigualdades-sociais/> acesso em 20/04/21 às 18h: 30m.

condições para afirmar a dissidência e buscar formas mais seguras de existências. No capítulo 5, intitulado “A costura queer como modo de vida”, trago as narrativas de um dos participantes da pesquisa sobre os modos como afirma a vida e a dissidência na forma como produz suas próprias roupas e se coloca no espaço público. Corpo negro, ética e resistência são problematizados ao evidenciar a posição do sujeito nos jogos envolvendo subjetivação e resistência.

1. O CONTEXTO QUE INTERPELA

O rechaço às políticas voltadas para questões raciais e de gênero, intensificado na última década, instaura o debate em torno das disputas entre vida e morte. Tais marcadores da dissidência que nos últimos anos tornaram-se alvos de ataques são acionados como meios para justificar aqueles e aquelas que devem viver ou que devem morrer (DANTAS, 2021). Entre segurança e vulnerabilidade, de que modos podem ser criados recusas à banalização das vidas dissidentes?

Situando-me no campo dos estudos de gênero e sexualidade em sua perspectiva pós-crítica, na linha dos estudos foucaultianos e queer e, mais recentemente, nas teorias decoloniais sobre raça, gênero e sexualidade produzidas por autoras/es negras/os e queer, esta tese busca saber de que modos jovens LGBTQIA+ negros/as tem administrado/reivindicado sua aparição no espaço público em tempos de um fortalecimento da maquinaria precarizante das vidas dissidentes das normas da branquitude e da cisheteronormatividade e quais os efeitos disso em seus modos de existências. Tal maquinaria tem sido posta em funcionamento, dentre outros modos, pelo fortalecimento dos conservadorismos, que se apresentam de forma ainda mais contundente na última década, se alastrando pelos campos sociais e políticos através da fomentação e implementação do racismo e de ofensivas antigênero que tem em ideais e projetos reacionários sua força de atuação. Neste respeito, as estratégias utilizadas por grupos conservadores e reacionários¹³ para dizer que gênero é ideologia instigou-me a tomar tais ofensivas antigênero como cenário para as investigações desta tese de doutorado.

Tomando como objeto de investigação as estratégias de jovens LGBTQIA+ negros/as para fazer frente aos conservadorismos morais e políticos questiono sobre como tais jovens vem afirmando a vida, num contexto que quer entristecê-los, retirar-lhes e negar-lhes direitos, até mesmo, aniquilá-los. Como tem traduzido o conservadorismo? Que respostas têm dado a este e por que meios? Como criam estratégias para escapar da violência, da indignidade e da morte?

Considero tais questionamentos importantes visto ainda não sabermos como esse neoconservadorismo reacionário antigênero tem reverberado nos sujeitos LGBTQIA+ negros/as. O fato de não termos ainda uma densa produção acadêmica sobre como jovens LGBTQIA+ negros/as estão lidando com todas essas formas de controle atual de seus corpos coaduna com os motivos

¹³ Segundo Marlucy Paraíso (2016) esses grupos não são somente conservadores, mas, principalmente, reacionários, uma vez que reagem, se mobilizam contra os ganhos conquistados pelos movimentos sociais, sobretudo os movimentos feministas e os movimentos de Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros, queer, intersexuais, assexuais – LGBTQIA+.

pelos quais uma pesquisa com este recorte se faz relevante nos dias atuais. Assim, explico, a seguir, a que me refiro ao tratar dos conservadorismos e os jogos de poder envolvidos.

1.1. Neoconservadorismos reacionários estratégicos

Acho necessário explicitar o que estou nomeando de neoconservadorismo reacionário e o porquê do uso deste termo e não de outros. Na literatura que se debruça sobre tal questão é possível encontrar termos como “onda conservadora” (DEMIER, F.; HOEVELER, 2016), “neoconservadorismo Religioso” (TOITIO, 2017), “nova direita” (ALENCAR, 2018), “conservadorismo evangélico” (ALMEIDA, 2017) entre outras designações que tentaram nomear o mais recente fenômeno conservador no Brasil. Nesta tese, porém, utilizarei o termo “neoconservadorismo reacionário estratégico”. Eu explico o motivo! Com o uso do termo neoconservadorismo sinalizo, assim como faz Marina Basso Lacerda (2018) em sua tese de doutorado, para seus atuais contornos. Se o conservadorismo político clássico centrava-se nas resistências às mudanças tencionadas pela sociedade moderna e na defesa dos pilares da sociedade tradicional, a saber, família, religião (resgate da fé cristã) e nação, o neoconservadorismo, que hoje opera, embora não tenha se distanciado desses propósitos desenvolveu “grande interesse nas questões de gênero, questões sexuais e reprodutivas” (SANTOS, 2020, p.55). Segundo a autora, seria este o fato que caracterizaria o neoconservadorismo.

O uso da adjetivação “reacionário” atrelado ao termo neoconservadorismo nesta pesquisa também foi uma escolha política. Segundo Marlucy Paraíso (2016) esses grupos não são somente conservadores, mas, principalmente, reacionários, uma vez que reagem, se mobilizam contra os ganhos conquistados pelos movimentos sociais, sobretudo os movimentos feministas e os movimentos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais e Assexuais – LGBTQIA+. Assim, chamá-los apenas de conservadores ou neoconservadores parece não ser suficiente uma vez que evidencia uma conotação restrita da atuação política desses grupos. Por fim, com o termo “estratégico” adjetivando o que chamo aqui de neoconservadorismo reacionário quero deixar evidente todo o jogo de ações intencionais nos campos políticos e sociais que visam o fortalecimento e a implementação dos ideais neoconservadores reacionários nos mais variados artefatos sociais.

Refiro-me, inclusive, ao processo de organização político-religiosa que se popularizou na forma do sintagma¹⁴/slogan¹⁵ “ideologia de gênero” e que preconizou uma série de re(ações) aos ganhos conquistados pelos movimentos sociais acerca das questões raciais, de gênero e de diversidade sexual (PARAÍSO, 2016), entre eles, a valorização da existência e dos direitos de pessoas não heterossexuais que historicamente foram alocadas em posições de subalternidade na sociedade brasileira (VIANNA, 2018), sendo oprimidas por meio de diferentes e desiguais “relações de poder” (FOUCAULT, 1979).

O termo “ofensivas antigênero” refere-se às ações empreendidas por grupos específicos da sociedade brasileira¹⁶ (compostos principalmente – mas, não somente, por religiosos cristãos) defensores de preceitos morais ultratradicionalistas, reacionários e conservadores que objetivam por meio de uma série de estratégias políticas e midiáticas impedir, barrar e anular os avanços e as conquistas alcançadas nos últimos anos advindas das demandas dos movimentos sociais (PARAÍSO, 2016; JUNQUEIRA, 2018). Entre essas conquistas podemos citar as lutas feministas por uma maior autonomia das mulheres sobre suas vidas, em questões como casamento, contracepção, maternidade e aborto; o reconhecimento dos direitos de pessoas trans, o direito à união civil estável e à adoção por casais não heterossexuais e o reconhecimento de outras configurações de família; as políticas étnico-raciais, o uso do nome social por travestis, as políticas anti-homofobia nas escolas públicas, entre outras conquistas.

Esse fortalecimento do discurso “pró-diversidade” ou “pró gênero”, que no Brasil ganhou força nas primeiras décadas dos anos 2000¹⁷, não passou despercebido pelos setores tradicionalistas, defensores de certa moralidade na sociedade brasileira. Muito pelo contrário! Como respostas (reações) aos ganhos das “minorias”¹⁸ representadas pelos movimentos sociais, iniciou-se o que hoje podemos chamar de uma “agenda política moralmente regressiva” (JUNQUEIRA, 2018, p. 180) que objetivava “reafirmar valores tradicionalistas e concepções ultraconservadoras, o estatuto

¹⁴Um sintagma é um conceito que se usa no âmbito da gramática para evocar um grupo ou um conjunto de palavras que constitui um tipo de constituinte sintático que permite formar outros sub-constituintes. Fonte: <https://conceito.de/sintagma>

¹⁵Um slogan é uma expressão concisa, fácil de lembrar, utilizada em campanhas políticas, de publicidade, de propaganda, para lançar um produto, marca etc.

¹⁶Importante ressaltar que tal ofensiva tem como característica sua transnacionalidade, uma vez que ocorre concomitantemente em mais de 50 países, conforme Junqueira (2017). Entrevista disponível em: <http://clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=12704> acesso em 28/10/2018 às 13:00.

¹⁷Período que coincide com os governos de esquerda de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (PT) onde foi dada maior atenção as demandas advindas das minorias sociais, principalmente, no campo das políticas públicas. Para mais informações sobre a relação entre governos de esquerda e o aumento das ofensivas antigênero ver Araguskú (2019).

¹⁸Aqui é importante destacar que tais grupos são minorias em termo de poder. Não se trata de uma questão numérica, mas de como tais grupos são subalternizados nos campos políticos, econômicos, cultural, etc.

da autoridade moral de instituições e atores religiosos” (IDEM) que teriam tido sua legitimidade estremecida mediante as conquistas sociais dos movimentos sociais e das lutas feministas.

Instaura-se, assim, uma forte contraofensiva ao reconhecimento dos direitos étnico-raciais e sexuais como direitos humanos (LIMA, 2017) e à inclusão da perspectiva de equidade de gênero nas políticas públicas, incluindo as educacionais (OLIVEIRA, 2018). Busca-se fortalecer visões e valores pautados em marcos morais, religiosos, autoritários e conservadores, ao mesmo tempo em que querem reiterar a naturalização da ordem social e moral (JUNQUEIRA, 2018), criando o que Miskolci nomeia de um “empreendedorismo moral” (MISKOLCI, 2017).

Em um contexto mais amplo, essa “agenda anti-gênero” (JUNQUEIRA, 2017) começa a ser construída e elaborada ainda na década de 90, em reação aos encaminhamentos para aprovação dos documentos da Conferência Internacional sobre População, no Cairo, em 1994, e da Conferência Mundial sobre as Mulheres¹⁹, em Pequim, no ano seguinte. O vaticano convocou inúmeros “especialistas” para traçar uma contraofensiva que tinha o claro objetivo de reafirmar a doutrina católica e a naturalização da ordem sexual (JUNQUEIRA, 2018).

Se, em um primeiro momento, essa contraofensiva se deu permeada pela doutrina cristã católica²⁰, essa agenda anti-gênero foi progressivamente se descolando dos contextos vaticanos e passou a “animar ações midiaticamente muito eficazes”, para enfim se legitimar como categorias políticas, “passando a figurar em documentos de Estado e estar presentes em pronunciamentos de dirigentes políticos, inclusive com ares de aparente laicidade” (JUNQUEIRA, 2017). Para tanto, defendeu-se a ideia de que tal “perspectiva de gênero não era mais do que uma ferramenta ideológica de dominação” (MISKOLCI, 2017, p. 727) que corroeria a “essência” moral das famílias e da sociedade como um todo.

A ação da igreja, entretanto, não se limitou à produção de documentos e declarações contrárias ao gênero²¹ mas atuou, também, por meio de diversas organizações não governamentais

¹⁹Foi nessa conferência em 1995 que se adotou pela primeira vez o termo gênero em substituição ao termo mulher inaugurando, por assim dizer, a entrada do gênero na arena das políticas sociais (JUNQUEIRA, 2017).

²⁰Importante destacar que não são só católicos que defendem essa agenda anti-gênero, uma vez que muitos grupos evangélicos, principalmente, em suas vertentes neopentecostais também convergiram à este movimento, além de grupos espíritas e ligados à maçonaria, encontrando no “ódio ao gênero” um ponto em comum em torno do qual puderam unir forças. Hoje no Brasil já não é possível afirmar que esse seja um movimento exclusivamente católico, como destacado por MISKOLCI (2017).

²¹Refiro-me as cartas emitidas pela santa sé sobre o assunto, alertando os fiéis sobre os perigos da “ideologia de gênero”. Podem ser encontradas em: http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2012/december/documents/hf_ben-xvi_spe_20121221_auguri-curia.html ;

E também em: <https://ocatequista.com.br/papa/item/17672-e-maldade-ensinar-ideologia-de-genero-as-criancas-diz-papa-francisco> ambos acessados em 29/10/2018 às 17:40.

denominadas de “pró-vida”²² e que se caracterizam por terem um acentuado perfil religioso conservador. Assim, consegue-se dar maior ressonância ao discurso cristão, atribuindo-se a ele um “caráter universalista”, propagandeando-o não como uma resposta religiosa conservadora, mas como “uma via civilizacional à altura dos desafios éticos contemporâneos” (JUNQUEIRA, 2018, p. 184).

Uma das estratégias criadas e que tem tido efeitos no debate público do tema gênero e sexualidade foi a elaboração e propagação do sintagma ou como Paraíso (2016, 2018) tem chamado “slogan” “ideologia de gênero”. Foi a partir da difusão deste slogan, que se construiu com maior força e alcance a ideia do gênero como algo perigoso. Criou-se, então, na sociedade, uma espécie de “pânico moral” (MISKOLCI, 2017; BALIEIRO, 2018), ao mesmo tempo em que se tenta angariar mais e mais integrantes às fileiras antigênero.

O termo “ideologia de gênero” trata-se de uma eficaz propaganda político-religiosa que mobiliza uma série de estratégias e agentes para fazer valer suas prerrogativas. Seja por meio da mídia, de grupos da sociedade civil ou mesmo de *lobbys*²³ políticos como mostra Paraíso (2016), o movimento que tem propalado ideias antigênero parece saber exatamente como dar visibilidade às suas demandas. Engana-se quem acha que não possuem uma diretriz organizacional. Promovem campanhas²⁴, debates, produzem livros, panfletos e cartilhas²⁵, divulgam suas ideias nas redes sociais²⁶ e em páginas no ciberespaço²⁷, barram exposições artísticas²⁸. O resultado disso é o fato de podermos afirmar que esse debate se “espalhou virulentamente pelo meio social” (JUNQUEIRA, 2018). E não adianta fugir; ele nos acha. Somos quase que intimados/as a nos posicionarmos e quase todo mundo parece ter algo a dizer sobre a questão.

²²São denominados pró-vida movimentos que se declaram em defesa da dignidade da vida humana, conhecidos principalmente por sua oposição à prática do aborto induzido. Diversos grupos e indivíduos atuam em campanhas pró-vida, de religiosos a laicos, incluindo médicos, cientistas, advogados. No Brasil, grande parte destes grupos estão ligados a movimentos cristãos carismático.

²³*Lobby* é uma atividade em que empresas, entidades, pessoas físicas, segmentos da sociedade lutam para viabilizar seus interesses perante o governo, seja no Congresso, seja no Executivo.

²⁴Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/campanha-contra-ideologia-de-genero-mobiliza-conservadores-em-toda-america-latina>. <acesso em 25/10/2018 às 23h27minhs>.

²⁵Disponível em: <https://www.semprefamilia.com.br/livro-ensina-o-que-fazer-diante-da-imposicao-da-ideologia-de-genero-nas-escolas/>. <acesso em 25/10/2018 às 23h30minhs>.

²⁶Disponível em: https://www.facebook.com/obrasilcontraaideologiadegenero/?ref=br_rs.
https://www.facebook.com/BrasilContraaIdeologiadegenero/?ref=br_rs. <acesso em 25/10/2018 às 23h36minhs>.

²⁷Disponível em: <http://portalconservador.com/durissimo-golpe-contra-a-ideologia-de-genero-nos-paises-nordicos/>.
<https://padrepauloricardo.org/blog/os-cinco-mandamentos-da-ideologia-de-genero>. <acesso em 25/10/2018 às 23h39min>.

²⁸Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/queermuseu-censura-avanco-conservador-democracia/>. acesso em 29/10/2018 às 13h45min.

O slogan “ideologia de gênero” funciona, assim, como um “rótulo político” (JUNQUEIRA, 2017) poderoso que evidencia toda uma “produção discursiva” (FOUCAULT, 1995) em torno da temática, servindo, principalmente, de ponto de referência para a mobilização de grupos conservadores e reacionários. Tal sintagma e seus referentes²⁹ operam, neste sentido, guiados por dois objetivos que parecem ser seu foco principal. Por um lado, são mobilizados com a intenção de conter, anular, pôr em dúvida a criticidade e a “cientificidade” dos estudos de gênero e sexualidade (PARAÍSO, 2016), ojerizando atores e reivindicações neles baseados. Por outro, querem recuperar e fortalecer o poder de setores ultraconservadores da sociedade, especialmente do campo eclesiástico³⁰. Para isso, buscam apoio de gestores, políticos, parlamentares, juristas, dirigentes escolares, eleitores, entre outros atores sociais. Para Marco Antônio Torres (2020, p. 10) a propagação de discursos promotores do medo e do ódio ganha espaço quando consegue grande penetração na sociedade por meio das mídias sociais, sobretudo, quando gestores/as públicos se assumem, nesses contextos, favoráveis ao que o texto citado define como organizações conservadoras/reacionárias.

É com essa tônica de desconfiança que esse debate tem sido acionado na sociedade brasileira, principalmente, no campo educacional. A instituição escolar, aqui, é trazida à tona como espaço de disputas. Seja na relação com os documentos oficiais norteadores dos sistemas de ensino ou mesmo nos conteúdos e práticas direcionados ao espaço escolar, o fato é que a escola foi eleita como principal alvo dessa investida antigênero.

Isso se deu ainda em 2004, no primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), quando o governo federal criou o programa “Brasil sem homofobia³¹”. Este programa foi uma “articulação entre o Governo Federal e a Sociedade Civil Organizada” (BRASIL, 2004, p. 7), que tinha como objetivo promover a cidadania de grupos não heterossexuais, a partir da “equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas” (BRASIL, 2004, p. 11). Entre os princípios desse programa estava a “inclusão da perspectiva da não discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos” de pessoas LGBTQIA+; a “produção

²⁹ Refiro-me a expressões como “ditadura gay”, “gayzismo”, “feminazi”, “ideologia gay”, etc.

³⁰ É válido destacar que uma das estratégias utilizadas para se conseguir isso foi a entrada massiva de religiosos, principalmente neopentecostais, na política, conforme mostrou Baptista (2009). Estes fazem do slogan “ideologia de gênero” sua plataforma política. Como exemplo, podemos citar a candidatura e eleição de Jair Bolsonaro (PSL) à presidência da república. O candidato convertido à religião evangélica liderou as pesquisas de intenção de voto no primeiro e segundo turno, se posicionando fortemente contra ao que chama de “pouca vergonha”. <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/10/motores-de-bolsonaro-escola-sem-partido-e-ideologia-de-genero-tem-raizes-religiosas.shtml>.

³¹ Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBTT e de Promoção da Cidadania Homossexual. Mais informações: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil sem homofobia.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil%20sem%20homofobia.pdf) acesso em 28/10/2018 às 20h45min.

de conhecimento” para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas; a reafirmação de que o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um “compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira” (BRASIL, 2004 p. 11, 12).

O programa Brasil Sem Homofobia-BSH recomendava em seu componente V – “Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual” – o fomento e apoio a cursos de formação inicial e continuada de professoras/es na área da sexualidade; formação de equipes multidisciplinares para avaliar os livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia; estímulo à produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia; apoio e divulgação da produção de materiais específicos para a formação de professores; divulgação de informações científicas sobre sexualidade humana.³²

No campo educacional, o Programa BSH almejava a implementação do Projeto Escola sem Homofobia que era é uma ação colaborativa de âmbito nacional idealizada e implementada por organizações da sociedade civil (ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais), Pathfinder do Brasil, ECOS – Comunicação em Sexualidade e Reprodução – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva), contando com a orientação técnica da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD – do Ministério da Educação. (CADERNO ESCOLA SEM HOMOFOBIA, 2010). Foram elaborados materiais explicativos que formavam o kit³³ educativo do Projeto (kit anti-homofobia). O objetivo do kit era contribuir para a desconstrução de imagens estereotipadas sobre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, e promover como ganho a convivência e o respeito em relação às diferenças, tendo sido concebidos com o pressuposto de facilitar essa tarefa. Uma última versão desse kit foi concluída em 2010 e enviada ao ministério da educação do então governo de Dilma Rousseff³⁴.

A sociedade reagiu de imediato ao que chamaram de “kit polêmica” (DINIZ, 2011)³⁵, dividida entre o apoio e a rejeição do tal kit. Considerando o que era apresentado no kit anti-homofobia (principalmente, nos três audiovisuais³⁶) um despropósito que induzia/ensinava às

³²Uma análise detalhada do programa pode ser encontrada em IRINEU (2014).

³³O kit é composto por um Caderno informativo, uma série de seis boletins, três audiovisuais com seus respectivos guias, um cartaz e uma carta de apresentação. Mais informações: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2015/11/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec1.pdf> acesso em 28/10/2018 às 21h15min.

³⁴Para uma análise mais detalhada sobre o kit anti-homofobia, ver a pesquisa de Renata Pamplona (2012).

³⁵Disponível em: <http://forumbaianolgbt.blogspot.com/2011/05/artigo-kit-polemica-debora-diniz.html> acesso em 28/10/2018 às 22h23min.

³⁶São estes: “encontrando Bianca”, “Probabilidade” e “Torpedo”.

crianças a homossexualidade³⁷ ou as expunha à “indecências” e “monstruosidades”, a parte da população contrária ao kit (e ao que ele representava) investiu fortemente na sua interdição e no cancelamento do projeto do qual este era fruto. O resultado da pressão da sociedade foi o veto da então presidenta Dilma Rousseff em 2011, que barrou a distribuição do kit anti-homofobia nas escolas do país.³⁸³⁹

O cancelamento do kit anti-homofobia e, conseqüentemente, da política que este era derivado, deixou evidente a eficácia de uma estratégia utilizada pelos grupos neoconservadores reacionários, a saber, a entrada massiva de seus membros nas disputas eleitorais pelo país. A candidatura e eleição de um número considerável de religiosos cristãos, sobretudo de origens Protestantes, no pleito de 2010 trouxeram grandes efeitos sobre o caminhar das políticas voltadas para gênero e sexualidade⁴⁰. Uma vez eleitos/as e podendo fazer uso do poder político institucional, iniciou-se uma forte reação já no ano seguinte. É válido lembrar que foi em 2011 que ocorreram fatos importantes para o campo das políticas de gênero e sexualidade no Brasil. Em fevereiro daquele ano tivemos o desarquivamento do PLC 122 (Lei anti-homofobia); em maio do mesmo ano foi garantida o direito à união estável a casais do mesmo sexo pelo Supremo Tribunal Federal – STF.

Esses e outros avanços foram recebidos pelos/as neoconservadores/as reacionários/as com fortes críticas contrárias. Iniciou-se uma forte ofensiva contra tais avanços advindas, inclusive, da própria base aliada do governo Dilma.⁴¹Nos anos seguintes, o debate acerca das questões de diversidade sexual e de gênero não foi esquecido. As disputas continuaram. Tanto a direita neoconservadora reacionária quanto a esquerda brasileira vista como progressista fizeram um uso estratégico da temática, o que consistia, no caso da esquerda, em silenciar o debate e amenizar o comprometimento com a questão quando isso era conveniente, por exemplo, durante o período de

³⁷Daí ter sido apelidado parodicamente de “kit-gay”. Algumas pesquisas que tratam do assunto são: BRANDÃO (2011); ROMANCINI (2018); DANTAS (2014); PAMPLONA (2012).

³⁸Em entrevista à revista Piauí o segundo candidato mais bem votado das eleições 2018, Fernando Haddad (PT), comentou que o veto da presidenta Dilma ao kit anti-homofobia representou o marco para o fortalecimento da ofensiva antigênero no país. Fazendo com tais grupos conservadores se sentissem empoderados levando a elaboração de outros tantos projetos de lei antigênero. Mais informações em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/vivi-na-pele-o-que-aprendi-nos-livros/> acesso em 28/10/2018 às 21h45min.

³⁹Algumas pesquisas que discutem os processos envolvendo a implementação e o veto do/ao kit anti-homofobia são: Rosa e Leandro (2014); Dantas (2014); Pamplona (2012); Felicíssimo (2014); Toitio (2017).

⁴⁰Uma análise detalhada dessa questão pode ser encontrada em: TOITIO, Rafael Dias. A disputa entre movimento LGBT e neoconservadorismo religioso no governo Dilma. 41ª Encontro anual da ANPOCS. GT 8 – Democracia e desigualdades, 2017.

⁴¹Para uma análise das alianças contraditórias realizadas pelo governo Dilma ver: TOITIO, Rafael Dias. A disputa entre movimento LGBT e neoconservadorismo religioso no governo Dilma. 41ª Encontro anual da ANPOCS. GT 8 – Democracia e desigualdades, 2017.

eleições onde buscava angariar votos. Já para a direita o uso estratégico consistia não só na criação de projetos de leis contrários aos ganhos anteriores, mas, principalmente, em trazer à tona o debate, com grandes doses de polêmicas e sensacionalismos. Por exemplo, a temática foi reavivada durante as proposições e votações dos planos de educação municipais, estaduais e federais (BNCC). A polêmica é requeitada, disseminada pelas *fake News* e com o claro objetivo de alimentar o “pânico moral” (MISKOLCI, 2017) em torno do tema.

Por exemplo, o kit anti-homofobia chamado por muitos negativamente de “kit gay” ganhou grande visibilidade e aumentou a polêmica sobre o tema quando o candidato eleito presidente da república Jair Bolsonaro (à época filiado ao PSL) se aproveitou da questão, usando-a como arma de ataque e deslegitimação da campanha de seu principal adversário nas eleições presidenciais de 2018 Fernando Haddad (PT), afirmando de forma mentirosa que teria sido este famigerado kit idealizado pelo candidato do PT, uma estratégia de criar na população que desconhece os objetivos do kit anti-homofobia, uma antipatia e ojeriza à candidatura de Fernando Haddad. A questão foi parar na justiça que comprovou se tratar de uma farsa (alimentada por *fake news*) e proibiu Jair Bolsonaro de continuar disseminando-a.⁴²

A ofensiva antigênero na educação, no entanto, não encontrou apoio somente entre os grupos religiosos tradicionalistas. Refiro-me à adesão ao chamado “movimento antigênero” do grupo conhecido como “Escola sem Partido⁴³”. Este é um autodenominado movimento político criado desde 2004 no Brasil (mas, sem muita expressividade) e divulgado em todo o país pelo advogado Miguel Nagib. Tal grupo afirma representar pais e estudantes contrários ao que chamam de “doutrinação ideológica” nas escolas. Ganhou notoriedade em 2015 desde que projetos de lei inspirados no movimento começaram a ser apresentados e debatidos em inúmeras câmaras municipais e assembleias legislativas pelo país, bem como no Congresso Nacional. Como exemplo, temos o projeto de lei (PL) 867/15 de autoria do deputado Izalci (PSDB/DF) que objetiva incluir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB o programa Escola sem Partido e estipula a fixação nas salas de aula, dos “deveres do professor”. O projeto obriga os/as educadores/as a manter a neutralidade política, ideológica e religiosa na escola. Chamado informalmente de “lei da mordaza”, veta temas como gênero, sexualidade, religião e política na escola.

⁴² Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/26/haddad-volta-a-justica-contrabolsonaro-por-expressao-kit-gay.htm> acesso em 28/10/2018 às 21h43min.
<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-10-16/kit-gay-haddad-bolsonaro-tse.html> acesso em 28/10/2018 às 21h41min.

⁴³Mais informações: <https://www.programaescolasempartido.org/> acesso em 27/10/2019 às 22h45min.

Os membros de ambos os grupos parecem ter encontrado no “ódio ao gênero” (LOURO, 2015) um ponto em comum para mobilização de forças. Some-se a isso, a adesão do grupo conservador Movimento Brasil Livre-MBL⁴⁴ às suas fileiras para termos formado uma forte e inconveniente ofensiva antigênero na área da educação, defendendo que a educação das crianças não deve sofrer interferências indevidas por da parte de escolas, que, ao sabor da implantação de uma suposta ditadura do gênero, teriam se convertido em espaços de doutrinação (JUNQUEIRA, 2017).

Como efeito, tem-se a disseminação de expressões como “professor não é educador” e “meus filhos, minhas regras⁴⁵” usadas como jargões pelos ativistas antigênero (BALIEIRO, 2018). Este último, numa clara analogia ao lema de grupos feministas que se espalhou pelo meio social nas lutas de mulheres pelo direito ao próprio corpo: “meu corpo, minhas regras”. Propostas para uma educação inclusiva, antidiscriminatória, voltadas para a valorização da laicidade, do pluralismo, da promoção do reconhecimento da diferença, tendem a ser percebidas e denunciadas por esses movimentos como uma “ameaça à liberdade de expressão, crença e consciência” daquelas famílias cujos valores morais e religiosos (de ordem estritamente privada) são, segundo eles mesmos, inegociáveis (JUNQUEIRA, 2017).

Disseminando a ideia de livrar os e as estudantes do que chamam de “doutrinação comunista, marxista” que incluía o que chamam de doutrinação pela “ideologia de gênero” (MIGUEL, 2016), buscam eliminar tais perigos presentes nos currículos. Vigia-se a ação dos/as docentes para evitar que “ensinem gênero e sexualidade”, seus membros entram em salas de aulas⁴⁶, exigem verificar planos de aulas, inquirem os estudantes sobre a atuação dos professores/as sobre o tema. Distorcem informações se apropriam dos estudos de gênero de forma descontextualizada para criar receios, incertezas e repulsa⁴⁷, divulgam o que chamam de prejuízos para a sociedade que o gênero pode trazer⁴⁸.

⁴⁴O Movimento Brasil Livre (MBL) ganhou repercussão nacional a partir das manifestações pró-impeachment de 2013. Em 2015 realizaram seu primeiro congresso nacional, marcando a atuação pública do grupo na arena política. O grupo se diz defensor do liberalismo econômico, além de uma entidade apartidária, que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera, sem corrupção. Em 2016 o movimento elegeu 1 prefeito e 7 vereadores no país. Em 2018, o MBL conquistou pelo menos quatro vagas no legislativo: uma federal e três estaduais. É conhecido, também, pelo apoio ao movimento “Escola sem Partido”. Mais informações: <http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf> acesso em 29/10/2018 às 21h34min.

⁴⁵Aqui se faz referência a expressão popularizada pelo movimento feminista “meu corpo, minhas regras”.

⁴⁶Ver notícia: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,vereador-fernando-holiday-faz-blitz-em-escolas-para-verificar-doutrinação,70001726796>. Acesso em 27/10/2018 às 23h13min.

⁴⁷Disponível em: <https://www.deuslovult.org/2013/02/21/para-onde-conduz-a-ideologia-gay/> Acesso em 27/10/2018 às 23h21min.

⁴⁸Disponível em: <https://www.comshalom.org/suecia-pais-sofre-com-ideologia-de-genero/> Acesso em 27/10/2018 às 23h16min.

Assim, tais grupos empreendem campanhas difamatórias; criam projetos de lei⁴⁹ para criminalizar professores/as que se atrevam a ensinar gênero e sexualidade; convocam pais/mães à vigiarem o que é ensinado⁵⁰; fazem disso uma questão de polícia⁵¹. Aqui, é importante dizer que tal judicialização antigênero se dá principalmente por meio da criação de projetos de lei e da pressão para que sejam aprovados⁵², objetivando a retirada do tema dos documentos oficiais que regem a educação (PNE, PEE, PME⁵³) além da interdição do tema no currículo, nas práticas pedagógicas e, mais recentemente, na versão final da Base Nacional Curricular Comum – BNCC.⁵⁴

Neste respeito, todo o contexto político conflituoso explicitado até aqui evidencia o quão relevante se faz uma pesquisa como a que aqui se constrói. Trata-se de um tema que tem uma urgência política histórica. A possibilidade de aprovação e implementação do projeto de lei 867/2015 conhecido como Escola sem Partido⁵⁵, produz em mim um forte desejo de reagir de alguma forma a todas essas investidas conservadoras. Entretanto, produz, também, medos, incertezas, vulnerabilidades. Se for aprovado, o projeto Escola Sem Partido prevê, entre outras coisas, a modificação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN, para que disciplinas que tenham como parte de seus conteúdos questões em torno do tema gênero e sexualidade sejam suprimidas dos currículos escolares⁵⁶.

<https://www.acidigital.com/noticias/hungria-deixa-de-financiar-estudo-de-genero-por-ser-ideologia-e-nao-ciencia-21885>. Acesso em 27/10/2018 às 23h18min.

⁴⁹Projetos de Lei: 1) o PL 7231/2015 de autoria do deputado federal Eros Biondini (PTB-MG) que quer alterar o Plano Nacional de Educação (PNE); 2) o PL 7180/2014, de autoria do deputado Erivelton Santana (PSC-BA), que pretende alterar a Lei de Diretrizes e Bases (LDB); 3) o PL 7181/2014, também de autoria do deputado Erivelton Santana (PSC-BA), que pretende alterar os Parâmetros Curriculares Nacionais; 4) o PL 867/2015, de autoria do deputado federal Izalci Lucas Ferreira (PSDB-DF), que alterar e controlar todos os materiais sobre os conteúdos que os/as professores ministrarão nas aulas. 5) O Projetos de Lei nº 1859/2015, também de autoria do deputado federal Izalci Lucas Ferreira (PSDB-DF), que quer proibir a discussão de gênero nas escolas. Mais informações: PARAÍSO (2016).

⁵⁰Foi até mesmo criado um modelo de documento a ser utilizado pelos pais para dar queixa de professores. <https://www.escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>

⁵¹Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/justica-eleitoral-cobre-exposicao-sobre-mortes-por-policiais-e-cartaz-ele-nao-em-escola-de-bh.shtml> Acesso em 28/10/2018 às 18h18min.

⁵²Ao mesmo tempo em que barram a tramitação de projetos de lei favoráveis a estas questões, como o PL 122/2006 de iniciativa da Deputada Federal Iara Bernardi (PT), que busca criminalizar a homofobia, até o momento engavetado.

⁵³PNE – Plano Nacional de Educação; PEE- Plano Estadual de Educação; PME- Plano Municipal de Educação. Para uma análise do tema nos planos de educação, ver: REIS (2017).

⁵⁴Para mais informações sobre a retirada do tema na BNCC, ver: SANTOS (2018); GAMALHO (2018); SILVA (2017).

⁵⁵Belo Horizonte, por exemplo, tornou-se em 2019 a primeira capital do país a aprovar o projeto na câmara municipal em primeiro turno. Foram 25 votos favoráveis, 8 contrários e nenhuma abstenção. Mais informações ver: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/10/14/interna_politica,1092707/escola-sem-partido-bh-e-a-primeira-capital-a-aprovar-projeto-na-camar.shtml acesso em 12/03/2020 às 20h00min.

⁵⁶Na contramão disso, existem projetos de lei como o PL 6005/2016 de autoria do deputado federal Jean Wyllys (PSOL) que defendem a criação do programa Escola Livre. Entre os princípios do programa estão a “educação contra o preconceito por orientação sexual, identidade e/ou expressão de gênero” e o respeito “a livre manifestação da orientação sexual e da identidade e/ou expressão de gênero”.

Nós, professores/as, pesquisadores e pesquisadoras que trabalhamos com o tema gênero, sexualidades e raça, receamos por nossas pesquisas, que sejam inviabilizadas, recusadas, perseguidas. Tememos por nosso campo de estudos, por nossa liberdade de ensinar e pela interrupção dos conhecimentos por nós produzidos. Mais sério ainda, tememos por nossa integridade física, por nossa integridade jurídica e por nossas vidas. Diante da atual “cultura do ódio” (STROPPA, 2015) que vivemos no Brasil, a assunção de movimentos de resistência e invenção de modos de vidas positivados sobre os comportamentos de gênero não hegemônicos é imprescindível.

Se, quando estudante, me calava e torcia pra passar despercebido, hoje os/as jovens já vêm conseguindo, não sem riscos, se afirmar como diferentes, expondo suas bandeiras, “afrontando”, “causando”, “dando close”, “botando a cara no sol”⁵⁷, pra usar alguns dos termos utilizados por muitos/as desses/as jovens, conforme problematizados no trabalho de Jésio Zamboni (2016).

Os/as três jovens dissidentes que colaboraram com suas narrativas para esta pesquisa de doutorado evidenciaram isso: uma vontade de falar de si mesmos, de fazerem frente às interpelações injuriosas que dificultam suas existências, não se contentando em somente serem ditos/as por um/a outro/a que busca desestabilizar seu status de humanos, mas, cobrando para si mesmos/as a oportunidade de contarem suas versões da história, história em processo, incoerente, incompleta, mas construídas e compartilhadas de modo a “multiplicar sinais de existência” (FOUCAULT, 2001, p. 925), denunciando os modos arbitrários com que a indignidade é atribuída às vidas LGBTQIA+ negras.

Mesmo tendo como opção o silêncio e a recusa ao falar de si mesmos/as, os/as jovens que participaram desta pesquisa decidiram por expor publicamente um relato de si mesmos. Atitude que, sem dúvidas, requereu coragem. Tais relatos, que aqui serão evidenciados num formato narrativo, evidenciam o arsenal de respostas éticas, uma espécie de narrativa de si que ao mostrar possibilidades de vida e sobrevivência, ao mesmo tempo podem mobilizar transformações éticas, escolhas de modos de vida, gerenciamento da precariedade, da inteligibilidade, da violência.

Para registrar tais relatos dos/as participantes que foram feitos na forma oral e, também, de modo escrito foram necessários utilizar algumas ferramentas já conhecidas nos trabalhos de inspiração etnográfica e netnográfica, como a entrevista narrativa semiestruturada e a entrevista narrativa *on line* (FELIX DA SILVA, 2014). Além disso, busquei experimentar o recurso do “Diário autonarrativo” que, neste trabalho, serviu de excelente fonte de informações junto com o

⁵⁷ Termos usados no meio LGBTQIA+ para se referir a disposição de ocuparem o espaço público, seria o contrário de ficar no armário.

material levantado nas entrevistas. A ideia foi a de fazer uso das ferramentas metodológicas de modo a permitir que os/as jovens participantes se sentissem confortáveis ao empreender o trabalho de narrar a si mesmos. Mais adiante, explicitarei os usos que eu e os/as participantes fizemos dos instrumentais de pesquisa, o que funcionou e o que não deu certo no processo.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

2.1. Os desafios da escrita de uma metodologia de inspiração pós-crítica

Empreender no trabalho de escolha dos caminhos metodológicos em uma pesquisa de inspiração pós-crítica e remexer no repertório de ferramentas de pesquisa de modo a pensar em novos usos para instrumentos metodológicos comumente e, repetidamente, utilizados em pesquisas no campo da educação e das ciências humanas, é um desafio que provoca até mesmo ao/a mais experiente pesquisador/a.

Para Wanderson Flor do Nascimento (2021, p. 200) os marcos epistemológicos e metodológicos resistem às modificações radicais, mesmo diante de críticas oriundas de diversos campos teóricos e políticos. Segundo o autor, parece persistir uma espécie de conservadorismo epistêmico que teme que as modificações estruturais, nos modos como realizamos nossas pesquisas, comprometam o rigor e a confiabilidade dos conhecimentos produzidos.

Assim sendo, a busca por sutileza, inovação e ineditismo, tão caros aos/as que apreciam experimentar novidades nos percursos metodológicos são constantemente tencionados por um “chão marcado por outras pegadas”, como assim o é o campo das metodologias de pesquisas. Senti-me tentado e, até mesmo, desafiado a deixar minhas próprias pegadas marcadas pelo caminho, ao mesmo tempo em que me pergunto como estas se assemelham e/ou se fundem as já existentes, as diferentes distâncias entre uma passada e outra, o desafio à criatividade ao contemplar os variados desenhos deixados pelas solas dos/as diferentes pesquisadores/as que vieram antes de mim.

Os pressupostos das teorias pós-críticas (PARAÍSO, 2014, p. 25) aplicados ao campo metodológico me permitem não só alargar os “limites desse chão”, mas também, possibilitam a invenção de atalhos e encruzilhadas. Além disso, me tencionam a atentar para outros aspectos do caminho, tais como: a poeira que sobe e me cega na pesquisa, os tropeços no caminho, os

momentos de ladeiras, com seus altos e baixos, os/as estranhos/as que cruzam o caminho e que indicam direções, os momentos de sombra, quando debaixo da copa frondosa de conceitos e motes, descanso do sol abrasador da pesquisa acadêmica.

A escolha do caminho metodológico com as ferramentas a serem usadas na pesquisa é, também, uma escolha que coaduna com a ética na pesquisa. Por isso, não se trata de tarefa simples. Desenvolver a sensibilidade de permitir que o problema de pesquisa me indique modos de operacionalizar conceitos e ferramentas metodológicas, tentando escapar da armadilha fácil que é acreditar que toda ferramenta metodológica serve para todo objeto de pesquisa me impõe o desafio ético de não desrespeitar os/as participantes da pesquisa, suas narrativas com instrumentais que estabeleçam pouca relação com o propósito da investigação ou lhes causem demasiados constrangimentos.

Assim, as escolhas metodológicas explicitadas neste capítulo apontam para uma experimentação. Experimentar elementos de inspiração etnográfica sem fazer, necessariamente, uma etnografia. Experimentar elementos do campo netnográfico sem fazer netnografia. Buscar inspiração no já feito, mas tentar oxigenar para fazer aparecer a novidade. Romper com a monotonia e tencionar a linha do horizonte da pesquisa. Neste capítulo, aposto na relação entre interpelação e relato (BUTLER, 2017) como mote para a evidenciação das ferramentas e dos caminhos metodológicos escolhidos.

A interpelação produzida pelo contexto político no qual a pesquisa está inserida é direcionada não só àqueles/as que são convidados/as a participar dela, mas, também, ao/a pesquisador/a. Refiro-me à interpelação que é produzida pela maquinaria neoconservadora antigênero e que é pautada no indiciamento do gênero, da sexualidade e da raça.

2.2. O contexto interpelativo que faz falar.

Começo este tópico resgatando um pouco do que foi explicitado no capítulo 1 desta tese, a saber, o cenário político de conservadorismos reacionários para discutir de quais maneiras exerceu na pesquisa força de interpelação produtiva, tencionando os/as participantes a construírem um relato de si mesmos/as ao possibilitar que suas memórias e experiências sejam colocadas em discurso. Discurso, também, sobre os efeitos da interpelação nas minhas próprias elaborações enquanto pesquisador. Dos modos como me senti implicado diversas vezes, me reconhecendo nas narrativas dos/as participantes, despertando em mim também o desejo de falar.

Além disso, destaco o referencial conceitual do qual parto neste capítulo para embasar minhas ponderações sobre narrativas como ferramenta metodológica de pesquisa. Busquei inspiração em autores/as que operacionalizaram esse instrumental em investigações que tematizaram a diferença de raça, gênero e sexualidade em suas múltiplas conexões com o campo da educação. Entre estes cito os trabalhos realizados por Cecília Galvão (2005), por Meyer e Paraíso (2014), por Benedito Eugênio e Lucas Bonina Trindade (2017), por Alexsandro Rodrigues, Márcio Caetano e Maria da Conceição S. Soares (2020), bem como as pesquisas realizadas por Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020), Thiffany Odara (2020) e Pedro Ivo (2020), entre outras investigações que ao longo deste capítulo e de toda a tese me serviram de norte analítico.

A Interpelação como conceito dos estudos de gênero que diz da produção de subjetividades e foi operacionalizada neste capítulo como ferramenta conceitual para deixar evidentes os jogos de poder que constroem e fazem falar. Qual interpelação promoveu a narrativa nesta pesquisa? O aparato discursivo posto em funcionamento pelo neoconservadorismo reacionário político e moral, propalado pelo atual governo do presidente Jair Messias Bolsonaro e pelos grupos que compartilham de seus valores morais.

Num contexto de uso autoritário do poder pelas forças de governo, como atualmente ocorre no Brasil, a interpelação racista antigênero se reveste de despotismo. Posicionamentos racistas, misóginos e lgbtqfóbicos evidenciados, muitas vezes, em tom de pirraça que frequentemente integram o *script* dos discursos do atual governo. Vinculados nos veículos midiáticos e nas redes sociais suas falas ultrajantes, mentirosas que compõem o que chamo aqui de discurso antigênero e racista, constroem para determinadas vidas (mulheres, negros, LGBTQIAP+, feministas, etc) uma “imagem nociva ao que é por eles entendido como bom andamento da sociedade” (PEIXOTO, 2020). A interpelação que ocorre como efeito da implementação de um projeto moralizante de sociedade e imposição de determinados repertórios morais, produziu nos/as participantes da pesquisa e no pesquisador uma vontade de revide.

Tal interpelação, enquanto lógica de produção de efeitos, se apresenta por meio de estratégias, discursos e planos, produzidos e postos em funcionamento com o objetivo de instaurar e disseminar determinados regimes morais, inclusive, do ponto de vista do gênero, da sexualidade e da raça, universalizando-os para todo o conjunto da sociedade, operando numa tentativa de homogeneização do campo moral que pouco compromisso tem com a visibilização positiva e legitimada das diferenças. Investidas de poder e obstinação, tais normas moralizantes buscam estabelecer os limites do que será considerada uma “construção inteligível do sujeito dentro de determinado esquema histórico das coisas” (BUTLER, 2017a, p. 29). Neste respeito, a interpelação

antigênero ao intensificar as precariedades de vida de inúmeras pessoas coloca em risco a possibilidade desse reconhecimento, de “mudarmos o registro legal de nossas vidas” (BUTLER, 2017b, p. 35) e de nos “relacionarmos em regime de empático reconhecimento e inteligibilidade” (MORAES, 2016, p.3).

Butler (2017a) entende que a interpelação é a circunstância que nos “inaugura como seres reflexivos”, uma vez que é a partir do momento que alguém, uma cena ou um jogo político nos convoca que sentimos a necessidade de contar uma história sobre nós mesmos (p. 86). “Não se sobrevive sem ser interpelado pois a injúria convoca de maneiras específicas” (BUTLER, 2017a, p. 69,74), diz a autora, ao evidenciar o atributo intrínseco da mesma na vida em sociedade. A interpelação faz parte de uma estrutura coercitiva, que a todos/as abarca e que é, antes de tudo, situada historicamente. Suas condições de possibilidade, os padrões que regulam o horizonte social são construídos socialmente, em determinado tempo histórico (BUTLER, 2017a, p. 142).

Por condições de possibilidade me refiro a todo aparato discursivo, material, jurídico, moral que compõem a conjuntura e montam o cenário social necessário para que a interpelação seja forjada. Englobam os campos objetivos e subjetivos que regem a lógica das possibilidades de interpelação das vidas no espaço público. Possuindo um caráter movediço e contextual a “estrutura de interpelação condiciona a emissão de juízos sobre alguém ou suas ações” (BUTLER, 2017a, p. 86). Ao sermos interpelados, comenta Eduardo Carli de Moraes (2016), é preciso considerar as normas morais, os paradigmas de comportamento e os jogos de poder que estão dados numa determinada época e que nos constituem, até mesmo quando vivemos para revolucioná-los.

No interior dos jogos que perpassam o processo interpelativo as técnicas de poder (FOUCAULT, 2015) incidem sob os corpos numa tentativa não só de moldá-los aos padrões esperados, mas, também, de controlar o que este diz de si e o modo como diz. Para Dagmar Stermann Meyer (2014) em uma pesquisa que se inspira em abordagens do campo pós-crítico para construir o percurso metodológico, tomar o exame do poder como elemento central e questionar os jogos de poder que estão envolvidos é um pressuposto que vale ser seguido, “mapeando as redes e as relações de poder que constituem, classificam e posicionam sujeitos” (p.60).

Embora seja possível pensar a pesquisa como parte de um processo interpelativo, é importante deixar claro que, nesta tese, a interpelação não esteve apenas nos questionamentos que foram feitos e que levaram os sujeitos participantes a se posicionarem. Nesta investigação, a interpelação não se centrou no ato de pesquisar em si, a questão aqui foi menos a perguntação - intrínseca aos trabalhos com narrativas-, e mais o contexto discursivo que colocou em cena determinados sujeitos e enunciados, tornando possível minha decisão de pesquisar, a existência

desta pesquisa, e, inclusive, tornando possível a decisão dos/as entrevistados/as de participarem da pesquisa. Uma vez colocados em discurso criam-se as condições para que ocorram os jogos interpelativos do poder. Mas, não só isso. Abre-se, também, a possibilidade de resposta a esse poder interpelativo e compondo com as redes do poder tem-se a elaboração de técnicas de resistências que resistem, negociam, deslocam, reverberam ou rarefazem as técnicas de poder incididas sobre si (FOUCAULT, 2015; 2014), assumindo as rédeas da narração de suas vidas, “negociando de forma vital e reflexiva” (BUTLER, 2017a, p.21).

O que está em jogo é a possibilidade de reconfigurar a gramática do reconhecimento. Algumas vidas estão fora da própria operacionalidade desses quadros. Existem esquemas de inteligibilidade, referentes à apreensão sensível de certas vidas, que condicionam e produzem as regras que instauram as condições para ser e não ser reconhecido. A crítica a tais falhas estratégicas nos quadros de reconhecimento atreladas ao forte desejo reivindicatório produz uma “insatisfação que serve como ponto crítico de partida para o questionamento das normas” de aparição e dos regimes de verdade (BUTLER, 2017a, p. 37). Entretanto, não significa apenas dizer eu protesto, mas “fazer dessa atitude um ato político tão consistente quanto possível, para que aqueles que governam sejam obrigados a levá-los em conta” (FOUCAULT, 2010, DE IV, p. 222), “tencionando a reconfiguração das regras que regem a esfera das visibilidades no espaço público” (BUTLER, 2018).

Butler (2017a) destaca que colocar sob rasura os regimes de verdade que instauram as normas de aparição no espaço público implica uma recusa -“não posso ou não vou me reconhecer nos termos que me são disponíveis”- ao mesmo tempo em que engendram um movimento reflexivo que nos leva a questionar “quem eu posso ser dado o regime de verdade que determina qual é minha ontologia?” (BUTLER, 2017a, p. 38).

É “dizer sim à existência, recusando a aceitação passiva do instituído e criando valores novos que façam a vida leve e ativa e multiplicando os sinais da existência” (FOUCAULT, 2005, DE II, p. 925; RAGO, 2009, p. 1), afirmando uma imagem político-moral pública de legitimidade ao elaborar e reconfigurar as “práticas formadoras dos modos de ser” (RAGO, 2009, p. 12).

Foi isso o que os/as participantes da pesquisa buscaram fazer ao se disporem ao trabalho de construir e compartilhar o relato de suas vidas nesta tese. Fazendo frente a um regime de poder que quer invisibilizá-los/as, os/as jovens LGBTQIAP+ negros/as são interpelados/as como indivíduos que foram convocados/as, instigados/as a fazerem um relato de si mesmos. Esses/as parecem ter usado esta tese como ferramenta de autovisibilização e como caixa de ressonância às suas respostas

às interpelações. Os relatos que deram de si, dos modos como procuram tornar “suas vidas mais possíveis e vivíveis” (BUTLER, 2017) coadunam com a possibilidade de transformações éticas.

Alexandre Luiz Polizel (2018) comenta que ao narrarem a si mesmos no interior das redes que promovem o exercício do poder e da produção de verdades, os sujeitos deixam as marcas de sua subjetividade, uma vez que os relatos são gerados em corpos que são atravessados por variadas categorias identitárias, numa relação interseccional que cria pontos de contato entre as dimensões de raça, gênero, sexualidade, classe social, etc. Esses marcadores da diferença interseccional deram a tônica na construção das narrativas que subsidiam as análises presentes nesta tese. O tópico a seguir mostra como foram feitas as negociações iniciais da pesquisa.

2.3. As negociações iniciais para a produção da pesquisa.

O lócus inicial⁵⁸ da pesquisa foi a escola. Optei por convidar alguns/as jovens LGBTQIAP+ da própria escola onde atuo como professor de sociologia. Isso facilitou os trâmites burocráticos junto à direção da escola para que a pesquisa fosse aceita. A inclusão do marcador racial nas análises veio depois quando mudei de linha de pesquisa e atentei para os atravessamentos raciais que eram comuns a todos/as os/as participantes da pesquisa.

A escola onde a pesquisa iniciou situa-se em Belo Horizonte na região conhecida como aglomerado da Serra. O Aglomerado da Serra é a maior favela de Minas Gerais com 46 mil habitantes e está localizado na Zona Sul da capital mineira. É classificada como a 3º maior favela do Brasil (atrás apenas da Rocinha, bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro, e da Favela do Sol Nascente em Ceilândia no DF) e se divide em oito vilas: Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora Aparecida, Santana do Cafezal, Novo São Lucas, Fazendinha, Chácara, e Marçola. A escola é antiga no bairro e atende, na sua grande maioria, crianças, jovens e adultos moradores do aglomerado. Possui cerca de 1.100 (mil e cem) alunos. Mais da metade dos/as estudantes são negros/as e de classe média baixa.

⁵⁸ Digo inicial porque a pesquisa não se limitou ao espaço escolar, embora este tenha aparecido com força nas narrativas. Inicialmente, a escola foi usada como lócus da realização da pesquisa, mas, dadas as condições objetivas de vida dos/as colaboradores/as e do contexto de Pandemia do Coronavírus a investigação, além de dissociar-se do espaço físico da escola, produziu análises que dão conta não só das experiências escolares, mas, da vida como um todo, nas variadas instituições como igreja, movimentos sociais, estado. Mesmo assim, quando necessário a instituição escolar aparecerá na tese, seja nos relatos produzidos pelos/as participantes, seja ao sinalizar seu lugar estratégico na dinâmica das relações de poder na sociedade.

Sabendo que, conforme mostrou a pesquisa realizada por Marlucy Paraíso e Sabrina Sanches Sontag (2020), o *slogan* da “ideologia de gênero” incidiu em muitas escolas da cidade de Belo Horizonte onde o projeto Escola Sem Partido foi aprovado em 1ª instância pela assembléia legislativa⁵⁹, temi que minha pesquisa não fosse acolhida numa escola onde ninguém me conhecesse. Quando se trabalha com temas polêmicos como o é a temática do gênero e das sexualidades, qualquer questão pode ser determinante para que a pesquisa seja aceita ou recusada. Assim, decidi agir estrategicamente para viabilizar esta pesquisa ao optar por começar a pesquisa na mesma instituição em que trabalho. Senti que o fato de ser reconhecido como um professor comprometido, engajado com os/as estudantes e que faz doutorado na UFMG fez toda a diferença para que minha pesquisa fosse aceita pela direção. Os signos atribuídos a mim e que me colocavam no lugar do “bom professor”, do “professor confiável” naquela escola superou até mesmo as possíveis suspeitas em torno de uma pesquisa sobre gênero e sexualidade realizada por um professor gay com alunos LGBTQIAP+ jovens.

Todavia, ao apresentar minha proposta de pesquisa à direção da escola não recebi nenhum questionamento que inviabilizasse a sua realização. “*Pode realizar sua pesquisa sim. Faça como você achar melhor*” (Trecho diário de campo do Pesquisador, maio/2019), me disse a diretora da escola, sem mais nada questionar. Lembrei-me de algo que vale a pena ser dito. Nessa mesma escola, um ano antes, quando iniciei meu trabalho como professor, fui chamado pela supervisão pedagógica da escola para conversar sobre o plano de curso anual que eu havia preparado. O problema estava na inclusão, exatamente, dos temas gênero e sexualidade no quadro programático das aulas. Era início de 2018, a polêmica em torno da “ideologia de gênero” estava no auge. Na ocasião, não me foi pedido que retirasse os temas do plano de curso, mas me foi aconselhado a ter cuidado ao trabalhar os assuntos, “*devido a polêmica da ideologia de gênero e para não ter problemas*” (Trecho diário de campo do Pesquisador, maio/2019). Considerei uma atitude cheia de boas intenções daquela supervisora e quando lhe expliquei que já possuía experiência em trabalhar esses temas em minhas aulas, ela não me fez mais questionamentos, embora eu tenha percebido que, durante um tempo, fui acompanhado de perto pela equipe de supervisão que, sem aviso, às vezes, ouvia trechos das minhas aulas, perguntava aos/as estudantes se estavam gostando, etc.

O ponto que quero destacar com esse relato é o de que o currículo da escola oscila entre momentos de desconfiança com o gênero e a sexualidade e momentos em que esse debate é garantido, ou mais acolhido. O currículo da escola é um território penetrável pelos discursos que

⁵⁹Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/10/14/interna_politica,1092707/escola-sem-partido-bh-e-a-primeira-capital-a-aprovar-projeto-na-camar.shtml Acesso em 12 de junho 2020 às 13h40min.

circulam na sociedade. Um ano após ter sido interpelado pela supervisora sobre ter gênero e sexualidade como conteúdos em minhas aulas e ter me sido recomendado cuidado, fui autorizado pela mesma instituição, quase sem questionamentos, a realizar uma pesquisa sobre o assunto. Quando se trata desta temática, o currículo titubeia.

Assim sendo, após a pesquisa ter sido autorizada pela direção da escola⁶⁰, procurei convidar alguns/as estudantes que achei que teriam interesse na pesquisa, aqueles/as que eu sabia que eram LGBTQIAP+, com quem eu já havia, em alguns casos, criado aproximações. Alguns/as estabeleceram comigo uma relação que eu percebia que era diferente da que estabeleciam com os/as demais professores/as. Acredito que o fato de compartilharmos dos mesmos marcadores sociais da diferença, ostentarmos corpos negros afeminados num espaço que preza pela norma cisheteronormativa branca contribuiu para isso e eu fiz uso desse ponto de contato para os fins da pesquisa. Convidei primeiro aqueles que já conversavam comigo sobre suas vidas.

Esses jovens, contavam-me casos, queriam minha opinião, por vezes, me sentia interpelado pelas coisas que me diziam. Sentia que a figura de autoridade do professor, justo com a simpatia de tinham por mim, fez com que a maioria dos/s convidados/as aceitassem meu convite de participar, embora posteriormente, muitos/as não tenham continuado. Os/as que declinaram fizeram isso meio sem jeito, como que não querendo me desapontar, geralmente alegavam falta de tempo por conta do trabalho, ou davam outra justificativa com o intuito de amenizar a recusa.

De início, 6 (seis) jovens LGBTQIAP+ participaram da pesquisa. Com esses/essas estudantes, os encontros para produção dos relatos aconteciam sempre no turno da noite⁶¹ espaço da biblioteca da escola. A decisão de realizar as conversas na escola não partiu de mim, foram os/as próprios/as jovens participantes que sugeriram, visto ser mais cômodo porque já estariam ali. Não precisariam, então, se deslocar para outro lugar. Isso foi determinante, principalmente, para aqueles/as que trabalhavam e tinham menos tempo disponível. Assim, combinávamos nossos encontros uma hora antes do horário da aula começar, nos meus horários vagos de aula e, com menor frequência, nos intervalos.

Explicitado o objetivo da pesquisa para os/as participantes, estabelecidos os acordos éticos da pesquisa, criei um cronograma de encontros com estes/as para que pudessem narrar as formas como tem administrado suas precariedades de gênero, sexualidade e raça no atual contexto conservador antigênero. Neste ponto foi que as dificuldades começaram a surgir e a necessidade de adequações ficou evidente.

⁶⁰ Os termos de anuência e TCLE podem ser encontrados nos anexos desta tese.

⁶¹ Todos os 6 participantes estudavam no turno da noite, 5 deles/as trabalhavam durante o dia.

Isso porque, dadas as condições objetivas de suas vidas como, por exemplo, ter que conciliar estudo e trabalho, e, também, pelo fato de alguns já estabelecerem uma relação frágil e instável com a escola, a questão é que o cronograma de encontros começou a não ser seguido. Eles/as faltavam à escola, às vezes, durante semanas seguidas. Não indo à escola a realização dos encontros para produção da pesquisa eram inviabilizados. Foi uma fase de frustração no trabalho de campo. Diante desse problema, sugeri que realizássemos os encontros aos fins de semana. Mas a sugestão não foi aceita. Para a maioria deles/as só tinham o fim de semana para descansar, ficar com a família ou mesmo dar atenção às atividades escolares.

Decidi, então, utilizar o recurso do *whats App* e das redes sociais para me ajudar. Criei um grupo no Facebook onde os/as participantes e pesquisador poderiam conversar, trocar informações, enfim, se relacionar. A mesma coisa, eu fiz no *whats App*. Ambas as ferramentas não funcionaram como esperado, à época. A página no Facebook, embora eu fomentasse discussões e pedisse que me contassem o que pensavam a respeito, não atraiu os/as jovens. Estes/as pouco a usaram. Já o grupo do *whats App* teve mais adesão. No entanto, logo se desvirtuou o objetivo do grupo. Mesmo eu tentando manter o foco nos objetivos da pesquisa, o grupo foi usado pelos jovens para todo tipo de finalidade. Exibição das fotos dos/as namorados/as, divulgação de festas e bailes funk, zoação dos/as colegas, divulgação de memes⁶² da internet, etc.

De minha parte os instigava a falar de suas estratégias de vida, de como lidavam com a atual “onda conservadora” (DEMIER e HOEVELER, 2016). Mas estas só foram evidenciadas nos encontros individuais. Entretanto, não me desfiz dessas ferramentas. Estava posto o desafio de encontrar um jeito de realizar as conversas de forma satisfatória, e, enquanto não resolvia o problema fui realizando conversas-fragmentos, de alguns minutos apenas. Os fragmentos de relatos disponibilizados pelos participantes da pesquisa foram, por mim, preservados e serão usados na composição do que aqui está sendo entendido como relatos de si.

Neste íterim, o tempo sempre foi um problema e a dificuldade de contato também.

Não estava satisfeito com o andar da carruagem. Marcar as entrevistas fora da escola e do horário de aula era inviável para os estudantes, pois, eles/as trabalham e estudam, não tendo tempo no contra turno. Fazer as entrevistas antes do horário das aulas também nem sempre é possível porque estes já chegam na correria do trabalho para o horário de aula (Trecho diário de campo do pesquisador. Junho/2019).

O tempo foi passando, o interesse de alguns/as daqueles 6 (seis) jovens foi diminuindo pela pesquisa e, depois de idas e vindas, apenas 3 (três) participantes continuaram na pesquisa. Decidi

⁶² A expressão meme de Internet é usada para descrever um conceito de imagem, vídeos, GIFs e/ou relacionados ao humor, que se espalha via Internet. Ver: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Meme_\(Internet\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Meme_(Internet))

que os/as 3 (três) jovens que permaneceram interessados/as pela pesquisa seriam o grupo que colaboraria com suas narrativas para a construção da pesquisa.

2.4. O trabalho com narrativas

Cecília Galvão (2005, p.329) comenta que quando falamos em pesquisas com narrativas é importante ter em mente que o termo inclui uma variada gama de perspectivas desde a análise de biografias e de autobiografias, histórias de vida, narrativas pessoais, entrevistas narrativas, etnobiografias, etnografias e memórias populares, entre outros. Neste respeito, dentre as possibilidades do trabalho com narrativas, nesta tese fiz uso da ferramenta da entrevista narrativa semiestruturada nas modalidades presencial e virtual e nos formatos oral e escrito.

O estudo da narrativa, portanto, é o estudo da forma como cada sujeito experiência o mundo, pois “não existe uma experiência humana e social que não seja transmitida e manifestada através de uma narrativa” (EUGÊNIO e TRINDADE, 2017, p. 122). Com o uso deste instrumento pude estabelecer conexões entre contextos, atitudes e emoções quando remeto às experiências que cada ator social carrega em seu dia a dia. Isso mostra que, sendo as narrativas construídas partindo do vínculo entre discursos e experiências devem ser posicionadas como uma produção histórica, social e política e não como um dado fixo, estável e universal.

Trata-se de gerar textos narrativos sobre as experiências vividas, que, por sua vez, permitem identificar as estruturas sociais que moldam essas experiências. Neste percurso não basta só captar as experiências individuais e coletivas, é preciso compreender “as nuances, suas sutilezas, o contexto que produz as percepções e vivências narradas”, conforme explicita Pedro Ivo (2020, p. 48) em sua pesquisa com jovens negros e bichas.

Cada narrativa lança um novo olhar sobre o tema a partir da trajetória de cada entrevistado/a. Assim sendo, conforme nos diz Wanderson Flor do Nascimento (2020), a narrativa aposta na palavra narrada como arma para o fortalecimento identitário político e coletivo ao evidenciar os modos como nos tornamos aquilo que somos hoje. Mais ainda, as narrativas tencionam os processos que dizem da viabilidade das vidas dissidentes. Neste respeito, o relato de si produzido pelos/as participantes desta pesquisa trazem como marca o fato de que respondem a uma urgência política ou a “uma inquietação, uma necessidade”, conforme diz Megg Rayara G. de Oliveira (2020b, p.39). Como comenta Judith Butler (2017, p.23), não se trata somente de contar uma história sobre si, mas

de engendrar uma resistência indignada de vida, estando cientes inclusive das responsabilidades e consequências disso. Com isso em mente, trago no decorrer desta tese os fragmentos narrativos dos/as participantes destacados no texto. Ao diferenciá-los das citações dos/as autores com quem trabalho nesta pesquisa busco deixar evidente a importância e a potência dos relatos como fontes para produção de sentidos sobre as experiências narradas.

Veja no fragmento narrativo a seguir como essa resistência indignada de vida é verbalizada pelo participante da pesquisa,

Bolsonaro tá falando lá, mas não podemos aceitar isso, não podemos aceitar perder coisas que nós custamos a conquistar, não podemos baixar a cabeça, acho que alguns fazem isso por medo da violência... Na época da eleição vi o pessoal muito assustado, sofrendo mesmo, meu colega ficou dias sem querer sair e eu falei “ah não vou não, isso não vai acontecer comigo não”, por medo da forma como as pessoas estavam falando, da agressividade verbal, nós somos vulneráveis, nunca apanhamos individualmente, sempre tem um grupo pra bater na gente. Mas, não podemos parar nossas vidas, ter empregos, construir famílias, acreditar num mundo melhor. (NILO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa.).

No lugar da solidão, do medo e do assujeitamento a pesquisa foi produzindo narrativas singulares que evidenciam força de resistência, rebeldia, oposição. Para além da indignação, foi possível perceber a criação de atitudes e discursos para “lutar contra o que nos oprime e tenta nos formatar”, o que também foi notado na pesquisa realizada por Soares e Nolasco-Silva (2020, p.333).

O relato narrativo produzido em ambos os casos foi elaborado estando imbricado no jogo político, gestado no cotidiano miúdo da vida dos/as participantes. As violências e silenciamentos forçados impostos as pessoas que carregam as marcas da dissidência interseccional são desestabilizados mediante o que chamo inspirado por Thiffany Odara (2020), de narrativas desobedientes, ou seja, ao fornecerem relatos e respostas alternativas ao discurso hegemônico, promovem o questionamento dos referentes hierárquicos que definem as condições dignas de vida e os modos de ser e estar no mundo (ODARA, 2020, p. 9,10).

“Não podemos parar nossas vidas”, diz o participante evidenciando não só à negação de uma “violência ética” (BUTLER, 2017) engendrada em um jogo político, mas, ao mesmo tempo, deixando evidente o medo de perder direitos, retroceder em conquistas que simbolicamente e objetivamente contribuíram para tornar sua vida viável, possível, ganhos que dizem de direitos humanos para humanos que não eram vistos como direitos. Signos que na lógica cisheteronormativa branca são tidos como prerrogativas naturais de sua existência, são para nós, pessoas LGBTQIA+ e negras, conquistas que materializam uma existência digna, nos possibilitando, inclusive de escaparmos da violência e do aniquilamento.

Existe uma narrativa que se pretende dominante, narrativas tristes, narrativas de sofrimento e morte, narrativas que constroem roteiros sobre nossas vidas que nos descaracterizam. O contexto político e moral de neoconservadorismos reacionários deixa evidente o interesse de determinados grupos em manter intacto o controle sobre a colocação dessas vidas no discurso. Se for para falar que seja nos termos deles. Neste ínterim, poder e resistência disputam narrativas, negociam a possibilidade de fazer emergir outras configurações narrativas na prática da vida, num jogo que subverte o “dito e o interdito, os/as autorizados/as a falar e as circunstâncias da enunciação” (FOUCAULT, 2013, p.9). Tomaz Tadeu da Silva (1996) comenta que as narrativas podem ser vistas “como histórias que podem ser inventadas, subvertidas, parodiadas, para contar histórias diferentes, plurais, histórias que se abram para a produção de identidades e subjetividades contra hegemônicas, de oposição”. (SILVA, 1996. p. 177). O autor continua,

As narrativas são cruzadas pelas linhas de poder, mas elas não existem num campo tranquilo de imposição. Ao contar histórias contaminadas pelos significados dominantes, elas tentam estabelecer e fixar identidades hegemônicas. Entretanto, as identidades e subjetividades sociais existem num terreno de indeterminação, num terreno de significados flutuantes. Os significados produzidos e transportados pelas narrativas não são nunca fixos, decididos de uma vez por todas. O terreno do significado é um terreno de luta e contestação. Através das narrativas, identidades hegemônicas são fixadas, formadas e moldadas, mas também contestadas, questionadas e disputadas. (SILVA, 1996. p. 176).

Contestar a imposição e dominância de certos significados e praticar o que Rodrigues e Caetano (2020, p. 58) chamam de lógica da insubordinação narrativa permite que seja possível promover questionamentos sobre os processos institucionais e discursivos com as suas estruturas de significação que definem as expectativas sociais e determinam as posições dos sujeitos. Para os autores é preciso tencionar possibilidades para a construção de narrativas que evidenciem outras formas de existência no mundo.

Sendo uma ferramenta de pesquisa que remexe no âmago das experiências e memórias dos/as participantes e diz dos modos como estes/as expõem suas vivências e sentimentos, foi preciso ter alguns cuidados durante sua operacionalização. Como ferramenta de investigação a entrevista narrativa foi gerenciada nesta pesquisa de modo a possibilitar, conforme comenta Cecília Galvão (2005, p. 329) uma postura metodológica fundada numa relação de mútua confiança entre investigador e participantes. Segundo a autora citada acima

A narrativa, como metodologia de investigação, implica uma negociação de poder e representa, de algum modo, uma intrusão pessoal na vida de outra pessoa. Não se trata de uma batalha pessoal, mas é um processo ontológico, porque nós somos, pelo menos parcialmente, constituídos pelas histórias que contamos aos outros e a nós mesmos acerca das experiências que vamos tendo. (GALVÃO, 2005, p. 330).

Para tanto, foi necessário desbloquear desconfiâncias iniciais, estabelecer uma relação franca. Como pesquisador, construir este tipo de relação com os/as participantes de minha pesquisa não foi algo imediato, foram necessárias paciência e disposição exercer o jogo de cintura que a pesquisa demanda. Como alguns dos/as colaboradores/as da pesquisa me conheceram na posição de professor, fazer essa transposição para que comessem a se relacionar comigo enquanto pesquisador foi um processo não tão simples assim. De início foi perceptível que ficaram constrangidos/as de me falarem determinadas coisas, ou de determinado jeito. Supunha que tinham receios de que eu estivesse avaliando o que me contavam, ou que o que tinham para falar não era tão relevante assim, ou fizesse algum tipo de julgamento. Noutras situações, notei por parte de alguns um esforço em tentar me impressionar com o que diziam, fosse escolhendo palavras mais elaboradas ou mostrando que estavam a par das questões políticas correntes no país. Em meio a tudo isso, senti certa dificuldade em extrair mais elementos de suas narrativas, pois, de início, ficavam se repetindo, titubeando, hesitando.

Diante disso, foi preciso modificar o *modus operandi* dos momentos de entrevistas, quebrar um pouco as formalidades, a rigidez dos protocolos entre pesquisador e colaboradores/as. Comecei sugerindo que realizássemos alguns de nossos encontros em outro lugar que não a escola. É importante salientar que as entrevistas presenciais que ocorreram na escola aconteceram no espaço da biblioteca. Escolhíamos uma mesa mais afastada e ali realizávamos nossas conversas gravadas. Notei que isso causava estranhamento, em mim e nos/as participantes, pois, o espaço da escola reforçava meu lugar de professor e, naquele momento, era a figura do pesquisador que eu queria que assumisse a situação.

Mas, não foi só isso. Comecei a me questionar o porquê de as entrevistas não estarem fluindo como eu esperava. Tomado pelo desejo de tornar viável a pesquisa com aqueles/as sujeitos

que tinham aceitado meu convite, de início, desconsidere, inconscientemente, que a escola é, também, este espaço onde os corpos são policiados, constrangidos e invisibilizados. Somente quando comecei a perceber que naquele espaço o corpo LGBTQIAP+ negro não falava, ou falava de forma constrangida e insegura é que entendi que teríamos que encontrar outro lugar para nossas conversas. Embora a biblioteca fosse um lugar silencioso e tranquilo, isso não foi suficiente para que os sujeitos se sentissem resguardados/as e à vontade para narrar suas experiências. O histórico caráter formatador e pouco acolhedor da escola para com a diferença interseccional não passa despercebido por quem nela convive, sobretudo, se você estiver incluído entre os/as desviantes das normas. Trata-se de uma instituição que inspira pouca confiança no que tange à proteção, valorização e respeito às diferenças. Num espaço onde os corpos negros e LGBTQIAP+ quase sempre são vistos como problemas, é óbvio que não seria o melhor lugar para convidá-los/as a falarem de si. Ingenuidade minha! Tendo entendido isso, restava pensar em um local onde mesmo havendo certo controle dos corpos seria possível a ocorrência dos corpos negros e LGBTQIAP+ e da própria pesquisa.

O lugar escolhido como segunda locação das entrevistas foi o coreto do parque municipal de Belo Horizonte⁶³. O motivo dessa escolha se deveu ao fato do parque estar localizado numa região de fácil acesso e que estava tanto no meu caminho rotineiro como no dos/as participantes. Mas, não se tratou somente de um meio de caminho! O parque ao longo dos anos tornou-se um espaço de sociabilidade também para o público LGBTQIAP+⁶⁴, que procuram o local para realizar encontros marcados e/ou conhecer alguém com quem possam praticar a chamada “pegação” que ocorre às escondidas em meio à vegetação e/ou nos banheiros.

Embora seja um local onde ainda ocorre o controle dos corpos, o parque, por ser um ambiente já inserido e estabelecido nos roteiros de sociabilidade LGBTQIAP+ da cidade de Belo Horizonte, é um lugar onde o corpo LGBTQIAP+ sente certo nível de proteção, por conhecerem os códigos que ali operam. Quando você convida um/a LGBTQIAP+ para ir ao parque, ele/a quase sempre sabe onde está indo. Sabe que lá poderá falar determinadas coisas, agir de determinadas formas. Entre excitação e desejo, controle e subversão o parque mostrou-se ser um lugar estratégico.

⁶³Parque Municipal Américo Renné Giannetti. Localizado na região central de Belo Horizonte, e inaugurado em 26 de setembro de 1897, é o patrimônio ambiental mais antigo de Belo Horizonte sido projetado no final do século XIX pela comissão construtora encarregada de planejar a nova capital de Minas Gerais. Possui uma área de 182 mil metros quadrados de extensa vegetação.

⁶⁴Além disso, algumas atividades voltadas para o público LGBTQIAP+ são realizadas no parque como bazares, shows e a “gaymada” uma versão adaptada do jogo queimada e jogada somente por LGBTQIAP+.

Assim, sabendo que os/as sujeitos da pesquisa não iam dizer de si em qualquer lugar, marcamos dia e horário no parque para nossas conversas. Eu levava o gravador, sentávamos sob o coreto e ali iniciávamos os trabalhos. Logo no primeiro encontro percebi os desafios de pesquisar ali. O coreto no qual decidimos realizar as conversas fica ao lado de um dos banheiros do parque. Ao chegar mais cedo no primeiro encontro sentei em um banco ali próximo e aguardei o participante do dia. Enquanto esperava deixei meus olhos vagarem, observando quem ali estava e o que faziam. Pouco tempo depois, percebi que um homem me olhava. Com discrição me lançou olhares cheios de significados. Um misto de excitação e receio me tomou por completo, e embora seja bom ser paquerado, naquele momento eu não estava ali para isso. Até que ele se aproximou, sentou ao meu lado. Perguntou meu nome e como quem quer tudo quis saber o que eu estava fazendo ali.

Essa pergunta lembrou-me do meu objetivo. Recusando seu convite de dar uma volta no parque, expliquei-lhe que estava esperando alguém para uma entrevista e que estava realizando uma pesquisa. O homem que nunca me disse seu nome foi embora em busca de algo mais propício. Mais esse acontecimento me despertou para os desafios de pesquisar naquele ambiente. Fiquei pensando na necessidade de manter o foco, me blindar da couraça de pesquisador. Depois pensei que aquele sujeito diz tanto do objeto de minha pesquisa quanto os/as sujeitos que ali entrevistaria. Compreender as oportunidades que surgem, o que não foi previsto, aquilo que nos desconcerta e nos tenta como possibilidades de enriquecimento da pesquisa foi um aprendizado que tive, mostrando-me que não passamos ilesos e que a pesquisa se constrói, também, com o não programado. Mudar essa chave mental e pensar naquele espaço como lugar de pesquisa e não só de “pegação” e extrair desta confluência de sentidos algo que agregue valor à pesquisa e ao trabalho de pesquisador foi um desafio a ser enfrentado.

Aquele desconhecido, inserido nas redes clandestinas das sociabilidades me fez pensar na importância desses espaços subvertidos para pessoas LGBTQIAP+ negras numa sociedade lgbtqfóbica e racista. Em um espaço pensado para o deleite da tradicional família mineira e belorizontina ocorrem – infiltrados em meio às ficções normalizantes de uma sociedade cisheteronormativa – corpos dissidentes que expõem os regimes que sustentam os privilégios cishétero-branco, bagunçam sua lógica de dominação, intensificam suas crises e desmontam sua ontologia controladora (MOMBAÇA, 2016, p.11). Subverter aquele espaço, criando as condições para que não só seja possível que ocorram encontros e “pegação”, mas, também, inúmeras outras atividades onde o corpo LGBTQIAP+ negro possa aparecer com relativa segurança, incluindo, a realização das entrevistas para esta pesquisa.

Para os/as participantes da pesquisa não foi novidade o fato de que o parque também é um local de sociabilidades LGBTQIA+.

Eu vinha muito aqui com meu ex-namorado. Eu fazia curso aqui perto e depois das aulas a gente sempre vinha aqui com uns amigos (NILO – Fragmento narrativo.
Fonte: Entrevista Narrativa).

Para Nilo, assim como para muitos/as outros/as LGBTQIAP+ que vivem e circulam por Belo Horizonte o parque municipal já está inserido nos roteiros da cidade onde o corpo dissidente pode aparecer. Assim sendo, nenhum/a dos/as entrevistados/as mostrou resistência em realizar as entrevistas naquele ambiente. Diferente da escola que promoveu o emudecimento desses corpos, o parque mostrou-se um local mais propício a fala.

Tentando viabilizar os encontros e torná-los momentos agradáveis, comecei levando um lanche. Tinha suco, biscoitos, água e frutas. Achei que isso ajudaria, pois como nos encontrávamos mais para o final da tarde, os/as participantes sempre estavam na correria e cansados/as já que vinham de uma rotina de estudo e trabalho. Procurei criar um espaço onde pudéssemos ficar à vontade. No primeiro encontro, só eu comi do lanche. Depois do segundo momento de entrevista, os/as participantes pareceram mais tranquilos, inclusive para comer durante nossas conversas. Sentávamos sob uma toalha, eu tirava minhas sandálias, eles/as também o faziam. Depois de um primeiro período de entrevistas mais cheios de constrangimentos e inseguranças, o fato é que com o passar dos encontros as narrativas passaram a fluir mais. Os/as participantes começaram a contar com mais detalhes sobre suas vidas.

Para além desses elementos externos, considero que foi muito importante para a evolução de minha relação com os/as participantes da pesquisa uma mudança na forma como eu me entendia enquanto pesquisador. Considero isso um dos efeitos interpelativos que o contexto político conservador e o processo de pesquisa teve sobre mim e que está de acordo com o que Carin Klein e José Damico (2014) dizem quando afirmam que essa auto reflexividade é fundamental no trabalho com narrativas. Os autores comentam que,

Auto refletir sobre o relacionamento entre pesquisador e o que está sendo pesquisado, os participantes da pesquisa, dando ênfase aos nossos sentimentos, incômodos e prazeres ao longo da investigação. Aí estão incluídos os questionamentos, as estratégias de análise e as reivindicações de autoridade (KLEIN e DAMICO, 2014, p.70).

Procurei falar de modo menos formal durante as entrevistas. Pensando no que disse Megg Rayara (2020a) que o “pertencimento afeminado, viado, bicha ou outro que coloque a cis heteronormatividade sob suspeita, pode ser o laço de fita que nos une” (p.88), passei em alguns momentos a contar algo sobre mim, algo de minha vivência enquanto LGBTQIAP+, me mostrava interessado pelo modo como se vestiam, se adornavam, mesmo quando estava exausto devido a um longo dia de estudo e trabalho, procurei parecer disposto, alegre e risonho, passei a usar termos e expressões do meio LGBTQIAP+ durante nossos encontros e isso pareceu despertar na mente dos/as participantes que eu também era um deles/as, que tínhamos coisas em comum, que de algum modo, nas experiências se entrecruzavam. Isso permitiu que as entrevistas transcorressem com maior fluidez, sem grandes preocupações com formalidades ou desconfianças. Sobre esta questão Cecília Galvão (2205) diz que ter essa sensibilidade proporciona ao/a pesquisador/a um maior conhecimento de si próprio, pela reflexão sobre o efeito que as suas atitudes provocam nos outros, ao mesmo tempo em que obriga a equacionar aprendizagens, a reconhecer limites pessoais e a redefinir modos de agir (p.332).

Essas estratégias de operacionalização do trabalho com narrativas, permitiu que os/as participantes da pesquisa tivessem a oportunidade de relatar ou discorrer de maneira livre e confortável sobre os acontecimentos que consideraram marcantes em suas vidas. Para isso, existiu uma questão orientadora geral, ou seja, um tópico inicial que abordou algo de suas vivências, de seu dia a dia, que os/as motivou a falar naturalmente suas trajetórias de vida (EUGÊNIO e TRINDADE, 2017, p. 125).

Um passo que precisei dar que foi anterior a própria operacionalização do momento da entrevista, mas que exerceu grande influência na criação da questão orientadora e no êxito da pesquisa diz respeito a preparação, ou seja, o momento preliminar em que foi preciso ter bem definido o objeto de estudo, clareza sobre as dificuldades, saber localizar os/as entrevistados /as a partir de critérios previamente estabelecidos e construir, como dito acima, uma boa relação com os sujeitos da pesquisa. Foi nessa fase que estabeleci os acordos, as explicações e informações inerentes ao campo pesquisado. Assim antes de iniciar o processo de entrevistas fiz um amplo estudo sobre o contexto político e social envolvendo a população LGBTQIAP+ no Brasil. Foi necessário fazer investigações preliminares, ler documentos e tomar nota dos boatos e relatos informais de algum acontecimento específico, conforme destacam Eugênio e Trindade (2017). Ao investigar os processos de conservadorismos reacionários engendrados nos últimos anos e seus efeitos sobre as políticas direcionadas à população LGBTQIAP+ pude construir de forma bem clara um ponto de partida para as entrevistas que consistia em pedir que contassem como tem sido suas

experiências enquanto LGBTQIAP+ nos últimos anos. Com esta questão bem ampla, iniciei o trabalho com as entrevistas narrativas.

A criação de uma questão inicial ou como nomeia Pedro Ivo (2020) “questão norteadora” foi fundamental para a produção das narrativas. É importante que esse tópico seja algo de interesse e de domínio do/a entrevistado/a, como também do/a entrevistador/a. Para os autores e Pedro Ivo (2020) também concorda com isso, é preciso que a questão inicial seja suficientemente ampla para permitir aos/as entrevistados/as desenvolver uma história longa que, a partir de situações iniciais, passando por acontecimentos passados, leve à situação atual (p. 127).

A força da questão inicial e que é inerente a todo processo de pesquisa pode desencadear num movimento de estranhamento, típico de quem exercita pouco a reflexão e o relato crítico de si. Um dos participantes da pesquisa comentou,

Eu nunca sei dizer sobre mim, eu vivo muito e não reflito sobre a minha existência. Aí eu vou vivendo e nem vejo o tempo passando e minha vida corre muito rápido e eu parei de fazer terapia tem muito tempo então eu não tenho esse momento eu consigo mesmo sabe. Eu acho que a gente vive muito pouco pra ficar só refletindo, refletindo, refletindo (DANDARA – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista Narrativa).

O processo interpelativo engendrado pela pesquisa narrativa possibilitou a constatação da ausência da autorreflexão crítica como uma prática cotidiana presente na vida da entrevistada. Mais ainda, trouxe à tona certo medo em relação aos efeitos desse exercício que, nas palavras de outro participante, pode ter efeitos tanto positivos quanto negativos.

Eu convivi com muitas pessoas que tiveram problemas mentais e problemas mentais agressivos, tipo depressão, Alzheimer. Então, analisando uns casos mais próximos, eu percebi, por exemplo, que uma tia minha ela era muito nervosa, ela não tinha realizado muitas coisas na vida dela, então, ela se debatia consigo mesmo, sabe. Ela não gostava de quem ela era e acabava refletindo muito, muito sobre isso. Então, quando eu falo que vivo muito e não

reflito tanto, é porque exatamente eu não quero cansar a minha qualidade mental, a não ser que seja uma reflexão pro bem, aí eu acho importante, até porque se eu sou o que eu sou hoje é porque eu refleti sobre algumas coisas passadas e tô desenvolvendo o Nilo do futuro, a reflexão pro bem eu sempre faço, quando tô na rua e vejo algo que me perturba, ou tô vendo televisão, eu não deixo passar em branco. Mas, eu acho que a gente tem limites, porque ficar refletindo o dia inteiro, problematizando não dá (NILO – Fonte: Entrevista Narrativa).

Luana Lima (2021, p. 99, 100) comenta que a condição de inferiorização, subordinação e de invisibilidade de pessoas negras podem acarretar problemas mentais. Segundo a autora, a saúde mental da população negra é diretamente afetada pelo racismo estrutural, que orienta as práticas e relações políticas, sociais, econômicas, jurídicas, afetivas. As experiências de pobreza – condição crônica imposta à existência negra – exposição ou referências contínuas de perigos, ameaças, violências, humilhações e mortes desde a infância são condicionantes que se associam fortemente ao adoecimento físico e psíquico entre a população negra. A este respeito, Grada Kilomba (2019) indica ainda que mulheres brancas acometidas por um mal-estar têm interlocução, autorização social e possibilidade financeira de recorrer aos profissionais de saúde mental, enquanto as negras sustentam suas existências sem recursos apropriados e disponíveis.

O medo de repetir os mesmos processos que a tia, leva Bento a desconfiar desses momentos de autorreflexão. Embrenhado em sua narrativa não está só as suspeitas entre refletir ou não sobre a vida, mas, principalmente, o fato de que sua tia “não gostava de quem ela era”, ou seja, deformada por uma sociedade que lhe impôs uma existência que não lhe aprazia, a tia de Bento se debatia internamente com os efeitos dessa “violência ética” que, dia a dia, minou suas forças de vida e sua sanidade. É neste ponto que a interpelação vem à tona novamente. O que Bento teme é ter que, assim como sua tia, viver uma vida de que não gosta. Tem medo de refletir e pensar sobre a vida porque não quer pensar na insatisfação de não poder ser/agir a seu bel prazer. O contexto político conservador aciona esse fantasma que assombra “as criaturas que vivem no espectro radical das desobediências de gênero e dissidências sexuais e de raça” (MOMBAÇA, 2016, P.8), ter sua existência normatizada, interditada, criminalizada, demonizada, aniquilada.

Veja que sensibilizar os/as participantes a narrarem suas experiências foi um processo que exigiu a superação de receios, desconfianças, ansiedades, foi preciso deixar claro o que significa fazer do processo de narrar a si mesmo uma oportunidade de reflexão, os benefícios que o processo traria para suas vidas, o potencial de transformação que responder a interpelação produzindo narrativas reflexivas de si mesmo pode ter, como é possível notar no fragmento do diário autonarrativo do participante:

Eu sempre tive medo de dizer essas coisas, eu me sinto uma pessoa fraca, e que não consegue lidar com as coisas e chora muito fácil. Eu sempre senti essa questão muito latente dentro de mim, de pensar sobre mim, de falar e ter medo de me expressar, me senti aliviado e feliz quando comecei a refletir sobre o que quero para mim, a falar e me impor, depois que você faz isso, você começa a sentir a necessidade de fazer isso mais vezes, e não só isso, mas, também, dizer pras outras pessoas que elas devem fazer isso. (NILO – Fragmento narrativo. Fonte: Diário Autonarrativo).

A narrativa como processo de reflexão permite que o/a participante, à medida que conta uma determinada situação, compreenda as causas e consequências de sua atuação, criar estratégias num processo de reflexão, investigação e nova reflexão.

Para além da questão disparadora, com o passar dos encontros experimentei fazer o que Carin Klein e José Damico (2014) chamaram de “utilizar de interrupções feitas por artefatos culturais” (p. 70). Incluí em algumas de nossas conversas textos e notícias vinculadas nos meios de comunicação e que diziam das ações do Estado com relação a população negra e LGBTQIAP+.

A estratégia foi a de utilizar a força interpelativa de tais elementos como disparador e mote para as narrativas, tencionando os/as participantes a narrarem sobre os modos particulares de lidarem com a realidade e como pensam a produção de resistências com o fim de viabilizar suas vidas.

Assim, selecionei da internet algumas notícias de grande repercussão nas mídias. Tirei *prints* das matérias e das imagens que as acompanhavam e salvei tudo no meu computador notebook. Durante algumas entrevistas presenciais eu abria o computador, mostrava os *prints* para os/as

entrevistados/as e, em seguida, pedia que comentassem seus sentimentos e impressões sobre a temática. Nos momentos em que a conversa estava acontecendo por meios virtuais, eu enviava a imagem como anexo para os/as participantes, e, igualmente ao modo presencial, pedia que me contassem como reagiam àquilo. Tudo que me era relatado passava a compor um arquivo personalizado de cada participante onde os fragmentos narrativos foram sendo agrupados e sistematizados.

Foi interessante notar que, uma vez estando tomados/as pelo processo de pesquisa, opinar sobre as notícias e como estas se relacionavam com suas vidas, pareceu ser algo mais produtivo, como se construir suas narrativas tendo as notícias como ponto de partida fosse um processo mais “fácil” do que precisar elaborar um relato partindo de um acontecendo pessoal e particular. Não que narrar suas experiências tenha sido algo fácil. Indignação, raiva, medo, ódio, culpa, insatisfação e sarcasmo alternavam-se e sobrepunham-se conforme cada notícia era mostrada. Para os/as participantes da pesquisa, narrar foi experimentar uma série de sensações e sentimentos, inclusive dolorosos. Tais notícias trouxeram a tona incertezas, interpelam visceralmente ao nos lembrar da “intensidade dos cortes e da ancestralidade das cicatrizes” (MOMBAÇA, 2016, p. 4). Uma vez iniciada a narração, meu esforço estava em tentar minimamente possibilitar que conseguissem construir e perceber pontos de contato entre suas vidas e resistências particulares com o contexto político mais amplo no qual suas subjetividades são forjadas.

Os fragmentos narrativos produzidos nesse processo deixaram evidente que os/as entrevistados/as não estavam aquém dos debates políticos que circulavam no meio social à época. Mesmo estando tomados/as individualmente pelas lutas por sobrevivência, os aspectos políticos desse processo não passam despercebido como podemos observar nas evidências a seguir. Observe como cada interlocutor/a produziu, com base nas notícias abaixo, ditos que evidenciam uma crítica política e o sentimento individual de reconhecimento de que a questão diz de suas vidas.

Imagem 1:

Fonte: internet/ notícia de 10/08/2019.

Acho uma conversa que não tem recorte científico, se baseiam muito em religião, em conceitos individuais, que não cabem todo mundo, fazem um alarde em torno disso, acham aberração todos que transitam entre os gêneros... Que eu não posso ser considerado uma pessoa só porque não sigo um padrão de gênero... A palavra “ideologia de gênero” é colocada num contexto muito nada a ver, eles acham que só o fato de eu estar usando uma roupa que não é bem masculina eu vou estar influenciando o céu e a terra (NILO –Fragmento Narrativo. Fonte: Entrevista Narrativa).

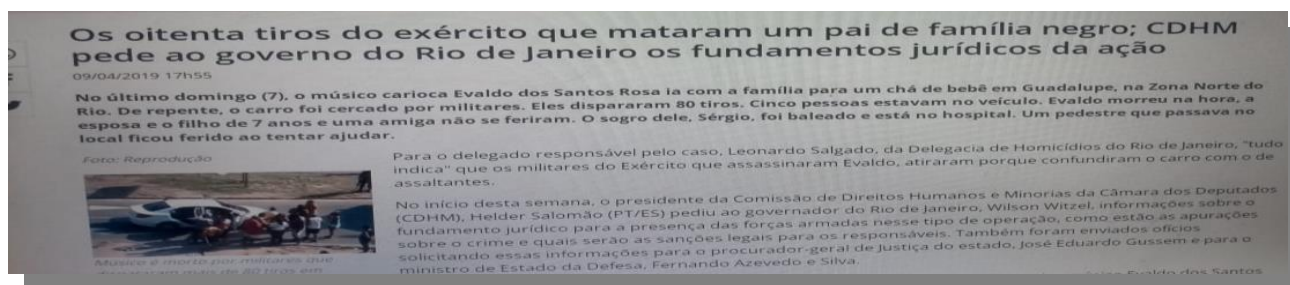
Observe como no relato acima o participante demonstra ter uma opinião crítica sobre a chamada “ideologia de gênero” tão falada no período de campanha de Jair Bolsonaro. Mostra entender o conservadorismo religioso por trás da questão e a ausência do embasamento científico. Mais ainda, os padrões para os gêneros são questionados e fica evidente que o entrevistado os considera arbitrários e sem sentido. Destaco que mesmo que os discursos do “ideologia de gênero” circulem e levantes suspeitas, construindo narrativas inverídicas sobre gênero e sexualidade na sociedade, tais narrativas encontram oposição, como vimos no relato de Eduardo.

De forma indignada é evidenciado na narrativa do participante o que realmente está em jogo. “não posso ser considerado uma pessoa, porque não sigo um padrão de gênero”. Veja que mais uma vez o que preocupa é a possibilidade ou não de gozar de uma existência inteligível na sociedade. Ao

relacionar gênero com o diabo o que Bolsonaro faz, em um país de maioria cristã, é construir uma imagem negativa e monstruosa, não só sobre a produção científica a respeito de gênero, mas, também, sobre todos/as aqueles/as que promovem tais ideias na sociedade. A possibilidade de retroceder do ponto de vistas dos direitos que ajudam na materialização desse corpo LGBTQIAP+ inteligível é algo que preocupa, indigna e nos enche de raiva. Nada mais interpelador que ver Jair Bolsonaro com um sorriso hipócrita disseminando ódio em nome de Jesus.

É em torno da construção da imagem desse “próximo” que deverá ser amado ou odiado que as disputas políticas e morais se constroem. “aprenderam a ler nosso corpo como ameaça” diz Jota Mombaça (2017). Corpos LGBTQIAP+ são dignos de serem amados? Ou tolerá-los já é o bastante? Em relação a nós LGBTQIAP+ e aqui também uso Jota Mombaça (2016) como porta-voz dos/as muitos/as que povoam esse país, já não nos contentaremos com o anonimato, com a clandestinidade, com o silêncio e a aceitação condescendente. Tendo sentido o doce sabor da liberdade de existir de outras formas, “assumimos como ética da existência a desobediência à normalidade social. Vamos desnaturalizar a sua natureza, quebrar todas as suas regras e hackear sua informática da dominação” (P.11), tudo isso para promover a viabilidade e a inteligibilidade de nossas vidas. Vejamos outro exemplo.

Imagem 2:



Fonte: internet/ notícia de 09/04/2019⁶⁵.

Eu vi essa notícia. Fiquei tão chocado. Me fez ficar pensando sobre minha cor, os racismos que sofri por ser negro. Eu acho que eu sofri mais com o racismo porque eu não conseguia esconder que eu sou negro... Me disseram e eu não esqueço disso, quando

⁶⁵Em 14 de outubro de 2021 a justiça considerou culpados os autores do crime. Mais informações em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ultima-hora/pais/oito-militares-do-exercito-sao-condenados-por-mortes-de-musico-e-catador-no-rio-de-janeiro-1.3147763>

eu tinha 3 anos uma mulher me acusou de estar roubando um pente e depois eu fui acusado de estar querendo roubar uma mulher no caixa de supermercado, de uma mulher jogar moedinhas pra mim, sabe quando você passa as compras e aí a mulher empurra assim, ela jogou moedas assim pra mim, achando que eu tava ali, eu era um mendigo e na rua, semana passada eu fui numa loja comprar material pra costura e escutei coisas relacionadas ao meu cabelo e, as vezes, o negro fica tão em foco que as pessoas não ligam pra minha sexualidade. (NILO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista Narrativa).

Neste relato desperta nossa atenção o fato de que a notícia serviu de disparador para que o entrevistado rememorasse acontecimentos de seu passado onde foi vítima de racismo. A interpelação vinda de fora é internalizada visceralmente. “eu sei que eles não estão apenas lá fora. Não vi quando se instalaram, mas eu os sinto mexer bem na espinha dorsal de todos os meus traumas” (MOMBAÇA, 2017). Veja que, mesmo se mostrando chocado com a trágica notícia, a narrativa que é gerada diz menos do acontecimento em si e muito mais de como o entrevistado se viu em situações que significaram a contestação de sua existência negra. Narrar a experiência negra e LGBTQIAP+ é narrar traumas. Traumas que moldam nossa existência e nos subjetivam. O racismo vivenciado por Nilo foi o mesmo que levou membros do exército brasileiro a disparar 80 vezes contra um carro dirigido por um homem negro que, segundo depoimento dos próprios militares, “foi confundido com bandidos”.

A indignação advinda do relato também foi sentida por mim enquanto pesquisador negro. Esta foi uma das ocasiões em que o trabalho com minha tese me levou a exercitar a capacidade de me pautar enquanto negro numa sociedade racista como a nossa. Comecei a pensar mais no fato de ser negro e não só gay, mas, um homem negro e gay. O entendimento das marcas da diferença em meu corpo tencionado pelo processo de pesquisa fez com que relatos de racismo me soassem muito mais viscerais, tornei-me mais sensível, inclusive, para questionar situações em que vivencie do racismo estrutural e não percebi. O relato de Nilo mediado pelo artefato da notícia jornalística denuncia toda uma lógica de desigualdade racial e de como esta constrói determinadas narrativas sobre corpos negros.

A naturalização do racismo promovida pelas “máquinas de fazer desperceber conflitos e desigualdades estruturantes” (MOMBAÇA, 2016, p.4), perpetua narrativas fundadas em estereótipos e que operam promovendo o aniquilamento dos corpos negros. “Quando a gente quebra, que infraestruturas se precipitam, as do cuidado ou do descarte? ”, questiona Jota Mombaça (MOMBAÇA, 2017). Mais ainda, a maquinaria racista que faz funcionar nossa sociedade atua de modo a promover a desumanização desses corpos que, muitas vezes, não são sequer lamentados quando atingidos pela violência racista. Neste respeito, as palavras de Jota Mombaça (2016) nos traz uma verdade potente,

É fundamental que abandonemos a posição de vítima – mesmo quando o estado, a polícia, o branco e o homem cis tem historicamente demonstrado a sua incapacidade de abandonar a posição de agressor. Não há saída senão aceitar de uma vez por todas que fomos inscritos numa guerra aberta contra nossa existência e que a única forma de sobreviver a ela é lutar ativamente pela vida. (MOMBAÇA, 2016, p.14).

Lutar ativamente pela vida não porque somos interpelados somente, mas, também, porque, no fundo, sabemos que não temos outra escolha. “O que sobra de um corpo negro, quando ele próprio consente perder a batalha contra o mundo? ” (JOTA MOMBAÇA, 2017). Rejeitamos as normas estruturantes que definem a narração de nossas vidas e depois nos aniquila. Precisamos ser capazes de demolir as prisões impostas a nossa existência e a nossa resistência. Recusamos indignadamente o “assalto reiterado de nossas forças, saúdes, liberdades e potências” (MOMBAÇA, 2016, p. 13). Já não aceitamos continuar nossas vidas “assombrados/as pela política do medo instituída como norma contra nós” (MOMBAÇA, 2016, p. 13).

Tendo dito dos modos de produção das narrativas nesta pesquisa, acho importante relatar uma dificuldade que tive e vejo isso como um efeito interpelativo da pesquisa no trabalho do pesquisador, que se refere a necessidade de, ao escutar os relatos narrativos dos/as participantes, operar com o silêncio. “E se você for agoniado, lembre-se de ficar calado, porque você não fala não” digo eu no cordel que abre esta tese. Agoniado como sou e estando tomado pelos relatos dos/as entrevistados/as visto me identificar com o que era dito, foi preciso exercer a capacidade de controlar o desejo de fala despertado em mim. Segundo Sandra Andrade, (2014) não basta fazer a pergunta boa, desdobrar um dito ou aproveitar as palavras soltas; é preciso ouvir o silêncio e suportá-lo, fazê-lo narrar tanto quanto a palavra. É preciso estar preparado para o inesperado, pois, nos tornamos algumas vezes, o confidente de um caso sofrido, a possibilidade de um desabafo (ANDRADE, 2014, p. 194). Segundo Butler (2017), o silêncio pode inclusive engendrar uma

resistência por parte do entrevistado à pergunta, quando isso acontece a recusa de narrar não deixa de ser uma relação com a narrativa e com a cena interpelativa (p.23).

Diante disso foi preciso desenvolver algumas cautelas. Precisei realizar um trabalho interno de controlar meu ímpeto de fala. Lembrava-me todo o tempo que no momento da construção da narrativa não é aconselhado fazer muitas interrupções sem propósitos. O que há de se fazer são raras intervenções quando permitido ou necessário, sempre com a intenção de incentivá-los à narrativa. Na ocasião em que o entrevistado aparentava ter concluído sua narrativa intervi com perguntas do tipo: “é tudo que você gostaria de me contar?”, ou “haveria ainda alguma coisa que você gostaria de dizer?”, uma vez que, conforme questiona Pedro Ivo (2020, p. 134), parafraseando Audre Lorde (2009, p. 40), “quais são as tiranias que vocês engolem dia após dia e tentam torná-las suas até que vocês adoecem e morram delas, ainda em silêncio?”, ou seja, subjetivados/as sob a égide tirânica das opressões silenciadoras, é preciso estar atento e sensível para perceber quando o silêncio deve ser respeitado e quando este deve ser subvertido.

2.5. As ferramentas de registro dos relatos narrativos.

Como estratégia de registro dos relatos produzidos optei por operar com duas ferramentas principais. Isso se deveu às próprias demandas dos/as participantes da pesquisa e a uma tentativa minha, enquanto pesquisador, de experimentar diferentes ferramentas para viabilizar não só as entrevistas em si, mas, também, seu próprio registro.

Neste respeito, é importante dizer que a entrevista narrativa de inspiração etnográfica foi praticada nesta tese em dois formatos distintos. Primeiro, de forma presencial, onde em encontros marcados com os/as participantes pude ter acesso aos seus relatos e com sua autorização pude grava-los em áudio. O gravador foi, assim, o instrumento usado para registrar as narrativas produzidas oralmente e de modo presencial. Os encontros para as entrevistas duravam em torno de 1 hora, 1 hora e meia, em algumas situações, sobretudo, quando realizados no parque municipal. Nos encontros realizados nos espaços da escola, foi possível realizar entrevistas que duraram no máximo 30 min de cada vez, como descrevo no fragmento do diário de campo do pesquisador abaixo,

Após o contato inicial de apresentação da pesquisa para os/as interessados/as, marquei algumas primeiras conversas gravadas. Estas foram realizadas na escola, durante uns poucos minutos (cerca de 30min) que tinha disponível entre uma aula e

outra. Assim, os/as participantes precisaram sair de suas aulas durante alguns minutos para conversar comigo. Este é, por si só, um problema: retirá-los/as da sala. Tem o problema da perda de conteúdos, da interrupção das aulas dos colegas professores, as vezes, tinha prova ou trabalho acontecendo e a entrevista precisava ser adiada. Quando dava certo, nos reuníamos na biblioteca para conversar. (Trecho diário de campo do pesquisador -10/07/2019).

Produziu-se, assim, narrativas em fragmentos. Foi juntando os fragmentos narrados que foi possível compor os relatos de si presentes nesta tese. Como ferramenta adicional fiz uso de um diário de campo pessoal onde privilegiei o registro das sensações e sentimentos que tive durante os momentos de entrevistas. O diário de campo do pesquisador serviu como ferramenta de “desafogo”, ou seja, nele escrevi minhas frustrações, inseguranças e alegrias em relação ao pesquisar, como pode ser observado no fragmento a seguir:

As primeiras entrevistas foram muito turbulentas e cheias de percalços. Não estou satisfeito como o andar da carruagem (Trecho diário de campo do pesquisador-10/07/2019).

Segundo Klein e Damico (2014), essa ferramenta tão cara as pesquisas de inspiração etnográfica podem nos ajudar a “configurar nossa forma particular de conhecer e ocupar os espaços de trabalho e pesquisa” nos permitindo refletir sobre nossa organização e inserção no trabalho de campo. O diário de campo deve ser assim não só uma ferramenta de registro, mas, sobretudo, de reflexão sobre a pesquisa, expandindo nosso entendimento sobre as nuances da pesquisa (p.77, 78).

Uma vez gravada as entrevistas em áudio pude com calma e atenção escutar tantas vezes fosse necessário. Acompanhado das observações escritas no diário de campo, o registro das narrativas em áudio foi de grande ajuda para o entendimento dos modos como as histórias eram contadas. Trabalhando sobre o discurso oral pude está atento às hesitações, as repetições, às pausas, às inflexões, as ironias e deboches que pontuam o discurso, conforme Galvão (2005, p.334) chama nossa atenção em sua pesquisa. Todos esses elementos enriquecem as análises e nos permitem atentar para mudanças no estilo de narração e no teor do que é narrado. Segundo a referida autora,

A análise narrativa pressupõe a exploração não só do que é dito, mas também de como é dito. Olha-se para o conteúdo e para a forma, podendo examinar-se o modo figurativo como a linguagem é usada. Metáforas, analogias, semelhanças e outros tipos de imagens, fornecem indicação sobre um significado diferente do que é dito (GALVÃO, 2005, p.335).

No caso desta pesquisa é possível evidenciar isso ao observar o modo como o entrevistado narra suas experiências enquanto LGBTQIA+ e negro. A presença do sarcasmo, da ironia compõe o que é dito. Diz ele,

Se fosse pra me dar uma sigla mesmo, eu diria que eu sou pansexual, porque eu meio que não me importo com gênero, eu gosto é das pessoas, gosto de beijar na boca (faz essas falas com um tom de voz bem afetado, como se tirasse onda, diz que gosta de piroca e que menina é só pra beijar, o que me pareceu ser uma contradição já que diz ser pansexual. Parece que ser enquadrado numa sigla não é o importante pra ele). A vida inteira eu me considerei negro, mas eu nasci rosa, bem pink, Damares que se segure, mas, se eu for me apresentar socialmente eu for falar que eu sou hispânico né (eu rio e pergunto o porquê, ele diz que tá brincando e que geralmente ele se apresenta como mestiço ou como pardo. (NILO – Fragmento Narrativo. Fonte: Entrevista Narrativa).

Esse relato evidencia não só a importância que atentar para as nuances do que é dito e como é dito durante a entrevista tem para o enriquecimento das análises das narrativas, mas, também, deixa evidente o quão precioso é o registro gravado do que é dito pelo/a participante, uma vez que permite ao pesquisador retornar ao material quantas vezes forem precisas, esmiuçando o que foi dito em seu conteúdo e forma. No caso do trecho de entrevista em destaque é possível perceber como através do deboche e da ironia o entrevistado deixa evidente estar atualizado com termos utilizados pelo meio LGBTQIA+ como o é o termo pansexual, além de mostrar estar por dentro das polêmicas envolvendo gênero e sexualidade existente àquela época, a saber, a polêmica levantada, á época, pela então ministra Damares, sobre meninos usarem azul e meninas, rosa.⁶⁶

Outra atividade necessária na pesquisa após as narrativas terem sido gravadas refere-se à transcrição do material. “E é na hora da transcrição que dá até um comichão, quando tomamos

⁶⁶Refiro-me a declaração polêmica emitida, à época, pela Ministra da Mulher, da Família e Direitos Humanos, Damares Alves. A notícia pode ser encontrada em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-diz-damares.shtml>

consciência que pra narrar a experiência tem que ter disposição” (CORDEL). Transcrever foi útil para que eu tivesse uma boa apresentação do material, e por mais monótono que o processo de transcrição tenha sido, ele propiciou um fluxo de ideias para interpretar o texto. Além do arquivo com as narrativas escritas dos/as participantes, criei outro com as transcrições das entrevistas de cada participante. Com esse material impresso pude selecionar mais facilmente o que seria usado, fazia marcações no texto e usava cores diferentes para destacar cada questão abordada nos relatos. Tomei a tarefa de transcrever como fundamental, pois no texto pude encontrar as nuances do que foi narrado. Os textos transcritos podem ser reexaminados à procura de anedotas e histórias que, de outro modo, se perderiam, para se investigar o seu conteúdo, a estrutura, a função e gênese na entrevista, comenta Galvão (2005, p.332).

Explicitado as ferramentas de inspiração etnográfica e sua operacionalização discorro, a seguir, sobre os instrumentais oriundos do campo netnográfico e que foram de grande utilidade nesta pesquisa. Nesse respeito, destaco o uso da entrevista narrativa *on line* síncrona e assíncrona e os desafios de seu uso.

Utilizar a internet como local e ferramenta de pesquisa para a produção de parte do material empírico da tese foi um desafio em particular. Para me guiar nessa empreitada me inspirei no trabalho com entrevistas narrativas on-line realizado por Jeane Félix da Silva (2014). Assim, sobre o uso desses instrumentais a autora comenta algumas vantagens dizendo que a escolha de mecanismos de comunicação instantânea como ferramentas para a produção do material empírico nos permite acessar os/as participantes de diferentes lugares; realizar entrevistas em horários e dias variados, manter o anonimato, etc (FÉLIX DA SILVA, 2012, p. 49). Mais ainda, com o advento da Pandemia do Coronavírus - Covid-19 e a implementação de medidas de isolamento e distanciamento social, o meio virtual tornou-se o único possível para dar continuidade a pesquisa, uma vez que, não podendo prever o quanto demoraria o controle da pandemia, não poderia simplesmente esperar o tempo passar e deixar de aproveitar esse período caótico para dar seguimento a produção das narrativas por meios que não o presencial.

Segundo Jeane Félix (2014) a técnica da Entrevista Narrativa On-line foi desenvolvida numa tentativa de adaptar as usuais entrevistas presenciais para o espaço virtual, isso porque a pesquisa qualitativa não escapou aos efeitos da revolução tecnológica “*fulltime*”. Para tanto, o pesquisador deve se certificar de que seu tema de pesquisa se adequa ao uso da pesquisa on-line. Além disso, para a utilização deste instrumental é necessário que pesquisador/a e entrevistado/a tenham acesso à internet, estejam familiarizados com as muitas formas de comunicação on-line, bem como serem acessíveis via internet.

As entrevistas narrativas podem ser realizadas de duas formas distintas: 1) de forma síncrona, quando pesquisador/a e entrevistado/a conversam em tempo real; ou 2) de forma assíncrona, quando o/a pesquisador/a envia as questões para o/a entrevistado/a e este/a responde após algum tempo, não precisando estarem on-line simultaneamente (FÉLIX DA SILVA, 2014, p. 137). Contudo, a despeito de se a entrevista será realizada de forma síncrona ou assíncrona, na entrevista narrativa on-line, assim como nas entrevistas realizadas presencialmente, é necessário que o pesquisador desenvolva uma relação temporal harmônica com os sujeitos pesquisados, a fim de que o instrumental on-line não se configure num empecilho à interação invés de numa ferramenta de efetiva ajuda.

Todavia, a utilização das Entrevistas Narrativas On-line exige uma modificação na forma como o processo investigativo é encarado pelo pesquisador. Por exemplo, não se trata mais de ir a campo e, sim, estar em campo. Sobre esta sutil relação, Jeane Félix comenta que

O fato de não estar disponível em tempo real, isto é, no mesmo instante em que meus/minhas informantes estavam conectados/as, não me fez ausente do campo, pois o meu perfil estava ali e, nesse sentido, era possível deixar mensagens e recados para que eu os acessasse assim que ficasse on-line. Neste tipo de pesquisa parece importante, pois, pensar que ir a campo é um termo que não dá conta da dimensão que acabo de destacar. Assim, parece que estar em campo é mais apropriado, uma vez que, nessa direção, mesmo não estando on-line, estive sempre em campo (FÉLIX DA SILVA, 2014, p. 139).

Uma pré-condição para o sucesso na condução da entrevista é explicar o caráter específico da situação de entrevista ao entrevistado. Questionei-os/as sobre sua disponibilidade, se tinham acesso fácil a internet para a realização desta modalidade de entrevista. Isso não pareceu ser problema para os sujeitos da pesquisa, pois, todos/as dispunham de internet em casa, bem como de internet móvel através de seus Smartphones. Alguns participantes me ofereceram seu número no Whats App para que a entrevista fosse realizada por meio deste aplicativo. A maioria das entrevistas síncronas realizadas virtualmente nesta pesquisa ocorreram tendo o whats App como ferramenta principal. Foram-me enviadas mensagens escritas e por áudio de voz. Além do whats App, também foi utilizado o *Direct* do Instagram onde semelhante ao que acontecia no whats App as narrativas foram sendo construídas fragmento por fragmento, tanto de forma escrita como por áudios gravados.

Semelhante ao que aconteceu na pesquisa de Jeane Félix (2014, p. 140), a maioria dos encontros com as/os participantes nem sempre se caracterizou como um momento formal de entrevista. Eu tentava ter sensibilidade e perceber, a partir de algumas perguntas, se a/o participante queria/podia participar/continuar a entrevista naquele instante. Tive que atentar para isso, principalmente, quando precisei contatar novamente alguns participantes em horários fora do

combinado, visto ter acontecido algum imprevisto que inviabilizou a realização da entrevista. Isso me ensinou que, o fato de o participante se encontrar on-line não quer dizer, necessariamente, que ele vá estar disponível para uma conversa. Algumas vezes, precisei esperar alguns dias para obter retorno de alguns sujeitos, em outras situações, me pediam para interromper a entrevista visto que precisavam se desconectar por algum motivo.

É importante que se diga que o tempo da entrevista no meio virtual é um pouco diferente de uma entrevista presencial. Na internet, as fronteiras de tempo e espaço misturam-se, se reconfiguram. Numa entrevista on-line, o ritmo é influenciado, também, pela qualidade/velocidade do provedor de internet que é utilizado pelos participantes. Como praticamente todos os entrevistados estavam on-line para as entrevistas através do aparelho de celular Smartfone, a dinâmica das entrevistas, muitas vezes, era atrapalhada pela queda/diminuição do sinal de internet. Uma internet muito lenta pode fazer com que uma entrevista demore muito para ser concluída, já que era preciso esperar muitos minutos até que o participante visualizasse a pergunta e a respondesse. Esse se mostrou um problema recorrente durante o processo de pesquisa, me fazendo perder muito tempo, já que precisava ficar esperando a resposta do entrevistado, sem saber se ele voltaria ou não para a conversa. Isso gerou em mim muita impaciência e desconforto, a sensação era de que as entrevistas levavam uma verdadeira eternidade para serem concluídas, além de me dar a impressão de que os participantes não estavam mais interessados na pesquisa, impressão que se mostrou falsa, pois, quando retornavam sempre culpavam a internet ruim pela interrupção do diálogo online.

Mais ainda, era preciso dividir a atenção dos participantes com as muitas distrações que o aparelho Smartfone proporciona. Como no mesmo aparelho os participantes tinham acesso não só ao whats App e Instagram, mas também, a outros inúmeros aplicativos e redes sociais, em muitas ocasiões, percebi que os/as mesmos/as não conversavam apenas comigo, mas, estabeleciam conversas simultâneas com outras pessoas. Isso também foi percebido por Shirlei Rezende Sales (2014) sobre sua pesquisa em meios virtuais, “a interrupção das entrevistas é um problema que persiste também no procedimento on-line já que, por vezes, o/a entrevistado/a tecla com o/a pesquisador/a e com outras pessoas simultaneamente” (SALES, 2014, p. 125).

Os fragmentos narrativos produzidos no meio virtual foram cuidadosamente organizados por mim com um marcador que identificava aquele material como tendo sido produzido virtualmente. Uma vez feito isso, anexava-os juntamente ao material obtido nas narrativas presenciais. O mesmo aconteceu com os áudios enviados por whats App e Instagram. Transcrevi todos, sinalizei a origem do material com um marcador que indicava de onde a narrativa tinha sido extraída.

Tendo organizado os arquivos escritos, em áudios e os materiais transcritos, direcionei minha atenção para uma ferramenta que experimentei nesta tese e que, juntamente com as entrevistas narrativas presenciais e on line, atuaram como instrumento de produção dos relatos. Foi a ferramenta que teve maior durabilidade na pesquisa, uma vez que, os participantes iniciaram sua produção ainda no início das entrevistas presenciais e, mesmo quando as entrevistas presenciais e on line já haviam sido encerradas, este continuou sendo utilizado pelos/as colaboradores/as da pesquisa, inclusive, durante o período de isolamento causado pela pandemia.

Chamo essa ferramenta de Diário Autonarrativo dos/as participantes da pesquisa. Uma ferramenta de registro de inspiração etnográfica que pôde ser usada tanto durante o período das entrevistas presenciais, quanto durante as entrevistas virtuais. No caso desta pesquisa, tratou-se de um diário construído virtualmente no qual os/as participantes puderam, ao longo da pesquisa, escrever e explorar uma espécie de escrita autônoma de si. Tomei como exemplo o diário de campo do/a pesquisador/a. Me pareceu interessante e produtivo que os/as entrevistados/as também pudessem externalizar o que sentiam fora dos momentos de entrevistas.

A escolha de tal instrumental metodológico objetivou permitir que os/as participantes da pesquisa experimentassem um modo mais livre de reelaboração de suas experiências, vivências, ao mesmo tempo em que os/as permitem refletir sem muitos direcionamentos sobre como tem administrado suas vidas precárias e com quais efeitos. Trata-se de uma tentativa de possibilitar aos/as participantes um exercício de um retorno a si mesmos, explorando os processos éticos dessa produção.

A experimentação dessa ferramenta metodológica que se inspira num processo autobiográfico permite a construção em primeira mão de um “relato sobre sua vida ou parte dela, existindo ou não uma questão motivadora” (IVO, 2020, p. 48). Estando constantemente interpelados pelo contexto político exposto nesta tese e pelo próprio processo de pesquisa, os/as participantes fizeram um uso do diário auto narrativo que se distinguiu do que faziam durante as entrevistas presenciais ou virtuais, uma vez que com o diário auto narrativo eles/as próprias decidiam sobre o que escrever, como escrever, tendo entendido o objetivo da pesquisa e como esta se relacionava com suas vidas, não foi preciso que eu direcionasse a produção do diário com perguntas ou mesmo tópicos a serem seguidos na narrativa, em relação ao uso desta ferramenta minha participação enquanto pesquisador se reduziu a incentivá-los/as a escrita, mas, pouca influência tive sobre o processo pois até receber os escritos não sabiam o foco que davam a escrita.

Se, como nos diz Megg Rayara G. de Oliveira (2020a), “o trajeto de uma bicha não é feito em linha reta, e tão pouco por terrenos planos: é um ziguezague constante por terrenos acidentados”

(p.80), isso se refletiu nas narrativas produzidas. Sobre esta questão Márcio Caetano (2016) comenta que nas narrativas o passado se reconstrói de maneira não linear. Diz o autor, “não é o passado linear que se reconstitui na narrativa, e sim tudo aquilo que foi privilegiado na experiência que marcou nossos corpos e auxilia na forma como nos colocamos no mundo hoje” (p. 34, 35). Diante disso, ficou evidente para mim que a questão inicial que eu havia colocado para interpelar os/as participantes logo se desdobrou em variadas direções e diferentes relatos. No diário, escreveram o que sentiam, as formulações que estavam elaborando sobre o que viveram e sobre si mesmos.

Organizei e agrupei os escritos que me foram enviados, produzidos de forma autônoma pelos participantes, sem minha interferência direta. Trata-se de fragmentos narrativos que me foram enviados por e-mail e por mensagens escritas no meu *direct* do Instagram e whats App. Estes foram, especificamente os espaços onde esse diário auto narrativo foi produzido. O que chamo, assim, de diário narrativo não é necessariamente e somente uma ferramenta física de escrita, estou considerando como parte deste diário auto narrativo todos os relatos que me foram enviados em primeira mão pelos participantes sem a minha intervenção direta de pesquisador. Frutos de seus momentos pessoais de reflexão e elaboração esses fragmentos foram usados por mim como material suplementar ao das entrevistas. Vale dizer da riqueza e profundidade do que foi escrito, deixando evidente outro estilo narrativo que, provavelmente, só foi possível pelo caráter autônomo e sem formalidades que a escrita auto narrativa propiciada pelo diário carrega.

O diário narrativo produzido pelos participantes com maior intensidade nos meses de pandemia pareceu servir não só de ferramenta metodológica, mas, sobretudo, de ferramenta de fuga e desabafo com relação ao cenário caótico de medo intensificado pela pandemia.

Aqui tá uma coisa louca! Nem sei mais aonde começa e se existe algum final. Continua tudo desgovernado por aqui, mas ok. Antes de chegar em conclusões, eu preciso falar mais sobre o Nilo e quais são as ideias que ele acredita (BENTO – Fragmento Narrativo. Fonte: Diário auto narrativo-10/08/2020).

Um diferencial que percebi nas narrativas advindas do diário auto narrativo diz respeito ao estilo de escrita narrativa. No trecho acima o entrevistado refere-se a si mesmo em terceira pessoa, o que nunca havia acontecido durante os momentos de entrevistas. Isso me fez pensar que este pode

significar uma espécie de construção de um distanciamento em relação ao vivido, em relação a si mesmo, num movimento de reflexividade pautada na constatação de si e no seu posterior estranhamento.

Outro ponto observado nos diários autonarrativos diz respeito a presença de um tom mais sublime e, de certa forma, poético dos relatos escritos. Veja abaixo um desses casos,

Não tenho nada a oferecer além da minha tristeza profunda e um luto social aflorado. Uns dizem que eu sei costurar, outros nem sabem por que eu não costumo contar; eu, talvez, acho que sei costurar e considero, humanamente, importante! Uns chamam de arte, por quê? Eu não sei explicar! Eu chamo de amor, mas também chamo de ódio, eu chamo de luto. (BENTO – Fragmento Narrativo. Fonte: Diário autonarrativo-29/06/2020).

Diferente dos relatos orais e escritos durante os momentos de entrevistas que, geralmente, vinham cheios de hesitações e repetições, provavelmente porque narrar algo na presença de outras pessoas pode ser algo constrangedor e embaraçoso, os relatos presentes no diário auto narrativo evidenciam uma poética mais estruturada, melhor arquitetada, visto que sendo um processo realizado sozinho, os participantes da pesquisa puderam refletir com calma sobre o que escreviam e, também, sobre o modo como escreviam. Percebe-se, assim, em alguns casos, um estilo mais formal e introspectivo que parece revelar o exercício de um olhar para dentro de si, ocasionando inclusive em mudanças de concepções como podemos observar no fragmento narrativo abaixo,

Eu não sei se te contei, mas desde que entrei na UFMG estou pesquisando e aprofundando meus conhecimentos sobre sexualidades dissidentes. Atualmente, estou procurando meios junto a uma professora minha para desenvolvermos uma pesquisa sobre fetichismo e moda. Só falei mesmo porque amadureci algumas ideias antigas minhas... Faz parte eu acho da nossa caminhada. Na verdade, eu não me conheço, eu me desconheço demais, isso acontece todo dia, a gente muda, a gente passa por processo,

conhecemos novas pessoas que nos fazem repensar sobre a vida e a gente acaba mudando nossos pensamentos, aí a gente se desconhece, e precisa se reconhecer, acho que a vida de qualquer ser humano é dessa forma, se desconhece ao extremo ao mesmo tempo em que se conhece ao extremo e fica nessa dualidade entre se conhecer e não se conhecer. (BENTO – Fragmento narrativo. Fonte: Diário autonarrativo – 26/07/21).

Revirar memórias do passado, sensações do presente, medos e projeções do futuro numa espécie de movimento turbilhonar que, mesmo cutucando feridas, fazem sentir o tecido vivo, dando-lhes a certeza de que há ainda vida a ser vivida e mesmo que fiquem cicatrizes estas servem de lembrete de que, para alguns, viver (e pesquisar) é nunca passar ileso.

Entre fragmentos orais e escritos, produzidos presencialmente ou no meio virtual, de forma síncrona e/ou assíncrona, os instrumentais metodológicos operacionalizados nesta pesquisa objetivaram possibilitar a produção e o registro das narrativas. Nos entremeios da organização do material coletado, chega o momento de desdobrar em análises para a constituição desta tese. No tópico seguinte, evidencio alguns pressupostos para as análises aqui realizadas.

2.6. Análise das entrevistas narrativas.

A organização do material e as análises empreendidas nesta pesquisa procuraram refletir os pressupostos de inspiração do campo pós-crítico, sobretudo, a perspectiva da análise do discurso. Para Cecília Galvão (2005) a questão principal que se põe diante do/a pesquisador/a, tendo em conta estes níveis de representação, é a de “como estruturar a narrativa para poder ser analisada e interpretada, ao mesmo tempo em que forma um relato coerente e agradável para ser lida” (p. 333), essa questão “pressupõe a escolha do que parece ser um discurso claro e coerente para que a história tenha sentido e credibilidade para quem lê” (p. 336).

As análises produzidas sobre as narrativas caracterizam-se pela sua parcialidade uma vez que foram produzidas com base naquilo que consegui ver e significar com as ferramentas teórico-

analíticas que escolhi para operar. As análises produzidas farão parte das redes de poder e disputarão na luta pelo verdadeiro, conforme diz Paraíso (2014, p.30).

Outro procedimento de análise explicitado por Meyer (2014) diz respeito a “estranhar o que é aceito como normal, desnaturalizando-o, e familiarizar-se com o estranho” (p. 59, 60), Abrir mão de enfoques teóricos que priorizam o caráter explicativo e prescritivo do conhecimento para assumir enfoques que estimulam a desnaturalização e a problematização das coisas que aprendemos a tomar como dadas, esta deve ser a tônica de uma pesquisa que analisa discursos.

Segundo Rosa Fischer (2001), ao buscarmos analisar os discursos, precisamos nos distanciar de explicações unívocas, das interpretações fáceis ou da busca por um sentido último. Isso significa que não há um sentido oculto aguardando ser revelado ou uma verdade a ser descoberta; o que há são enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento. Analisar o discurso seria dar conta exatamente disso: de relações históricas, que praticas concretas que estão vivas nos discursos. (p. 198, 199). Trata-se, assim, de analisar porque algo é dito, daquela forma, em determinado tempo e contexto, interrogando sobre as condições de existência do discurso, “colocando em movimento as condições sociais, culturais, políticas e as relações de poder que marcam as circunstâncias do diálogo estabelecido” (ANDRADE, 2014, p. 183).

Empreendi o trabalho de agrupamento e a comparação entre as trajetórias individuais, o que me permitiu ter uma noção mais ampla dos relatos, pois, além de uma narrativa individual, estava implicada também cada narração uma teia de aspectos que envolvem diversos contextos e histórias que se entrecruzam. Assim sendo, identifiquei alguns pontos de contato entre as diferentes narrativas dos/as participantes.

Inspirado pela pesquisa de Pedro Ivo (2020, p. 61, 62), percebi que os/as entrevistados se reconheciam como negros/pardos, de famílias negras e cujas vivências em bairros da periferia de Belo Horizonte e sob uma situação econômica familiar precária. Além disso, os/as participantes reconheceram que o período formativo de suas vidas na família, na escola ou no cotidiano social, foi repressivo em relação a qualquer desvio da norma social que pautava a expectativa sobre si.

Com estes pontos de contato em mente, comecei a selecionar os fragmentos que comporiam a tese. Para organizar o material foi necessária inúmeros movimentos de ida e vindas ao material das entrevistas, o que me permitiu absorver algumas dessas narrativas e internalizá-las de tal forma que isso facilitou no momento da escrita o resgate desses trechos. Conforme disse Jeane Félix (2014) percebi que as narrativas foram se entranhando em minhas reflexões, de modo que no “recorta e cola, as entrevistas confundiam-se, assimilavam-se, diferenciavam-se, pouco a pouco,

percebi que os fragmentos narrados iam se modificando, transformando-se em outros textos, no meu texto”. (p.145, 146).

Os capítulos a seguir mostram como as narrativas foram convertidas em reflexões e engendradas num jogo político mais amplo, ao evidenciar como os/as participantes da pesquisa criaram modos próprios de fazer a vida proliferar.

3. MODOS DE GERENCIAMENTO DAS DISSIDÊNCIAS.

As diferentes formas de incidência dos discursos antigênero e racistas nas instituições e os variados modos como estas reverberam esses discursos, criam cenários que, por vezes, intensificam a precarização das vidas LGBTQIAP+ negras, demandando um complexo arsenal de estratégias que as ajudem a sobreviver de formas seguras, “fazendo desta sociedade um lugar mais habitável” (NOLASCO-SILVA e SOARES, 2020, p. 331). No que diz respeito aos/as participantes desta pesquisa, como se posicionaram nos cenários em que os discursos neoconservadores disputam “materializar a existência de seus corpos dissidentes”? (BUTLER, 1999, p.151). Vejamos como os/as colaboradores/as da pesquisa narraram suas experiências com raça, gênero e sexualidade e com que efeitos. Os diferentes episódios narrados guardam distâncias e proximidades entre si e evidenciam os modos como a “vida miúda, cotidiana, fricciona os discursos” neoconservadores e vice-versa (POCAHY, 2020, p. 311).

Os tencionamentos produzidos pela dissidência nos jogos de poder que permeiam as instituições criam episódios que desempenham papel importante nos processos de invenção de “estratégias que afirmam a vida” (PARAÍSO, 2018, p.7). No caso desta pesquisa, mesmo nos relatos em que vemos um maior acolhimento para as questões da dissidência é possível notar que isso não se dá sem conflitos. Os modos como as instituições gerenciam a dissidência, sobretudo, de gênero e sexualidade nos mostra que nos jogos de poder que permeiam as relações no interior dessas instituições nada está dado e que os “signos da hostilidade e da aceitação” (PARAÍSO, 2020, p.37) compõem uma instável dinâmica. Esses signos não estão em todas as instituições. Estão naquelas que atingem as regiões mais locais, mais pontuais, os territórios onde o poder funciona por agenciamentos microscópicos, irregulares. Neste ínterim, a família e a escola são as instituições

escolhidas como foco das análises porque emergiram do relato das experiências dos/as próprios/as colaboradores/as da pesquisa. Instituições que emergem das experiências relatadas, sobretudo, com gênero e sexualidade.

É nos entremeios das vivências cotidianas, em contextos sociais e políticos de neoconservadorismo que buscam reiterar os padrões da branquitude cisheteronormativa, que “os corpos marcados pela abjeção” (BUTLER, 2001) transitam, se fazem presentes e desestabilizam a norma neoconservadora. Neste ínterim, a busca por uma existência que goze de inteligibilidade e visibilidade é trabalho que não cessa e que se reconfigura constantemente mediante as diferentes formas de tencionamentos empreendidas no interior das relações nas diferentes instituições.

3.1. A família e as dissidências: entre os signos do amor e da rejeição.

As narrativas que serviram de material para esta tese além de evidenciar os escapes e as alternativas inventadas pelos/as participantes para serem aceitos/as nos termos da sua dissidência de raça, gênero e sexualidade, também, apontam para os modos com que as instituições lidam com a dissidência. Os relatos expostos neste capítulo dão conta dos jogos estratégicos envolvendo o “assumir-se” para a família e as vivências no espaço escolar.

É importante destacar que, ao me referir à família não quero me referir a esta instituição como somente o espaço doméstico, ou espaço da casa, mas sim, um conjunto de relações que tem uma funcionalidade específica que é permeada por lógicas de poder que vem de fora e constitui lá dentro um funcionamento, uma territorialidade abrindo, também, a possibilidade de se produzir desterritorializações, ao se produzir questionamentos aos espaços.

Começo com o relato de Nilo sobre como sua família acolheu sua dissidência de gênero e sexualidade sem conflitos aparentes. Ele conta,

Minha família veio de uma geração perfeita pra mim, graças a deus, nunca tiveram problemas com *viado*. Tem uns tios que destoam um pouco com uma homofobia assim de leve, piadinhas, brincadeiras sem graça. (NILO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

O entrevistado mostra-se grato (e, até mesmo, aliviado) por pertencer a uma geração da família na qual a homossexualidade não é vista como um problema. Diz isso de modo que fica evidente que se considera uma pessoa de sorte visto que, se tivesse nascido em outra época, provavelmente, teria sofrido com o conservadorismo da família e, também, por reconhecer que em muitas famílias a realidade é bem diferente, conforme evidenciado nas pesquisas realizadas por Iara Falleiros Braga (2017) e por Marcela Guerra e Francielle Rocha (2013) onde são evidenciados cenários de violência e rejeição no seio familiar.

Entretanto, mesmo afirmando que sua família “não tinha problemas com viado”, ao continuar a analisar a narrativa de Nilo, é possível perceber que os signos da aceitação vacilam em alguns momentos, não sendo unânimes dentro da família, “tem uns tios que destoam”, tendo atitudes homofóbicas que não são entendidas por Nilo como algo grave, “homofobia de leve, piadinhas, brincadeiras sem graça” (NILO – Fragmento entrevista narrativa).

Em minha dissertação de mestrado intitulada “A produção de resistências por alunos gays no contexto da escola de ensino médio” (PEIXOTO, 2016) verifiquei que existe um descompasso na forma como o conceito de homofobia tem sido utilizado pela academia e pela militância e o entendimento do que alguns jovens gays têm do que seria, de fato, uma atitude homofóbica. Para alguns dos jovens gays entrevistados à época homofobia está atrelada somente a situações graves de violência física e/ou verbal, todavia, comportamentos como zombarias e “brincadeiras” não são entendidas como práticas homofóbicas, avaliadas como de pouca gravidade e sendo nomeadas como “influências dos pais”, “coisa de gente ignorante” e “falta de conhecimento” (PEIXOTO, 2016). Assim, mesmo na “família perfeita” ocorrem momentos em que a diferença de gênero é tratada de forma hostil, ainda que seja, como no caso de Nilo, por meio de chacotas e zombarias.

Ao continuar narrando suas experiências, Nilo revela que ao se assumir dissidente para a família, optou por fazer determinado uso calculado das identidades de forma a minimizar os efeitos negativos que o “sair do armário” poderia ter na família, sobretudo, na mãe:

Eu me assumi gay pra minha família, mas com um sentimento de bi, eu não sei se dá pra entender, eu meio que falei pra minha mãe que era gay porque pensei que se dissesse que era bissexual, ela ainda ficaria com um pouquinho de esperança de ter um filho hétero, não quis dá expectativas pra ela.

(NILO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Sabemos que a família, apesar dos avanços recentes na forma como é entendida, ainda opera fortemente como “disseminadora dos papéis sociais generificados na sociedade” (CARVALHO e MELO, 2019) e como instrumento de reiteração dos papéis sociais para os gêneros tendo, assim, lugar privilegiado nas disputas pelo poder moral e político na sociedade. Atualmente, podemos observar como a família foi colocada pelo neoconservadorismo no centro do debate acerca das lutas por direitos sociais das chamadas “minorias”.

Os/as defensores/as do neoconservadorismo assumem um “discurso de defesa da família”, ao dizer que esta “está em perigo” quando se garantem direitos para pessoas que não reiteram a lógica heteronormativa (LEITE, 2019). Trata-se de uma falácia que, ao apregoar a defesa das famílias, na realidade, aloca a “família heterossexual monogâmica e branca como a única composição válida” e, portanto, que deve ser salvaguardada, “deixando de fora inúmeras outras composições familiares” (QUINALHA, 2015). Tal raciocínio é produtor de hostilidade na sociedade ao engendrar uma série de ações que interditam as dissidências e, por vezes, geram violências e mortes. A família, assim, é território disputado. Pais/mães, educadores/as, clérigos e o estado competem pela sua hegemonia, conforme nos mostra a pesquisa de Viviane Araújo (2020).

Em meio a estas disputas, os/as jovens que participaram desta pesquisa não se contentam em atuarem como observadores/as passivos/as desse jogo social. Estes/as também adentraram, cada um a seu modo, no cerne das relações dispostos/as a jogarem o jogo do poder e da resistência, sendo possível notar um “desejo de autocondução” (POCAHY, 2020, p. 314) diante das verdades de gênero impostas pela família. Isso pode ser visto no modo como Nilo decide assumir sua dissidência de gênero em casa, administrando-a de um modo que pode gerar confusão em alguns, sendo pouco inteligível, o próprio Nilo parece perceber isso, “não sei se dá pra entender” (NILO – Fragmento entrevista narrativa). Mesmo dizendo possuir um “sentimento de bissexual” o participante prefere assumir-se gay para a família. O motivo? Não quer gerar na mãe “expectativas”, ou seja, o jovem considera que se dissesse que era bissexual, a mãe ainda poderia esperar que ele tivesse relacionamentos com o sexo oposto, “um pouquinho de esperança de ter um filho hétero”. Segundo Berenice Bento (2011, p.550) “essas expectativas são estruturadas numa complexa rede de pressuposições sobre comportamentos, gostos e subjetividades”.

Mais ainda, talvez a mãe fizesse eco ao neoconservadorismo de gênero que entende a bissexualidade como uma fase de experimentação passageira⁶⁷ típica de quem está “se descobrindo” e, que logo o filho “voltaria” a ser heterossexual. Nilo, assim, parece recusar o acolhimento mediante uma concepção promovida pela mãe que o aproxima com a heterossexualidade e que evidencia alguma perspectiva de que o filho garanta a reprodução dos parâmetros da família ao assumir, em algum momento, uma relação heterossexual ou bissexual. Ao fazer uso calculado da identidade gay para a mãe o que Nilo faz é romper com as possíveis expectativas da família heteronormativa, desresponsabilizando-se das projeções da mãe de que o filho um dia fosse praticar a “heterossexualidade entendida como um fim compulsório” (NONATO, 2020, p.77).

A identidade gay lhe parece ser mais interessante nesse momento porque permite se desvencilhar da obrigação de corresponder às performances de gêneros esperadas para uma pessoa bissexual e para um filho heterossexual. Mais ainda, dado o desconhecimento e a desinformação sobre a bissexualidade que, ainda hoje, é associada na sociedade como uma “prática tabu que revela promiscuidade e dúvidas sobre o uso da sexualidade” (KLIDZIO, 2019), e, observando os altos índices de bifobia⁶⁸ no meio social que, de certa forma, incidem nas famílias, assumir a identidade gay em detrimento da identidade bissexual pareceu ser uma tentativa de criar um clima familiar menos hostil. É válido ressaltar que esse entendimento preconceituoso que lê a bissexualidade sob à égide do negativo não resulta apenas da ignorância, mas, principalmente, “de um tipo de conhecimento sobre gênero e sexualidade aprendido em vários contextos” (NOLASCO-SILVA e SOARES, 2020, p. 332).

Todavia, ao continuar narrando sua vida, Nilo deixa evidente certa ambiguidade e oscilação com respeito aos modos como entende sua sexualidade, diz ele:

Se fosse pra me dar uma sigla mesmo, eu diria que eu
sou pansexual, porque eu meio que não me importo

⁶⁷ Para uma análise dos discursos sociais sobre a bissexualidade, Ver: SEFFNER, Fernando. Derivas da masculinidade: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. – Jundiaí: Paco Editorial, 2016; BONITO, Mariana Saraiva. A representatividade bissexual nas artes cênicas e visuais. Monografia apresentada à Universidade Federal de Ouro Preto no curso de bacharelado em Artes cênicas. Ouro Preto-MG, 2019. CAVALCANTI, Camila Dias. Visíveis e invisíveis: práticas e identidade bissexual. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Recife, 2007. KLIDZIO, Danieli. “será que realmente existe isso?” Reflexões acerca da bissexualidade e da pansexualidade femininas. Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria- UFSM. Santa Maria- RS, 2019.

⁶⁸Para mais informações sobre bifobia e seus efeitos ver: <https://naomekahlo.com/abifobiaadoece/#:~:text=Segundo%20um%20estudo%20publicado%20em,quando%20comp aradas%20%C3%A0s%20mulheres%20%C3%A9sbicas>. Acesso em 01/03/21 às 18h:34m.

Também em: https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Discrimination/LGBT/FactSheets/UNFE_FactSheet_Bisexual_PT.pdf Acesso em 01/03/21 às 18h: 44m.

com gênero, eu gosto é das pessoas, gosto de beijar na boca (NILO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Aqui a identidade Pansexual aparece para somar-se ao jogo estratégico já engendrado em torno das identidades homossexual e bissexual. Nilo se considera pansexual, com “um sentimento de bissexual”, mas assumiu-se gay para a família. Essa composição com identidades, evidenciado nas narrativas do jovem o afasta do uso da sexualidade tolerado tanto pela heteronormatividade quanto pela homonormatividade. Se a identidade gay é “mais aceitável” pelos motivos descritos anteriormente, principalmente, se corresponder ao “jeito arrumado” de se vivenciar o gênero e a sexualidade, nos moldes do que já foi chamado de “o gay aceitável” (OLIVEIRA, 2018), ou “homossexual hegemônico” como Megg Rayara G. de Oliveira (2020, p.19) os nomeia, ou seja, se a vivência do gênero e da sexualidade romper pouco com o esperado pela lógica cisheteronormativa e homonormativa a assimilação desse sujeito, quase sempre, ocorre sem muitos problemas. Neste respeito, o mesmo não acontece quando está em pauta a vivência da identidade pansexual.

A pansexualidade refere-se à atração sexual e romântica por pessoas de todos os gêneros – ou independente deles⁶⁹. Monalisa Dias de Siqueira e Danieli Klidzio (2020) comentam que as pessoas pansexuais são, muitas vezes, identificadas inicialmente como bissexuais. A terminologia: bi que significa “dois” e pan que significa “todos” sugere uma clara diferença entre as pessoas que são atraídas por dois gêneros e aquelas que são atraídas por pessoas de todas as identidades de gênero. As autoras continuam dizendo que

tem-se no imaginário social a(o) pansexual como aquela(e) que se relaciona com homens e mulheres, qualquer objeto ou seres não-humanos (como árvores, por exemplo). Essa ideia é bastante difundida pelo senso comum e denota mais uma vez, a falta de informação sobre questões que se referem à diversidade sexual. Associa-se, nesse caso, a pansexualidade à depravação e à loucura, a partir da ideia de que pansexual é aquela pessoa que pratica atos sexuais, com objetos e animais dos mais variados (p.198).

Mais ainda,

O binarismo heterossexualidade versus homossexualidade contribui para ocultar outras identidades, na medida em que bi e pansexuais são vistos como “confusos”, quando outros indivíduos os excluem de suas possibilidades de relacionamento por acreditarem que não são capazes de manterem relacionamentos monogâmicos; e até mesmo quando bi e pansexuais não monogâmicos são discriminados como se a

⁶⁹Mais informações em: <https://www.minhavidade.com.br/bem-estar/materias/36627-o-que-e-ser-pansexual-entenda-significado-por-tras-do-termo> acesso em 12/03/21 às 14h: 45m.

não monogamia devesse ser combatida como um problema para a família e para a manutenção de demais valores sociais (p. 209).

Segundo as autoras, a resistência encontrada na sociedade em entender a bissexualidade e pansexualidade deriva da ideia de que não são orientações sexuais concretas ou completas por conta de o desejo se voltar a mais de um gênero. O que por sua vez deriva da concepção de que somente a heterossexualidade ou a homossexualidade são polos possíveis enquanto orientações sexuais, nas quais há especificamente o desejo voltado para somente um gênero. Ou seja, os sujeitos com desejos que não se encaixam em uma dessas duas concepções opostas (heterossexualidade e homossexualidade) são vistos como em fases de experimentação em busca de uma decisão (SIQUEIRA e KLIDZIO, 2020, p.212).

Assim, dentro das concepções conservadoras e normativas da sexualidade, a pansexualidade ocupa um lugar de transgressão das normas ao romper com a “mononorma” (LEÃO, 2018, p.28), ou seja, com a lógica que determina como única regra válida a atração por apenas um gênero, as identidades contemporâneas que se encaixam nessa definição seriam as heterossexuais e homossexuais.

Ao falar em identidades não quero entendê-las como forma ou como uma regra universal, mas “como tática política de desestabilidade” (CAETANO, 2020, p.51). Assim, o foco está nas relações, nos jogos micropolíticos, pois, como disse Foucault “se a identidade é somente um jogo, se ela é somente um procedimento para favorecer relações sociais, então ela é útil” (FOUCAULT, 2014, p.255). Os usos estratégicos das identidades na busca por inteligibilidade deixam evidentes, no caso de Nilo, um jogo que se alimenta da ambiguidade, da confusão com os gêneros e as sexualidades, do não apego às normas defendidas pelo sistema cisheteronormativo. Tal jogo desestabiliza e desafia a lógica heteronormativa, uma vez que a força do sistema cisheteronormativo está em traçar parâmetros fixos que não sejam ambíguos e que não permitam que o sujeito possa oscilar. Neste respeito, Nilo continua relatando a conversa que teve com a mãe,

Eu disse sou gay. Ela falou que já sabia. Aí ela me deu uma coxinha, mas, à noite eu a peguei chorando, mas, faz parte (NILO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Aqui a atitude da mãe dá o que pensar. O que esse ato, de dar uma coxinha a um filho que acabou de dizer que é gay, pode nos fazer pensar? Um afago, uma demonstração de que para ela

aquilo não é algo grave, nem importante, e que está tudo bem? Aqui a família⁷⁰ parece cumprir sua função de garantir afeto e proteção.

Entretanto, existe a batalha interna da mãe que na frente do filho diz que está tudo bem, mas, chora escondida. O próprio entrevistado evidencia acreditar que o lamentar faz parte do processo de aceitação e que está tudo bem que isso ocorra, como se esse choro devesse ser chorado. Essa mãe também foi subjetivada pela heteronormatividade, ela tem expectativas de gênero. O choro, assim, pode ser entendido como uma “espécie de luto” (ROSA, 2017, p. 64) pelas expectativas da heteronormatividade que ruíram. Mas, pode, também, ser um choro de medo, pela segurança e vida de um filho numa sociedade preconceituosa. Às vezes, o choro não é só da frustração, do “onde foi que eu errei”, mas, também, do medo da violência lgbtqfóbica, da não aceitação da dissidência, medo da morte.

O ponto que quero destacar é que mesmo na acolhida há choro. Que as forças da hostilidade e da aceitação, em alguns casos, mantêm-se em constante disputa, se alternam, compõem todo um cenário de sentimentos, de trocas e interdições de afetos. Diante de um cenário em que segurança, apoio e afetos não estão garantidos, se mesmo numa família considerada “perfeita” por “não ter problemas com viados” em determinado momento fez-se necessário administrar de forma calculada o jogo das identidades, isso deixa evidente que as coisas não estão dadas, nem estão cristalizadas, sem movimento. Entre hostilidade e acolhimento existem vidas sendo vividas!

O uso calculado das identidades e a resposta oscilante da família não foram observados apenas no caso de Nilo, outros/as participantes da pesquisa narraram situações similares. Dandara, ao narrar sobre como “assumiu-se” para a família comenta o seguinte:

Eu me assumi primeiro como gay, porque até então eu achava uma palhaçada a questão das trans, das travestis, “pra que homem tem que passar batom? Pra que homem tem que vestir saia?” Para mim era ridículo. Acho que eu agia assim por não entender, não tinha informação, eu cresci aprendendo que era

⁷⁰ Importante salientar que no caso dos/as participantes da pesquisa a figura da mãe foi a mais presente nas narrativas. Foi para ela (a mãe) que eles/a assumiram-se, somente no caso de uma participante o pai morava com a família e este decidiu pela rejeição da filha transexual. Os outros casos evidenciados na pesquisa ocorreram em famílias sem a presença paterna, o que nos leva a pensar se o cenário seria mais ou menos conflituoso se houvesse a figura do pai presente. Não encontrei pesquisas na área da educação que abordassem especificamente a atitude do pai. Encontrei apenas um trabalho da área da psicanálise que parece focar nessa figura: DIAS, Elsa Oliveira. Pai, identificação parental e homossexualidade masculina. Disponível em: <file:///G:/Users/Isabel/Downloads/27-Texto%20do%20Artigo-23-1-10-20141015.pdf> acesso em 01/03/21 às 17h: 40m.

uma aberração, que era errado, era ridículo, então, pra mim era aquilo, foi como eu fui ensinado. (DANDARA – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Por ter crescido numa família extremamente religiosa e por não entender direito, “não tinha informação”, sobre o que, de fato, significava ser uma pessoa transexual, Dandara decidiu assumir-se para a família como gay. A busca por assumir uma identidade mais inteligível perante a família parece passar pelo medo da rejeição. Socialmente a transexualidade é vista como um tabu ainda mais perturbador para a lógica do neoconservadorismo heteronormativo, fazendo com que seja rechaçada com muito mais força, inclusive, em muitas famílias⁷¹. Assim, na luta por aceitação e sobrevivência, nas lutas contra a precariedade assumir uma identidade “mais aceitável”, mesmo que seja apenas retoricamente, pode ser entendido como uma estratégia válida de luta pela vida.

A transexualidade diz respeito à condição de o indivíduo possuir uma identidade de gênero que diverge daquela a qual foi designado ao nascer. De acordo com Giovanna Bianca Trevizani (2018) “a pessoa transexual apresenta uma sensação de desconforto e impropriedade em relação à forma sexual anatômica, manifestando o desejo de viver e também o desejo de aceitabilidade como sexo oposto” (p.90).

Segundo Mariah Rafaela Silva (2020) o termo transexualidades, além de funcionar enquanto “ferramenta analítica numa abordagem conceitual para os estudos de Reconhecimento, opera como termo guarda-chuva, incluindo tanto as travestilidades e a própria transexualidade” (p.215), quanto expressões de gênero diversas como a não-binariedade. A autora complementa dizendo que “no escopo das políticas de alteridade, as transexualidades vêm colocando em xeque as concepções de gênero e expressão de gênero a partir de suas reivindicações como a retificação do registro civil, por exemplo” (p.226).

Os tencionamentos produzidos pela identidade transexual atrelado a falta de compreensão social sobre o assunto são produtores de violência e, também, de práticas de aniquilamento desses corpos. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) mulheres trans têm uma expectativa de vida de 35 anos, enquanto pessoas cisgêneras possuem uma média etária nacional de 75 anos, conforme pesquisa realizada em 2017 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. No Brasil, estima-se que a cada 48 horas uma pessoa trans é assassinada tendo

⁷¹Relatos de rejeição de transexuais por suas famílias podem ser encontrados em: <http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexuais-e-travestis-sofrem-violencia-dentro-de-casa> acesso em 25/02/21 às 13h: 45m.

como causa o preconceito transfóbico, nos diz Thiffany Odara (2020, p. 18). Quando atrelamos a isto a questão racial, o cenário é ainda mais grave. Segundo pesquisa publica em 2020 pelo Jornal Folha de São Paulo cerca de 80% das pessoas trans mortas no Brasil são pretas e pardas⁷².

Quando o risco da violência de gênero ronda e é iminente, dizer o que o/a outro/a quer ouvir, mentir, omitir e/ou mesmo amenizar o que é dito para evitar conflitos maiores, no caso dos/as participantes desta pesquisa, mostrou-se uma ferramenta eficaz de sobrevivência. Embora alguns/as possam ler estes atos em termos de uma covardia que pouco contribui para as lutas por aceitação da dissidência, nesta tese, entendo que tais atitudes compõem com um corajoso jogo estratégico no qual o que se busca não é a defesa exacerbada desta ou daquela identidade, mas a possibilidade de levar uma vida segura e escapar do desprezo e da violência.

Isto coaduna com o que o filósofo Torquato Accetto (2001) chamou de “dissimulação honesta” e que discuto em um trabalho anterior (PEIXOTO, 2020). Refere-se à prática de camuflar o que se quer e o que se sente, silenciar ou omitir algo. Trata-se de uma ação calculada. Visa ganhar tempo e condições de se agir mais adequadamente em outro momento. “Não é o mero silenciar-se ou fingir que não tá vendo ou ouvindo, mas a sabedoria para poder agir posteriormente numa situação mais oportuna” (PEIXOTO, 2020, p.99), que tem como objetivo escapar da violência, da ridicularia, ou como diz Maria da Conceição Silva Soares trata-se de “sabedoria para salvar a própria pele” (SOARES, 2010).

Para Dandara, assumir perante a família uma identidade com a qual ela mesma possuía uma relação de desconhecimento e hostilidade mostrou-se algo, naquele momento, impossível. Como buscar aceitação da família para algo que nem ela mesma entendia direito? A estratégia usada por Dandara e que dialoga com a de Nilo foi a de assumir-se gay enquanto buscava informações e conhecimentos sobre a transexualidade, enquanto construía uma visão “não demonizada” de si mesma. Resolver-se consigo mesma mediante aprendizados antes de decidir levar uma vida como transexual e exigir da família reconhecimento.

Outro ponto diz respeito à homossexualidade não ser uma novidade na família de Dandara, diferentemente da transexualidade. Ela narra,

Até porque meu irmão mais novo ele é assumido, e
ele assumiu muito antes de mim, eu com 14 anos
estava entrando pra igreja, meu irmão com 12 já

⁷²Pesquisa disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/11/80-das-pessoas-trans-mortas-por-violencia-no-brasil-sao-pretas-e-pardas-diz-organizacao.shtml> acesso em 13/05/22 às 14h50min.

estava deixando o cabelo crescer e tudo mais,
querendo experimentar as melissas da minha mãe.
(DANDARA – Fragmento narrativo. Fonte:
Entrevista narrativa).

O fato de não ser a única “desviante” do gênero na família parece ter dado à Dandara a impressão de que se a família não rejeitou seu irmão por ser gay, o mesmo ia acontecer com ela, talvez por isso se assumir como gay pareceu, na época, ser a escolha mais segura. A força para assumir-se como uma mulher Trans veio somente tempos depois quando Dandara passou a pesquisar e a entender melhor a respeito da transexualidade. “Aí comecei a pesquisar sobre hormônio, pesquisar sobre um tanto de coisa” (DANDARA – Fragmento narrativo).

Verificou-se nos relatos da participante o quão importante foi praticar o que chamarei nesta tese de “Postura Investigativa Queer”, ou seja, a capacidade de mobilizar-se em prol da aquisição de conhecimentos sobre as questões das dissidências de raça, gênero e sexualidade. Pesquisar em fontes seguras informações úteis e criar vínculos com outros/as sujeitos que passam por processos semelhantes através das chamadas “amizades queer” (CORNEJO, 2015, p. 137) e com eles/as trocar informações e experiências.

Inclusive, aquela aula que você deu de sociologia eu achei superinteressante, até tirei foto pra postar no status e mostrar pras amigas, acaba que querendo ou não, até mesmo os alunos héteros da sala, que ficam ali quietos no lugar deles, vão entender e ter que respeitar (DANDARA – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Todos esses elementos foram importantes para os modos como os/as participantes construíram suas experiências de gênero e sexualidade e para os processos de (des)construção identitária e criação de resistências. No caso de Dandara, também é possível perceber a forma ambígua com que a família atua.

Eu falei com ela (a mãe) que, até então, a religião me ajudava a lutar, mas se um dia eu saísse, eu deixei claro pra ela, eu não sei como seria, eu poderia me assumir ou não. Aí com 18 anos eu saí,

me assumi como homossexual. Aí meu pai rejeitou e até hoje rejeita e minha mãe, acho que num primeiro momento minha mãe foi processando, não teve rejeição, mas também, não teve abraço. Aí chegou uma hora que minha mãe já sabia que eu estava com aquele negócio todo, aí eu comecei a ganhar rímel da minha mãe, de vez em quando ela trazia uma base pra mim, aí eu vi que minha mãe estava aceitando até demais e se minha mãe estava me aceitando pra mim era suficiente (DANDARA – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

De família muito religiosa, membros de uma igreja evangélica pentecostal, Dandara viu-se diante da necessidade de um duplo gerenciamento de sua identidade de gênero, na família e na igreja. Em tom de deboche⁷³ e entre risos a jovem comenta que durante alguns anos viveu como uma “bicha gospel” (DANDARA – Fragmento narrativo) o que parece indicar uma vivência de gênero ambígua, na qual os signos da religião e da dissidência da cisheteronorma estão em disputa no mesmo corpo, sendo administrados de modo a produzir um indivíduo que titubeia, que estabelece uma espécie de “agonística” (FOUCAULT, 1994) consigo mesmo ao tentar levar uma vida que, pelo menos durante um período, tentou mesclar elementos do “sagrado” e do “profano”. Diz-nos Dandara,

Eu entrei para a igreja com 14 anos. Acho que estava aflorando mais, eu comecei a ter atração por sexo, então, achei um refúgio indo pra igreja, “vou tirar o capeta de mim. Com 14 anos fui pra igreja pra tentar ser diferente, quer dizer, pra tentar ser igual a todo mundo. E tentei ser igual por 4 anos, fiquei alí até que eu decidi que queria conhecer, e por respeito a religião eu preferi sair pra conhecer o que eu queria conhecer (DANDARA – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

⁷³O deboche como ferramenta de desestabilização da cisheteronorma será problematizado posteriormente.

Primeiro, a ideia de buscar a religião como uma fuga, um refúgio, “até então, a religião me ajudava a lutar” (DANDARA- Fragmento narrativo). Em muitos casos, essa busca revela, como disse Dandara, um desejo de normalização, “tentar ser igual a todo mundo” (DANDARA- Fragmento narrativo) e, quando se é adolescente, como Dandara era na época, a necessidade de se sentir acolhida e pertencente a um grupo age com força, fazendo com que fosse empreendido um embate pessoal contra a diferença de gênero e sexualidade. Para muitos/as, as igrejas configuram-se em um dos poucos espaços de fuga da violência sofrida em casa, na escola, na rua, etc. Assim, lutar contra a “dissidência” via religião e assumir uma identidade de gênero normalizada e não desviante permitiu a Dandara que, naquele contexto, usava o nome de Pedro⁷⁴, passasse pelos anos críticos da adolescência sem se expor a situações de hostilidade.

Mais ainda, é possível notar que a ambiguidade se mostra inclusive no sentimento conflituoso vivenciado por Dandara que a coloca entre a ideia de ser “libertada de um mal”, ou como a mesma diz “tirar o capeta de mim” e assim ganhar as graças divina e da família e a vontade de vivenciar sua “atração por sexo” ao se permitir experimentar e praticar uma vida LGBTQIA+. Salvação e perdição, aceitação e rejeição, pecado e desejo, ou seja, todo um conjunto de polos antagônicos que na prática foram vivenciados pela jovem nos termos de uma agonística interna, onde a “luta individual e social pró a efetivação da liberdade, torna-se assim uma questão política incontornável, tarefa política inerente a toda existência social” (FOUCAULT, 1994, p. 238-239), que como consequência produziu, no caso de Dandara, um modo de vida que, durante um tempo, foi gerenciado numa espécie de entremeio onde a “bicha gospel” foi produzida.

Todavia, sabemos que, salvo as religiões de matriz africana⁷⁵, no Brasil são poucas as exceções⁷⁶ dentre as instituições religiosas cristãs que não fazem eco ao neoconservadorismo de

⁷⁴ Nome fictício.

⁷⁵ Algumas análises da presença e aceitação de LGBTQIA+ nas religiões de matriz africana no Brasil podem ser encontradas em: NASCIMENTO, Taiane Flôres do; COSTA, Benhur Pinós da. O terreiro de religiões de matriz africana como espaço marginal e possível à vivência de pessoas travestis. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 41, v. 3, Dossiê “Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades” p. 25-36, jul-dez, 2019. NASCIMENTO, Wanderson Flor do; ODARA, Thiffany. Gênero na encruzilhada: um olhar em torno do debate sobre vivências trans no candomblé. *Periódicus*— Revista de estudos interdisciplinares em gêneros e sexualidades Publicação periódica vinculada ao Núcleo de Pesquisa NuCuS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, n. 14, v.1, nov.2020-abr.2021. SOARES, Rodrigo Lemos; SILVA, Méri Rosane Santos da. Um axé a homoafetividade: o casamento homoafetivo na umbanda. Rev. Diversidade e Educação, v.1, n.2, p. 15-19, jul./dez. 2013.

⁷⁶ Alguns trabalhos que abordam a ação das chamadas Igrejas Inclusivas são: GUIMARÃES, Jayane Santos. Igreja inclusiva: diversidade sexual e experiências religiosas. Trabalho de Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara. Araraquara-SP, 2017. NATIVIDADE, Marcelo. Uma família como outra qualquer: Casamento igualitário e novas famílias em igrejas evangélicas LGBT. Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana. N. 33 - dic. / dez. / dec. - pp.343-372; 2019.

gênero e sexualidade na sociedade, apoiando comportamentos e modos de vida que destoem dos papéis de gêneros estabelecidos pela heteronormatividade. Neste ínterim, as igrejas evangélicas neopentecostais⁷⁷ exercem grande influência no campo político e disputam espaço no que diz respeito a ditar a moral⁷⁸ da sociedade, sobretudo, no campo legislativo. Como resultado das eleições de 2018, a bancada evangélica passou a contar à época com 38% dos deputados federais, o que dá 195 congressistas (há também 8 senadores). A presença de neopentecostais é expressiva em todas as instâncias legislativas do poder de Estado. De acordo com uma contagem da editora de dados do site Metrôpoles, 52 deputados eleitos em 2018 são neopentecostais, sendo 18 da IURD – Igreja Universal do Reino de Deus⁷⁹.

A inserção desse grupo (neopentecostais) no campo político-institucional articula-se em torno de pautas neoconservadoras e trabalha para atrasar, interditar e/ou anular planos e políticas que não estejam de acordo com os preceitos morais e religiosos por eles defendidos. No que diz respeito à diferença de gênero e sexualidade colaboraram com força na elaboração e disseminação do já falado “slogan ideologia de gênero” (JUNQUEIRA, 2018, p.183).

Diante de um cenário político pouco favorável à diferença de gênero e sexualidade, ser subjetivado no espaço religioso como um pecador, como alguém que precisa “tirar o capeta do corpo”, e ter o símbolo do negativo sempre rondando a sua volta, e, mais ainda, internalizar a ideia de falta, sublimar o desejo e sofrer a “violência ética” (BUTLER, 2017) de viver uma vida que lhe deforma não é tarefa fácil. Não são todos/as que conseguem levar uma vida de recusa e sublimação religiosa. Dandara não foi uma dessas pessoas,

Fiquei ali até que eu decidi que queria conhecer, e por respeito a religião eu preferi sair pra conhecer o que eu queria conhecer, o que eu já estava atrasado em conhecer. Acho que quando eu saí foi como uma explosão de uma vez. (DANDARA – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

FERREIRA, Miriam Laboissiere de Carvalho. Homossexualidade e a igreja inclusiva no estado de Goiás: Igreja Caminho da Inclusão – um estudo de caso. Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2016.

⁷⁷Para uma descrição do histórico e das características do neopentecostalismo ver: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2020/04/19/A-ascens%C3%A3o-e-influ%C3%Aancia-das-igrejas-neopentecostais-no-Brasil> acesso em 23/02/21 às 20h: 35m.

⁷⁸ Por moral “entende-se um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as igrejas, etc”. (FOUCAULT, 1984, p. 26).

⁷⁹ Link para matéria: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2020/04/19/A-ascens%C3%A3o-e-influ%C3%Aancia-das-igrejas-neopentecostais-no-Brasil>

Aqui destaco o uso que Dandara faz da palavra “atrasado”, operando com o gênero masculino. Em alguns momentos de sua narrativa, a jovem se expressa nestes termos como quando diz no final de sua primeira fala transcrita neste capítulo “foi como eu fui ensinado”- (DANDARA – Fragmento narrativo) ou quando, ao relatar sobre suas montações, diz que “ficava doido esperando a noite” (DANDARA – Fragmento narrativo), ou mesmo quando diz, em um momento posterior, que foi na escola que ficou sabendo que poderia usar o nome social na matrícula, “eu fui informado aqui” (DANDARA – Fragmento narrativo). Na maior parte de suas narrativas, porém, Dandara se coloca no feminino e afirma que, após sua transição, “não tem mais um momento Paulo” (DANDARA – Fragmento narrativo), enfatizando seu rompimento com os estereótipos e os comportamentos entendidos como masculinos. Mesmo assim, o masculino é acionado em alguns momentos da narrativa imprimindo-se em algumas frases durante conversas. Longe de significar algo negativo, ou indicar uma não completude da transição, tal oscilação tem relação direta com o caráter ambíguo dos corpos que habitam e tencionam as fronteiras para o gênero e para a sexualidade. Avessos a monotonia que a cisheteronorma impõem estes constroem seus modos próprios de inteligibilidade que jogam com o contraditório, com a oscilante e o ambíguo.

Voltando a relação de Dandara com sua religião, esta comenta “preferi sair pra conhecer o que eu queria conhecer, o que estava atrasado em conhecer” (DANDARA – Fragmento narrativo). A jovem se refere a conhecer e vivenciar comportamentos, a liberdade do corpo, outro modo de falar e vestir, circuitos de diversão existentes na cidade, paixões e desejos, “viver sem sofrer com a culpa cristã, tão corrosiva e abafadora da chama da vida” (OLIVEIRA, 2020, p. 135).

Todo um conjunto de práticas e signos que potencializam sua diferença de gênero, mas, que são incompatíveis com o dogma religioso. Se na família, o discurso neoconservador sobre gênero e sexualidade, por vezes, é amenizado pelos laços que “introduzem o amor onde deveria haver a lei, a regra ou o hábito” (FOUCAULT, 1981, p.2), nas religiões judaico-cristãs, tal discurso incide com força⁸⁰. Assim, pareceu, no caso de Dandara, que não havia espaço para sua dissidência naquela igreja. Decidiu-se, portanto, por romper com a instituição. Desvinculou-se da igreja, embora afirme ter continuado ser uma pessoa religiosa. Escolheu viver sua diferença de gênero em toda sua potência. Tal atitude evidencia o desejo por “determinado modo de relação, uma escolha voluntária

⁸⁰ Para uma análise aprofundada dos discursos das religiões sobre gênero e sexualidade ver: MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. Revista Estudos Feministas. – Florianópolis, 26(2), 2018.

SOUZA, Sandra Duarte de. Política religiosa e religião política: os evangélicos e o uso político do sexo. Estudos de Religião, v. 27, n. 1 • 177-201 • jan.-jun. 2013.

que é feita por alguns, uma maneira de pensar e sentir, de agir e de conduzir-se” (FOUCAULT, 2005, p. 341).

Foi após romper com a religião que Dandara decidiu se assumir para a família como homossexual. Se, em um primeiro momento, esse rompimento gerou um conflito na dinâmica familiar, na qual os signos da aceitação são postos em suspensão por um momento, evidenciados na rejeição do pai, “aí meu pai rejeitou e até hoje rejeita” (DANDARA – Fragmento narrativo) e na forma como a mãe lida “não houve rejeição, mas também, não houve abraço” (DANDARA – Fragmento narrativo), em momentos posteriores, pelo menos no caso da mãe, ocorre uma mudança na forma como lida com a diferença de gênero da filha, “comecei a ganhar rímel da minha mãe, de vez em quando ela trazia uma base pra mim” (DANDARA – Fragmento narrativo). Aquela mãe que, estando subjetivada pelos discursos do neoconservadorismo via igreja evangélica e que não conseguiu demonstrar acolhida no momento da “confissão” da filha sobre sua dissidência de gênero, em momentos posteriores, parece encontrar uma forma de demonstrar acolhida. Os signos da aceitação voltam à tona quando a mãe passa a presentear a filha com maquiagens, esta encontra outras formas de demonstrar afeto, a mãe a presenteia com coisas do universo feminino, como se dissesse, sem palavras, que acolhe a transexualidade da filha.

Foi diante da aceitação da mãe que surgiu a força propulsora por meio da qual Dandara passou a se impor no mundo como uma mulher transexual, “aí eu vi que minha mãe estava aceitando até demais e se minha mãe estava me aceitando pra mim era suficiente, o resto que era a parte sociedade eu passei a não ligar muito” (DANDARA – Fragmento narrativo). Assim, fica evidente uma alternância entre hostilidade e aceitação, como disse Leila Silvana Pontes (2021) “a mão que afaga é a mesma mão que apedreja”, e é no interlúdio existente entre esses diferentes momentos que a diferença de gênero e sexualidade foi e é administrada pelos/as participantes e a vida é vivida.

No entanto, existem famílias que lidam de forma mais flexível com os padrões para o gênero e para a sexualidade o que, às vezes, permite relações menos hostis e que não estão pautadas na necessidade de se “confessar a sexualidade” perante a família.

Bento, outro participante da pesquisa narra o seguinte sobre essa questão:

Eu sempre fui rotulado assim. Dentro de casa as pessoas já falavam isso pra mim, mesmo eu não entendendo o que era, porque eu já tinha trejeitos. Na minha casa as pessoas já me diziam isso “ah Arthur se

você gostar de homem é normal, não precisa se preocupar, não vai ser surpresa pra ninguém”. Na verdade, minha avó ela sempre dizia isso pra mim mesmo sem eu mesmo saber que eu gostava de homem (BENTO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Essa antecipação por parte de algumas famílias em atribuir uma identidade de gênero e sexualidade para seus membros pode vir acompanhada de desprezo, mas também, de acolhida. Pode ser usada para o “policiamento precoce dos corpos” (LOURO, 2014, p.110), mas também, como atitude de aceitação das identidades não heteronormativas no seio familiar. No caso do participante da pesquisa essa nomeação antecipada baseada em estereótipos e trejeitos corporais ou “gesto gay” conforme dizem Motta e Favacho (2018, p.254), serviu como uma forma de a família comunicar que não entendia aquilo (sua suposta homossexualidade) como um problema que devesse afetar negativamente a dinâmica familiar. De acordo com Berenice Bento (2011) a questão central quando se discutem trânsitos identitários é desvincular as identidades de um ponto determinante. Hegemonicamente o gênero e a sexualidade se expressam unidos. As “confusões” que uma criança faz ao misturar os dois mundos (o masculino e o feminino) são interpretadas pelo olhar atencioso das instituições, como um indicador de uma homossexualidade latente. Nessa hora, entra o controle produtor: “Isso não é coisa de menino/a!”. Controle produtor porque produz masculinidades e feminilidades (p.551).

De acordo com Murilo Nonato (2020) enquanto muitos LGBTQIA+ contam com a possibilidade de utilizar o armário como forma de vivenciar sua sexualidade de maneira discreta, nas margens, a experiência dos sujeitos afeminados se mostra diferente, pois a feminilidade que os atravessa não é um segredo, mas algo evidente. A revelação do seu corpo desviante precede a compreensão da necessidade de ocultar ou negar seu gênero e sexualidade (p.112,113).

A família de Bento parece se distanciar dos discursos neoconservadores ao demonstrar uma atitude que rompe com os papéis tradicionais para os gêneros,

Desde sempre eu fui acostumado a pisar em alfinete, a ter máquina de costura em casa e meu avô também costurava então eu achava normal homem poder fazer isso. Na minha família isso não era um problema, inclusive, hoje eles me incentivam

‘porque você vai fazer psicologia? Faça moda’. Foi até minha avó que me incentivou a fazer o curso de modelagem para mim me profissionalizar. Aí foi assim que eu me interessei por costura mesmo, foi de dentro de casa sabe, das coisas que eu vivo, foi muito natural. Eu não tive problemas com gênero em casa, inclusive, até meus 8 anos eu brincava de boneca, porque eu ganhava bonecas. (BENTO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

No relato, é possível perceber como o corpo infantil de Bento foi socializado num espaço familiar onde as fronteiras para o gênero eram mais flexíveis, permitindo, por exemplo, que homem pudesse costurar e brincar de boneca. A família rompe com a cisheteronormatividade, mas só até certo ponto. Mesmo num contexto familiar de maior aceitação e flexibilização dos comportamentos e práticas para os gêneros, o fantasma da cisheteronormatividade se faz presente produzindo efeitos nos modos como o jovem constrói sua subjetividade. No caso da família de Bento tal fantasma ganhou materialidade na figura dos primos e tios que com ele foram criados,

Eu sempre soube que não era igual aos meus primos heterossexuais, a gente brincava das mesmas coisas, mas não éramos parecidos. Com o tempo, eles foram demonstrando suas virilidades, típico de homens héteros, e eu nunca me aproximei desse ideal: foi aí que tive certeza! (BENTO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

O ideal viril que permaneceu operante na família produziu em Bento um sentimento de “falta de representatividade dentro de casa. Todos os meus primos e tios eram tão diferentes da minha pessoa” (BENTO – Fragmento narrativo). Foi o apego e a crença neste ideal pelo grupo familiar de Bento que fez com que este fosse apontado pela família, desde muito cedo, como um desviante do gênero, “mesmo eu não entendendo o que era” (BENTO – Fragmento narrativo). A família num momento rompe com os papéis tradicionais para o gênero, mas, em outros, opera com a lógica da reiteração de estereótipos e dos padrões para o gênero e sexualidade mesmo que, conforme afirma Rogério Diniz Junqueira (2015), possamos “ser ou parecer masculinos e

femininos, masculinos e femininos, ora masculinos, ora femininos, ora mais um, ora mais outro, ou não ser, nenhuma coisa nem outra, sem que nada disso diga necessariamente a respeito de nossa sexualidade” (p. 228).

Veja que Bento não diz ter na figura do avô que era costureiro um ideal de virilidade. É a figura dos primos e tios que são citadas como praticantes do ideal masculino a ser alcançado/imitado. Os primos e tios não são citados por Bento dentre os homens da família que costuravam ou brincavam de boneca, ou mesmo, tivessem algum comportamento que rompesse com as normas estereotipadas para o gênero masculino. De alguma forma, é como se o fato de o avô ter sido costureiro o afastasse como modelo viril a ser imitado dentro da família, lugar que é, então, assumido pelos primos e tios.

Mesmo afirmando que “não teve problemas com gênero” em sua família, o jovem se vê em meio a um jogo performativo onde o objetivo é a reprodução de um comportamento condizente com seu sexo biológico e, mais ainda, condizente com o ideal de masculinidade encarnados na imagem dos primos e tios. O peso das expectativas sociais, sobretudo, em relação a sexualidade do homem negro (como é o caso de Bento) cobrou seu preço, inclusive, na família. Ele conta,

Vai parecer estranho porque, se a gente for fazer uma relação entre gênero e sexualidade, acredita-se que uma pessoa que não segue aquele padrão do que é ser homem, ele gosta necessariamente de homens, mas eu sempre me relacionei com mulheres (...) isso desmentia a minha realidade, eu queria dizer que eu era hétero, na verdade, eu sou uma pessoa LGBT. Eu me policiava mais, fazendo coisas da heteronormatividade, me incluindo naquela binariedade de gênero e falando ‘ah eu sou homem, homem com H’, ‘não faço essas coisas que pessoas LGBT fazem’... Mas, assim, eu costuro desde os meus 13 anos, eu faço crochê, eu fiz coisas que pensando agora nunca foram coisas de “homem”, desde sempre, eu soube que eu era diferente, não que eu era diferente, as pessoas que eram iguais demais e

eu não me enquadrava naquilo (BENTO –
Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Os sentimentos de não pertencimento e de incompletude não deixaram de existir, mesmo numa família onde a ideia do que era coisa de homem e de mulher era, até certo ponto, desestabilizada. A prática objetiva não suplantou em definitivo a força simbólica do ideal viril do homem negro hétero, perpetuador da família. Segundo Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020) “o estereótipo do homem negro viril e superdotado sexualmente é utilizado para afirmar sua cis heterossexualidade, também o é para negar sua homossexualidade” (p. 19). O resultado parece ser da ordem de uma ambiguidade agonística, ou seja, um conflito interno do sujeito que busca administrar em seu corpo e em sua vida os signos do masculino e do feminino, assumindo, em alguns momentos, comportamentos de negação, práticas que reiteram a norma heteronormativa, “mesmo eu sabendo que eu era e que eu tinha trejeitos eu lutei contra ela por muito tempo, a minha homossexualidade, o policiamento é ter que mudar minha vida, é ter que ficar de olho em mim mesmo” (BENTO – Fragmento narrativo).

A dissimulação da feminilidade e o autopolicamento do seu corpo e do seu comportamento se configuram, segundo Murilo Nonato (2020), como uma “estratégia para escapar das possíveis punições cabíveis ao corpo afeminado negro em uma sociedade cisheteronormativa” (p.120) e racista. O autor continua comentando que “ainda que dissimule sua feminilidade em diversos momentos, através da mimetização da masculinidade ideal (...) a imitação é imperfeita e os traços da feminilidade em seu corpo escoam ou escapam sem permitir que esses traços desapareçam por completo” (p.133,134).

A “ambiguidade de um comportamento considerado por muitos/as como feminino em um corpo masculino negro” (OLIVEIRA, 2020, p. 24), visto como símbolo de masculinidade e virilidade no discurso racializado da sociedade é algo que, para muitos/as, é difícil de conceber. Racismo e homofobia, neste caso, coadunam ao processo de imposição de uma “violência ética” (BUTLER, 2017) no qual o sujeito, muitas vezes, se vê diante da necessidade de lutar contra si próprio ao tentar se adequar e/ou romper com determinado padrão ou a tentar “driblar a violência que ali se apresenta como fantasma ou espectro” (NONATO, 2020, p. 120). Ao jogar com a ambiguidade por meio da produção de uma aparência apoiada no entrelaçamento dos códigos da feminilidade e da masculinidade, o corpo afeminado de Bento torna visível sua inadequação para com as normas, bem como sua capacidade de oscilação nos usos performativos do gênero.

Ambiguidade foi a forma em que o gênero foi administrado na família de Bento. Flexibilizar os padrões de comportamento para o gênero, mas, ainda apostar no ideal da masculinidade viril

hétero de modo a produzir, no caso de Bento, um sujeito oscilante que vive o alargamento dos limites entre masculino e feminino, mas não perde de vista o ideal cisheteronormativo de masculinidade e virilidade.

Outro ponto importante nas narrativas de Bento, diz respeito ao jogo estratégico das identidades. O uso calculado das identidades aparece como estratégia de vida quando o jovem, ao ser apontado pela família, como um/a desviante das normas do gênero e da sexualidade, invés de negar e argumentar contrariamente, como muitos/as fazem por medo ou estratégia, assume retoricamente perante a família a identidade que lhe é apontada. Talvez, Bento não precisasse fazer uso dessa estratégia, dada a aceitação demonstrada pela família. No entanto, penso que se submeter às identidades de gênero e sexualidade com as quais a família já lida de forma menos conflituosa parece ser um jeito mais eficaz do que impor uma identidade com a qual estarão pouco familiarizados, algo semelhante ao que aconteceu com os participantes Nilo e Dandara.

No caso de Bento, este também preferiu se identificar perante a família como gay, uma vez que esta já o via assim, do que se nomear como um jovem não-binário, que é como Bento se entende,

A questão é que além de gay, eu me identifico como não binário. Sempre tive problemas em me identificar com coisas muito masculinas, porque eu me sinto uma pessoa muito fluida, sei lá, eu descaracterizo o gênero, o que a gente considera como gênero normal, heteronormatividade, não é algo que eu sigo muito (BENTO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

A decisão de omitir parte importante de sua identidade de gênero, também, não foi algo aleatório. Compõe com o uso estratégico das identidades, e com a “dissimulação honesta” (ACCETTO, 2001) citada anteriormente. Assumir determinadas identidades quando for conveniente, omiti-las quando assumi-las significar expor-se à violência e ao desprezo, como disse Bento ele estava ali “mentindo, escondendo, me esquivando, tentando criar formas de falar, mentindo, mentindo” (BENTO – Fragmento narrativo).

Nomear-se como não binário num contexto em que muitos/as desconhecem tal expressão e prática identitária é arriscar-se a caminhar no território hostil que o desconhecimento proporciona. Parece existir algo na identidade gay que é mais palatável do ponto de vista social quando

comparados as identidades trans e não binárias, por exemplo. Talvez, seja o fato de a homossexualidade historicamente ter sido mais visibilizada na sociedade, mesmo que sob o “símbolo do negativo” (PARAÍSO, 2020), já não há um grande desconhecimento e estranhamento sobre esta prática, diferentemente das experiências transexuais e não binárias que sofrem com a falta de informação e com o preconceito exacerbado na sociedade, alocando-as no lugar da inteligibilidade⁸¹ e da vulnerabilidade⁸², ou como diz Letícia Lanz (2016) “é ser um não-ser, alguém que mesmo tendo existência material não é socialmente reconhecida e legitimada (p.205).

Segundo Castro e Reis (2017) historicamente os modos de pensar o lugar dos sujeitos na sociedade ocidental vêm sendo organizados pelos binários de gênero e sexualidade. “Macho ou fêmea, masculino ou feminino, homem ou mulher, heterossexual ou homossexual são oposições que embasam muitos dos modos de pensar os sujeitos, as instituições, as políticas e práticas socioculturais” (p.115). A vinculação compulsória dos comportamentos ao sexo e do gênero às genitálias, ou seja, o feminino definido pela presença de vagina e o masculino pelo pênis, remonta ao século XIX. Segundo a pesquisadora Berenice Bento (2008), o sistema binário (masculino versus feminino) produz e reproduz a ideia de que o gênero reflete, espelha o sexo e que todas as outras esferas constitutivas do sujeito estão amarradas a essa determinação inicial: a natureza constrói a sexualidade e posiciona os corpos de acordo com as supostas disposições naturais. (BENTO, 2008, p. 17).

As manifestações identitárias são bem mais diversas do que o binarismo de gênero quer nos fazer acreditar. Na contramão dessa lógica estruturante dual está a não binariedade de gênero. Não binário é um termo guarda-chuva que engloba todas as identidades de quem não se sente contemplado pelo sistema de gêneros binários como, por exemplo, pessoas que se entendem como agênero, demigênero, bigênero, gênero-fluido, genderqueer, entre outros termos.

Segundo Luiza de Monteiro (2017), o chamado não binarismo aparece como uma identidade ainda mais complexa. As pessoas não binárias passam por um processo de percepção e legitimação pela sociedade muito mais subversivo. Se as pessoas cis e trans binárias são sujeitas à afirmação de seus gêneros por meio das diversas performatividades, as autodeclaradas não binárias não conseguem se apoiar em bases legais, institucionais e sociais para se auto afirmarem.

⁸¹ Uma discussão sobre não inteligibilidade de pessoas Trans e não-binárias pode ser encontrada em: <https://www.tecmundo.com.br/software/146888-ia-nao-consegue-identificar-pessoas-trans-nao-binarias.htm> acesso em 28/02/21 às 22h:34m.

⁸²Sobre vulnerabilidade de pessoas Trans e não-binárias e os índices de violência ver: <https://antrabrazil.org/category/violencia/> acesso em 28/02/21 às 22h:38m.

“Selecionar a opção F ou M em um formulário de inscrição se torna impossível nesse contexto” (p. 64), comenta a pesquisadora. A mesma continua dizendo que

Os indivíduos não binários negam todos os papéis e expressões sociais, indo mais além do gênero. Sua sexualidade consequentemente também se retira da lógica heterossexual/homossexual, pois se não existe gênero, não existe sexualidade – visto que da perspectiva da nomenclatura e da Legitimidade do senso comum, a sexualidade é definida a partir do gênero (MONTEIRO, 2017, p.64).

Todos esses aspectos significam que, para uma sociedade binária de gênero (homem e mulher) e de sexualidade (heterossexual e homossexual), essas pessoas não existem. Luiza de Monteiro (2017) afirma que a autodeclaração enquanto não binária é, antes de tudo, “uma atitude política. Elas subvertem os paradigmas dos sistemas burocráticos do Estado, subvertem os paradigmas de religiões e subvertem os paradigmas de todas as bases, tradições, costumes e instituições sociais nas quais estamos inseridos” (p.65).

O entendimento das dificuldades encontradas por pessoas não binárias na busca por inteligibilidade e reconhecimento nos faz compreender por que Bento opta por omitir essa informação da família, preferindo assumir a identidade homossexual, que opera com a lógica binária. Trata-se da prática calculada de criação de ambientes mais favoráveis à diferença de gênero e sexualidade ao mesmo tempo em que é “inventado um modo ético de vida” (FOUCAULT, 1981, p.3).

Tal modo ético de vida que se traduz numa ética da resistência define “práticas de liberdade que possibilitem articular formas válidas e aceitáveis de existência individual e coletiva” (FOUCAULT, 2010, p. 265, 266). Aqui, a liberdade é entendida como “um problema estratégico, ligado às ações dos indivíduos e do poder” (ORELLANA, 2012, p.39). Trata-se de um “esforço de nos livrarmos da identidade que nos é imposta e não uma luta para alcançar o que efetivamente somos” (ORELLANA, 2012, P. 40). Um jogo onde cada um/a articula suas estratégias atento/a ao jogo tático do outro. Assim sendo, tal situação estratégica, destaca Foucault (1994), não pode nunca ser entendida como algo estável e imutável, pois, em seus meandros cada conduta traz consigo a realização de outra ação, “um comportamento que contra-ataca, trata de escapar, apoiando-se sobre o próprio ataque” (p. 799).

Assim, as estratégias usadas pelos/as participantes da pesquisa diante dos modos ambíguos com que suas famílias lidaram com a diferença de gênero e sexualidade será entendida nesta tese nos termos do que Foucault (1984) chamou de modos de existência ou técnicas de si, ou seja, “a maneira pela qual eles/elas se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta; pela qual eles/elas obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição; pela qual eles/elas

respeitam ou negligenciam um conjunto de valores” (FOUCAULT, 1984, p.26) e inventam estratégias para viver. Trata-se de um comportamento ético que evidencia a relação dos sujeitos com a norma, ao engendrar resistências às regras e valores morais da sociedade, e, também, a relação deste/a consigo mesmo/a, ao criarem possibilidades de vida “estabelecendo para si certo modo de ser que valerá como realização moral dele/a mesmo/a; e, para tal, age sobre si mesmo/a, procura conhecer-se, controla-se, põe-se à prova, aperfeiçoa-se, transforma-se” (FOUCAULT, 1984, p.29).

Todavia, se na relação com a família foi possível notar um gerenciamento dúbio da dissidência, a escola também não fica atrás no que diz respeito a propiciar modos oscilantes de lidar com “práticas e raciocínios sobre a dissidência de raça, gênero e sexualidade” (SONTAG e PARAÍSO, 2020, p.129).

3.2. A dissidência no espaço escolar

Ao discorrer sobre a instituição escolar colocarei o foco de minhas análises sobre o currículo entendido aqui de forma mais ampliada e à luz dos estudos pós-críticos em educação, a saber, como um artefato cultural que abarca não só os conteúdos vistos como necessários, mas, inclui, também, todo o aparato que faz funcionar o cotidiano escolar, como a arquitetura, raciocínios e práticas pedagógicas (PARAÍSO, 2016). Aqui, interessa-me “apontar algumas desestabilizações ocorridas no currículo, fruto dos jogos de poder” evidenciando como se articulam com a produção de “resistências e invenções de modos de vida” (SONTAG e PARAÍSO, 2020, p.131).

Segundo Marlucy Alves Paraíso (2016, p. 210) um currículo é um “território de ensinar e de aprender por excelência”, incluindo práticas e raciocínios generificados. Ao exercer essa função, “diferencia corpos, governa condutas, produz práticas, inclui e exclui, hierarquiza, normaliza e produz divisões e separações” (p. 211). Trata-se de um espaço que busca o tempo todo, produzir os “corpos que pesam” e que “importam”, isto é: “corpos que materializam as normas” (BUTLER, 1999, p. 153) e que, por isso, são os corpos considerados legítimos, são os corpos inteligíveis. Segundo Berenice Bento (2011)

Somos apresentados a uma única possibilidade de construirmos sentidos identitários para nossas sexualidades e gêneros. Há um controle minucioso na produção da heterossexualidade. E, como as práticas sexuais se dão na esfera do

privado, será através do gênero que se tentará controlar e produzir a heterossexualidade (BENTO, 2011, p. 552).

Ao se trabalhar com a relação entre currículo, raça, gênero e sexualidade é preciso ter em mente que para muitas vidas o currículo acaba se tornando um facilitador de suas existências, enquanto que para outras, ele produz apagamentos e hostilidades. E como diz Marlucy Alves Paraíso (2020, p.37) “a hostilidade é o raciocínio que produz o negativo no currículo, a hostilidade exclui, divide, afasta, aparta, separa, julga”. A esse respeito, um participante da pesquisa comenta,

Eu lembro muito arduamente no horário de educação física porque eu nunca gostei de esportes, as meninas jogavam tudo, queimada e eu queria jogar queimada, porque eu adorava, mas eu tinha que ficar lá com os meninos no futebol, eu não sabia jogar e era zoadado eternamente por causa daquilo (BENTO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

As aulas de educação física e, mais especificamente, a prática, muitas vezes forçada, do futebol foram citadas na pesquisa de Paloma Pegolo de Albuquerque e Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams (2015) realizada com jovens gays como umas das piores experiências vivenciadas no espaço escolar. A escola, conforme nos mostra Junqueira (2015), se estrutura pautada em valores que reforçam a produção e a disseminação das normas de raça, gênero e sexualidade e agem com a finalidade de impor e perpetuar a matriz cisheteronormativa branca que, por sua vez, opera com a lógica binária que, para aqueles/as que a desafiam, representa, muitas vezes, frustrações, vontades reprimidas e constrangimentos.

Mais ainda, a escola pratica o que Guacira Lopes Louro (1999) chamou de “Pedagogia da sexualidade e do gênero” que se apresenta não só nos conteúdos selecionados no currículo, mas, também, nas situações do dia a dia da escola, nas relações entre os/as diferentes sujeitos que a compõem (direção, funcionários, professores/as, estudantes), deixando marcas nos modos como compreendem e vivenciam seu gênero e sua sexualidade, e, nos modos como lidam com as dissidências.

Ocupando um lugar tão estratégico na dinâmica da sociedade não nos admira que, tal como a família, a escola também seja “território disputado” (MEYER, 2019, p.9). Neste ínterim, o currículo surge como artefato cultural sobre o qual incidem tais disputas, inclusive, no que diz respeito à defesa de uma determinada moralidade na sociedade. Nos últimos anos, sobretudo, no

período que antecedeu as eleições presidenciais de 2018, pudemos observar a colocação da educação (e mais especificamente, do currículo) no centro do que se tornou uma grande polêmica social.

Como já explicitado anteriormente nesta tese, os/as defensores/as do neoconservadorismo de gênero e sexualidade mobilizados/as nos mais diferentes setores da sociedade, inclusive no campo legislativo, empreenderam em uma forte ofensiva para “fazer com que gênero e sexualidade sejam considerados temas não escolares e, com isso, impedir que a diferença se prolifere no currículo” (PARAÍSO, 2018, p.23). Segundo Paraíso (IDEM, p.23, 24), tais grupos neoconservadores “buscam mais normalização no espaço escolar e para isso utilizam de estratégias para barrar os avanços” dos estudos e políticas sobre gêneros e sexualidades não normativas. Mais ainda, “buscam inundar o cotidiano escolar com moralismos, divisões naturalizadas, identidades fixas, generificações hierárquicas, silêncios interessados, ódios destruidores, omissões desastrosas, retrocessos inaceitáveis” (IDEM, p.25). Através das políticas curriculares se espera que a escola garanta a reprodução do sistema da branquitude cisheteronormativa, promova a naturalização das identidades, intensificando vulnerabilidades.

Para tanto, a disseminação das interpelações por meio do slogan “ideologia de gênero”⁸³ e a adesão do autodeclarado movimento Escola Sem Partido- ESP⁸⁴ contribuiu para a construção de uma retórica hostil às dissidências, ao mesmo tempo em que permitiu uma maior organização dos discursos neoconservadores e de suas estratégias de mobilização e intervenção política, entre elas, “a deslegitimação da liberdade docente e a desestabilização do caráter público e laico da escola como espaço de formação crítica para a vida” (JUNQUEIRA, 2018, p.185).

⁸³ Alguns trabalhos que se debruçam sobre “ideologia de gênero” são: SILVA, Elder Luan dos Santos. A ‘Ideologia de Gênero’ no Brasil: conflitos, tensões e confusões terminológicas. *Periódicus*, Salvador, n.10, v. 1, nov.2018-abr.2019. SILVA, Silas Veloso de Paula. Ideologia de gênero e seus sentidos: embates hegemônicos acerca do ensino e discussão de gênero na educação. *Revista Diversidade e Educação*, v. 8, n. 1, p. 400-426, Jan./Jun. 2020. LEMOS, Linovaldo Miranda. A ideologia da ideologia de gênero e a escola. *VÉRTICES*, Campos dos Goytacazes/RJ, v.19, n.3, p. 51-62, set./dez. 2017.

⁸⁴ Para uma análise crítica do automeado movimento Escola sem Partido ver: NÓBREGA, Camile Silva. A influência da escola sem partido na atuação do docente e suas consequências jurídicas e socioculturais. *Espaço Público*, v. 3, p. 2-11, mar. 2019.

MARTINS, Francine Netto; TEIXEIRA, Alessandra. O horror à igualdade: o discurso da “ideologia de gênero” no movimento Escola sem Partido. *Periódicus*, Salvador, n.11, v. 2, mai-out. 2019.

MOURA, Fernanda Pereira de; SALLES, Diogo da Costa. O Escola Sem Partido e o ódio aos professores que formam crianças (des)viadas. *Periódicus*, Salvador, n. 9, v. 1, maio-out. 2018.

REIS, Toni, at all. A ideologia do movimento escolar sem partido: 20 autores desmontam o discurso. – São Paulo: Ação educativa, 2016.

Para os grupos neoconservadores, o currículo escolar deve estar comprometido exclusivamente com a “reafirmção dos valores tradicionais, das hierarquias sexuais, do controle exclusivo dos pais sobre a formação moral e sexual dos/as filhos/as, da restrição do acesso a informações sobre saúde sexual” (IDEM, p.186), além de reiterar práticas e crenças que produzem exclusão na sociedade.

A pressão social feita e as estratégias usadas na operacionalização da ofensiva antigênero tiveram resultados. Criaram no meio sociais polêmicas, desinformação e desconfiças em torno das questões de gênero e sexualidade, conseguindo, inclusive, interferir na elaboração do Plano Nacional de Educação- PNE e nos Planos Estaduais e Municipais de educação. A esse respeito, Marlucy Alves Paraíso (2016) comenta que

para atingir seus objetivos, os grupos reacionários não se intimidam com nada. Se alguém diz que o autodeclarado movimento “ideologia de gênero” é contrário ao que está no Plano Nacional de Educação (PNE), propõem mudar o PNE. Também não se intimidam em ter que controlar os materiais didáticos e as avaliações e criminalizar o/a docente (p. 392).

Em consulta aos livros selecionados pelo PNLD- Plano Nacional do Livro Didático para o ano letivo de 2021 pude verificar que dentre os mais de 30 volumes disponibilizados dentro da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para a escolha das escolas para serem trabalhados no ensino médio integral por meio do Projeto de vida⁸⁵ e projetos integradores⁸⁶, apenas cinco volumes trazem de forma mais ou menos explícita temáticas relacionadas à desigualdade de gênero, sexualidade, racismo, etc. Mediante disputas no legislativo e na sociedade civil, conseguiram retirar a temática de gênero do Plano Nacional de Educação- PNE⁸⁷, e “propuseram projetos de leis que anulam direitos sociais de minorias, proíbem a discussão sobre gênero nos currículos das escolas” (PARAÍSO, 2016) e reiteram o lugar de poder e privilégio que ocupam na sociedade⁸⁸.

⁸⁵Obras disponíveis em: https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2021_proj_int_vida/componente-curricular/pnld2021-didatico-projeto-de-vida acesso em 13/03/21 às 12h: 40m.

⁸⁶Obras disponíveis em: https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2021_proj_int_vida/componente-curricular/pnld2021-didatico-ciencias-humanas-e-sociais-aplicadas acesso em 13/03/21 às 12h: 46m.

⁸⁷ Para uma análise dos discursos da “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação-PNE ver: REIS, Toni. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 138, p.9-26, jan. Mar. 2017.

RIBEIRO, Amanda. Religião e “ideologia de gênero” no plano nacional de educação (PNE). Relegens Thréskeia estudos e pesquisa em religião V. 05 – n. 02 – 2016.

⁸⁸Como exemplo, temos o projeto conhecido como “cristofobia”. Mais informações em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=63CC5EA9A338DAC9F195E105A15EC370.proposicoesWebExterno1?codteor=1781213&filename=Tramitacao-PL+4152/2019 acesso em 25/02/21 às 22h: 34m.

Ainda sobre esta questão, Toni Reis (2017, p.17) destaca que nenhum dos Documentos Finais das Conferências de Educação de 2008, 2010 e 2014, nem a versão inicial do Plano Nacional de Educação, fazem menção do termo “ideologia de gênero”, e sim têm por objetivo garantir o alcance da equidade entre os gêneros e o respeito à diversidade sexual. Todavia, os argumentos levantados por diversos grupos contrários afirmam que esses documentos deliberaram pela inclusão da “ideologia de gênero e de diversidade sexual” nos Planos Estaduais e Municipais de Educação e que buscariam “corromper” crianças e jovens ao aproximá-los/as de temas tão “perigosos”.

Diante dessas questões, podemos perguntar: Como os/as participantes da pesquisa narram suas experiências em administrar suas dissidências na relação com o currículo escolar? As polêmicas envolvendo o slogan “ideologia de gênero” e educação não passaram despercebidas pelos/as colaboradores da pesquisa. Estes elaboraram opiniões críticas sobre o assunto ao compreenderem como afetam a dinâmica de suas vidas,

Acho uma conversa que não tem recorte científico se baseiam muito em religião, em conceitos individuais, que não cabem todo mundo, fazem um alarde em torno disso, acham aberração todos que transitam entre os gêneros... Que eu não posso ser considerado uma pessoa só porque não sigo um padrão de gênero... A palavra “ideologia de gênero” é colocada num contexto muito nada a ver, eles acham que só a fato de eu estar usando uma roupa que não é bem masculina eu vou ta influenciando o céu e a terra (BENTO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

A influência da religião no processo político brasileiro é algo que parece preocupar o entrevistado, pois este compreende que são os preceitos da religião que ajudam a construir uma imagem negativa sobre sua vida enquanto LGBTQIAP+, desestabilizando seu status de humano, debitando na conta das pessoas dissidentes o desmantelamento da sociedade entendida, apenas, mediante os padrões do sistema cisheteronormativo. Segundo Amanda Ribeiro (2016, p.59) a participação cada vez maior dos agentes religiosos na política brasileira tem criado disputas que possibilitam às mais diferentes denominações religiosas defenderem suas pautas, sua presença e legitimidade no espaço público, favorecendo a pluralidade religiosa. Por outro lado, podemos dizer

que o fortalecimento do discurso religioso tem agido, por vezes, no sentido de barrar a emancipação de grupos que, por suas características identitárias e demandas específicas, acabam contrariando os princípios de determinadas religiões.

A entrada desses grupos nas disputas políticas envolvendo a educação foi algo que também se desdobrou em reflexões para Bento. Quando perguntado sobre o que acha do autodeclarado movimento Escola sem Partido, o jovem comenta,

Qual partido né? Vai na mesma linha, eles acham que o PT ou qualquer ideologia da esquerda, ate ideia de humanidade são todas partidárias e as escolas são dominadas pelos partidos de esquerda. Desde que me entendo por gente, eu nunca entrei numa escola onde as ideias da esquerda tivessem sendo concluída, sabe. Quem dera que fosse. Eu só vi muita demagogia de direita, pessoas superautoritárias que outorgam tudo sem a opinião alheia. Escola sem partido é outra coisa muito nada a ver (BENTO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Em um trabalho anterior (PEIXOTO, 2020) mostrei que um dos argumentos utilizados pelos/as neoconservadores diz respeito ao que chamam de “doutrinação comunista marxista” empreendida, segundo eles/as, pelos partidos de esquerda, principalmente, o PT-Partido dos Trabalhadores. Segundo Luis Felipe Miguel (2016) o fortalecimento público deste discurso abertamente conservador permitiu que ganhasse visibilidade – e expressão parlamentar – um movimento que acusa as escolas de “doutrinação ideológica” e propõe medidas para impedir que professoras e professores expressem, em sala de aula, opiniões consideradas impróprias (p.595). Com tal falácia buscam construir em torno dos temas gênero e sexualidade uma “imagem monstruosa, negativa e pouco confiável” (PEIXOTO, 2020, p.121).

Bento mostra-se atento a esta questão nos jogos políticos da sociedade e percebe o caráter tendencioso que tal “movimento antigênero” possui. Ao perguntar, “qual partido?” o jovem demonstra compreender que tudo não passa de uma estratégia para manter o *status quo* predominante no campo escolar. Entende que o que está em jogo por meio destas disputas são projetos antagônicos de sociedade e que o neoconservadorismo favorece a determinados grupos,

reforça certos ideais, conforme explicitado nos textos de Cleomar Manhas (2016) e Frei Betto (2016). Bento continua narrando,

A democracia ela não é construída de um lado só, ela é construída dos dois lados, eu vejo ruim porque me desfavorece, mas pra eles é bom porque os favorece, é uma dualidade, é tipo “ah a gente vai criminalizar a lgbtfobia, mas não vamos deixar vocês serem lgbt, debater seus temas, etc”. Supercontraditório. O Bolsonaro ter sido eleito foi bom pra algumas pessoas, só não foi pra gente (BENTO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Veja que a noção de democracia é trazida à tona e parece estar articulada às disputas e jogos de interesses, ao mesmo tempo em que fica explícita seu caráter contraditório. A eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018 consolidou a tentativa de retomada dos padrões morais da sociedade, padrões estes que são racistas, machistas, lgbtqfóbicos e legitimam os privilégios de determinados grupos sociais. Segundo Rayani Mariano dos Santos (2020) a ofensiva contra os direitos das mulheres e da população LGBTQIA+ se relaciona com o fortalecimento da extrema direita no Brasil e com a vitória de Bolsonaro. A autora acredita que a mobilização de temas relativos a gênero e sexualidade não é uma cortina de fumaça para a implementação dos reais objetivos de grupos de direita, mas questões centrais que são utilizadas para mobilizar a população e se tornam políticas que beneficiam certos grupos e prejudicam outros (p.51).

Os efeitos das interpelações advindas do *slogan* “ideologia de gênero” e do pseudo movimento “Escola Sem Partido” na educação são variados. Além de, como já dito, limitar o que é abordado no currículo escolar, cria nos/as docentes medos e inseguranças com relação a se trabalhar os temas gênero e sexualidade. Segundo Camile Silva Nóbrega (2019) tais grupos, ao mobilizarem todo um jogo discursivo, tem o propósito concreto em assediar a atuação do professor, de tal forma, a ponto de criar ameaças e constrangimento dentro e fora de sala de aula (p.4).

De acordo com a pesquisa realizada por Sabrina Sanches Sontag e Marlucy Alves Paraíso (2020) a polêmica social em torno da questão, sobretudo, nos meses que antecederam as eleições presidenciais de 2018 e, também, na ocasião da votação do PNE, incidiram nos/as professores de modo a desestimular alguns/as, ou mesmo, de modo a amedrontá-los/as, medo de represarias e

perseguições. Por outro lado, existem docentes que precisaram inventar modos de continuar incluindo os temas em suas aulas, de modo a burlar as determinações em contrário visto que, como disseram as autoras, “nas escolas aparecem situações inusitadas que tocam em questões de gênero e que muitas vezes não permitem a fuga do/a professor/a” (p.143).

Neste ínterim, em alguns casos, os/as próprios/as estudantes se mostram interessados/as em aprender sobre o assunto. Diz-nos Bento sobre esta questão,

Acho muito importante, principalmente, explicar sobre se prevenir de doenças sexualmente transmissíveis, mas, também, essa questão do gênero, da diferença entre sexo e gênero, o que a biologia pode trazer, trazer um pouco das ciências sociais sobre essa questão do gênero. Uma vez, uma professora falou algo que achei muito interessante “pessoas transexuais não são necessariamente héteros”, eles podem ser gays. A diferença entre orientação sexual e identidade de gênero né. Muitos criticam uma coisa que eles nem conhecem. É um debate que nem todo mundo tem, eu sei sobre isso porque eu preciso saber sobre isso, porque para falar sobre isso eu preciso ter esse conhecimento, para um hétero que não tem problema com a identidade dele, ela não é questionada, para ele nem importa saber o que é ser hétero ou homossexual (BENTO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Mesmo diante de um contexto que “os coloca em uma posição de risco” (BENTO, 2011, p. 554) muitos/as jovens dissidentes estão dispostos/as a interrogar as normas para o gênero e querem aprender conhecimentos tão vitais e estratégicos como os são os da diferença, “eu gostaria que tivesse tido esse debate na minha época de escola” (DANDARA-Fragmento narrativo). Muitos/as desses/as jovens querem entender o que, de fato, todas essas polêmicas significam, já sentem os efeitos do racismo e da Lgbtqfobia em seus corpos, e, muitos/as veem na aquisição de conhecimentos uma ferramenta eficaz para se posicionarem positivamente no meio social.

Informar-se em fontes fidedignas, manter-se atualizado/a e encontrar nesses conhecimentos e informações a força necessária para permanecer “realista-com-esperança” (PARAÍSO, 2020, p.31),

Eu sempre leio artigos, já li uma tese de doutorado, eu tenho livros, vou assim de galho em galho. Uso muito a internet. Com a internet já me confundi muito e também já aprendi muito. É muito interessante ver os avanços no nordeste. Eu vi que em universidades da Bahia existem cotas para mulheres transexuais e eu acho isso muito importante, principalmente, por causa da vulnerabilidade dessas pessoas (BENTO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Sobre esta questão, Dandara também comenta que,

Eu acho importante, não só LGBT, mas, qualquer pessoa, em qualquer aspecto político e social, porque a gente tem direitos e deveres e devemos estar cientes deles e almejando coisas melhores, sabendo que é possível conseguir coisas melhores, então, quando você estuda, quando você conhece história, sociologia, filosofia, até matérias de exatas, você começa a ter uma visão mais analítica sobre o mundo, sobre as pessoas, sobre a política e é muito importante né, porque o x da questão é você não ser alienado (DANDARA – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

O conhecimento que é adquirido é entendido como arma de sobrevivência e de resistência pelos/as participantes da pesquisa. Tal comportamento tático refere-se a uma postura radical em relação “àquilo que o pensamento estabelecido permite conhecer e que, simultaneamente, preserva como desconhecido” (ZAGO, 2017, p.95). De acordo com Luiz Felipe Zago (2017) perturbar as formas convencionais de pensar e conhecer implica suspender ou problematizar os quadros dentro

dos quais o pensamento e o conhecimento operam. A investigação, assim, assume um caráter impertinente, nas palavras do autor, pois, além de perturbar o pensamento e o conhecimento já dados e estabelecidos, também tem o potencial de perturbar a própria experiência do sujeito que pesquisa.

Para Zago (2017) se nossas experiências de ser e de estar mundo são histórica e culturalmente produzidas, articuladas a contextos políticos específicos – e, portanto, articuladas aos limites daquilo que se pode pensar –, ao perturbarmos o conhecimento e o pensamento já dados estamos, em última instância, perturbando as próprias condições das quais dependem nossas vidas (p.96). Assim, a “Postura Investigativa Queer” opera para resistir aos conhecimentos cristalizados e, quando praticada no espaço escolar, age com a finalidade de produzir aquilo que Danilo Araújo de Oliveira e Anderson Ferrari (2020) chamaram de “outramentos no currículo”, ou seja, “produzir outras formas de ser e estar no mundo” (p.111), inventar outros modos de vivenciar a diferença no espaço escolar.

Os tencionamentos vindos de fora da escola por meio dos discursos neoconservadores e os que são produzidos em seu interior advindos da existência de corpos dissidentes no cotidiano escolar produzem uma rotina de ambiguidade no currículo: acolhida e hostilidade, alegrias e tristezas, repressão e resistência, situações que precisam ser constantemente negociadas para escapar e evitar a violência iminente.

A realidade é que a pressão neoconservadora sobre a escola não mudou o fato de que vidas LGBTQIA+ diariamente transitam no espaço escolar, afirmando a diferença e desafiando a cisheteronorma. Assim sendo, a escola acaba se mostrando oscilante ao enfrentar a realidade da diferença existente na escola. Em alguns relatos dos/as participantes podemos notar isso,

Minha memória foi muito seletiva, porque eu quis esquecer muita coisa, eu sofri muita homofobia no colégio, mas eu fingi que aquilo não estava acontecendo e fui só empurrando (BENTO – Fragmento narrativo).

Aqui o jovem nos traz um relato que soa familiar. Como muitos/as outros/as LGBTQIA+ negros/as que vivenciaram o espaço escolar (aqui, me incluo dentre estes/as), Bento encontrou na já comentada estratégia da “dissimulação honesta” (ACCETTO, 2001) uma maneira de tentar escapar das situações de hostilidade e violências vividas no cotidiano da escola. Fazendo uso do que já nomeei em outro trabalho como “estratégia do ignorar” (PEIXOTO, 2020) o jovem opta por uma

tática de sobrevivência menos combativa, por assim dizer. Ao evitar o enfrentamento direto, ou mesmo o revide da violência, Bento parece querer resguardar sua integridade física. Ele narra,

Tem situações em que eu não me posiciono porque eu tenho realmente medo de ser agredido e sei lá não consegui reagir a algum tipo de agressão. Eu, por exemplo, estudo a noite e sempre escuto coisas que não gostaria de escutar, mas eu finjo que não escuto, eu passo por cima né, se sou agredido verbalmente eu saio corrente porque tenho medo de apanhar, de acontecer alguma coisa (BENTO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

O medo da agressão não é algo sem fundamento⁸⁹. De acordo com Valdenízia Bento Peixoto (2018) a violência contra pessoas LGBTQIAP+ é um fenômeno histórico e sistêmico, baseado em fatores da hierarquização das identidades de gênero e das orientações sexuais. Segundo a autora a violência lgbtfóbica é uma ação repleta de símbolos, inferências e linguagens que correspondem às estruturas das relações sociais de poder e opressão sexual e de gênero. Essa violência é construída por paradigmas da opressão de gênero, por repressões sexuais, por padronizações de comportamentos e, sobretudo, por uma bagagem histórica, cultural e social dos componentes relacionais que substancializam a ordem patriarcal e cisheteronormativa (p.8). De acordo com Berenice Bento (2011) “quando compreendemos a produção das identidades de gênero marcada por uma profunda violência, passamos a entender a Lgbtqfobia enquanto uma prática e um valor que atravessa e organiza as relações sociais, distribui poder e regula comportamentos, inclusive no espaço escolar” (p.556).

Se tal regulação de comportamentos recai com força sobre os corpos LGBTQIAP+, a coisa fica ainda mais complexa e cruel se outros marcadores sociais da diferença vierem a se somar às dissidências de gênero e sexualidade no espaço escolar. Por exemplo, Bento enquanto homem LGBTQIAP+ negro sente como o racismo vem se somar nesse jogo de vida e morte que também abarca a escola.

⁸⁹Uma análise dos índices de violência e assassinatos de pessoas LGBTQIA+ pode ser encontrada em: SOUZA, Daniel Cerdeira de; et al. Assassinatos de LGBTs no Brasil – uma análise de literatura entre 2010-2017. Periódicus, Salvador, n.10, v. 1, nov.2018-abr. 2019.

E tem o agravante de eu ser negro e eu te digo: já sofri muito racismo. Quando eu quis deixar meu cabelo crescer eu escutei de professores que eu não podia deixar meu cabelo crescer, eu sei que tem um pouco de racismo envolvido, mas, também, tem essa questão que homem deve ter cabelo curto. Eu sempre reparei que na escola que eu estudava o debate sobre negritude era muito enfraquecido e quando ele acontecia as coisas caíam sobre mim. (BENTO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

O racismo estrutural faz-se presente no espaço escolar e quando articulado com práticas lgbtfóbicas compõe um cenário árido para as dissidências. O corpo negro tem sido historicamente deslegitimado pelos padrões branco eurocêntricos, subjetivado num esquema de inteligibilidade que o subalterniza e o animaliza. De acordo com Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020) “os muitos estereótipos associados ao homem negro naturaliza a ideia de que a negritude se constitui através da normalização do negro heterossexual, representado pela emblemática virilidade de sua força física, violência, grande apetite sexual e pênis potente” (p.18). A autora comenta que tais estereótipos não coadunam com a ideia do homossexual hegemônico reduzido a uma imagem padrão caracterizada por uma suposta fragilidade. Assim, a homossexualidade seria uma traição aos estereótipos encarnados pelo corpo negro.

No espaço escolar e na sociedade como um todo, o corpo que encarna esses marcadores gera incompreensão. Para ser mais bem “aceito” “espera-se que o homossexual negro adote comportamentos viris e que não desmunheque” (p.21), comenta Megg Rayara. Acontece, conforme nos mostra Berenice Bento (2011) as experiências de trânsitos envolvendo gênero e raça demonstram que não somos predestinados/as a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas, nem seguir os estereótipos fixados na sociedade. O sistema não consegue a unidade desejada. Há corpos que escapam ao processo de produção do gênero e da raça inteligíveis e, ao fazê-lo, se põem em risco porque desobedeceram às normas de gênero, ao mesmo tempo revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas (p.551). Alguns trabalhos que trazem uma abordagem interseccional envolvendo gênero, sexualidade e raça e que deixam evidentes as existências de

jovens negros LGBTQIAP+ na educação são: Oliveira (2020); Limongelli e Gallo (2020); Meira e Ferreira (2019); Oliveira e Ferrari (2018).

No caso dos participantes da pesquisa seus corpos negros também eram corpos afeminados no espaço escolar. Nilo diz que “sempre foi uma criança bem viadinha, bem poczinha” (NILO – Fragmento narrativo). “Viadinha” e “poczinha”⁹⁰ são expressões que são comumente usadas no “meio gay” para designar sujeitos homossexuais que se comportam de maneira pouco discreta, vistos como espalhafatosos e muito afeminados. A perseguição e repressão do feminino nesses corpos não é algo novo. Na escola, a lógica cisheteronormativa, une forças com o racismo estrutural e produz situações de violência. Nilo continua,

No meu 1º ano do ensino médio teve um caso sério, eu estudava no Pedro Aleixo e fui empurrado do banheiro dos meninos por uns alunos que ficaram falando que ali era lugar pra homem (NILO - Fragmento narrativo).

Um relato semelhante é dado por Bento, outro corpo negro e afeminado,

O professor de educação física que identificou através dos meus trejeitos a minha sexualidade e vivia me perseguindo, inclusive uma vez eu precisei ir ao banheiro (que é um espaço que eu nunca frequentei porque os meninos sempre me olhavam com uma cara estranha) e neste dia eu relutei contra meu corpo, mas tinha tomado bastante água e fui. Quando cheguei lá o professor de educação física estava usando o mictório, aí eu mais do que depressa entrei e me tranquei na cabine, aí ele passou na porta e falou: ‘achei que aqui fosse banheiro de homem’ (BENTO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Os relatos evidenciam momentos de hostilidades direcionados aos corpos negros LGBTQIAP+ afeminados. Nas duas situações observamos como os sujeitos da escola reverberam

⁹⁰ Para um histórico do termo “poc” ver: <https://gay.blog.br/gay/o-que-significa-poc-definicao-e-um-pouco-da-historia-do-termo/> acesso em 18/03/21 às 22h:21m.

concepções e práticas conservadoras e lgbtqfóbicas. A reprodução de tais hostilidades por colegas, professores e funcionários da instituição nos faz questionar sobre como o currículo, nessas situações, se posicionou. Ao continuar relatando a situação, Nilo comenta que, “fui até a supervisão da escola reclamar, mas eles nem ligaram” (NILO – Fragmento narrativo). O currículo, assim, se silencia e faz vista grossa diante da hostilidade de gênero sofrida pelo aluno, “nesse mesmo dia eu voltei para a sala de aula, sentei, terminei de copiar a matéria e fui na secretaria pedir minha transferência” (NILO – Fragmento narrativo).

A escola, assim, parece, em alguns momentos não inspirar confiança. Ao se calar diante da violência, a escola a reitera e atua de maneira conivente com a lógica que segrega, exclui e produz apagamentos. Nilo opta por sair daquela escola, procurando estudar em uma instituição onde se sentisse mais acolhido. Essa mesma sensação de que não se pode confiar na escola também é percebida na fala de Bento quando este comenta que

Eu nunca dialoguei muito sobre sexualidade, na escola fugia de qualquer debate que colocasse em cheque a minha orientação. Eu via minhas amigas desabafando dos seus relacionamentos e obtendo conforto e eu tinha medo de dizer e o preconceito falar mais alto (BENTO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Nas narrativas, nota-se os momentos em que a escola vacila diante da diferença de gênero, sexualidade e raça, promovendo silêncios, minimizando violências, reiterando estereótipos e, com tudo isso, deixando nos corpos LGBTQIAP+ negros a impressão de que podem contar pouco com esta, “medo do preconceito falar mais alto”.

Dandara, aluna negra transexual, diz também sentir algo semelhante em relação a escola,

Parando pra pensar, a escola não ajuda mesmo a gente a se impor no nosso lugar de lgbtq, ela ajuda ali no estudo em apagar um pouquinho do preconceito, abafar o preconceito dos alunos, fingir que não tem, nem liga, é mentira, ignora, senta lá na frente, se afaste. Mas, eles não ajudam. Saiba qual seu lugar sem depender da escola (DANDARA – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

A narrativa de Dandara reforça a passividade conivente que, em muitos casos, a escola pratica. Sendo uma mulher transexual negra, seu corpo causa ainda mais rebuliço no espaço escolar, padecendo com a falta de inteligibilidade presente em todo meio social. A negação de direitos básicos como a educação faz com que a população trans procure meios alternativos de sobrevivência e acabe caindo para a marginalização, prostituição e drogas, intensificando a precariedade de suas vidas. De acordo com estudo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) 82% da população trans sofre com a evasão escolar⁹¹. Isso revela que a “educação brasileira é pensada dentro de uma cisheteronormatividade compulsória. Qualquer corpo que não corresponda a ela não está apto a ocupar espaços educativos”, explica Andreia Lais Cantelli⁹², professora de história, presidenta do Instituto Brasileiro Trans de Educação (ITBE).

Segundo a professora, a partir do momento que o Estado não oferece e não consegue garantir educação ou diga que a população trans tem direito, mas não cria condições para que ela possa se manter isso se constitui numa política de morte. Estamos dentro de um governo que decide que setor da população vai ser abandonado, “não é só matar diretamente, como a polícia faz”, diz ela. Algumas políticas públicas foram instituídas na tentativa de reverter esse quadro. Em 2016, a presidenta Dilma Rousseff sancionou o decreto de número 8.727, garantindo o direito ao nome social, que se refere à designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida. Em 2018, uma portaria do MEC autorizou o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da educação básica. Ademais, algumas universidades públicas no país passaram a adotar cotas para a população trans e travesti em seus sistemas de ingresso. Mesmo assim, somente 0,1% dos/as estudantes de Universidade Federais são pessoas trans.⁹³

⁹¹ Algumas pesquisas que abordam as experiências de pessoas travestis e transgênera na educação são: ACOSTA, Tássio. Evasão ou expulsão escolar de gays efeminados e travestis das instituições de ensino e as vidas que não podem ser vividas. Revista Bagoas, n.20, 2019.

SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da; MAIO, Eliane Rose. Sobre vulnerabilidade escolar de estudantes trans. Revista diversidade e educação, v.5, n.1, 2017.

CRUZ, Tânia Mara; SANTOS, Tiago Zeferino dos. Experiências escolares de estudantes trans. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 115-137, Jan./Abr. 2016.

⁹² Entrevista disponível em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2019/07/26/o-acesso-educacao-para-populacao-trans/> acesso em 19/03/21 às 20h:45m.

⁹³ Alguns trabalhos que abordam a presença de pessoas trans no ensino superior são:

PEREIRA, Ayla Campos. Travestis e transexuais no ensino superior: uma revisão integrativa de literatura científica. Faculdade Alfredo Nasser. 8º Pesquisar, 2020.

SCOTE, Fausto Delphino; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas Trans no Ensino Superior. REVISTA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, Volume 38, n. 2—p. 01–25, abr./jun.2020.

O respeito ao nome social e a garantia ao uso do banheiro próprio à identidade de gênero das pessoas trans e travestis são medidas mínimas que podem auxiliar o enfrentamento à transfobia no espaço escolar. Todavia, na prática o que temos é uma política da corda bamba, conforme nomeou Andreia Lais Cantelli. Tal política revela o caráter ambíguo da instituição escolar que, em muitos momentos, se vê tendo que administrar em seu cotidiano conflitos gerados pela estranheza que os corpos dissidentes acarretam. Nilo segue narrando,

Em relação ao convívio das pessoas LGBT na escola... Chegamos a conversar sobre o direito dos/as alunos/as trans poderem usar o banheiro e a gente conseguiu também fazer um banheiro unissex na unidade II pras manas que não se sentiam confortáveis em usar o banheiro... Mas, fora isso era tranquilo (NILO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Em alguns momentos o currículo parece se abrir para a diferença, operando mais claramente como os signos da aceitação. Isso fica evidente no relato de Nilo que evidencia a disposição da escola em dialogar e acatar as demandas dos/as estudantes. Dandara, também relata que,

Eu nem sabia que eu podia usar o nome social... Na verdade eu nem trouxe essa demanda, eu fui informado aqui, eu nem sabia, eu fiquei relutando, relutando pra fazer minha matrícula porque eu já tinha estudado antes aqui nessa escola como Paulo... Mas, depois da transição eu nunca tinha tentado estudar, e eu ficava pensando como seria entrar numa sala de aula cheia de alunos, ainda tem a chamada, deboche, mas, a escola disse que eu poderia usar o nome social (DANDARA – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

A vigilância da diferença promovida no currículo cochila em alguns momentos, dando oportunidades para movimentos de desterritorialização, conforme afirmam Miranda e Amâncio (2021). Como podemos observar na narrativa de Dandara, a escola algumas vezes assume o papel de garantir que o direito à diferença seja resguardado no currículo. Os receios da jovem sobre como seria voltar a estudar após sua transição, sobretudo, em uma escola onde havia estudado anteriormente, ainda quando fazia um uso performativo do gênero masculino, são amenizados quando a escola não só permite, mas, informa e sugere que Dandara utilize seu nome social em sua nova matrícula. Os discursos neoconservadores parecem disputar força com os discursos de garantia dos Direitos Humanos. A escola, assim, parece, em algumas situações, jogar o jogo da “gangorra” onde em alguns momentos os signos da aceitação estão em alta e noutros a hostilidade fala mais alto no currículo. Sobre isto, Bento comenta,

A escola não foi um ambiente ruim, é óbvio que a vivência das pessoas brancas e heteronormativas sempre foram bem mais confortáveis em comparação com a nossa. Vivi momentos de descobertas, que talvez em outro lugar jamais viveria, mas também vivi momentos ruins (BENTO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

A escola aparece assim nas narrativas dos/as participantes da pesquisa como um espaço onde se pode vivenciar o céu o inferno, por assim dizer. É em meio a essas práticas e raciocínios ambíguos em torno das diferenças que os corpos LGBTQIAP+ negros precisam tornar o currículo espaço para hospedar as diferenças, ao inventarem escapes às normalizações impostas. Segundo Marlucy Alves Paraíso (2020) é possível “tomar de volta a coragem de mudar o currículo e o mundo. Podemos inverter o signo do negativo, do currículo moribundo. Fazer proliferar as forças que em um currículo transgridam, mobilizam, movam, alegrem, potencializam” (pag. 43). Ou como disse Bento, “se a escola contribui negativamente, eu pego o negativo e faço do limão uma limonada” (BENTO - Fragmento narrativo).

As pressões políticas sobre o silenciamento dos temas raça, gênero e sexualidade nas escolas enfrentam resistências que se desdobram em movimentos éticos e políticos. O currículo, assim, longe de ser um artefato cultural estanque, é constantemente implicado pelas experiências e (r)existências dos sujeitos que o compõem. Falar das possibilidades de um currículo para com raça, gênero e sexualidade é apontar para a criação de pontos de fuga e ressignificação. Neste respeito,

para fazer frente a “Pedagogia do Gênero e da sexualidade” (LOURO, 2008) ou “Pedagogia da Violência” conforme chamou Murilo Nonato (2020, p.108), faz-se preciso empreender e praticar o que Thiffany Odara (2020) chama de “Pedagogia da desobediência”.

De acordo com a autora tal pedagogia compreende as possibilidades de enfrentamento e intervenção no modelo colonial de educação, possibilitando rupturas com modelos educacionais arcaicos (p.93). Mais ainda, a “Pedagogia da Desobediência” é um processo insurgente que travestiliza os espaços educacionais confrontando o processo de exclusão, se caracterizando através das lutas e resistências dos corpos trans e travestis por uma educação libertadora e emancipatória (p.96). Esta pedagogia “carrega em seu bojo elementos elaborados a partir da insubmissão a uma ordem cisheterogenerificada” (p.93). O foco, assim, está na capacidade de repensar o mundo e questioná-lo, promovendo a investigação dos processos que instituíram determinadas visões de mundo em detrimentos de outras, privilegiando alguns sujeitos e excluindo outros/as.

Segundo Thiffany Odara a intenção da pedagogia da desobediência é ser uma prática cotidiana que “confronta toda marginalização de corpos dissidentes nos espaços educacionais” (p.94). Neste respeito, penso que tal em tal pedagogia cabe o uso do que aqui chamarei de “ousadia queer”, a saber, os modos de enfrentamento expressos numa espécie de atrevimento à cisheteronormatividade branca hegemônica. Dandara diz,

A bicha tem que ser caruda, porque travesti não é bagunça para começo de conversa, a bicha tem que saber o lugar dela. Toda hora a gente pode ser atingido por ser lgbt, então, você tem que tá com o ouvido aqui (faz gesto e adota postura de estar atento). (DANDARA – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Nilo também dá evidências da prática da ousadia queer ao relatar o seguinte,

Eu me montava de drag no estadual central⁹⁴, lindíssima, uma vez a supervisora chamou minha atenção dizendo que não era lugar pra usar peruca e salto alto, mas foi um caso isolado, eu chamei a atenção dela, chamei o diretor e falei que eu estava

⁹⁴ Nome de uma Escola Pública Estadual situada na região central de Belo Horizonte.

vestido assim porque eu queria, meninas da escola também vem de salto, então, eu tenho o mesmo direito, se eu tô usando maquiagem, usando peruca, a professora de português que está ali ela tá usando peruca, eu vou usar peruca sim se eu não estiver confortável com meu cabelo no dia e se eu quiser usar maquiagem, olhe a seu redor, o tanto de gente usando maquiagem”. Aí ele falou “não Eduardo, você está certo, mas esse não é o uniforme da escola”. Eu falei pra ele “mas, eu estou de uniforme, olha a camisa, a calça, existe sapato no uniforme? Não! Tem uma maquiagem da escola? Não tem! Então, eu estou com meu uniforme completo, não estou fora da regra. E se eu quiser comprar o uniforme feminino e usar, eu vou! Eu até perguntei a ele quanto que era. (NILO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

A ousadia queer é afrontosa, fechativa, argumentativa e atenta⁹⁵. Não se satisfaz com a dinâmica de exclusão e com as tradicionais explicações para justificar as hierarquias sociais reproduzidas pelo currículo escolar e pelos mais variados artefatos culturais. Quando a diferença é contestada e interdita os/as jovens que participaram da pesquisa impuseram sua presença, reivindicando a possibilidade de existência. Questionaram o status quo, expuseram a lógica contraditória e incoerente das normas. Fazendo uso da ironia, da fechoação, do deboche, da argumentação bem fundamentada esses/as jovens resistem e causam “tumultos no currículo” (NOLASCO-SILVA e SOARES, 2020, p.321).

Tal atitude de resistência e ousadia foi apoiada, no caso desta pesquisa, pelo que chamarei nos moldes com fez Giancarlo Cornejo (2015), de “amizade queer”. Para o autor a amizade queer tem um papel reparador: a amizade pode criar espaços afetivos que curam feridas infligidas por

⁹⁵ Algumas pesquisas que tratam das resistências de corpos LGBTQIA+ na educação são: TAKARA, Samilo. Dando pinta na prática educacional: a bicha como limite. Revista Bagoas, n. 14 | 2016. ZAMBONI, JÉSIO. Educação bicha: uma a(na[l])rqueologia da diversidade sexual. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação, da Universidade Federal do Espírito Santo. VITÓRIA, 2016. COLLING, Leandro. Perfechatividades de gênero: a contribuição das fechativas e afeminadas à teoria da performatividade de gênero. Cadernos Pagu (57), 2019. LONGARAY, Deise Azevedo. Espaços educativos e produção das subjetividades gays, travestis e transexuais. Revista Brasileira de Educação v. 20 n. 62 jul.-set. 2015.

normas sociais. Essas amizades eram a diferença entre morrer e se agarrar à vida, estratégia para não experimentar a dor da solidão (p.132,133). Mas amizades queer requerem o reconhecimento da vulnerabilidade mútua. Para Foucault (1981), as amizades queer podem criar novas formas de vida. Segundo o autor, um modo de vida pode ser compartilhado por indivíduos de idade, estatuto e atividade sociais diferentes. Pode dar lugar a relações intensas que não se pareçam com nenhuma daquelas que são institucionalizadas e me parece que um modo de vida pode dar lugar a uma cultura e a uma ética (p.3).

Neste respeito, os capítulos seguintes buscam evidenciar como este trabalho ético foi operacionalizado pelos/as sujeitos da pesquisa de modo a criar resistência e a tornar a vida mais possível.

4. ESTRATÉGIAS QUE VIABILIZAM AS VIDAS EM DISSIDÊNCIAS.

Aprender a defender-se requer a elaboração de outras formas de perceber a própria fragilidade. Autodefesa não é só sobre bater de volta, mas também sobre perceber os próprios limites e desenvolver táticas de fuga, para quando fugir for necessário. É também sobre aprender a ler as coreografias da violência e estudar modos de intervir nelas. É sobre furar o medo e lidar com a condição incontornável de não ter a paz como opção. (JOTA MOMBAÇA, 2016, p.14).

A citação acima de Jota Mombaça faz pensar nos modos de produção de estratégias que viabilizam as vidas dissidentes em contextos desfavoráveis, como o é o cenário de neoconservadorismos reacionários. Operando com as forças interpelativas do poder, a máquina neoconservadora, produtora de tristezas e violências, não é capaz de impedir que sejam criados movimentos de resistências, escapes e de contra ataques.

A necessidade de elaborar modos estratégicos de existir no mundo não é algo aleatório. Diante da existência de mecanismos na sociedade que funcionam para assegurar a não permanência de determinados corpos na cena pública como, por exemplo, o racismo e a Lgbtqfobia, é condição primordial que pensemos em formas de resguardar nossa existência. Conforme disse Lucas Dantas (2019),

Antes de qualquer estratégia política precisamos assegurar a nossa vida, os direitos mínimos de cidadania, o direito a existência e ao reconhecimento. Precisamos dar sustentabilidade aos nossos corpos, a nossa existência plena na matéria, para que as nossas subjetividades estejam asseguradas. (DANTAS, 2019, p. 207).

Assegurar nossa existência e integridade física, escapando do aniquilamento necropolítico operante na sociedade não é tarefa fácil. A noção de corpo insustentável trazida por Lucas Dantas chama atenção para os processos de precarização da vida e de exposição à violência e a morte promovidos pelo neoconservadorismo como maquinaria do poder e que como efeito geram medo e insegurança sobre se nosso “corpo físico será ou não assolado pelas violências Lgbtqfóbicas, racistas ou por violências outras motivadas por algum ódio pertencente a este mundo” (DANTAS, 2019, p. 207). Para Dantas (2019), a produção de corpos insustentáveis visa à exclusão das dissidências, daqueles/as que não correspondem a norma instituída. “Um corpo que pende, que tenciona, que a qualquer momento pode sumir” (p.211, 112). Nos termos de Paloma Czapla (2019, p. 284) “mortos em vida, possuidores de corpos descartáveis”. Tais corpos comenta Lucas Dantas (2019) por não serem padrão e nem referência de nada, são perseguidos, avistados e apontados em

todas as instâncias da vida, carregam a ancestralidade dos corpos marginais, servem de referência do que não se pode fazer, do que não se pode ser, do que não se pode permitir ser (DANTAS, 2019, p. 206).

Para o autor (2019) tais corpos são insustentáveis porque divergem do homem branco, hétero, cisgênero, não sendo, assim, universal e um corpo assim não pode ser referência para nada. É insustentável porque tenciona a troca dos referencias, quer outro currículo, outra formação (...) quer repensar os moldes, as barreiras, os muros, as paredes, quer criar outra coisa, que rompa com a continuidade desse projeto de fracasso e radicalize em outros planos libertários de mundo (p. 207).

Para garantir a existência e a integridade das vidas em dissidência de sexualidade, gênero e raça é preciso reconfigurar o modus operandi e empreender na criação de espaços de resistências. Para Paloma Czapla (2019) “os corpos são potências políticas, promovem reapropriações e desvios dos discursos de poder, abrigando potencialidades, mesmo que precárias, de subversão das tecnologias que tentam moldá-los” (p.187). Assim sendo, este capítulo evidencia a potência das lutas contra uma existência insustentável. Como os sujeitos da pesquisa se mobilizaram visando outros modos de existir? Como os corpos insubmissos emergem? Tais perguntas dão a tônica deste e do próximo capítulo.

Os fragmentos narrativos que os/as participantes da pesquisa disponibilizaram focam em certos episódios que mesmo que não deem conta de toda complexidade de suas vidas são ricos em inventividade e força de resistência e vida. Mesmo que nem tudo seja uma resposta ao neoconservadorismo, ao analisar os relatos dos/as participantes foi possível identificar movimentos que engendram a produção de uma resistência como poder. A produção de uma resistência ao neoconservadorismo como produtor de subjetividades. Analiso como elas se constituem impulsionadas por poderes de opressão que podem ser os neoconservadorismos e/ou outros que já vem sendo enfrentados historicamente.

Começamos com o relato narrativo de Nilo, Ele nos conta,

Eu estudava no Colégio do Medo⁹⁶ e já vinha sofrendo homofobia desde o meu ensino fundamental. Foi quando entrei no ensino médio que comecei a me revoltar sobre o que eu passava. Decidi falar com a direção, mas, a direção passou pano para os boys escrotos e ignorou meus relatos. Até que um dia eu fui usar o banheiro masculino e um

⁹⁶ Nome da escola fictício.

menino me empurrou pra fora dizendo que ali era lugar para homem. Foi o estopim. (NILO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

A narrativa de Nilo ecoa inúmeras outras histórias de violências vividas por LGBTQIAP+ negros no espaço escolar (RODRIGUES; CAETANO e SOARES, 2020). A dificuldade desses corpos de gozar de inteligibilidade e reconhecimento gera uma relação de conflitos com a escola que, com frequência, produz a evasão. No caso de Nilo, a hostilidade vivida ao longo dos anos naquela escola atrelada a inércia conivente da instituição diante das denúncias criou indignação suficiente para mobilizá-lo à ação. Cansado de esperar uma atitude da instituição o jovem recusa-se a submeter-se a uma lógica de violência e medo que construía seu corpo como “não pertencente aquele lugar”. Neste respeito, Lucas Dantas (2019) comenta,

um corpo insustentável não vira a esquina em paz. Insustentável porque a experiência dos corpos dissidentes na escola é um não lugar, uma habitação em regresso, um corpo que não consegue usar o banheiro, o vestiário, a quadra, um corpo que apanha e sofre abuso, um corpo que constantemente retrocede por vontade alheia, e quando ele não suporta dizem que ele não quer mais estudar, que ele evadiu, que ele foi embora (DANTAS, 2019, p.211).

A ausência de paz e segurança para os corpos que carregam a dissidência, a culpabilização das vítimas e a minimização de discursos e práticas racistas e lgbtqfóbicas, constroem um cenário, muitas vezes, insuportável para os sujeitos dissidentes. “A escola passou pano para os boys escrotos” (NILO – Fragmento narrativo), a frase do jovem denuncia como, muitas vezes, a instituição lida não só com os/as dissidentes, mas, principalmente, com a violência a estes/as direcionadas. Ao impor narrativas que violentam determinados sujeitos e ao minimizar ou fazer vista grossa as recorrentes situações de intolerância e violência, o que a escola faz é se mostrar conivente com uma racionalidade que tenta impor determinadas formas de construção dos corpos desses sujeitos e dos modos como estes/as devem levar suas vidas.

Para Marco Antônio Torres (2020) esses processos de Violência ética mediante imposição de roteiros de vida ocorrem

Sempre que um jovem (lgbtq+) é impedido/a de narrar seu sofrimento, seja na sua escola, seja em outro lugar. O impedimento dá-se pelo desprezo do coletivo, pelas ameaças do outro, pelas coações emocionais do sujeito ou por tantos modos em que a mudez fabrica silêncios e medo (TORRES, 2020, p.4).

A vigilância do corpo e do gênero dos/as estudantes, mesclada com a crença em uma masculinidade que intoxica, geram conflitos no cotidiano escolar que dizem dos modos como esses corpos são vistos como ininteligíveis em um espaço que preza pela normatização. Essas existências podem se tornar insuportáveis à medida que se afastam da cisheteronormatividade, que medicaliza e criminaliza subjetividades que não se enquadram nessas normas. Pela cisheteronormatividade, põe-se em funcionamento dispositivos dinâmicos que buscam eliminar e/ou subalternizar determinadas formas de existência. Os sujeitos da pesquisa, porém, cada qual a seu modo, criaram meios de lidar com isso. Vejamos como isso se deu no caso de Nilo.

4.1. Romper com o intolerável

O episódio do banheiro foi o estopim. Peguei e saí da escola. Não dava pra continuar mais naquele lugar. Nem falei com a direção nem nada, apenas não fui mais. (NILO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Um movimento percebido nos relatos de Nilo diz respeito ao processo de romper/recusar com uma situação ou cenário de violência. Aqui, o intolerável não é entendido apenas como uma grande injustiça, mas, sobretudo, como o estado permanente de uma banalização de determinadas vidas no cotidiano. Longe de designar necessariamente apenas situações limites onde uma violência extraordinária acontece, o intolerável aqui se refere às situações ordinárias do dia a dia que compõem com a lógica interpeladora do neoconservadorismo e que procuram amortecer a chama das vidas dissidentes.

Ser expulso de forma violenta do banheiro da escola, ouvindo que ali é lugar para homem deixou marcas na subjetividade de Nilo. Entender que aquele espaço não o compreende, nem o tolera é perceber o caráter instável de sua existência naquele ambiente hostil. Nilo compreendeu que se decidisse permanecer na escola do Medo viveria assombrado pelo risco de ser escarnecido e violentado. Imbuído de indignação e temor decidiu por romper com aquele espaço, o que não é novidade quando analisamos pesquisas que evidenciam as dificuldades de permanência de pessoas

LGBTQIA+ negras no espaço escolar como as realizadas por Maria Berenice A. dos Santos (2016) e Everton Ribeiro (2020).

No entanto, diferente de muitos casos em que os corpos dissidentes deixam a escola para nunca mais voltar, intensificando a precariedade de suas vidas que, muitas vezes, não gozam de uma escolarização completa (RODRIGUES, 2018), Nilo decidiu-se por um caminho diferente. Conforme comenta Izabela Caixeta (2021) “é importante dar movimento aos sofrimentos. A dor é uma experiência que deve ser reconhecida, e em seguida usada de alguma forma para que a experiência mude e seja transformada numa outra coisa: força, conhecimento ou ação” (p. 148,149).

A ação empreendida pelo jovem evidencia uma atitude que, segundo Foucault (1990), diz da rejeição em “ser governado de determinada forma” (FOUCAULT, 1990, p. 4). Recusando-se a abrir mão de seu processo de escolarização e rejeitando a violência que lhe era direcionada na escola em que estudava, Nilo buscou um ambiente onde pudesse não apenas existir, mas, onde se sentisse mais seguro e acolhido nos termos da sua dissidência. Tratou-se, como já dito anteriormente, do que Maria da Conceição Silva Soares (2010) chamou de “sabedoria para salvar a própria pele” ou como chamo aqui modos estratégicos de existir no mundo.

Elaborar modos estratégicos de existir no mundo significou para o jovem romper com o espaço onde era violentado e incompreendido. Mais ainda, significou construir as condições necessárias para que pudesse encontrar uma nova escola e completar sua formação em segurança. Não bastou somente fugir da violência, mas, principalmente, compreender que quando o medo e a violência se mostram quase totalizantes, é imprescindível que pensemos em rotas de fuga que nos permitam chegar a espaços onde a diferença possa ser melhor resguardada e valorizada.

Pensando com Marlucy Paraíso (2016) entendo que o rompimento com o intolerável pode produzir movimentos através do qual Nilo pôde dizer: “chega! Eu não aceito mais isso! E mostrou, com sua recusa, que considerou injusto o risco de sua vida” (p. 389). Instaurando a recusa inventiva como uma tática de sobrevivência cria-se as possibilidades para se existir de outros modos no mundo, “existências que vão além e permanecem distantes daquelas reguladas pela cisheteronormatividade” (TORRES, 2020, p.6). Assim sendo, nos diz Paraíso (2016) “há sempre, em todas as relações de poder, a possibilidade de dizer não e, em seguida, movimentar, acionar outras relações, mobilizar forças e produzir o novo” (p. 407). Para Foucault (1986), no entanto, “é preciso dizer não”, mas, sobretudo, “fazer deste não uma forma decisiva de resistência” (p. 268). Marlucy Paraíso (2016) comenta que

Fazer desse “não” uma resistência é fazer desse “não” uma força que aniquile os efeitos do poder. Resistir é fazer do “não” uma intensidade de

vida como potencialidade de mudanças. Após o não é preciso todo um movimento intensivo que mobiliza agenciamentos potentes para encontrar saídas. Então, após dizer o não a tudo que entristece, desanima e impede o movimento, é preciso seguir e dizer um sim à vida (PARAÍSO, 2016, p.406).

Resistir por estes meios está intimamente ligado à sobrevivência. As resistências são forças de insubordinação a uma forma de poder. Resistir seria recusar a ser o que nos mandam ser, o que nos tornamos. É negar a imposição da disciplinarização, da normalização, da dominação, é se esforçar para criar outros caminhos (FERRARI, 2013), ou como disse Foucault (1994) “precisamos promover novas formas de subjetividade ao recusar o tipo de individualidade que se nos impôs durante séculos” (p. 232).

Fazer isso, todavia, implica correr riscos. Afirmar por palavras e ações “eu não aceito mais isso” e fazer disso parte de um modo ético de vida implica administrar medos. No caso de Nilo, podemos imaginar, além do medo da violência física, o medo de não conseguir continuar estudando, de não encontrar outra escola, de não ter apoio de seus professores e familiares. É importante lembrar que, à época, o jovem era menor de idade, tendo como responsável legal sua mãe. Neste ponto, é importante destacar que ao decidir mudar de escola sem o conhecimento de sua família, Nilo poderia estar, inclusive, criando problemas para si em casa. Felizmente, Nilo teve a sorte de ter o apoio de sua mãe, com quem vivia. Esta, inclusive, após saber de toda situação, acompanhou o jovem até a nova escola para formalizar sua matrícula. Em muitos casos, porém, é comum que as famílias reproduzam a lógica da violência lgbtqfóbica. Assim sendo, a decisão de Nilo não dizia somente de sua vida escolar. Dizia da escolha do modo de condução de sua vida. Nilo comenta,

Eu só procurei um lugar com uma aceitação boa para
que eu pudesse ser eu mesmo e achei, eu só queria
ficar bem (NILO – Fragmento narrativo. Fonte:
Entrevista narrativa).

Ao dizer de sua busca por um lugar onde pudesse “ser ele mesmo” Nilo sinaliza para a situação intolerável de a contra gosto, precisar corresponder às expectativas para o uso do seu gênero e sua sexualidade. O insuportável é não achar o lugar onde o prazer possa se manifestar, é não conseguir tomar posse sobre o próprio corpo, de fazer valer esse corpo e a necessidade de precisar se proteger o tempo todo.

No entanto, escolher outra escola não dá conta, por si só, de escolher outra vida. Romper com o intolerável/insuportável e construir estratégias e modos de existir no mundo são movimentos que

precisam de suportes. Criar as condições possíveis para “aniquilar a tristeza que esses e quaisquer outros discursos do ódio, da exclusão querem ver em nós” (PARAÍSO, 2016, p.405). Para Paraíso (2016), é sempre possível enfrentar os intoleráveis e, ao fazer isso, liberar a vida onde quer que ela seja prisioneira, “produzindo desterritorializações e destruindo os aparelhos de Estado que codificam a vida” (p. 406). Neste ponto, o jovem Nilo fez muito mais que somente “dizer não”. Vejamos os suportes construídos por Nilo para isso.

4.2. A postura Investigativa

Fui procurar escolas com taxas de aceitação lgbt. Nisso fiquei 2 semanas sem ir pra escola. Pesquisei bastante sobre o índice de pessoas lgbt dentro de algumas das escolas de BH, como a escola tratava essas questões. Fui a três escolas diferentes antes de decidir. Conversei com as pessoas. Procurei na internet. Até que me decidi pela escola da Afronta⁹⁷, foi a melhor para mim (NILO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

A busca por ambientes mais favoráveis fez com que Nilo empreendesse em um movimento investigativo, que nesta tese foi entendido como parte de um comportamento ético, onde o objetivo ultrapassou o de encontrar uma escola em que pudesse concluir seus estudos sem sofrer com a violência lgbtqfóbica e racista. Ao se movimentar em prol dessa busca o que estava em jogo era a escolha de determinada forma de habitar o mundo. Entendo tal movimento investigativo como compondo uma postura ética por se tratar dos modos como o sujeito se mobilizou e empreendeu em negociações e tencionamentos com as normas de modo a engendrar táticas de resistências e embates aos neoconservadorismos com o fim de tornar a vida mais fácil e possível.

A ética segundo Foucault consiste na possibilidade de criar outras formas de subjetividade. A subjetividade implica num movimento constante de criação e recriação de si, num processo que só é

⁹⁷ Nome da escola fictício.

possível porque o contexto onde esta ocorre é frágil, móvel e pode ser modificado, pois, sendo o indivíduo o ponto de tensão entre poder e resistência, as operações que este realiza sobre si mesmo não se limitam apenas ao campo particular, mas, afetam todas as relações que perpassam a vida do mesmo, como comenta Ana Lúcia C. Heckert quando diz que os movimentos éticos de resistências afetam, atravessam os sujeitos, funcionando como foco irradiador, ressonante que se conecta a outras práticas sociais. (HECKERT, 2014).

Quando afirmo que o indivíduo tem a capacidade de produzir espaços de resistências e recusas ao poder instituído, estou na realidade evidenciando um trabalho ético do indivíduo para consigo mesmo, uma “estética da existência”, onde o indivíduo dá a si mesmo e a sua vida uma forma que não busca, necessariamente, o ajustamento à norma, num movimento que se apoia na mobilidade e reversibilidade dos jogos do poder e que repercutem tanto nas transformações empreendidas sobre si mesmo, quanto sobre o universo macro de relações. Sobre este processo Orellana (2012) diz que tal trabalho ético “é uma intensificação dos espaços e alternativas de ação. Uma ética que pretende possibilitar o exercício da liberdade de um indivíduo que se encontra em uma rede de poder” (p. 53).

Pedro Grabois (2011) explicita que tais movimentos de recusa teriam como objetivo “definir para cada um a maneira de se conduzir” (p.15). Isso significa que as lutas de resistências e recusas têm como característica a afirmação do direito à dissidência, à variação, forçando os indivíduos a empreenderem uma relação consigo mesmos. Assim, o caminho de resistência passa pelo processo de promoção de novas formas de subjetivação através da recusa às formas de individualidade que nos foram historicamente impostas.

Nilo colocou em funcionamento a postura investigativa que o faz se movimentar em busca de tentar conhecer mais. A aquisição de conhecimentos é processo pra vida toda, sobretudo, para pessoas LGBTQIA+ negras, uma vez que, muitas vezes, são esses conhecimentos que nos blindam. Assim sendo, a dissidência, a ruptura, exige uma postura investigativa, é uma posição ética essa de querer saber. Essa relação com o saber não é apenas instrumental, mas é, sobretudo, uma relação ética, ela é o contrário de se esconder no armário, de se constranger as normas. Por isso que a postura investigativa, não é no sentido de achar um conhecimento, mas, no sentido de se produzir junto com esse conhecimento, sendo tencionado/a pelos conhecimentos que se adquire e utilizando isso em prol da defesa de um modo de vida. Nilo comenta,

Eu costumo sempre pesquisar sobre a questão da homofobia, ver em que estados do país ela ocorre

mais. Até pra gente se proteger né... Já li uns artigos sobre o tema gênero e sexualidade, foi onde aprendi que existem diferenças entre um e outro, inclusive, foi lendo um artigo que achei na internet que comecei a entender melhor sobre as drag queen, até conversei com uns amigos lgbtq sobre isso, porque eu tinha vontade de me montar, mas, tinha medo (NILO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

As informações colhidas por Nilo por meio de amigos, por meio de pesquisas feitas na internet e através de conversas com quem já estudava na Escola da Afronta serviram de sustentação para fortalecer a decisão do jovem de recusar o intolerável e buscar outras possibilidades para sua vida. A curiosidade necessária para empreender nesse movimento investigativo permite que pressupostos sejam revistos e que sejamos interpelados pelo contexto que nos cerca. A curiosidade seria, assim, o árbitro que dá sentido à busca por outros modos de vida. Enquanto “motor do processo do conhecimento”, a curiosidade é considerada a mola propulsora, aquilo que anima e dinamiza o incansável processo de aquisição, verificação e reavaliação do ato cognoscente; daí ser possível também constatar que não há criatividade sem curiosidade, conforme diz Juliano Perosa (2011, p. 1914).

Para Foucault (1986) tal curiosidade que aqui entendemos como estratégica é fundamental para “pensar diferentemente do que se pensava e perceber de modo diferente do que se percebia” (p. 13). Esse movimento investigativo pautado em uma curiosidade que, para Foucault (1980) pode ser entendida como “inquietação” ou uma “certa obstinação em nos desfazermos de nossas familiaridades e de olhar de maneira diferente as mesmas coisas” (p. 304), possibilitou que Nilo encontrasse os meios para dar outro direcionamento a sua vida e, neste mesmo processo, fosse se produzindo nos termos da sua dissidência de raça, gênero e sexualidade, administrando medos e incertezas. Entretanto, a criação de modos estratégicos de vida, no caso de Nilo, não se resumiu a elaborar resistências individuais, mas, significou, também, estabelecer parcerias. Vejamos como isso se deu.

4.3. A construção de redes

Na escola do Medo eu não convivia muito com os outros alunos lgbt... Quando eu mudei para a escola da Afronta foi maravilhoso. Fui para essa nova escola porque já tinha amigos lá e depois conheci outros. Lá tinham muitos lgbt, as bichas eram afrontosas... Trocávamos ideias, militávamos juntos, era um grupo bem unido, sempre um ia ajudando os outros, tomava as dores uns dos outros (NILO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Um passo dado por Nilo foi buscar um local onde pudesse usufruir de uma rede de apoio LGBTQIAP+. Conhecendo outros/as LGBTQIAP+ que ali já estudavam Nilo pareceu sentir que usufruir de uma rede de apoio, fundamentada em laços de amizade e parceria, era um caminho viável para que, como recém-chegado, pudesse ser inserido nos códigos de comportamentos vigentes naquele espaço.

Pensando com Giancarlo Cornejo (2015) a amizade pode exercer um “papel vital na sobrevivência” (p. 130) de alguém que experimenta seus “efeitos reparadores” (p. 137), sendo capaz de “produzir mudanças importantes no percurso da vida” (p.137). No contexto descrito por Nilo tal rede de amigos/as exerceu a função de aproximar na dor aqueles/as que experimentavam a solidão (como era o caso de Nilo). “Um ia ajudando os outros, tomavam as dores uns dos outros” (NILO – Fragmento narrativo), nos diz ele. Isso nos lembra de que a amizade baseada em “identidades compartilhadas e em experiências similares geram solidariedades e podem propiciar laços mais fortes que os sanguíneos”, conforme comenta Dairell Davi (2016, p. 146).

A rede de amigos/as, entre outras coisas, pode dar “suporte às necessidades emocionais e físicas dos sujeitos, assim como amenizar os efeitos negativos dos eventos estressores sobre a qualidade de vida”, conforme afirma Iara Falleiros Braga (2017, p.310). A existência dessas redes de amizades possibilita não só o sentimento de pertencimento, mas, servem de auxílio contra as opressões decorrentes da raça, do gênero, da sexualidade. Iara Falleiros Braga (2017) comenta

também que, por outro lado, o baixo acesso à tal rede de apoio pode ser fruto do isolamento e da homofobia sofridos, principalmente pela interseccionalidade entre as opressões decorrentes da sexualidade e da raça (p. 311). Em uma sociedade racista e lgbtqfóbica a sobrevivência dos corpos dissidentes, muitas vezes, depende da criação de bandos, da invenção de redes e alianças, mesmo que temporárias e estratégicas.

Sobre tais alianças estratégicas Foucault (1981) afirma que produzem “forças imprevistas” e tem o potencial de “instaurar um curto-circuito introduzindo o amor onde deveria haver a lei, a regra ou o hábito” (p. 39). Nos fragmentos narrativos de Nilo é possível notar a existência dessas parcerias improváveis,

Até os héteros na escola da Afronta agiam diferente.
Eu lembro que uma vez teve um aluno novato que
começou a fazer bullying com as bichas e os
meninos “hétero faveladim” da escola chegaram
junto dele perguntando “qual que era o rolê? Não
tem isso aqui não” (NILO – Fragmento narrativo.
Fonte: Entrevista narrativa).

Ser defendido do bullying homofóbico pelos “héteros faveladim”, ou seja, por aqueles sujeitos que, no senso comum, deveriam reproduzir a lógica da violência lgbtqfóbica e da masculinidade tóxica, por viverem num ambiente visto, pela maioria da sociedade, como eminentemente violento, mostra que, no contexto narrado por Nilo, foi possível criar pontos de contato e suporte inseridos numa lógica mútua de interesses. A construção de alianças improváveis, como evidenciado no fragmento narrativo, acontece mediante uma intersecção de interesses, de acordo com os objetivos que se quer atingir, “gerando novos vetores de possibilidades” de relações, conforme comenta Ana Luísa Amaral (2020, p. 9). Sobre isso, Nilo comenta,

Não sei explicar o que acontece, mas, na escola da
Afronta os meninos héteros são mais de boas. Tem
também o fato de que sempre tem um deles
querendo chegar junto nas meninas, e como as
bichas são amigas das meninas, eles são de boas
com a gente pra gente não embaçar pro lado deles,
tipo falar pras meninas não fiquem. Acho que tem

esse interesse da parte deles sim (NILO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Usar da influência da amizade com as meninas da escola para barganhar proteção dos alunos lidos como héteros e valentões, no caso de Nilo, serviu de tática de sobrevivência. Diante dos jogos de interesses, Iara F. Braga (2017) comenta que para “enfrentar a violência sofrida em seu cotidiano, muitos jovens buscam se agrupar em redes alternativas que funcionam como protetoras e são locais em que a expressão sexual e de gênero divergente da heteronormatividade não será discriminada” (p. 312), mesmo que tal trégua se dê mediante relações provisórias de trocas de interesses. A construção de parcerias e redes de apoio não diz apenas do encontro dos sujeitos na dor causada pelo machismo, lgbtfobia e racismo. Mas, também, dos modos como agenciam parcerias, por vezes, difíceis em prol da sobrevivência.

No caso de Nilo, o que o uniu aos/as demais LGBTQIAP+ na nova escola foi a constatação de que existiam outras pessoas na mesma situação, o entendimento que superar o intolerável/insuportável não é possível sozinho e que, por vezes, é preciso construir alternativas coletivamente, entre elas, criar jogos de barganha e influência que promovam relações instáveis de cooperação. Intermediar a aproximação dos alunos lidos como heterossexuais, talvez, por meio de apresentações e/ou troca de recados e, em troca, não ser feito por estes mesmos alunos de alvo para chacotas e homofobia. Assim, as relações se construíram naquele contexto, o que não significa que fora da escola isso tenha se mantido ou que após o término dos estudos as relações tenham perdurado. O que se tem são acordos, muitas vezes, temporários e estratégicos.

Pensando a amizade com Foucault, no entanto, temos a oportunidade de ampliar nossa análise sobre a ética como forma de resistência ao poder. Através do conceito de amizade o filósofo questiona a possibilidade de se criar, a partir dessas relações, um modo de vida. Amizade, assim, é entendida como o campo de relações em que nos constituímos. O que interessava Foucault era a produção de uma ética elaborada a partir do rompimento das fronteiras das normas vigentes e da transformação do sujeito que estiliza sua existência na presença do outro, conforme comenta Francisco Ortega (1999, p. 11). Pensar nessa ética é pensá-la aberta à pluralidade, à diversidade, possibilitando que o ser humano se expresse e se recrie constantemente em suas relações. As relações de amizade e parceria seriam um jogo estratégico no qual os indivíduos agem uns sobre os outros buscando satisfação pessoal ou perseguindo objetivos coletivos.

A relação de amizade é, por excelência, uma relação de compartilhamento de vida; compartilha-se o tempo, a diversão, os temores, os interesses. Portanto, ela está imersa nesta

dimensão do prazer que extrapola qualquer tentativa de reduzi-lo ao prazer do sexo. O desejo é um desejo de relação, um desejo enquanto pulsão para a criação de novas formas de vida. Na sua essência, conforme define Foucault, [...] a amizade é a soma de todas as coisas em relação às quais pode-se obter um prazer mútuo” (FOUCAULT, 1994, p. 164).

Para Foucault é preciso “imaginar e construir o que poderíamos ser” (FOUCAULT, 1994, p. 232), “criar prazeres novos para que o desejo surja” (FOUCAULT, 1981). “A ética da amizade aponta para a intensificação da experimentação. A experimentação como procedimento ético concentrado no aumento do prazer” (ORTEGA, 1999, p. 167). O insuportável, como já tido, tem a ver com a impossibilidade de o prazer existir. Precisamos ser livres para viver uma vida prazerosa e para criar a vida que queremos. Analisar e refletir sobre os limites que determinam o que somos, pensamos e fazemos, ao mesmo tempo em que, permanentemente, experimentamos a resistência com o intuito de descobrir onde podem surgir os novos focos de processos de subjetivação. Sendo por isso que a amizade é considerada como uma estratégia de resistência extremamente perigosa para o biopoder subjetivante, uma vez que contradiz e combate diretamente a individualidade padronizada imposta por essa específica forma de poder, conforme comentam Cardoso e Naldinho (2009, p. 53).

Nesta perspectiva, portanto, não se deve buscar encontrar no amigo um reforço para sua identidade, mas, pelo contrário, material para transformação e criação do si, de modo a desprender-se do que se é. Dessa maneira, o que se enfoca não é o apego a formas de identidade com características em comum, mas sim um esforço para a compreensão e aceitação do outro como diferença inquietante.

No caso de Nilo, a participação em uma rede de amigos e parceiros, permitiu que este experimentasse algo que nunca tinha sido possível na escola do Medo e que dizia da vivência do prazer. Em tal escola a violência e os enquadramentos eram sufocantes e os corpos dissidentes não podiam emergir em busca do prazer decorrente de se desvencilhar das identidades impostas. Nilo narra,

Fazia um tempinho que eu tinha vontade de me montar de drag. Mas, só tive coragem de fazer isso aqui porque não tava sozinho. Tem outras gays que também se montam, então, é tudo de bom... só close (NILO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Veja que a rede de amizades forneceu os suportes necessários para que Nilo experimentasse na arte drag Queen outra forma de viver seu corpo e seu gênero. “Fazia um tempinho que eu tinha vontade” (NILO – Fragmento narrativo) diz ele, sinalizando para os processos de supressão do desejo e do prazer engendrado pelas forças neoconservadoras. Encobrir desejos, sonhos, amortecer vontades de existência para se adequar ao jogo do poder subjetivante. Ao decidir frequentar a escola montado de drag o que Nilo faz é experimentar o prazer decorrente de ocupar a cena pública de outras formas.

Assim, entende-se que a rede de apoio funciona estrategicamente de modo a dar suporte a criação de modos de vidas. Funcionando não só como ferramenta de proteção e identificação das vidas em dissidência, é, também, por meio dessas redes de amigos que são disseminados conhecimentos, informações, solidariedades. Nilo narra,

É basicamente uma “magia” que tem nessa nova escola. Conheci muita gente que fazia bullying e que quando chegaram aqui mudaram (faz um gesto e barulho como ocorre num passe de mágica). Aqui parece que os alunos vão passando conhecimento pros outros alunos, quando acontece homofobia é tipo um aluno novo que tá chegando na escola e quer tirar onda (NILO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

A percepção de que experimentar um espaço onde seja possível viver a dissidência racial, de gênero e de sexualidade, sem sofrer violências aparece na fala do entrevistado como se fosse algo difícil de acreditar. A expressão “é basicamente uma magia” (NILO – Fragmento narrativo) me fez pensar na lógica internalizada de que nosso mundo material é o lugar do medo, da violência e da desigualdade. Pensar numa sociedade onde possamos viver com segurança e dignidade as nossas dissidências soa como algo fantasioso, onírico, sobre-humano.

Todavia, pensando em ampliar e fortalecer suas redes de conexões dentro da escola, Nilo decide engajar-se no grêmio estudantil da Escola da Afronta. Vejamos o relato de Nilo,

Foi aí que conheci o grêmio que era algo que estava super à frente. Participar do grêmio foi muito importante pra minha vida, mudou muito a minha visão sobre o mundo. Eu primeiro me tornei

representante de turma, aí numa dessas reuniões eu fiquei sabendo que existia o grêmio e resolvi participar e nunca mais parei, foi maravilhoso (NILO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Segundo o site da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES⁹⁸ os grêmios estudantis têm papel fundamental na luta contra a discriminação no espaço escolar. De acordo com Adilson C. de Araújo (2009), os grêmios estudantis foram instituídos legalmente a partir das lutas pela democratização da educação no Brasil na década de 1980, consolidando-se na Lei nº 7.398, de 1985, a qual dispõe sobre a organização de entidades estudantis de 1º e 2º graus e assegura aos estudantes o direito dos jovens de se organizarem em grêmios.

Para Silva e Santos (2019, p. 131) o grêmio estudantil é uma ferramenta de participação da gestão democrática que possibilita aos estudantes um envolvimento na escola no intuito de contribuir para o andamento da instituição educativa que, por sua vez, garante a autonomia, a representatividade e a atuação ativa, tornando-se um instrumento relevante para o exercício da cidadania, da democracia, da participação e do protagonismo dos estudantes, possibilitando a discussão, a deliberação, a tomada de decisões e a possibilidade de intervir na sociedade.

Nesse direcionamento da ação educativa do grêmio estudantil, o/a estudante percebe novos valores do ambiente educacional que lhe cabe por direito, em um exercício contínuo do protagonismo juvenil, expondo-se para as tomadas de decisões escolares, contribuindo para sua formação social. Com isso, “ele se forma nos mais variados espaços de convívio social e, com isso, apropria-se de experiências que, muitas vezes, eram cerceadas pela escola ou nem mesmo existiam em tal ambiente”, conforme dizem Martins e Dayrell (2013, p. 1271).

O engajamento no grêmio estudantil significou para Nilo não só o fortalecimento da sua rede de apoio. Por meio do grêmio Nilo pôde experimentar ocupar um lugar de poder dentro da escola. Por meio de sua participação no grêmio, pôde ampliar seus conhecimentos e, mais ainda, pôde agir de modo a possibilitar no cotidiano da escola que o debate acerca da valorização das diferenças fosse garantido. Enquanto instituição que exerce poder na escola o grêmio trouxe a luta contra a discriminação para o cotidiano da escola da Afronta. Nilo nos conta,

No grêmio a gente sempre procurava colocar essas discussões para a escola como um todo. Chegamos a

⁹⁸ Mais informações em: www.ubes.org.br acesso em 30/03/22 às 15h00min.

conversar sobre o direito dos/as alunos/as trans de usar o banheiro e a gente conseguiu fazer um banheiro unissex na unidade II pras manas que não se sentiam confortáveis em usar o banheiro (NILO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Com base na pesquisa de Teixeira e Raposo (2007) entendemos que ao longo da história, o “uso de banheiros tem servido para ratificar poderes, criando-se banheiros reservados aos indivíduos segundo suas classes socioeconômicas, de raça e mesmo de sexo” (p.1). Os banheiros são fortes marcadores de gênero. Através dele práticas de gênero aparecem como mais um recurso de controle social. Para Almeida e Cicillini (s/a) o banheiro se constitui no espaço escolar como mais uma ferramenta de demarcação dos corpos passíveis de permanecer naquele ambiente. Para os autores

O banheiro, sobretudo em instituições públicas, torna-se uma estrutura física dotada de uma linguagem não verbalizada, mas determinante do lugar social que cada sujeito pode ocupar na sociedade desencadeando aceitação ou recusa das variadas formas de existência humana. (ALMEIDA e CICILLINI, p. 4).

Segundo Teixeira e Raposo (2007) as múltiplas formas de sexualidade e gênero que ora ganham visibilidade— transexuais, transgêneros, travestis, lésbicas, gays — questionam a distinção binária de sexo/gênero, expressa nos banheiros, para apontar a sua insuficiência e sua inadequação. Os mesmos afirmam que a “prática social começa a dar sinais de que se precisa de novos conceitos de organização sanitária para acolher as novas subjetividades e corporeidades” (p. 9). Se as categorias de sexo/gênero são agora desafiadas a se desfazerem em função da plasticidade de novas sexualidades emergentes, é no confronto com as categorias consideradas “inadequadas” que podemos construir espaços de resistência. Banheiros públicos unissex são raros. Logo, o banheiro representa um consistente divisor de águas entre espaços possíveis ao masculino e ao feminino. Para pessoas LGBTQIAP+, torna-se um espaço, por vezes, inabitável e, ao mesmo tempo, arriscado como o relato inicial de Nilo nos mostra.

Sendo este um dos principais obstáculos enfrentados por esses sujeitos, quando analisamos a narrativa de Nilo entendo que usar da influência do grêmio estudantil para promover todo um conjunto de discussões e práticas de aceitação e valorização das dissidências no espaço escolar e, ao fazer isso, construir meios de tornar as vidas em dissidências mais possíveis na escola, mostrou-se num modo efetivo de resguardar existências.

Por meio das ações realizadas através do grêmio estudantil ficam evidentes como estratégias coletivas podem ser úteis na produção de enfrentamentos à violência. A disseminação e o compartilhamento de solidariedades e, também, de conhecimentos por meio da construção dessas redes de amizade e parceria, na qual o grêmio estudantil apareceu como parte importante, foi fundamental para o compartilhamento de certa discursividade que engendra possibilidades de afrontar os poderes que se pretendem totalizantes. Nesse processo, a tentativa sempre é na direção de movimentar certa discursividade de modo a promover proliferação de sentidos que auxiliem na afirmação das dissidências enquanto um direito.

Para Foucault (2007) é no discurso que poder, conhecimento e resistência se encontram. Para o filósofo um discurso é identificado pela existência de critérios de formação, transformação e correlação. As regras de formação são as condições que tornam possíveis os objetos e conceitos de um discurso. As regras de transformação são os limites de sua capacidade de se auto modificar, a fresta através da qual são trazidas as inovações. Já as regras de correlação representam as relações de um determinado discurso com outros, em um determinado tempo e contexto.

Partindo da teoria foucaultiana, Sara Azevedo (2013) comenta que não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época, é preciso considerar as condições históricas para o aparecimento de um objeto discursivo que o garantem “dizer alguma coisa”. O que está em pauta na análise foucaultiana dos discursos é a articulação acerca do que pensamos, dizemos e fazemos caracterizando determinado período, uma vez em que os acontecimentos discursivos são acontecimentos históricos. Para a autora, trata-se de “compreender as regras que permitem que algo apareça como objeto do discurso, analisando as regras torna-se possível a existência de enunciações diversas na constituição de um discurso” (p. 158).

O sujeito só será reconhecível para si mesmo nos termos de uma dada discursividade, historicamente condicionada. Nossa capacidade de refletir sobre nós mesmos, de dizer a verdade sobre nós mesmos, é igualmente limitada por aquilo que o discurso, o regime, não pode conceder ao âmbito do pronunciável. Se pensarmos nos discursos neoconservadores sobre raça, gênero e sexualidade produzidos e disseminados na sociedade podemos ver não só seu caráter de interdição mas, sobretudo, de produção. Ao tentar barrar certas temáticas e/ou formas de discussão envolvendo a valorização da dissidência interseccional, como efeito, o que se têm é uma proliferação desses discursos que extrapolam seus procedimentos de controle e desestabilizam os limites da inteligibilidade.

Para Butler (2013) o que nos leva a indagar sobre os limites dos modos de conhecimento é o fato de nos depararmos com uma crise dentro do campo epistemológico em que vivemos. “As

categorias segundo as quais nossa vida social é ordenada, produzem certa incoerência ou domínios inteiros de ininteligibilidade” (p. 163). Neste respeito, Foucault (1990) comenta,

O que se busca então não é saber o que é verdadeiro ou falso, fundamentado ou não fundamentado, real ou ilusório, científico ou ideológico, legítimo ou abusivo. Procura-se saber quais são os elos, quais são as conexões que podem ser observadas entre mecanismos de coerção e elementos de conhecimento, quais jogos de emissão e de suporte se desenvolvem uns nos outros, o que faz com que tal elemento de conhecimento possa tomar efeitos de poder (FOUCAULT, 1990, p. 14).

O compartilhamento de certa discursividade por meio dos conhecimentos produzidos pela militância, pelas universidades e nas lutas individuais e disseminados nos muitos grupos, na internet, nas redes sociais, compartilhados em sociedade, sobretudo, (mas, não apenas) entre a população negra e LGBTQIAP+ são imprescindíveis para criar as condições necessárias para o enfrentamento ao poder.

Pensando com Wanderson Flor do Nascimento (2021, p.204) o conhecimento produzido e compartilhado nas experiências vivenciadas pelos/as jovens, no contato, na proximidade, no envolvimento dos sujeitos com aquilo que busca aprender, é um conhecimento que coloca em xeque o próprio sujeito que conhece. Pensando com Marco Antônio Torres (2020) a discursividade mobilizada por movimentos de LGBTQIAP+ conseguem grande capilaridade social, sobretudo, com o uso da internet, produzindo semânticas de reconhecimento que adentram na escola (p.16). A existência de outros corpos em dissidência, o compartilhamento de conhecimentos e experiências entre os/as próprios/as estudantes influencia nos modos como os sujeitos se mobilizam. Nilo já tinha “ouvido falar que na Escola da Afronta as coisas eram diferentes” (NILO – Fragmento narrativo) e, sabendo disso, buscou vaga naquela escola. A aquisição desses conhecimentos é uma estratégia de sobrevivência e para aqueles/as que fazem das dissidências um modo de vida a questão do conhecimento é fundamental.

Para Wanderson Flor do Nascimento (2021) o conhecimento mobilizado para garantir modos de vidas outros “carregam a potência criativa, inventiva, expansiva e cuidadora” (p.390, 391), entendendo que é da diferença que o mundo é produzido. Acessar e mobiliar essa discursividade não é algo tão simples, pois, existem processos que tentam definir e limitar as formas válidas de produzir e operar com os discursos, os conhecimentos, sobretudo, os produzidos pela população negra e LGBTQIAP+. Para o autor, é preciso de nossa parte estar constantemente atentos para que nossas lógicas de conhecimento estejam comprometidas com a emancipação das vidas das amarras coloniais que nos apequenam e nos silenciam (p. 396).

Essa discursividade que pode ser utilizada como ferramenta e estratégia política, quase sempre, é disseminada no espaço escolar independentemente do currículo, por vezes, negando o currículo, o estranhando, e, mesmo que, muitas vezes, seja interdita por ele, adentra a escola trazidos pelos sujeitos que a compõem. A escola e o currículo, embora tentem se blindar evitando tais tencionamentos, não conseguem impedir que tais conhecimentos e certa discursividade de circular. Seja por meio de conversas com colegas, do disse-me-disse, seja por meio das redes sociais e internet, o fato é que cada vez mais, jovens tem absorvido certo tipo de gramática discursiva, fazendo uso de jargões, expressões oriundas da militância e/ou da academia e/ou operando com conceitos e termos da política, o fato que, atualmente, muitos jovens, e aqui incluo os/as participantes da pesquisa, não se contentam mais em serem o lado silenciado do jogo de poder. Investigam, pesquisam informações, usam de argumentação embasada e, com isso, vão impondo o modo de vida que escolheram ao mesmo tempo em que entendem como tais conhecimentos dizem de suas próprias vidas. Nilo comenta,

Eu aos poucos fui entendendo. No começo tinha muitos termos que eu não entendia como a sigla lgbt, a diferença entre gênero e sexualidade, recentemente, eu li um texto sobre lugar de fala, e, assim, aos poucos eu vou lendo e entendendo o que cada coisa significa (NILO – Fragmento narrativo).

Fonte: Entrevista narrativa).

Para Luis Felipe Zago (2017) a mobilização desses conhecimentos e de certa discursividade pode possuir um caráter eminentemente produtivo. Se somos sujeitos cujas experiências de ser e de estar no mundo são histórica e culturalmente produzidas, articuladas a contextos políticos específicos – e, portanto, articuladas aos limites daquilo que se pode pensar –, “ao perturbarmos o conhecimento e o pensamento já dados estamos, em última instância, perturbando as próprias condições das quais dependem nossas vidas” (p. 96). Segundo o autor, “perturbar as formas convencionais de pensar e conhecer implica suspender ou problematizar os quadros dentro dos quais o pensamento e o conhecimento operam” (p. 95). Por meio desses conhecimentos é possível interrogar como seres chegam a ter o status de humanidade confiscado, como suas vidas passam a valer menos que outras e como suas mortes tornam-se não dignas de luto (BUTLER, 2016).

Assim sendo, o que parece estar em jogo com a aquisição e mobilização de uma discursividade LGBTQIAP+ usados de forma estratégica é fazer desse processo um aprendizado de

modo a fazer conexões inesperadas, “abrir-se e refazer os corpos, agenciar atos criadores, refazer a vida, encontrar a diferença de cada um e seguir um caminho que ainda não foi percorrido” (PARAÍSO, 2016, p. 209). Entretanto, outro procedimento vem se juntar ao aparato estratégico de resistência do participante diante dos tencionamentos das forças neoconservadoras.

4.4. Argumentação corajosa e debochada

Tentei fazer a matrícula na Escola da Afronta. contei minha história e tal. Mas o diretor era o Paulo⁹⁹, que na verdade era um interventor, uma coisa horrorosa de pessoa, aquele tipo de crente, ave... Ele me disse que não tinha vaga na escola. Mas, antes eu já tinha perguntado para a vice-diretora se havia vagas e ela disse que sim. Então, mais puto do que nunca fui à Secretaria estadual de educação. contei minha história. falei das minhas pesquisas sobre a escola e pasmem, não é que tinha vaga?! Me deram um documento escrito e disseram que no dia seguinte eu poderia ir na secretaria da escola que minha matrícula seria realizada. Adorei a cara do diretor/interventor quando me viu de manhã e disse "Eu já disse que não tem vaga". Eu toda bela disse: “não se preocupe, eu fui à secretaria de educação e tem vaga sim, eu começo hoje mesmo”. Pisão na poc! (NILO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Para além da construção de redes, existiu uma dimensão das lutas de resistências empreendidas por Nilo que dizem de certa mobilização individual, mas que, também, se apoia na postura ética de recusa e investigação curiosa.

Note no fragmento narrativo acima que Nilo não recua diante da figura de poder de um interventor que não queria sua presença naquela escola, possivelmente por identificar no corpo de

⁹⁹ Nome fictício.

Nilo os marcadores da dissidência interseccional lidos por ele como “problema”. Imbuído de informações precisas adquiridas ao operacionalizar a postura ética de investigação, o jovem tem argumentos suficientemente fortes para afrontar o que considerou uma tentativa do interventor de barrar sua matrícula. Diante da informação errada de que não havia vagas naquela escola, Nilo recorre aos órgãos superiores de poder, ou seja, a secretaria de Educação. Com um documento em mãos que materializava sua determinação em não abrir mão de matricular-se naquela escola, Nilo foi capaz de mediante firme argumentação impor sua presença naquele espaço.

Usando de sua postura ética para subverter tal autoridade, Nilo adota uma postura crítica que tem por base a transformação do eu e que é muito diferente da submissão a um comando. A coragem demonstrada ao argumentar com o interventor e com a própria secretaria de educação, também fica evidente, de forma mais intensa, ao revelar o que acontecia para sua mãe. Não se tratava apenas de informar que havia mudado de escola, os motivos para o ocorrido é que poderiam criar, no âmbito familiar, mais hostilidade e violência. Sendo menor de idade, morando e sendo sustentado por sua mãe, seria de esperar que o receio de revelar sua sexualidade fosse algo que o paralisasse. Mas, Nilo decide se abrir para sua mãe que reagiu protagonizando o episódio da coxinha descrito no capítulo três. Ele narra,

Nossa, o auge foi eu contando pra minha mãe né porque até então eu não era assumido. Aí veio o dilema, eu fico sem estudar ou eu conto pra minha mãe o que tava acontecendo, e porque eu mudei de escola. Aí contei e disse Mãe tô matando aula, eu saí da escola, Consegui matrícula em outra escola. E falei o que havia acontecido e disse sou gay. Tive medo de dizer, mas, consegui. Aí ela me deu uma coxinha. (NILO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

A ousadia em usar do deboche e da ironia ao argumentar é uma marca das lutas LGBTQIAP+ contra os neoconservadorismos. Trabalhos como os Pedro Ivo (2020) e Megg Rayara G de Oliveira (2020) demonstram isso para nós. O deboche e a ousadia deslocam as forças neoconservadoras de seu lugar dominante, expõem suas fragilidades e deixam evidente o caráter plástico do neoconservadorismo que não suporta a ironia como uma força de vida e resistência.

Após conseguir se matricular na nova escola, Nilo sente-se seguro, como dito anteriormente, para começar a performar seu gênero e sua sexualidade de modo mais livre no cotidiano da escola. Ele conta,

Eu comecei a me montar de drag na Escola da Afronta, lindíssima, uma vez o interventor me chamou atenção dizendo que não era lugar pra usar peruca e salto alto, mas isso foi um caso isolado, eu chamei a atenção dele e falei “olha aqui diretor eu tô vindo de salto porque eu quero, as meninas da escola também vem de salto, então, eu tenho o mesmo direito, se eu tô usando maquiagem, usando peruca, a professora de português que está ali ela tá usando peruca, eu vou usar peruca sim se eu não estiver confortável com meu cabelo no dia e se eu quiser usar maquiagem, olhe a seu redor, o tanto de gente usando maquiagem”. Aí ele falou “não Nilo, você está certo, mas esse não é o uniforme da escola”. Eu falei pra ele “mas, eu estou de uniforme, olha a camisa, a calça, existe sapato no uniforme? Não! Tem uma maquiagem da escola? Não tem! Então, eu estou com meu uniforme completo, não estou fora da regra. E se eu quiser comprar o uniforme feminino e usar, eu vou! (NILO – Fragmento narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Buscando “modos de debochar das verdades universais” (RODRIGUES e CAETANO, 2020, p. 60), a evidenciação da ousadia e do deboche foi realizada por Nilo por meio do uso performativo da estética drag queen. De acordo com Guacira Lopes Louro (2015) para as fronteiras constantemente vigiadas dos gêneros e da sexualidade, a crítica paródica pode ser profundamente subversiva. Em sua “imitação” do feminino, uma drag queen pode ser revolucionária ao dar vida a uma personagem fora da ordem e da norma. A autora continua,

[...] ao mesmo tempo em que incorpora, ela desafia o feminino e denuncia sua fabricação. Imitar um gênero pode ser uma forma de mostrar o caráter imitativo

dos gêneros em geral; mais do que isto, pode ser um modo de desnaturalizar a ligação entre sexo e gênero que é, ordinariamente, tomada como natural. Paródias usualmente põem em xeque noções de origem ou de originalidade [...] A figura da drag pode ser interpretada como crítica à naturalidade dessa sequência. Personagem estranha, ela, de algum modo, escapa ou desliza da ordem e da norma e, por isso, provoca desconforto, curiosidade e fascínio (LOURO, 2015, p. 139).

Para José Diêgo Leite Santana e Mário de Faria Carvalho (2019, p. 21) a montaria do corpo drag queen é um fenômeno discursivo, político, educativo e transgressivo. Na medida em que se assenta numa epistemologia subversiva, esse corpo reflete o seu pensar através de um intuir e sentir, próprios de corpo sensível que produz conhecimento de mundo e de vida. Ao ser criado, transita nas fronteiras anunciando desnaturalizações e denunciando narrativas opressoras.

A construção desse corpo é denúncia do cotidiano heteronormativo e da cultura patriarcal que engendra corpos, gêneros e sexo. Ao se montar, a drag queen fala de sua intenção política. Butler (2002) reitera que o caráter performativo da drag queen é a forma de contestar a degradação atribuída aos homossexuais, assim como ao corpo-mulher. A teatralização dos atos, a construção da nova persona, os truques e próteses temporárias são formas enunciativas e constitutivas de tal corpo.

A montaria da drag queen ao brincar com o gênero, o coloca como produção complexa e inacabada. Esse aspecto é importante na dimensão cultural e política da construção do seu corpo, pois há performances que rompem as fronteiras homem-masculino-heterossexual e mulher-feminino-heterossexual. Dito isto, percebe-se que há formas outras de sentir que não sejam pelo feminino e masculino, mulher e homem. Os gêneros podem ser somados, invertidos, cruzados e contraditórios.

Mesmo sendo uma escola “mais aberta” para os corpos dissidentes emergirem as forças neoconservadoras impregnadas em corpos e paredes tentam restabelecer a normatividade. Nada dura para sempre, especialmente se você é queer, diz Giancarlo Cornejo (2017, p. 132). Os embates em prol de nossa existência são lutas diárias. A presença de um interventor na escola e o modo como tenta interditar o corpo de Nilo e seu modo de existir, sempre questionando a presença daquele corpo no espaço escolar mostra que a luta nunca está totalmente ganha. Mas, mesmo é assim, é possível expor a arbitrariedade das imposições neoconservadoras, fazendo com que suas forças retrocedam, até um próximo combate.

A postura de deboche, assim, aparece como forte recurso de desestruturação das ações lgbtqfóbicas e racistas. Para Marco Aurélio da C. Correa (2020, p.1) o deboche é uma das maneiras de se dizer o indizível, aquilo que nem sempre conseguimos expressar racionalmente, ou que não teríamos coragem de falar normalmente podendo, inclusive, funcionar como um liberador daquelas

emoções reprimidas e/ou censuradas. Para o autor, a resposta para o cinismo branco cisheteronormativo só pode ser o deboche preto. “A ironia e o deboche talvez sejam as formas mais autenticamente negras de se questionar o racismo no ocidente” (p. 2).

Debochar da arbitrariedade dos padrões da branquitude cishétero requer coragem e ousadia. Natália Martins Besagio (2017) comenta que “em contraposição ao medo, amplamente difundido pelo aparato repressor e articulado pelo Estado” seria empregado o deboche, que se constituiu como um meio de “amenizar as brutalidades empreendidas por um regime de caráter autoritário” (p. 933) e que busca o amortecimento das diferenças. O uso do deboche, assim, é uma “estratégia para não chorar todas as dores” que os neoconservadorismos de raça, gênero e sexualidade tentam infligir, conforme comenta Natali Gisele de Oliveira (2005, p. 15).

Trata-se, com isso, de um traço de atitude diante de uma realidade imposta. Ao ser interpelado o sujeito aciona uma postura ética que diz dos modos como se mobiliza em prol de determinado modo de vida. Ao emergirem, os corpos dissidentes deixam evidente que não existem condições ideais para isso. O que existe é a posição do sujeito que se mobiliza para resistir e inventar maneiras de sobreviver.

Os fragmentos narrativos explicitados neste capítulo deram conta desses movimentos de rejeição à lógica conservadora de roteirização dos corpos, dos desejos e da vida. Diante dos jogos políticos que promovem e alimentam a violência e o aniquilamento, os/as sujeitos da pesquisa inventam modos de estratégicos de existir (SOARES, 2010). Táticas individuais e de grupo surgiram nas narrativas como meios inventivos de produzirem resistências e afirmar a diferença e a vida. Trata-se de uma luta fundamental contra condições de vida que nos foram impostas a nossa revelia (BUTLER, 2015, p. 31), produzindo violências éticas que geram formas insuportáveis de se viver. Segundo Marco Antônio Torres (2020) é diante dessa “insuportabilidade da existência que os sujeitos se movem de muitas maneiras” (p.7). O capítulo seguinte trará outro exemplo de como isso foi feito pelos/as participantes desta pesquisa.

5. A COSTURA QUEER COMO MODO DE VIDA

Atrasada para a vida na importante e difícil tarefa de se vestir.
 No tecido da pele, outros tecidos se inscrevem.
 Nas roupas que não habito mais, desconheço.
 Das partes que não me compõe, refaço.
 Renasço.
 Sobras!
 Sobram tecidos que ao mesmo tempo faltam. (...)
 Fibras sintéticas. Artificiais. Polímero resistente. (...)
 Corpo fabricado...
 Sin-T-ético, ético.
DELÍRIOS-PELES QUE NÃO ME VESTEM MAIS
 (HOFFMANN, 2015, p. 52).

Dando continuidade às reflexões acerca da produção de modos estratégicos de existir no mundo este capítulo tematiza corpo negro, resistência e reinvenção de si, com base na “composição da aparência” (CIDREIRA, 2005) de um dos participantes da pesquisa, sobretudo, no que diz respeito às roupas que produz para si mesmo por meio da costura e ao modo como se coloca na cena pública. O objetivo é mostrar como o que chamo de “Costura queer” deixa evidente certo trabalho sobre si mesmo por parte do sujeito que diz de um modo ético de existir no mundo. Embora durante o texto fique evidente o papel fundamental das roupas produzidas como produto material das resistências engendradas pelo sujeito, o que mais nos interessa mostrar é o processo no qual não só roupas foram produzidas, mas, principalmente, uma forma de existência.

Os “retalhos narrativos” (BAHIA, 2016) que fundamentam este capítulo foram produzidos por Bento jovem negro que se identifica como gay não binário e que no início da pesquisa estava com 18 anos cursando o primeiro semestre da graduação em moda. Dentre os/as participantes da pesquisa foi quem participou da investigação por mais tempo, mantendo-se implicado com ela, inclusive, quando a pesquisa presencial de campo precisou ser suspensa por conta da pandemia do Coronavírus –Covid19. Foi também o participante que mais utilizou a ferramenta do diário autonarrativo, sendo que alguns dos fragmentos que constam neste capítulo advêm dessa ferramenta metodológica aqui experimentada. Dito isto, vejamos como a Costura queer nos é apresentada nos retalhos narrativos de Bento.

5.1. Rejeitando modelos

Sei costurar e considero, humanamente, importante.
Eu costuro desde os meus 13 anos, eu faço crochê,
eu fiz coisas que pensando agora nunca foram coisas
de “homem”, desde sempre, eu soube que eu era
diferente, não que eu era diferente, as pessoas que
eram iguais demais e eu não me enquadrava naquilo.
Hoje eu costuro praticamente tudo que eu visto.
(BENTO- Retalho Narrativo. Fonte: Diário auto
narrativo–29/04/2020).

As escolhas que fazemos sobre como nos vestimos resultam de variados fatores sociopolíticos, econômicos e culturais. Para os pesquisadores Baga de Bagaceira Campos e Renata Cidreira (2020a) as regras de vestimentas tem grande influência nos modos de organização das classes sociais, do gênero e das identidades. Impostas por uma “estrutura superior que designa a maneira correta de se cobrir o corpo” (CAMPOS e CIDREIRA, 2020a, p. 96), tais regras compõem um conjunto mais amplo de dispositivos que visam à normatização dos corpos. A moda em sua complexidade e refletindo as relações de poder existentes na sociedade “produz dispositivos de manutenção de determinados padrões estéticos e determinadas representações sociais, sobretudo, no campo das aparências”, conforme comenta Adair Marques Filho (2015, p. 75, 82).

Através das regras neoconservadoras de vestimentas conceitos envolvendo gênero como os de feminilidade e masculinidade são disseminados contribuindo para separar o que seria considerado e/ou adequado a um corpo masculino ou a um corpo feminino produzindo e nos impondo, como disse Baga de Bagaceira e Renata Cidreira (2019a) “aquelas roupas indesejáveis, pensadas sobre o prisma da ordem normatizada, e nas quais não nos sentimos confortáveis, mas que o sistema insiste em nos impor violentamente” (p. 128). Trata-se, assim, como nos lembra Marco Antônio Torres (2020) da “produção de formas de governabilidade dos corpos, ou seja, das formas de conduzir os sujeitos por verdades estabelecidas pelas lógicas cisheteronormativas” (p. 9). Tais verdades vistas como naturais são inscritas nos corpos através de repetições, em atitudes e conformações diárias e constantes, inclusive referente ao modo de vestir e performar o gênero, conforme nos dizem Starosta e Machado (2020, p. 29).

A este respeito, Judith Butler (2018) comenta que o gênero não é de forma alguma algo natural, mas é instituído por meio de uma repetição estilizada de atos que performamos como uma crença. Para a autora, o gênero, ao ser instituído pela estilização do corpo, deve ser “entendido como a maneira cotidiana por meio da qual gestos corporais, movimentos e encenações de todos os tipos constituem a ilusão de um eu generificado permanente” (p. 3). O fato de vivermos em um mundo no qual os gêneros constituem significantes unívocos, sendo estabilizados, polarizados, diferenciados faz com que estes sejam “produzidos em conformidade com um modelo de verdade e falsidade que serve a uma política social de regulação e controle” (p. 13).

Para Paloma Czaplá (2019) embora o gênero seja entendido como natural, são “sustentadas por práticas culturais linguístico-discursivas que tornam os corpos legíveis, os nomeiam, os investem de significado, delimitam seu contorno e determinam as condições às quais estarão sujeitos” (p. 186). Esse processo perpetua a reiteração das normas de modo a ofuscar sua historicidade, ou seja, deixamos perceber a arbitrariedade de sua construção. O resultado disso, segundo a autora, é o fato de

Podermos agir como “homens” ou “mulheres”, achando que isso é uma realidade interna ou faz parte de nossa natureza. Mas se fosse algo tão natural, jamais precisaríamos de todo o investimento vindo do biopoder, ou dos esforços para tentar instituir a heterossexualidade como norma, ou das sanções àqueles que ameaçavam a coerência binária e hétero-patriarcal do sistema sexo/gênero (CZAPLA, 2019, p.186).

Está em jogo a estilização do corpo por meio das vestimentas como decorrência desse aparato de gênero. Discorrendo sobre a relação das roupas com a norma Letícia Lanz (2014) comenta que

a roupa incorpora a norma e o corpo vestido é a norma corporificada. O corpo da roupa é o corpo construído para atender as exigências da roupa-norma. O corpo da roupa é, assim, um corpo fabricado, forjado, modelado e, ao mesmo tempo, dividido e dilacerado pelas normas que o constituem. (LANZ, 2014, p. 260).

A autora ainda comenta que a “roupa é um veículo cultural poderosíssimo, destinado a projetar socialmente a imagem que cada pessoa deseja transmitir de si mesma. O vestuário comunica simbolicamente a nossa própria identidade, inclusive, de gênero” (LANZ, 2014, p. 96, 97). Sobre esta questão, Bento comenta,

Tempos atrás eu me policiava muito, tentava me estereotipar como uma figura mais masculina, mas

depois da adolescência eu comecei a refletir sobre as coisas que eu precisava refletir coisas necessárias pra mim, básicas, tipo eu gosto dessa roupa? Me sinto bem usando essa cor? (Bento – Retalho Narrativo. Fonte: Diário autonarrativo. 01/06/2020).

É interessante perceber o processo de autorreflexão que mobiliza Bento a dizer sobre o que quer, a falar sobre como quer se vestir, mesmo que suas escolhas não correspondam aos desejos dos ditos “normais” (LANZ, 2014, p. 100). Ao fazer isso, rompe com o silenciamento e com a imposição de um padrão que violenta. Neste respeito, as “construções de suas próprias trajetórias se baseiam em observar como a classificação binária é rompida por ditas inadequações ao que se classifica como adequado ao corpo se moldar” (LANZ, 2014, p. 97).

O esforço de Bento em performar o gênero masculino nos termos impostos socialmente não é algo aleatório. Meneses, Jayo e Vicentini (2019) comentam que ao longo da história e em diferentes graus, nossa sociedade “se caracterizou por tolerar ou aceitar a homossexualidade desde que esta se encaixasse em padrões heteronormativos ligados à imagem de um corpo masculino idealizado” (p. 2).

Arelado ao padrão heteronormativo temos, também, o modelo da branquitude como produto de uma construção sócio-histórica. Sendo um jovem negro, Bento compreende as muitas nuances do racismo, como veremos mais a frente. Maria Aparecida da Silva Bento (2002, p. 25) comenta que ao considerar seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite opera com processos de apropriação simbólica que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e, segundo a pesquisadora, essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social.

Comentando esta questão, Lia Vainer Schucman (2012, p. 14) diz que ao nascer, os sujeitos já são classificados racialmente e as características positivas são diretamente ligadas à identidade racial branca, incluindo beleza, inteligência e educação. Para a autora, o branco não é apenas favorecido nessa estrutura racializada, mas é também produtor ativo dessa estrutura, através dos mecanismos mais diretos de discriminação e da produção de um discurso que propaga a democracia racial e o branqueamento. Esses mecanismos de produção de desigualdades raciais foram construídos de tal forma que “asseguraram aos brancos a ocupação de posições mais altas na hierarquia social, sem que isso fosse encarado como privilégio de raça”, diz a autora.

Assim, romper com modelos conservadores que historicamente impõem determinados modos de existir no mundo diz dos modos ativos de interferir nos processos de subjetivação. Renata Cidreira (2013) comenta que este processo “reflete o modo como os sujeitos se posicionam perante a sociedade, em grande medida amparados pelas escolhas cotidianas de construção de si” (p. 25). Trata-se da posição do sujeito que por meio de processos de resistências e recusas promove rupturas no modelo hegemônico buscando alternativas e tencionando a abertura de espaços num campo de possibilidades, onde possam se fazer presentes outros modos de vestir e existir, conforme comenta Ana Cléia Hoffmann (2015).

Para Baga de Bagaceira e Renata Cidreira (2019a) o “processo de existência para o corpo adornado do dissidente é atravessado, antes de tudo, pelo processo de resistência” (p. 129). Trata-se dos/as “desobedientes que adornam seus corpos na contramão dos ditos modos corretos de se vestir” (CAMPOS e CIDREIRA, 2020, p. 91). Para Leticia Lanz (2014)

A roupa pode também se constituir em prática revolucionária, impondo-se como processo que critica e confronta o establishment. A roupa é, ao mesmo tempo, um operador de socialização, um mecanismo de controle social e um veículo de libertação da tirania dos condicionantes culturais (LANZ, 2014, p. 94).

Sendo uma poderosa ferramenta de confronto e de perturbação da ordem o ato de se vestir ou como Campos e Cidreira (2019a) nomeiam “formas de adereçamento” podem se constituir como um “dispositivo de afronta às normas e condutas adquiridas socialmente e, por isso mesmo, aquele que se veste diferente pode ser alvo de ações violentas” (p.120).

Para Jota Mombaça (2016) “simplesmente andar pelas ruas pode ser um evento difícil quando suas roupas são consideradas ‘inapropriadas’ e sua presença mesma é lida como ofensiva apenas pelo modo como você age e aparenta” (p. 9). Ao encontro do que foi dito por Mombaça, Campos e Cidreira (2019a) afirmam que o fato de roupa e corpo serem indissociáveis um do outro “faz com que a subversão ao aparentar-se ocasione olhares indesejáveis a um corpo que nem mesmo é enxergado enquanto possível” (p.122). As chacotas dirigidas a estes corpos operam enquanto instrumentos que visam constranger e disciplinar o indivíduo. Mesmo na forma de olhares e zombaria é sempre do corpo que se trata. Um corpo que distorce as composições essencialistas, na medida em que é lançado e sentido no mundo (p. 124).

Bento, enquanto sujeito dissidente que rompe com as normas generificadas e racializadas sobre corpo e vestimentas não passou ileso, sentindo a desaprovação social sobre seu modo de vestir. Ele narra,

Comecei a dar valor a costura e a arte de fazer roupas. Com 15 anos usei tranças verdes, *dreads*¹⁰⁰, deixei meu cabelo crescer e tudo isso assustava muito as pessoas na rua, cada coisa que eu já escutei, e ainda escuto! Eu não sei se já te falei isso, mas eu sou literalmente um franguinho, os braços tão finos q até o vento quebra, aí junta esse corpo fraco + vergonha = alvo fácil. Eu me sinto uma pessoa muito vulnerável, às vezes, eu tenho medo de passar em certos lugares, não de ser assaltado, mas é que algumas pessoas me olham com o olhar tão agressivo que eu tenho medo real de passar em certos lugares onde estão certas pessoas, porque além de ser agredido verbalmente posso ser agredido fisicamente. (BENTO – Retalho Narrativo. Fonte: Diário autonarrativo. 01/06/2020).

Numa sociedade conservadora não é permitido ao corpo dissidente sua livre expressão. Gustavo Presta (2021) comenta que criar, confeccionar e vestir uma roupa não se trata apenas de uma questão estética. Segundo o autor, “a roupa muitas vezes é um fator determinante sobre quem vive e quem morre. A moda para alguns é questão de sobrevivência”, diz ele (p. 16). Nas palavras de Campos e Cidreira (2020a) “um constante perigo ronda seus corpos, seus adornos, trejeitos e formas de existir” (p.95), por isso a necessidade de se “construir uma práxis insurgente que potencialize as formas como se adornam” (p. 97). Bento narra como isso foi experienciado por ele,

Moda é muita resistência. Às vezes, as pessoas nem procuram olhar pro meu rosto, já olham direto pra minha roupa e já deduz alguma coisa, já me trata diferente, eu já reparei isso, quando tô vestido de certa forma, e foi muito interessante que depois que eu comecei a criar minhas roupas, as coisas que eu gostaria de usar, eu senti que as pessoas passaram a

¹⁰⁰Dreadlock ou lock-dread, rasta ou simplesmente dread, é um penteado na forma de mechas emaranhadas, ou uma forma de se manter os cabelos que se tornou famosa com o movimento rastafari.

me respeitar mais, porque eu usava a meu favor, eu ficava “nossa tô me achando hoje, e ninguém vai me abalar”, e aí eu já saía de cabeça erguida, foda-se, tô ligando pra nada e aí eu chegava em casa muito feliz porque tinha usado uma roupa que eu queria usar, meu corpo tinha ficado todo valorizado por isso. (BENTO – Retalho Narrativo. Fonte: Diário autonarrativo. 01/06/2020).

Luciana Xavier de Oliveira (2018, p. 198) discorrendo sobre o que chama de “políticas de estilo” comenta que a confecção artesanal e a customização, assim como o uso de diferentes acessórios e elementos para compor as roupas, podem ser compreendidas como uma “reação consciente e intencional contra a indústria e os processos de consumo, em busca de uma moda mais individualizada, singular e não padronizada em relação aos modelos prontos de fábrica” (p. 198). Criar oposições a uma “estética imposta pelo capitalismo, aumentando possibilidades de combinações criativas” e, com isso, engendrar modos mais autônomos de existir no mundo, reivindicando o lugar do intransitável, do não autorizado, encarnando nos modos de vestir a diferença como um valor. Esta questão não passa despercebida por Bento que narra o seguinte:

Eu sempre falo na palavra autonomia e gosto muito dessa palavra, porque ela tá muito presente na história da minha família, aqui as pessoas constroem as próprias casas, fazem as próprias roupas, fazem as próprias comidas e eu acho isso muito interessante, quando você cria autonomia você para de depender muito dos outros, porque se eu não costurasse as minhas roupas eu seria obrigado a comprar roupas prontas, dependeria de um sistema social e isso é muito preocupante porque esse sistema social é horrível, tem trabalho escravo, por exemplo, é uma coisa que eu quero combater, então, quando eu crio autonomia, quando eu faço minhas próprias roupas e incentivo as outras pessoas a fazerem o mesmo e estou instaurando uma luta contra o sistema

(BENTO – Retalho narrativo. Fonte: Diário
autonarrativo. 04/01/21)

Para Viviane Gonçalves Freitas e Ângela Marques (2017) a construção da autonomia é um “processo agonístico de enfrentamento reflexivo” (p. 19) e envolve a adoção de uma atitude reflexiva com relação às próprias necessidades e desejos e a elaboração dos próprios meios e estratégias de criar possibilidades outras, promovendo o desligamento com uma lógica identitária socialmente atribuída ao corpo LGBTQIA+ negro. Vejamos a seguir como Bento nos relata sua vivência autônoma no interior dos jogos de poder.

5.2. Corpo negro e a (Re)modelagem de si

Eu fui jogado na margem, sempre me trataram com
indiferença. Diziam: “negro tem que aguentar tudo”
e eu não aguentei! Não sou de ferro, tenho carne,
tenho osso. (BENTO – Retalho Narrativo. Fonte:
Diário autonarrativo. 29/04/2020).

Sendo um jovem negro, questões como racismo e identidade racial estão muito presentes nos retalhos narrativos de Bento. Diferente de Nilo, porém, em que as narrativas giram em torno das interpelações envolvendo a vivência do gênero e da sexualidade, os relatos de Bento nos mostram os tencionamentos produzidos pelo atravessamento racial como um marcador da dissidência que, interseccionado com gênero e sexualidade dá o tom em seus movimentos de produção de modos estratégicos de existir. Neste respeito, Nilma Lino Gomes e Shirley A. de Miranda (2014) comentam que o “cenário de hierarquização que articula gênero e raça incide diretamente sobre os corpos, sobre as estratégias para posicioná-los e vivê-los em meio às regras que produzem o corpo normal como corpo branco” (p. 86).

No movimento ético nomeado nesta tese de Costura Queer o corpo negro aparece como matéria-prima fundamental, pois, como diz Kabengele Munanga (2009) “o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade” (p.170), não para reforçar estereótipos, mas para desafiar a “branquitude normativa” como dizem Nilma Lino Gomes e Shirley Aparecida de Miranda (2014, p. 100), afirmando um jeito de ser no mundo. Assim, o corpo negro é acionado aqui

como o insumo primordial por meio do qual as resistências são criadas. O corpo negro aparece aqui na relação com a costura queer como produto de um movimento ético que diz, sobretudo, de uma “construção ativa, diária, um fazer-se que necessita desejo, conhecimento, dedicação, investimento e resistência” (STAROSTA e MACHADO, 2020, p. 27).

Antes, porém, considero importante assinalar processos históricos que produziram o corpo negro como faltoso e degenerado, fato que, até hoje, repercute nos modos como esses corpos são percebidos em sociedade. Nilcemar Nogueira, Regina Andrade e Georgie Vàsquez (2016, p. 172, 173) comentam que o negro, desde que foi trazido ao Brasil, escravizado, ficou reduzido a uma situação de oposição ao branco. Com isso, o branco e aquilo que se relaciona a ele são sempre apresentados como algo bom e harmonioso, enquanto as coisas relacionadas ao negro são vistas como negativas e más. Compondo esse processo temos o fato de terem sido ao longo da história vítimas das piores tentativas de desumanização, e de terem sido as suas culturas objeto de políticas sistemáticas de destruição.

Para Luana Lima e Francisco Paz (2021, p. 96) o colonialismo é o território do despedaçamento, do rompimento dos laços, A experiência colonial é, portanto, uma experiência de distribuição desigual entre as possibilidades de viver e morrer, no qual umas vidas valem mais e outras menos. Tendo a raça como a medida dessa valoração, as mortes daqueles/as que são colocados no lugar social, político e ontológico dos que menos valem, negros e indígenas, não são sentidas, não atingem a ponto de comprometer a organização social, não são necessariamente um problema; por vezes, essas mortes não são apenas esperadas, são desejadas, porque podem vir a ocupar um lugar de solução na remediação desse infortúnio que é o outro dissidente.

A este respeito, Achille Mbembe (2018) comenta que “na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado.” (MBEMBE, 2018, p. 18). Para autor, a lógica necropolítica atua de modo a fazer com que a morte deixe de ser uma ocorrência que pode ser evitada, e passe a funcionar como uma engrenagem do necropoder racializando os espaços. Comentando a afirmação de Mbembe (2018), Luís Thiago Freire Dantas (2021) destaca que se trata das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, a violência permanece como um dispositivo pelo qual o soberano fragmenta e estereotipa uma parte da humanidade com o intuito de imaginá-la como inimigo, submetendo populações inteiras a condições de vida que lhes conferem o status de mortos-vivos (DANTAS, 2021, p. 279).

Tratando desta questão, Alexandra Gouvêa Dumas (2019) destaca que “o corpo negro na sociedade brasileira teve a sua materialidade subjugada a gestualidades laborais, de controle e

repressão de movimentos, de punição em castigos corporais e de imobilização gestual e vocal” (p. 6). Para a autora, “expressões culturais associadas aos corpos negros brasileiros são marcadas pelas formas sensoriais estruturadas pela e no processo escravagista” (p.7). Os efeitos desse processo fazem com que a probabilidade de um corpo negro ter em sua história de vida uma situação de racismo seja muito grande, assim como a “construção de um elenco de reações a essa violência que vai moldando características e comportamentos” (p. 8). As interpelações racistas direcionadas ao corpo negro não cessaram com o fim da escravidão, mas, reconfiguraram-se, tornaram-se mais sofisticadas e dissimuladas por diferentes meios, o que tencionou a produção de modos estratégicos de responder a isto por parte da população negra.

Com isso, o objetivo deste tópico é o de mostrar como as reflexões do participante da pesquisa acerca de seu corpo racializado acarretaram o “uso do próprio corpo e suas indumentárias como modos de se posicionar no mundo, tanto no sentido afetivo quanto na atuação política” (CAMPOS e CIDREIRA, 2019a, p. 123). Vejamos, então, como Bento nos apresenta tais questões.

Na sociedade o meu problema maior é o racismo, mas a lgbtobia não deixa de existir. É muito complicado porque a virilidade do homem negro, ela é uma questão muito complexa dentro do racismo, então, quando eu digo pras pessoas que sou LGBT elas ficam meio espantadas porque esperam que eu seja aquele homem viril, aquela representação árdua do negro que é escravo, másculo, forte e que, sei lá, trepa¹⁰¹ – desculpa o palavreado - então assim, eu sempre fiquei exposto a esse tipo de heteronormatividade “homem negro e é gay? Como assim? Que desperdício”! (BENTO – Retalho Narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Gomes e Miranda (2014) destacam que em nosso país o corpo negro ganhou visibilidade social mediante a “tensão entre adaptar-se ou superar o pensamento racista que o toma por erótico, exótico e violento, simultaneamente ou de modo intercambiante” (p. 86). Trata-se dos modos pelos

¹⁰¹ Palavra que popularmente também pode significar transar, fazer sexo. Fonte: Dicionário de sinônimos.

quais determinadas concepções sobre esses corpos foram produzidas, disseminadas e assimiladas no meio social, em nosso imaginário e em nossa subjetividade. Assim, para romper com esses estigmas e estereótipos é preciso que o sujeito, muitas vezes, “trave uma luta contra si ou contra as expectativas projetadas sobre ele”, conforme comentam Campos e Cidreira (2020, p. 103).

Fazer isso, no entanto, não é tarefa fácil. Gomes e Miranda (2014) ainda comentam que “esse corpo negro emancipado, insurgente, incômodo, que se nega a exotização, ou que brinca com a própria produção do exótico, ainda não consegue sair das malhas do racismo” (p. 100). O retalho narrativo disponibilizado por Bento e reproduzido a seguir deixa isso evidente.

Eu acho que hoje, o que eu reflito sobre essa questão da negritude e do movimento LGBT é que talvez o movimento LGBT precise discutir mais essas questões dentro do próprio movimento, porque eu sofro racismo de pessoas LGBT, inclusive se eu abrir uma conversa no *Grindr*¹⁰² você vai ficar espantado, como que as pessoas são extremamente racistas comigo, sendo que aquelas mesmas pessoas sofrem uma pressão gigantesca da sociedade porque são LGBT, então assim, eu acho que, não querendo falar que os dois movimentos estão errados, mas que precisa existir uma conversa entre eles, porque eu também tenho o meu direito de gostar das pessoas e não só gostar das pessoas, de gostar de mim e, às vezes, eu sinto que o movimento LGBT me faz desgostar das pessoas e desgostar de mim por essa questão de ser negro e não seguir essa virilidade ou às vezes porque não tenho uma beleza muito padrão,

¹⁰²Grindr é um aplicativo de rede social e um serviço de namoro online para homens homossexuais, bissexuais, pessoas trans e pertencentes da comunidade queer. Foi lançado em março de 2009 como um dos primeiros aplicativos geossociais destinado a homens gays e tornou-se bastante popular no mundo inteiro pela comunidade gay. O aplicativo está disponível em dispositivos iOS e Android em versões gratuitas e premium (por meio das assinaturas Grindr XTRA e Grindr Unlimited). O aplicativo permite que os usuários criem um perfil pessoal que é exibido em uma grade com imagens de outras pessoas classificados pela distância, dependendo das configurações do filtro. A seleção de uma foto de perfil na exibição da grade exibirá o perfil completo e as fotos desse membro, bem como a opção iniciar uma conversa, enviar um "tap", enviar fotos, chamada de vídeo, emojis, GIFs e compartilhar uma localização precisa. Fonte: www.wikipédia.com.br

ser, sei lá, exótico, por assim dizer (BENTO –
Retalho Narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Mais ainda, a masculinidade branca, uma série de privilégios pela aderência ao ideal do macho ideal, apesar de ser efetivamente inalcançável, serve como parâmetro para oprimir a todos, mesmo sendo o Grindr um aplicativo voltado para o público LGBTQIAP+. Não existe escape total da heteronormatividade e da branquitude imposta como ideal desejável. Fica evidente uma “ideologia dominante que corrobora o discurso hegemônico da masculinidade/heteronormatividade na sociedade”, articulando-a ao racismo produzindo, assim, uma forma particular de funcionamento da heteronormatividade. (SARAIVA, SANTOS e PEREIRA, 2019, p. 126). A norma da branquitude heterossexual apresentada como compulsória dita quem terá êxito em se relacionar nos aplicativos, a saber, os que, além de ser, pareçam ser “machos” que apresentem correspondência com a heteronormatividade branca vigente. Conforme os autores acima, para os homens gays que não correspondem ao ideal masculino, resta uma posição marginal dentro da própria vivência marginal da sexualidade não-heterossexual. Mesmo considerando que se trata de um aplicativo dirigido a toda a comunidade LGBTQIAP+, observa-se a hegemonia de um grupo, certamente pouco representativo das diferenças dessa comunidade, que prejudica, categoriza e hierarquiza os demais em função de uma dinâmica de ausências – como faltam a aparência, a voz e o jeito de macho, assumir a postura de sexualmente ativo, ser branco, bonito, alto, magro, atlético e discreto como um macho, só resta aos demais se resignarem a um papel secundário, quando não invisível, e francamente submisso a seu aviltamento sistemático. (SARAIVA, SANTOS e PEREIRA, 2019, p. 128). Bento continua narrando,

Eu fui agredido verbalmente com pessoas falando “vai cortar esse cabelo” ou “nossa você é horroroso” mandaram isso pra mim no aplicativo. Eu não sou agredido só na rua nos aplicativos também. E eu tenho um amigo homossexual que ele é branco e ele não escuta isso, leva a vida dele normal, ele não tem esse problema com ele mesmo, ele consegue se relacionar muito bem com outros homens e eu já não consigo. Então, eu comecei a me sentir muito preterido, quando alguém tava demonstrando gostar de mim eu ficava duvidando “não, essa pessoa não

pode tá gostado de mim”, “como que é uma pessoa bonita assim vai gostar de mim?” porque, realmente, eu já sofro muito racismo na minha vida e aí no lugar que era pra eu gostar das pessoas, elas fazem eu me odiar e aí isso me incomoda muito (BENTO – Retalho Narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Bento apresenta o racismo como um obstáculo na construção de uma imagem positiva de si mesmo. A crítica feita ao racismo que atravessa o movimento negro e movimento LGBTQIA+ aponta para os processos de produção da subjetividade. Assim, Bento decidiu “romper o intolerável”, abandonando o uso do aplicativo. Mas, não só isso! Bento, também, ressignificou o preconceito que sofria. Ele conta,

A gente, as pessoas negras, sofremos as consequências do racismo, é por isso que eu falo que você pode resignificar as consequências desse racismo, da lgbtfobia, quando você entende que não é um problema seu, que o problema está em quem o pratica, isso é uma ressignificação da consequência, é você entender que aquilo que aquela pessoa falou não é verdade (BENTO – Retalho Narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Resignificar o racismo sofrido diz dos modos como Bento escolheu atuar nas teias dos processos de assujeitamento, de produção de um sujeito, de uma sujeição e, sobretudo, a produção de uma subjetividade. Foucault (2014) aponta que a relação do sujeito com o poder implica em uma luta contra os processos de sujeição ou, em outras palavras, uma recusa daquilo que nos querem fazer ser mediante exercício do poder. Nas palavras do autor,

Sem dúvida, o objetivo principal, hoje, não é descobrir, mas recusar o que nós somos. Devemos imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos dessa espécie de “dupla obrigação” política que são a individualização e a totalização simultâneas das estruturas do poder moderno. Precisamos promover novas formas de subjetividade, recusando o tipo de individualidade que se nos impôs durante vários séculos (FOUCAULT, 2014, p. 128).

Para Sílvio Gallo (2017), se o primeiro passo para a construção de uma luta de resistência contra os processos de assujeitamento é o reconhecimento de como somos produzidos sujeitos, o

segundo passo é criarmos as ferramentas e as ações para resistir. A questão é que a abrangência deste assujeitamento nos deixa cada vez menos brechas para interferirmos naquilo que somos; a maquinaria de poder nos enreda em teias cada vez mais complexas, de modo a praticamente não enxergar saídas. Mas, como bem sabemos isso não significa que resistências não sejam criadas.

Bento explica como procedeu nesse processo de resignificar não só a violência e o racismo sofridos, mas, principalmente, a imagem que mantinha de si mesmo. A este respeito, alguns movimentos praticados pelo jovem dialogam diretamente com os modos estratégicos elaborados e postos em prática por Nilo. Como este, Bento também fez uso do que chamamos de redes de apoios, amparada pela amizade queer. Vejamos os relatos a seguir,

Eu tinha uma amiga que foi muito importante na minha vida, porque ela também era uma menina negra e muito consciente do racismo, ela via o que acontecia e o que eu mais gostava nela é que ela era crente, ela sempre soube que eu era LGBT e ela nunca ligou pra isso, tínhamos uma relação natural de amigos. Fazíamos as aulas de educação física juntos, porque nós dois não gostávamos de praticar esportes, a gente se protegia. Na verdade, ela era meu apoio. De uns três anos pra cá eu fui conhecer mais pessoas LGBT, conheci a rede LGBT do colégio, rede lgbt que eu digo, no caso, são outros lgbt que existem por aí e que também querem mudanças, essas pessoas me apoiaram, me disseram que eu não tava errado em me vestir assim ou usar meu cabelo assim. Então, essa minha colega foi muito importante, talvez sem ela eu não tivesse conseguido terminar o ensino médio, mesmo que hoje a gente não se fale por problemas pessoais (BENTO - Retalho Narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Mais ainda, o jovem também pôs em funcionamento o que aqui chamo de postura investigativa, como fica evidente no relato a seguir,

Eu sempre li artigos, já li uma tese de doutorado, eu tenho livros, vou assim de galho em galho... Uso muito a internet. Com a internet já me confundi muito e também já aprendi muito, e tem a minha vida em si que também é um poço de acontecimento e me ajuda desvendar muita coisa. Eu também fiz terapia, então, consegui analisar alguns acontecimentos, fazer conexão com os conhecimentos científicos e aí eu fui montando o eu que eu sou hoje, digamos assim (BENTO – Retalho Narrativo. Fonte: Diário auto narrativo. 21/01/2021).

Por meio dessas práticas, Bento passou a perceber a expressão de sua negritude por meio do seu corpo como uma forma positiva de expressar sua cultura e afirmar a identidade que escolheu para si. Gomes e Miranda (2014) comentam que “esta percepção passa de um movimento interno, construído no seio da comunidade negra – não sem conflitos e contradições – para um movimento externo, de certa valorização da estética e corporeidade negra no plano social” (p. 86). Essa ressignificação e valorização de si vieram, no caso de Bento, por meio das roupas que fabrica para si próprio, “desenhando certa plasticidade que evidencia o rompimento com a lógica do preconceito para um lugar de reconhecimento”, conforme dizem Campos e Cidreira (2019b, p. 18). Bento narra,

Eu acho que quando eu passei a costurar eu comecei a mudar a visão sobre meu corpo, eu comecei a usar umas roupas que eu gosto e que dizem muito de mim, a gente tem mania de achar que roupa é algo muito fútil, mas assim, quando uma roupa é pensada, quando você cria a modelagem, você pensa no tecido, você pensa no acabamento, cria toda uma estrutura pra aquilo... Todo dia a gente descobre quem é e se redescobre e fica perdido no que a gente é, é uma batalha contra o si. E com a moda não é diferente, sabe, até hoje eu faço roupas que quando são finalizadas eu não me identifico com elas, eu fico “gente isso não tem nada a ver comigo”, sendo

que fui eu mesmo quem fez, tava ali planejando ela, a vida é desse jeito, sabe, são os processos de descobrimento, a gente tem que passar por eles, então, eu vou saber, por exemplo, que aquele tipo de roupa não me favorece, então, quando eu for fazer uma outra roupa, eu vou fugir do modelo que não gostei, é todo um processo de autoconhecimento. (BENTO– Retalho Narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Ana Cleia C. Hoffmann (2015, p.15) discorrendo sobre a relação entre moda, corpo e produção de si comenta que esse processo tem o potencial de trazer para a superfície o modo de viver e sentir as coisas do mundo, através de elementos que tentam fazer ver forças que são invisíveis. O olhar se expande, não mais se amarra aos significados prontos, e são as incertezas que motivam viver, criar e ser criação ao mesmo tempo.

Trata-se do processo de autorreflexão que diz da criação das condições de possibilidade para que ocorra o que chamamos aqui de “(re)modelagem de si” mediante o cultivo desse autoconhecimento que serve de combustível para a desconstrução de toda uma lógica de produção de corpos e subjetividades, “derrubando antigos pilares e montando novas estruturas” (CAMPOS e CIDREIRA, 2020, p. 101). Na prática, isso implica, ainda pensando com Campos e Cidreira (2020), em um afastamento de uma dita masculinidade e de uma branquitude imposta. O corpo negro de Bento, que antes era adornado para corresponder a um lócus de virilidade e obediência sobre sua raça e seu gênero (e sexo) designado, agora se “afasta desse conceito pela forma como a plasticidade de seus modos de adornar se entrelaçam aos seus trejeitos e corpo numa marcha incansável de desobediência” (p.106).

Isso porque os corpos negros, conforme destaca Alexandra Gouvêa Dumas (2019, p. 6,7), existem para além dos desejos e dos projetos colonizadores. As formas de resistência e de se fazer existir dos corpos negros transcenderam a imperativa ação de dominação, de tentativas de docilização, de controle imposta como forma de viver. Para Dumas,

se pensarmos o corpo ou os corpos negros numa transposição ou mesmo eliminação do conceito produzido no projeto colonizador, elevando a ancestralidade como uma via de acesso e construção de negritudes, pode se pensar em novas invenções de corpos mais conectadas com libertações de amarras e limitações de sistemas dominadores (DUMAS, 2020, p.9).

Isso foi sentido por Bento ao buscar resignificar sua trajetória através do exemplo de pessoas negras que vieram antes dele. O jovem narra,

Em relação à significação, é aonde entra a costura. A população negra sempre foi muito autônoma, pode perguntar a Rupaul¹⁰³ o tanto que ela ralou sozinha para construir a imagem que todos têm dela hoje. Eu ressignifico essa exclusão criando a minha própria moda, dando vida ao meu imaginário, é por isso que eu gosto de movimentos de subcultura porque eles são autônomos e performáticos. Por exemplo, eu sou muito voltado para esses movimentos Black dos anos 60, 70, então, eu sempre inspiro minhas roupas nesse tipo de moda e ela foi construída para a valorização do negro naquela época e, como eu acho que a gente foi descaracterizando com o tempo, do embranquecimento, do fast-fashion, você vai à Riachuelo¹⁰⁴ e compra uma roupa depois vê mais dez pessoas com a mesma roupa e, às vezes, isso embranquece, porque quem rege a moda são pessoas brancas e se você tá usando o que eles produzem, às vezes, você tá sendo embranquecido por aquilo. (BENTO – Retalho Narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

É possível afirmar que nos processos de produção de si por meio da costura, a ancestralidade aparece como fonte de inspiração e força e como parte fundamental do processo de autoconhecimento. Aqui, entendo ancestralidade como o “traço comum que se pode estabelecer

¹⁰³Rupaul André Charles (San Diego, 17 de novembro de 1960), mais conhecido como RuPaul ou Mãe das Drags, é um ator negro, drag queen, supermodelo, autor e cantor americano, que tornou-se conhecido nos anos 90 quando apareceu em uma grande variedade de programas televisivos, filmes e álbuns musicais. Desde 2009, ele produz e apresenta o *reality show* de competição RuPaul's Drag Race, pela qual recebeu quatro prêmios Emmy, em 2016, 2017, 2018 e 2019, como melhor apresentador de reality show. RuPaul é considerado a drag queen mais bem sucedida comercialmente nos Estados Unidos. Em 2017, ele foi incluído na lista anual da revista *Time* das 100 pessoas mais influentes do mundo. Fonte: www.wikipédia.com.br

¹⁰⁴ Riachuelo é uma rede de lojas de departamento brasileira pertencente ao Grupo Guararapes Confecções. É a terceira maior rede de lojas de departamento no Brasil, após as varejistas C&A e Lojas Renner.

com a maior parte das diversas culturas existentes em África” (NOGUEIRA, ANDRADE e VÁSQUEZ, 2016, p.174). Pensando com Wanderson Flor do Nascimento (2021) entendo que por meio da costura queer é possível “expressar uma ancestralidade que nos atravessa, alimentando-nos com nossos antepassados e a própria memória que toma a forma da ancestralidade” (p. 203).

Nessa perspectiva, a negritude torna-se uma convocação permanente de todos os herdeiros dessa condição para que se engajem na restituição dos valores de suas civilizações destruídas e de suas culturas negadas. A construção de uma identidade pautada na valorização do corpo e ancestralidades negras passa pela preservação de uma cultura ancestral, incluindo, nesse legado línguas, costumes, modos de vestir e se adornar, entre outras. Bento continua narrando,

E voltando a falar dessa questão da ancestralidade, a minha bisavó é a minha memória mais recente das pessoas que vieram antes de mim, ela ficou viúva muito cedo, era uma mulher negra, que sempre trabalhou pra sustentar a casa, ela tinha 12 filhos, ficou viúva muito cedo e trabalhava com costura e fez isso até não poder mais, ela ensinou pra filha dela que também costurou a vida inteira, se mantendo disso, e se tem uma coisa que eu gosto na minha ancestralidade é que sempre foram pessoas autônomas, e eu tento passar isso pra minha vida, sei o tanto que isso fez bem pra elas e eu quero que faça bem pra mim também (BENTO – Retalho Narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Mais ainda,

Na escola eu tive muitas professoras negras, uma até com doutorado, eu ficava pensando “olha que lugar elas chegaram” e tem minha mãe que eu considero uma grande representação para mim, inclusive somos muito parecidos, dentro de casa tem as minhas tias que, assim como minha mãe, cuidaram sozinhas dos filhos, elas me representam muito. Na escola tem meus amigos, minhas amigas, que sobrevivem e

conseguiram chegar na universidade, são pessoas lgbt que não vão virar estatística, tem minha amiga transexual que também está na faculdade, ela também me inspira muito (BENTO – Retalho Narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Para Tássio Ferreira Santana (2019) a ancestralidade pode ser “fonte infinita de inspiração e força para alcançar este ou aquele movimento de produção de resistências” (p. 29). Ao encontro do que diz o autor, Aline Vilaça e Alexandra Dumas (2019, p. 54) comentam que ao buscar inspiração na ancestralidade nos aproximamos de nossa história, ao mesmo tempo em que fortalecemos a consciência de que aqueles fazeres (e saberes) compõem uma tradição, uma cultura e uma epistemologia que estruturam nossos corpos e nossa vida em sociedade.

Para Isaac Matheus Santos Batista (2019, p. 299) as estéticas e indumentárias negras, as quais Bento faz uso, ao remeterem à ancestralidade negra não apenas fazem referência à luta, eles são a própria arma de guerra, de enfrentamento. São os objetos que dão o poder, a competência para que o negro realize suas ações, cuja performance é justamente o enfrentamento, a busca pelos direitos. E na medida em que por meio das roupas se combate ao racismo e ao racista, elas também cooperam na construção de uma identidade resistente para as pessoas negras. Nas palavras de Hoffmann (2015) é preciso “ver a roupa para além do invólucro do corpo, destacando as visibilidades do ser humano no mundo. A costura é a subjetividade visível do indivíduo” (p.43). Vejamos como isso fica evidente nos retalhos narrativos disponibilizados a seguir.

5.3. Costurando sensações

Uns chamam de arte, por quê? Eu não sei explicar!
Eu chamo de amor, mas também chamo de ódio, eu
chamo de luto (BENTO – Retalho Narrativo. Fonte:
Diário autonarrativo. 29/11/2020).

A costura queer, enquanto ferramenta sensível de resistência e luta pode potencializar reflexões acerca do “papel político-afetivo das roupas em expressar as sensibilidades necessárias

para existência dos sujeitos dissidentes”, conforme destacam Campos e Cidreira (2019b, p.63). Uma verdadeira subversão é imposta quando se sente “a sensibilidade dos elementos que compõem a sua aparência e revelam seu lugar no mundo, de modo brilhante, cintilante e qualquer outro adjetivo que a torne um corpo possível em sua humanidade” (idem, p.70). Trata-se das sensibilidades afloradas no processo de experimentação do desejo, do prazer, da paixão, mas, também, da indignação, da dor, do medo, da resistência.

Para Letícia Lanz (2014) “a roupa é a pele visível e removível que exprime aspirações, fantasias, sonhos e desejos” (p.92). Nesta direção, Hoffmann (2015) elabora o conceito de “roupa de sensação” entendendo-a como um “movimento de liberdade que não busca apenas reproduzir o modelo, mas torcê-lo e dessas torções, admitir aquilo que fará surgir o traço estilístico da sua existência” (p.19). Para tanto, cores, texturas, volumes, formas e caimentos são tomados como traços e intensidades e colocam em evidência determinado modo de ver o mundo. Ainda sobre o plano sensível das roupas, Hoffmann (2015) comenta que “forças invisíveis estão presentes, pelo toque, pelo cheiro, pelas sobras que o tecido produz no corpo, pela pressão que ele exerce na pele, quando a roupa está justa demais, ou ainda pela imaginação” (p.33).

A este respeito, é possível notar nos retalhos narrativos como esta questão é colocada em discussão por Bento. Ele narra,

Quando a gente compra uma roupa, você se apaixona pela estética, pelo detalhe, só que você não se apaixona pelo todo, porque aquele todo não foi pensado e planejado por você e para você, foi pensado por outra pessoa e para várias pessoas, porque numa loja não é só você que vai comprar, são várias pessoas... E quando você faz a sua roupa, você tem a possibilidade de usar o tecido e a modelagem que você quer, os detalhes que você quer e quando você vai montando isso, você vai elaborando, começa a desenhar, você começa a entender quem você é a partir daquilo que está colocando na roupa, por exemplo, eu gosto muito da cor preta, porque é que sempre que eu vou comprar tecido eu só compro tecido preto? Porque

q eu só tenho coisas pretas sabe? Aí eu paro pra entender, não é só uma cor, é uma cor que representa o luto, o movimento de subcultura, é uma cor que incomoda, marcante, então, conforme você vai construindo a roupa, colocando os seus desejos, você vai entendendo os seus desejos. Tipo, eu não tô gostando de quem eu sou, da pessoa que eu quero aparentar ser, sair de casa e se sentir bem com o cabelo, com a roupa, uma bolsa ou sapato, o que for... quando eu comecei a fazer esse tipo de reflexão eu comecei a mudar o meu estereótipo. (BENTO – Retalho Narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

A homogeneização dos corpos por meio das roupas, fomentada pela lógica cisheteronormativa branca, produz uma série de violências éticas que deformam os sujeitos naquilo que possuem de mais singular, ao impor-lhes certa roteirização no vestir, compartilhada socialmente pela maioria das pessoas que, influenciadas pela força do consumismo numa sociedade capitalista, consomem de forma acrítica, sem se questionar sobre os sentidos e efeitos desse processo na imagem que constroem de si mesmos.

A costura queer constitui-se em um processo por meio do qual o jovem Bento mostra ao mundo como está escolhendo ser e, ao mesmo tempo, “se distancia de um presente insuportável” (STALLYBRASS, 2008, p. 33). Pensando com Hugo Felipe Quintela (2011, p. 11) é possível identificar nesse movimento uma prática ética de valorização de si onde o jovem se esforça em mostrar uma originalidade, afirmando sua personalidade e sua identidade em construção. Com isso, suas roupas assinalam a dissidência como um valor criando um “autorretrato capaz de expressar diversos ângulos da personalidade e de refletir externamente tanto os desejos como conflitos internos nem sempre propositais e tão racionalmente pensados” (p.14).

Isso porque a maneira como nos vestimos não é apenas uma forma de proteção ou de adorno, mas uma “espécie de linguagem – a tradução de identidades pessoais ou mesmo de estados de espírito. O simples uso de determinadas cores pode indicar um sentimento de um indivíduo ou de um grupo” (p.42). A preferência de Bento pela cor preta não é algo aleatório, tampouco, fica fora dos movimentos autoreflexivos do jovem. Negros estão entre a maioria dos mortos pela polícia no

Brasil (78%¹⁰⁵). A parcela negra da população brasileira é 37%¹⁰⁶ mais vulnerável socialmente em relação a população de brancos. Segundo o site do Senado Federal¹⁰⁷ pesquisas apresentadas no relatório final da CPI da Pandemia mostraram que a parcela negra da população do país foi a mais afetada pelos efeitos da pandemia. É à lógica necropolítica que faz a morte da população negra deixar de ser uma eventualidade da vida para ser aquilo que a gerencia que a cor preta das roupas de Bento faz referência.

Além disso, o processo de autoconhecimento disparado por meio da Costura queer fica evidente não só na recusa aos modelos neoconservadores predeterminados, mas, sobretudo, na valorização das roupas como vetor de sentidos que diz, inclusive, de demandas políticas. Por meio de “texturas, cores e formas projetamos nossos sentimentos, exprimir os anseios, emoções, afetos, afinidades, inquietudes e posicionamentos políticos” (CAMPOS e CIDREIRA, 2019c, p. 77). De acordo com Lima (2019) para além do prazer estético o indivíduo pode, por meio da roupa, reafirmar sua inclusão ou não em determinados grupos socioculturais. Sobre isso Bento narra o seguinte,

Então, quando eu volto na minha essência, naquele sentimento de libertação sabe quando os negros começaram a fazer “Black Power”¹⁰⁸ no cabelo e começaram a usar calças largas, blusas coloridas e com frases que expressavam suas dores, sofrimento, começaram a criar um ritmo de música próprio deles (BENTO – Retalho Narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

¹⁰⁵ Pesquisa disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/04/segundo-pesquisa-78-dos-mortos-pela-policia-sao-negros/> acesso em 28/06/22 às 14h57min.

¹⁰⁶ Pesquisa disponível em: <https://exame.com/brasil/negros-sao-37-mais-vulneraveis-a-pobreza-e-exclusao-no-brasil/> acesso em 28/06/22 às 15:07.

¹⁰⁷ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/10/29/relatorio-da-cpi-aponta-que-populacao-negra-foi-mais-atingida-durante-a-pandemia> acesso em 28/06/22 às 14:50.

¹⁰⁸ O movimento Black Power, que significa literalmente "Poder Negro", surgiu nos anos 60, como uma forma de renascimento cultural da comunidade negra dos EUA. Durante este período foram igualmente importantes os debates ideológicos por parte da comunidade negra e a consciencialização dos seus direitos civis e sociais, contribuindo para um maior protagonismo da comunidade negra em termos políticos, educacionais, profissionais e sociais na vida dos EUA. Neste contexto, surge “Black is beautiful” (em português, Negro é lindo) um movimento cultural iniciado nos Estados Unidos da América na década de 1960 por afro-americanos. Mais tarde, espalhou-se fora dos Estados Unidos. O movimento foi baseado em torno de uma luta por uma percepção igualitária do corpo negro, para ajudar a desfazer todas as ideias negativas provocadas por uma história baseada na supremacia branca. Seu objetivo é eliminar a ideia presente em muitas culturas de que as características naturais aos negros - como a cor da pele, os traços faciais e o cabelo - são inerentemente feios. Fonte: www.infopédia.com

Célia Regina Reis da Silva (2020) comenta que as indumentárias e os penteados negros “expressam um protagonismo contestador, promovendo reflexões anti-eurocêtricas na contramão de ideologias produtoras de sentimentos de superioridade branca e inferioridade negra” (p.22). Para a autora, estigmas como feio e ruim imposto aos africanos e seus descendentes, passam por um processo de revisão pelos estigmatizados que fazem da representação negativa, construída pelo branco, uma reversão à autorepresentação, em que “símbolos do estigma passam a serem símbolos da afirmação da identidade negra que evidenciam beleza, desafio e orgulho: *Black is beautiful, I love my Hair*”¹⁰⁹ (p.22, 23).

Trata-se de ressignificações que participam de uma ética e estética contestatória, que se opõem a padrões hegemônicos; abrindo reflexões, trazendo à tona vozes silenciadas, que esculpem corpos negros afirmando de forma positiva seu lugar no mundo. Para Amílcar Araújo Pereira e Thayara Lima (2019) pensar na composição estética dos corpos negros é “pensar em como esse processo evidencia uma adesão ao antirracismo como modo de vida” (p. 21). O corpo, com suas vestimentas, contornos, gestos, sensibilidades, impõem-se no real para afirmar seu lugar no mundo.

Esse corpo entendido como estranho provoca uma espécie de revide, na medida em que suas vestes e as sensibilidades por elas suscitadas auxiliam no rompimento com a estética racista normalizadora, “provocando o choque, o choque de monstro”, conforme dizem Campos e Cidreira (2019a, p. 129). Pegando carona na imagem do monstro trazida por Campos e Cidreira é possível perceber, analisando os retalhos narrativos de Bento, como os signos da monstruosidade vêm somar-se aos processos sensíveis de produção de si por meio da costura queer. Neste respeito, as narrativas do jovem deixam isso evidente.

Costuro porque preciso, costuro porque o mundo da moda não contempla uma bruxa, as pessoas não me querem em suas lojas (meu dinheiro sim, mas a minha presença nunca é bem-vinda), costuro para lembrar da minha ancestralidade, costuro meu corpo e no fim crio minha segunda pele: aquela que eu visto, aquela que me ajuda a ser mais “bruxa” perante a sociedade. Eu gosto que as pessoas tenham medo de mim, não sei, eu vivi muito tempo da vida lidando com o que eu não queria lidar, hoje eu não

¹⁰⁹ “Negro é lindo, eu amo meu cabelo”. Tradução livre.

quero lidar com isso, quero que as pessoas tenham medo de mim e não falem comigo. Antes todo mundo era muito agressivo comigo, falavam o que queriam, me tratavam da forma que queriam e quando eu comecei a usar minha roupas, pretas demais, góticas e exotéricas, as pessoas começaram a evitar falar comigo, na rua o povo me olha com muita depreciação, eu sinto realmente que eu tenho um narigão de bruxa, eu sinto que as pessoas me enxergam dessa forma, mas, é bom porque é uma forma de eu ser enxergado (BENTO – Retalho Narrativo. Fonte: Diário autonarrativo. 29/11/2020).

Jeffrey Cohen (2000) ao tratar dos “monstros humanos” (p. 39) ou, como Foucault chamou “monstros morais” (FOUCAULT, 2010, p. 69), apresenta a figura do monstro como um instrumento regulador, “o monstro existe para demarcar as fronteiras que não devem ser cruzadas” (COHEN, 2000, p. 42). Para o autor, o monstro instaura a crise das categorias ao se recusar a fazer parte da ordem classificatória das coisas. Resistindo a qualquer classificação construída com base em uma oposição binária, extrapola os limites do permitido e rompe com as expectativas com relação ao comportamento humano.

Para Cohen (2000), a monstruosidade não se refere apenas a aspectos físicos, mas, sobretudo, a forma de se comportar, de habitar a fronteira entre o conhecido e o desconhecido, o permitido e o proibido. Neste ínterim, Cohen coloca o monstro em uma relação muito mais orgânica com a sociedade. Isso porque qualquer pessoa pode ser “monstrificada” (PEIXOTO, 2020, p. 109) basta escapar das normas estabelecidas.

Bento, assim, sente-se um monstro diante dos olhares acusatórios que não permitem que seu corpo circule sem ser apontado, estranhado e ojerizado, pois, nele o ser humano procura uma imagem estável de si mesmo, ainda que por contraste. Bento, no entanto, ressignifica,

Eu acho que as palavras vão se ressignificado, eu acho bom, porque não sou eu que me considero monstro, é você quem me considera, no caso da pessoa que me julga. Eu vou resignificar, vou pegar esse monstro que você diz que é feio e vou chamar

ele de bonito. É uma resistência você obriga aquela pessoa a criar outras formas de ti combater (BENTO – Retalho narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

Se, anteriormente, seu corpo dissidente na raça, no gênero e no modo de vestir era alvo de violências e invisibilizado naquilo que tinha de belo e produtivo, agora, por meio da Costura queer uma nova percepção de si pode ser construída, uma que joga com os símbolos do monstruoso para potencializar sua existência dissidente no mundo, que se efetiva como ferramenta de comunicação, proteção e revide. Ele diz,

Até hoje me desconheço, mas me encontro no que vejo no espelho e me sinto confortável, eu sou agressivo, mas levo isso como um instinto, não mexe comigo que te jogarei um feitiço! (Bento-Retalho narrativo. Fonte: Diário autonarrativo. 20/11/2020).

Assim, as sensações e sentimentos investidos e gerados na operacionalização da Costura queer compõem com outras percepções de Bento sobre si mesmo mediante as roupas que produz para si. Trata-se dos modos pelos quais, por meio da costura queer, o sujeito produz suportes para continuar existindo dignamente em sociedade. No tópico seguinte, veremos como Bento elabora essa questão ao narrar o uso que faz das roupas para se afirmar no mundo.

5.4. A roupa como voz

Eu me privava muito de me expressar, agora eu não tô falando de roupa, tô falando de conseguir conversar e usar minha voz, eu tinha vergonha de falar no microfone porque a minha voz saía mais fina do que ela é, aí depois que eu passei a costurar comecei a me expressar, a usar as roupas que eu queria, usar a modelagem que eu queria, uma modelagem que valorizasse meu corpo. A costura

foi importante na minha vida porque eu sei usar ela a meu favor, ela é minha voz (BENTO – Retalho narrativo. Fonte: Entrevista narrativa).

A costura queer enquanto processo de resistência engendra não só um modo dissidente de cobrir os corpos, mas, também, tem o potencial de configurar-se em um “elemento narrativo”, conforme dizem Campos e Rodrigues (2019, p. 74). Para os autores, não basta apenas falar, é preciso informar através de suas roupas que atuam como mídias ambulantes propagando as múltiplas e complexas intencionalidades dos sujeitos. Entendendo a roupa como um “recurso comunicativo e um elemento transmissor de informação” (p.13), o autor afirma que a roupa é o início de uma “apresentação elaborada ou não que um indivíduo e grupo fazem de si mesmo. Mesmo sem perceber, o homem é capaz de se comunicar através da vestimenta” (p.14). Bento nos conta o uso que fez das roupas,

Como uma forma de dar voz a algo que eu queira externalizar. É uma forma humilde, rápida de falar o que eu penso, as coisas que eu sinto. Já que ninguém quer escutar a minha voz que pelo menos enxerguem o meu corpo, então, eu uso o meu corpo como uma estandarte. Não precisa conversar comigo pra enxergar o que sinto. (BENTO – Retalho narrativo. Fonte: Diário autonarrativo. 20/11/2020).

Ao considerar as roupas como formas de comunicação, Pereira (2016) destaca a posição do sujeito que, muitas vezes, “se apropria de tecidos, texturas e cores e prepara um conjunto de símbolos que, quando dispostos conforme suas orientações e usos, garantem uma imagem estética apropriada à intenção de sua mensagem” (p. 18). Para a autora, quando o corpo recebe uma peça de vestuário, “possibilita que um discurso seja formado e que por meio de sua imagem estética possibilite uma leitura dos tecidos, das cores escolhidas e principalmente da proporção que foi estabelecida” (p.19). Corpo e roupa tornam-se uma linguagem. Bento diz,

Melhor ainda quando você pega a moda e transforma ela, quando você dá vida a ela, quando você constrói a roupa pensando em como valorizar seu corpo, no que eu quero passar pras pessoas sobre

quem eu sou, o que eu gosto, é o que eu tento fazer na verdade, não sei se eu consigo, mas, as roupas elas falam muito por mim, eu gosto disso. (BENTO – Retalho narrativo. Fonte: Diário autonarrativo. 20/11/2020).

Para Quintela (2011) a maneira de nos vestir compõe um código repleto de sinais capazes de expressar aspectos nossos que podem ou não estar conscientes para nós. Uma vez que não existe uma essência do indivíduo a ser comunicada os sentidos das roupas são sempre relativos e produzem uma imagem do sujeito que não é fixa, mas, pode se modificar no decorrer do tempo. Autor continua dizendo que “dos muitos símbolos e expressões, a roupa é uma das mais importantes linguagens não verbalizadas do eu” (p.13). Por ela as pessoas procuram comunicar para os outros, esta percepção de si, que demandam a integração social mediante o que é culturalmente aceito ou, por outro lado, pode apresentar-se como um manifesto não-verbal de subversão política.

A costura queer como estratégia de existência evidencia um trabalho sobre si mesmo por parte de Bento que diz de uma posição ética de ocupar a cena pública. Produzindo e seja produzida pelo desejo que mobiliza a resistir, a costura queer demonstra que nos jogos interpelativos do poder envolvendo corpo, gênero e raça a posição do sujeito, fundamentada na ancestralidade e no exercício da autonomia, é ponto fundamental para que sejam produzidas possibilidades de enfrentamentos aos neoconservadorismos, ao mesmo tempo em que se produz uma vida, uma existência.

CONCLUSÃO

Pesquisar as dissidências de jovens LGBTQIAP+ negros/as para fazer aparecer os modos estratégicos de existir, destacando a afirmação da vida e a potência das resistências, configurou-se em uma decisão ética e política nesta pesquisa. Em tempos de fortalecimento dos neoconservadorismos, que se apresentam de forma ainda mais contundente na última década, fomentando ideais e projetos reacionários que promovem e intensificam desigualdades, racismos e violências, tem-se como efeito a produção de interpelações que serviram de disparadores desta pesquisa.

Para as vidas LGBTQIAP+ negras este é um debate ainda mais fundamental. As diferentes formas de incidência dos discursos antigênero e racistas na sociedade criam cenários que, por vezes, intensificam a precarização das vidas LGBTQIAP+ negras, demandado um complexo arsenal de estratégias que as ajudem a sobreviver de formas seguras, fazendo desta sociedade um lugar mais habitável. Sob o pano de fundo da interpelação neoconservadora o que está em jogo são as disputas pelas formas possíveis que podemos assumir e a negociação das regras que dão inteligibilidade a nossa vida.

A interpelação que ocorre como efeito da implementação de um projeto moralizante de sociedade e imposição de determinados repertórios morais, produziu nos/as participantes da pesquisa e no próprio pesquisador uma vontade de revide. Fazer deste trabalho um propalador das narrativas de vida daqueles/as que dele participaram (e da minha própria) aponta para uma posição ética de revide.

No entanto, para garantir a existência e a integridade das vidas em dissidência de sexualidade, gênero e raça é preciso reconfigurar o *modus operandi* e empreender na criação de espaços de resistências. Com isso em mente, esta pesquisa investigou modos estratégicos de vida ao convidar um grupo de três jovens LGBTQIAP+ negros/as residentes na cidade de Belo Horizonte a dizerem como criam meios de vivenciar seu gênero, sua sexualidade e sua raça em tempos de neoconservadorismos políticos e morais. A potência do trabalho encontra-se nas estratégias para tornar viáveis as vidas dissidentes, nos jogos de poder evidenciados nas formas como vivem e narram o que vivem. Relatos que evidenciam modos insurgentes de vida. Uma investigação que só foi possível porque apostou na potência do dizer de si mesmo.

Os/as três jovens dissidentes que colaboraram com suas narrativas para esta pesquisa de doutorado evidenciaram uma vontade de falar de si mesmos, de fazerem frente as interpelações que

os/as tencionam, cobrando para si mesmos/as a oportunidade de contarem suas versões da história, história em processo, incoerente, incompleta, mas construídas e compartilhadas de modo a “multiplicar sinais de existência” (FOUCAULT, 2001, p. 925), denunciando os modos arbitrários com que a indignidade é atribuída às vidas LGBTQIAP+ negras. Tais relatos, que aqui foram evidenciados num formato narrativo, evidenciaram o arsenal de respostas éticas onde os sujeitos se mobilizaram em prol de escolhas de modos de vida, do gerenciamento da precariedade, da inteligibilidade e da violência.

As narrativas que serviram de material para esta tese evidenciam os escapes e as alternativas inventadas pelos/as participantes da pesquisa para viverem nos termos da sua dissidência de raça, gênero e sexualidade. Dentre as alternativas destacadas tem-se o uso calculado e estratégico das identidades na busca por inteligibilidade e uma vida segura. Quando o risco da violência de gênero ronda e é iminente, dizer o que o/a outro/a quer ouvir, mentir, omitir e/ou mesmo amenizar o que é dito para evitar conflitos maiores, no caso dos/as participantes desta pesquisa, mostrou-se uma ferramenta eficaz de sobrevivência. Nesta tese, tais atitudes compõem com um corajoso jogo estratégico no qual o que se busca não é a defesa exacerbada desta ou daquela identidade, mas a possibilidade de levar uma vida segura e escapar do desprezo e da violência. Assumir determinadas identidades quando for conveniente, omiti-las quando assumi-las significar expor-se à violência e ao desprezo.

Outro ponto que apareceu nas narrativas diz respeito à criação de ambientes mais favoráveis à dissidência. Para tanto, recusar os intoleráveis, negando-se a continuar sujeito a uma relação de violência e, ao mesmo tempo, buscar contextos mais favoráveis por meio de ações como as que foram nomeadas aqui de “construção de redes” e de “Postura investigativa” se mostraram fundamentais nas narrativas dos/as participantes. Entendo tal movimento investigativo como compondo uma postura ética por se tratar dos modos como o sujeito se mobiliza e empreende em negociações e tencionamentos com as normas com o fim de tornar a vida mais fácil e possível. Pensando com Wanderson Flor do Nascimento (2021, p.204) entendo que o conhecimento produzido e compartilhado nas experiências vivenciadas pelos/as jovens, no contato, na proximidade, no envolvimento dos sujeitos com aquilo que busca aprender, é um conhecimento que coloca em xeque o próprio sujeito que conhece. A existência de outros corpos em dissidência, o compartilhamento de conhecimentos e experiências entre os/as próprios/as estudantes influencia nos modos como os sujeitos se mobilizam e constroem seus modos de vida. A aquisição desses conhecimentos é uma estratégia de sobrevivência e para aqueles/as que fazem das dissidências um modo de vida a questão do conhecimento é fundamental.

Por fim, destaco a Costura queer como um modo estratégico de vida. Tal estratégia deixa evidente certo trabalho sobre si mesmo por parte do sujeito que diz de um modo ético de existir no mundo, um processo no qual não só roupas foram produzidas, mas, principalmente, uma forma de existência. Para tanto, é preciso romper com modelos conservadores que historicamente impõem determinados modos de existir no mundo. Neste processo, o corpo negro foi acionado aqui como o insumo primordial por meio do qual a costura queer foi criada. O corpo negro aparece como produto de um movimento ético que diz, sobretudo, de uma “construção ativa, diária, um fazer-se que necessita desejo, conhecimento, dedicação, investimento e resistência” (STAROSTA e MACHADO, 2020, p. 27) e que diz dos modos ativos de interferir nos processos de subjetivação.

A costura queer constitui-se em um processo por meio do qual é possível identificar uma prática ética de valorização de si onde o jovem se esforça em mostrar uma originalidade, afirmando sua personalidade e sua identidade em construção. Com isso, suas roupas assinalam a dissidência como um valor criando um “autorretrato capaz de expressar diversos ângulos da personalidade e de refletir externamente tanto os desejos como conflitos internos nem sempre propositais e tão racionalmente pensados” (p.14). Por meio da Costura queer uma nova percepção de si foi construída pelo sujeito da pesquisa, uma que joga com os símbolos do monstruoso, das sensações para potencializar sua existência dissidente no mundo. Trata-se dos modos pelos quais, por meio da costura queer, o sujeito produz suportes para continuar existindo dignamente em sociedade.

A costura queer como estratégia de existência evidencia um trabalho sobre si mesmo que diz de uma posição ética de ocupar a cena pública. A costura queer demonstra que nos jogos interpelativos do poder envolvendo corpo, gênero e raça a posição do sujeito, fundamentada na ancestralidade e no exercício da autonomia, é ponto fundamental para que sejam produzidas possibilidades de enfrentamentos aos neoconservadorismos, ao mesmo tempo em que se produz uma vida, uma existência.

Tal posição ética de vida que se traduz numa ética da resistência define “práticas de liberdade que possibilitam articular formas válidas e aceitáveis de existência individual e coletiva” (FOUCAULT, 2010, p. 265, 266). Aqui, a liberdade é entendida como “um problema estratégico, ligado às ações dos indivíduos e do poder” (ORELLANA, 2012, p.39). Trata-se de um “esforço de nos livrarmos da identidade que nos é imposta e não uma luta para alcançar o que efetivamente somos” (ORELLANA, 2012, P. 40). A ética segundo Foucault consiste na possibilidade de criar novas formas de subjetividade. A subjetividade implica num movimento constante de criação e recriação de si, num processo que só é possível porque o contexto onde esta ocorre é frágil, móvel e pode ser modificado.

Assim, as estratégias usadas pelos/as participantes da pesquisa para criar modos mais viáveis de vida foram entendidas nesta tese nos termos do que Foucault (1984) chamou de modos de existência ou técnicas de si, ou seja, “a maneira pela qual os sujeitos se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta; pela qual obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição; pela qual respeitam ou negligenciam um conjunto de valores” (FOUCAULT, 1984, p.26) e inventam estratégias para viver. Trata-se de um comportamento ético que evidencia a relação dos sujeitos com a norma, ao engendrar resistências às regras e valores morais da sociedade, e, também, a relação deste/a consigo mesmo/a, ao criarem possibilidades de vida “estabelecendo para si certo modo de ser que valerá como realização moral dele/a mesmo/a; e, para tal, age sobre si mesmo/a, procura conhecer-se, controla-se, põe-se à prova, aperfeiçoa-se, transforma-se” (FOUCAULT, 1984, p.29).

A potência dos tencionamentos éticos e políticos gerados pelo relato de si, está na ruptura causada no eu ao narrar criticamente a si mesmo. Os relatos produzidos pelos/as participantes da pesquisa foram entendidos não só como narrativas de vida, mas, como uma forma de exposição dos modos de existências que tencionam suas posições nos jogos de poderes, evidenciando a luta por reconhecimento como um processo ético contínuo, que revelam impulsos de vida, respostas éticas às interpelações e a transformação do eu.

Quando afirmo que o indivíduo tem a capacidade de produzir espaços de resistências e recusas ao poder instituído, estou na realidade evidenciando um trabalho ético do indivíduo para consigo mesmo, uma “estética da existência”, onde o indivíduo dá a si mesmo e a sua vida uma forma que não busca, necessariamente, o ajustamento à norma. Pedro Grabois (2011) explicita que tais movimentos de recusa teriam como objetivo “definir para cada um a maneira de se conduzir” (p.15). Isso significa que as lutas de resistências e recusas têm como característica a afirmação do direito à dissidência, à variação, forçando os indivíduos a empreenderem uma relação consigo mesmos. Assim, o caminho de resistência passa pelo processo de promoção de novas formas de subjetivação através da recusa às formas de individualidade que nos foram historicamente impostas.

Izabela Caixeta (2021, p. 145) nos lembra de que “em tempos de ‘racismo reverso’, ‘estupro culposos’, ‘crisofobia’ e ‘heterofobia’, a demanda é urgente por disputarmos a possibilidade de existirmos” nos termos de nossas dissidências e não somente violentados/as e reduzidos/as em um único modelo de humanidade excludente. As forças interpeladoras neoconservadoras não param de pôr em funcionamento sua maquinaria. Assim sendo, pensar em uma ética da resistência e liberdade exige produzir transgressões, inventar modos de “salvar a própria pele” e, com isso, evidenciar

diferentes posicionamentos dos sujeitos diante das violências éticas. Tudo isso para que as vidas dissidentes sejam mais possíveis, mais viáveis, partilhando “das lutas, das celebrações positivas do bem viver, na busca por mudanças que honrem as lutas ancestrais, na reivindicação de novas estórias, novas existência e afetos” (CAIXETA, 2021, p. 146).

E agora para finalizar
Da até uma dor no coração.
Mais se prestar bem atenção
Não é de dor que trata não
É o alívio do finalmente
Que deixa uma sensação na gente
De alegria e realização.

ANEXOS

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que aceitaremos na Escola
 _____, localizada na rua/bairro
 _____,

A. n._____, Bairro_____, de Belo Horizonte, Minas Gerais, a pesquisadora Jaime Peixoto da Silva, aluno de doutorado do Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação (FaE/UFMG), que está sob a orientação da Profª. Drª. Shirley Aparecida de Miranda, a desenvolver a pesquisa com o título “**Modos de existência de jovens LGBTQ+: ética e resistência numa pesquisa-relato**”. O objetivo do estudo é o de *investigar* de que modos jovens LGBTQ+ tem administrado/reivindicado sua aparição no espaço público em tempos de um fortalecimento da maquinaria conservadora e precarizante das vidas dissidentes das normas do gênero e da sexualidade e quais os efeitos disso em seus modos éticos de existência.

Assim sendo, a aceitação está sob a condição de comprometimento do pesquisador em seguir rigorosamente as determinações que constam na resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde, que regem as pesquisas científicas na Universidade Federal de Minas Gerais, por meio do Comitê de Ética em Pesquisa (COEP). Nesse sentido, o mestrando compromete-se a utilizar os dados coletados exclusivamente para fins de pesquisa e de divulgação científica. Além disso, o pesquisador também se compromete a não gerar nenhuma despesa para esta escola, que seja decorrente da participação na pesquisa, além de garantir o fornecimento de quaisquer explicações que venham a ser solicitadas em qualquer etapa da pesquisa.

Belo Horizonte, _____ de _____ de _____.

Nome legível do/a Diretor/a ou Coordenador/a da escola: _____

Assinatura do Diretor ou Coordenador/a da escola

* Este documento possui duas vias, de igual conteúdo e validade, sendo que uma delas é destinada à escola participante da pesquisa e a outra será arquivada pelo pesquisador.

Modelo de Termo de Consentimento Livre e esclarecido para Pesquisa na área de educação destinado a adolescentes - TALE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para pesquisa na área de educação
destinado aos/às Jovens

Título da pesquisa: Modos de existência de jovens LGBTQ+: ética e resistência numa pesquisa-relato.

Escola pesquisada:

Pesquisadora responsável: Prof^a Dr^a Shirley Aparecida de Miranda

e-mail: mirandashirley48@gmail.com

Pesquisadora co-responsável: Jaime Peixoto da Silva

e-mail: jaimepeixotoufmg@gmail.com

2. Esta seção fornece informações acerca do estudo em que está sendo convidado(a) a participar:

A. Você está sendo convidada/o a participar de uma pesquisa que tem por objetivo *investigar* de que modos jovens LGBTQ+ tem administrado/reivindicado sua aparição no espaço público em tempos de um fortalecimento da maquinaria conservadora e precarizante das vidas dissidentes das normas do gênero e da sexualidade e quais os efeitos disso em seus modos éticos de existência.

B. Em caso de dúvida, você pode entrar em contato com a pesquisadora responsável através dos telefones e endereços eletrônicos fornecidos neste termo. Dúvidas quanto à conduta ética da pesquisa podem ser dirimidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da Universidade Federal de Minas Gerais pelo telefone (31) 3409 4592 ou pelo endereço: Avenida Antônio Carlos, 6627 Unidade Administrativa II – 2º andar, sala 2005 – Campus Pampulha, Belo Horizonte, MG – Cep: 31270 901.

C. Se você concordar em participar deste estudo, para a produção das informações da pesquisa, serão feitas: observação das aulas com registro em diários de campo; observação desses/as estudantes em outros espaços da escola; entrevistas e conversas informais com participantes. Tais informações serão mantidas em arquivo, sob guardada pesquisadora pelo período de 5 anos.

D. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Devido ao caráter da investigação, o risco ou possibilidade de afetar qualquer participante da pesquisa é mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, caminhar, ler etc. A fim de

minimizar qualquer risco de desconforto ou constrangimento durante a pesquisa, a pesquisadora agirá de maneira extremamente respeitosa e ética. Caso haja danos decorrentes da pesquisa, a pesquisadora assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

3. Esta seção descreve seus direitos como participante desta pesquisa:

- A. Você poderá fazer perguntas sobre a pesquisa a qualquer momento e tais questões serão respondidas.
- B. A participação é confidencial. Apenas as pesquisadoras responsáveis terão acesso à identidade dos participantes. No que tange as publicações ou apresentações relacionadas à pesquisa, nenhuma informação que permita a identificação será revelada. Também nenhuma informação, mesmo que falada, será utilizada caso o pesquisado solicite sua omissão.
- C. Sua participação é voluntária. Você poderá desistir ou sair, se o desejar, em qualquer momento da realização da pesquisa, bem como pode se recusar a responder qualquer questão específica sem qualquer punição.
- D. Para participar deste estudo o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira.

4. Esta seção indica que você está dando seu consentimento para que participe da pesquisa:

Rubrica do/a participante

Rubrica do pesquisadora/o
co-responsável

Participante: O pesquisador Jaime Peixoto da Silva, aluno do curso de Doutorado em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e sua orientadora, Professora Dra. Shirley Aparecida de Miranda (FaE-UFMG) solicitam a minha participação no estudo intitulado **Modos de existência de jovens LGBTQ+: ética e resistência numa pesquisa-relato**.

Eu concordo em participar desta investigação nos níveis indicados a seguir:

() Observação das atividades e das interações que ocorrem em sala de aula. () Entrevistas com gravação de áudio.

Eu li e compreendi as informações fornecidas. Eu entendi e concordo com as condições do estudo como descritas.

Eu, voluntariamente, participarei desta pesquisa, sem ônus para mim e para os/as pesquisadores/as envolvidos/as. Portanto, concordo com tudo que está escrito acima e dou meu consentimento

Belo Horizonte, ____ de ____ de ____

Nome legível do(a) participante:

Assinatura do(a) participante

Pesquisador: Eu garanto que este procedimento de consentimento foi seguido e que eu respondi quaisquer questões que o participante colocou da melhor maneira possível.

Belo Horizonte ____ de ____ de ____.

Jaime Peixoto da Silva

MODELO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

_____(nome do modelo),

_____ (nacionalidade), _____ (estado civil),
_____ (profissão), portador da Cédula de Identidade RG nº _____,
inscrito no CPF sob nº _____, residente à Rua
_____, nº _____, na cidade de _____,

AUTORIZO o uso de minha imagem em todo e qualquer material entre fotos, documentos e outros meios de comunicação, para ser utilizada na pesquisa de Jaime Peixoto da Silva e em materiais destinados à divulgação ao público em geral e/ou apenas para uso interno desta pesquisa, desde que não haja desvirtuamento da sua finalidade.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) out-door; (II) busdoor; folhetos em geral (encartes, mala direta, catálogo, etc.); (III) folder de apresentação; (IV) anúncios em revistas e jornais em geral; (V) home page; (VI) cartazes; (VII) back-light; (VIII) mídia eletrônica (painéis, vídeo-tapes, televisão, cinema, programa para rádio, entre outros).

Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Belo Horizonte, ____ de _____, de 2021.

Nome do modelo ou responsável legal:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCETTO, Torquato. **Da dissimulação honesta**. Tradução de Edmir Missio. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ACOSTA, Tássio. Evasão ou expulsão escolar de gays efeminados e travestis das instituições de ensino e as vidas que não podem ser vividas. **Revista Bagoas**, n.20, 2019.

ALBUQUERQUE, Paloma Pegolo de; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Homofobia na Escola: Relatos de Universitários sobre as Piores Experiências. **Temas em Psicologia** –Vol. 23, nº 3, 2015.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)**. Maceió: Edições Catavento, 2003.

ALENCAR, Gustavo de. **Evangélicos e a nova direita no Brasil: os discursos conservadores do “neocalvinismo” e as interlocuções com a política**. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais – UFJF, V.13. N. 2, dez, 2018.

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada – evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu** (50), 2017.

ALMEIDA, Neil Franco Pereira de; CICILLINI, Graça Aparecida. **Pessoas trans e espaços escolares: o uso do banheiro feminino e seus impactos**. Disponível em : file:///G:/Users/Isabel/Downloads/arquivos_03e7d2ebec1e820ac34d054df7e68f48_1950_Pessoas_trans_e_espacos_escolares_o_uso_do_banheiro_feminino_e_seus_impactos.pdf acesso em 30/03/22 as 19:30.

AMARAL, Ana Luísa; INÁCIO, Emerson; GARCÍA, Paulo César. Apresentação gênero e sexualidades: dissidências e respirações. **Pontos de Interrogação**, v. 10, n. 2, jul. Dez. p. 7-14, 2020.

ANDRADE, Sandra dos Santos. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2ª ed. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

ARAGUSUKU, Henrique Araújo. Estado, políticas sexuais e cidadania LGBT no Brasil pós-impeachment. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura – REBEH**. Vol. 2, n.9, dez/2019.

ARAÚJO, Adilson Cesar de. A gestão democrática e os canais de participação dos estudantes. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 253-266, jan./jun. 2009.

ARAUJO, Viviane da S. Não se meta com meus filhos: gênero, família e discurso conservador na crise democrática latino-americana. **Revista Transversos**. Rio de Janeiro, n. 18, abr. 2020.

AZEVEDO, Sara Dionizia Rodrigues de. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault. **Revista Filogenese**, Vol. 6, nº 2, 2013.

BAHIA, Norinês P. **Narrativas de si em interface com o processo de confecção de uma “colcha de retalhos”: Relato de experiência.** 2016. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141569542016000100004 acesso em 04/04/2022 as 20h00min.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu** (53), 2018.

BARBOSA, Bruno Rafael Nogueiral; SILVA, Laionel Vieira. “*Os cães do inferno se alimentam de blasfêmia*”: religião e transfobia no ciberespaço. **Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, ano 18, n.24, p.110-133, jan.-jul. 2016. Disponível em: <<https://bityli.com/O12e6>>. Acesso em 18 fev. 2021.

BATISTA, Isaac Matheus Santos. **O negro herói e seu traje: sentidos do consumo de vestuário da negritude na contemporaneidade.** Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-graduação em consumo, cotidiano e desenvolvimento social – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(2): 336 maio-agosto/2011.

BERTIN, Juliana Ciambra Rahe. O monstro invisível: o abalo das fronteiras entre monstrosidade e humanidade. **Outra travessia 22** - Programa de Pós-Graduação em Literatura, 2016.

BESAGIO, Natália Martins. Do desbunde à resistência: o humor deselegante do pasquim. **VIII Congresso Internacional de História** – UEM, 2017.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público.** 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BETTO, Frei. “Escola sem partido”? IN: REIS, Toni, at all. **A ideologia do movimento escolar sem partido: 20 autores desmontam o discurso.** – São Paulo: Ação educativa, 2016.

BONITO, Mariana Saraiva. **A representatividade bissexual nas artes cênicas e visuais.** Monografia apresentada à Universidade Federal de Ouro Preto no curso de bacharelado em Artes cênicas. Ouro Preto-MG, 2019.

BRAGA, Iara Falleiros. Violência familiar contra adolescentes e jovens gays e lésbicas: um estudo qualitativo. **Revista Brasileira de enfermagem**, 2017.

BRAGA, Iara Falleiros. Rede e apoio social para adolescentes e jovens homossexuais no enfrentamento à violência. **Psic. Clin.** Rio de Janeiro, vol. 29, n. 2, p. 297-318, 2017.

BRANDÃO, Paula de Freitas. O “kit gay”: na saúde e na educação um kit de polêmicas. Caos – **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Número 18 – setembro de 2011.

BRASIL. Brasil Sem Homofobia. Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual. **Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Combate à Discriminação**, 2004.

BRASIL. Projeto Escola sem Homofobia (Caderno). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – **SECAD – do Ministério da Educação**, 2009.

BRECHT, Bertolt. Poemas 1913-1956. São Paulo. Editora 34, 2012.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: Louro, Guacira. (Org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 151-172, 1999.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte, Autêntica, pp.151-172, 2001.

BUTLER, Judith. Criticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael Mérida (Org.). **Sexualidades Transgressoras**. Una antologia de estudios queer. Barcelona: Icaria, p. 55-79, 2002.

BUTLER, Judith. Criticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael Mérida (Org.). **Sexualidades Transgressoras**. Una antologia de estudios queer. Barcelona: Icaria, p. 55-79, 2002.

BUTLER, Judith. O que é a crítica? Um ensaio sobre a virtude em Foucault. Tradução de Gustavo Hessmann Dalaqua. **Cadernos de ética e filosofia política**, n.22, USP, 2013.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. 1º ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BUTLER, Judith. Alianças queer e políticas anti-guerra. **Bagoas** - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 11, n. 16, 1 jan. 2017b.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. **Cadernos de Leitura**, nº 78, 2018.

CAETANO, Márcio. **Performatividades reguladas: heteronormatividades, narrativas biográficas e educação**. Curitiba: Appris, 2016.

CAETANO, Marcio; RODRIGUES, Alexsandro; WENETZ, Ilena. Currículos como narrativas e estudos queer: emergências que interrogam a educação. IN: CAETANO, Márcio; RODRIGUES, Alexsandro; SOARES, Maria da Conceição Silva (ORGs.). **Queer(I)zando currículos e educação: narrativas do encontro**. 1º ed. – Salvador- BA. Editora Devires, 2020.

CAIXETA, Izabela. **Tecendo resistências contracoloniais entre azmies: travessias possíveis para uma ética da liberdade**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 16 n. 1 Junho. 2021.

CAMPOS, Baga de Bagaceira Souza; RODRIGUES, Hanna Claudia Freitas. As estampas do bolsonaro2018 e do elenão: Enfrentamento estético-Político no novo cenário Brasileiro e suas Implicações potencializadas pela vestimenta na Convergência das mídias. **Revista Contaponto**, v. 6 n. 2, 2019.

CAMPOS, Baga de Bagaceira Souza; CIDREIRA, Renata Pitombo. Pode a roupa matar? Os embates impulsionados pela armadura *queer* e a violência desigual executada sobre seus corpos. **REBEH** – Revista brasileira de estudos da Homocultura. n. 10, v. 1 nov.2018-abr. 2019a.

CAMPOS, Baga de Bagaceira Souza; CIDREIRA, Renata Pitombo; CARVALHO, Cristiane C. Junqueira de. O movimento dos olhares vigilantes sobre os corpos adornados destoantes: uma breve análise do curta-metragem Banana. **Revista Temática**, UFPB, Ano XV, n. 4. Abril/2019b.

CAMPOS, Baga de Bagaceira Souza; CIDREIRA, Renata Pitombo. A dimensão política das vestes de babado e amor: violências e resistências. **Revista GÊNERO** | Niterói | v. 21 | n. 1 | p. 90-111 | 2. sem 2020a.

CARDOSO JR, Hélio Rebello; NALDINHO, Thiago Canonenco. A amizade para Foucault: resistências criativas face ao biopoder. Fractal: **Revista de Psicologia**, v. 21 – n. 1, p. 43-56, Jan./Abr. 2009.

CARREIRA, Denise. No chão da escola: conversando com famílias e profissionais da educação sobre o escola sem partido. IN: RIBEIRO, Vera Masagão. **A ideologia do movimento escola sem partido. 20 autores desmontam o discurso**. Ação educativa: São Paulo, 2016.

CARRIZO, Silvana. Disposição ética e cenas de interpelação. **Seminário Internacional Fazendo Gênero** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

CARVALHO, Julia Baerlocher; MELO, Mônica Cristina. A família e os papéis de gênero na adolescência. **Psicologia e sociedade**, V.31, 2019.

CASTRO, Roney Polato de. ; REIS, Neilton dos. Romper binários de gênero e sexualidade: ensaiar uma educação não binária. MARGENS - **Revista Interdisciplinar Dossiê: Corpo, Gênero e Sexualidade Versão Digital** –VOL.11. N. 17. Dez 2017.

CAVALCANTI, Camila Dias. **Visíveis e invisíveis: práticas e identidade bissexual**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Recife, 2007.

CIDREIRA, Renata Pitombo. Os Sentidos da Moda. São Paulo: Annablume, 2005.

COELHO, Fernanda Marina Feitosa. A mobilização católica contra a “ideologia de gênero” nas tramitações do plano nacional de educação brasileiro. **Revista Religare**. V.13, n.1, julho de 2016.

COHEN, Jeffrey Jerome. A cultura dos monstros: sete teses. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Pedagogia dos monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 25-60. 2000.

COLLING, Leandro. Perfechatividades de gênero: a contribuição das fechativas e afeminadas à teoria da performatividade de gênero. **Cadernos Pagu** (57), 2019.

COSTA, Pedro Henrique Duarte da. PL 867/2015: O “Escola sem Partido”, a criminalização da docência e a oposição religiosa às discussões de gênero. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.7, nº13 jul-dez, 2017.

CORAZZA, Sandra M. O que faz gaguejar a linguagem da escola. IN: MAZZOTTI, Alda Judith. **Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender**. Editora DPEA, 2000.

CORAZZA, Sandra M. O drama do Currículo: pesquisa e vitalismo da criação. In: **IX Seminário de Pesquisa em Educação na Região Sul**, GT Educação e Arte. Caxias do Sul, agosto de 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/tplAnped2011/eventos/anpedsul2012>. Acesso em 28/10/2018 às 23h40min.

CORNEJO, Giancarlo. Por uma pedagogia queer da amizade. Tradução de Juliana Frota da Justa Coelho. **Áskesis** | v. 4 | n. 1 | janeiro/junho – 2015.

CORREA, Marco Aurélio da Conceição. **A resposta pro cinismo branco é o deboche preto**. 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-resposta-pro-cinismo-branco-e-o-deboche-preto/> acesso em 25/03/22 às 20h13min.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feminista**, ano 10, 2002.

CRUZ, Tânia Mara; SANTOS, Tiago Zeferino dos. Experiências escolares de estudantes trans. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 115-137, Jan./Abr. 2016.

CZAPLA, Paloma. As derivas do sistema sexo/gênero: do corpo-inscrição ao corpo-manifesto. **Revista Rebeh**. Vol. 02, N. 04, Out. - Dez., 2019.

DANTAS, Maria da Conceição Carvalho. **“Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é”: o performativo curricular – na análise de Torpedo um vídeo do Kit Escola sem Homofobia**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2014.

DANTAS, Lucas. Um corpo insustentável. A disputa dissidente pela permanência em sociedade. **Revista da REBEH**. Vol. 02, N. 04, Out. - Dez., 2019.

DANTAS, Luís Thiago Freire. “À cabeceira do Estado jaz o crânio de um parente morto”: a figura do soberano em território necropolítico. **Griot: Revista de Filosofia**, Amargosa – BA, v.21, n.1, p.283-300, fevereiro, 2021.

DAVI, Edmar Henrique Dairell. Resistências e recusas: a cultura LGBT contrapondo-se a homofobia em Uberlândia. **Cad. Esp. Fem.**, Uberlândia/MG, v. 24, n. 1, p. 141-161, Jan./Jun. 2011.

- DEMETRI, Filipe Dutra. **Corpos despossuídos: vulnerabilidade em Judith Butler. Dissertação de mestrado.** Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, - Florianópolis, 2018.
- DEMIER, F.; HOEVELER, R. (orgs.). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.
- DESLANDES, Keila. HomoTransFobia e Direitos Sexuais. Debates e embates contemporâneos. (**Série Cadernos da Diversidade**) – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- DUMAS, Alexandra Gouvêa. Corpo negro: uma conveniente construção conceitual. **XV ENECULT** – Salvador, 2019.
- DUPUIS-DÉRI, Francis. O antifeminismo de Estado. Tradução: Marina Alves Amorim. IN: PARAÍSO, Marlucy Alves; SILVA, Maria Patrícia. **Pesquisas sobre currículos e Culturas: Tensões, Movimentos e Criações.** 1ª ed. – Curitiba: Brazil Publishing, 2020.
- ELOY, Denise. O ESP sob o olhar da juventude. IN: RIBEIRO, Vera Masagão. **A ideologia do movimento escola sem partido. 20 autores desmontam o discurso.** Ação educativa: São Paulo, 2016.
- EUGÊNIO, Benedito; TRINDADE, Lucas Bonina. A entrevista narrativa e suas contribuições para a pesquisa em educação. **Revista Pedagogia em Foco.** - Iturama (MG), v. 12, n. 7, p. 117-132, jan./jun. 2017.
- FELICÍSSIMO, Manuela. **Re(a)apresentações da homofobia e da homossexualidade: um estudo discursivo a partir de vídeos do kit “escola sem homofobia”.** Tese de doutorado. Faculdade de Letras- UFMG, Belo Horizonte, 2018.
- FÉLIX, Jeane. Entrevistas on-line ou algumas pistas de como utilizar bate-papo virtuais em pesquisas na educação e na saúde. IN: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação.** 2ª ed. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.
- FERRARI, Anderson. Teoria e subjetividades queer: poder, resistência e corpo. In: CLARETO, Sônia Maria; FERRARI, Anderson (Org.). **Foucault, Deleuze e educação.** 2ª ed. - Editora UFJF: Juiz de Fora, 2013.
- FERREIRA, Miriam Laboissiere de Carvalho. **Homossexualidade e a igreja inclusiva no estado de Goiás: Igreja Caminho da Inclusão – um estudo de caso.** Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2016.
- FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Pluralizando narrativas. In: SILVA, Pedro Ivo. **Narrativas Afrobixas.** 1ª ed. – Curitiba: Appris, 2020.
- FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. Enterreirando a investigação: sobre um *ethos* da pesquisa sobre subjetividades. **Arquivos Brasileiros de Psicologia;** Rio de Janeiro, 72 (no.spe.): 199-208. 2021.

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. Em torno de um pensamento oxunista: Ìyá descolonizando lógicas de conhecimento. **Rev. Filos., Aurora**, Curitiba, v. 33, n. 59, p. 382-397, mai./ago. 2021.

FILHO, Adair Marques. **A moda fazendo gênero: representações sociais sobre “modos de vestir gay”**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília – UnB, 2015.

FREITAS, Viviane Gonçalves; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Gênero, autonomia e subjetivação política de mulheres negras no Brasil. **Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero**. Ago. / dez. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **O filósofo mascarado**. (Entrevista com C. Delacampagne). *Le monde*. N. 10.945 *Le Monde-dimanche*, 1980, p. 253-278, 6 de abril de 1980.

FOUCAULT, Michel. **Da amizade como modo de vida**. Entrevista de Michel Foucault a R. de Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux, publicada no jornal *Gai Pied*, nº 25, abril de 1981, pp. 38-39. Tradução de Wanderson flor do nascimento, 1981.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade II, **O Uso dos Prazeres**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade: **o uso dos prazeres**. V. 2. 1986.

FOUCAULT, Michel. **Qu'est-ce que la critique?** Critique et Aufklärung. Bulletin de la Société française de philosophie, Vol. 82, nº2, pp. 35 - 63, avr/juin 1990.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos**. 1954-1988. Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, Michel. “Choix sexuel, acte sexuel”. IN: **Ditos e Escritos IV: 1980-1988**, GALLIMARD, 1994.

FOUCAULT, Michel. **O que é crítica?** 1997.

FOUCAULT, Michel. **Para uma vida não fascista**. 2001.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Ed. Loyola. São Paulo. 2007.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984. **Do governo dos vivos: Curso no Collège de France, 1979-1980: aulas de 09 e 30 de janeiro de 1980** / Michel Foucault; tradução, transcrição e notas Nildo Avelino. – São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.

FOUCAULT, M. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. In: MOTTA, M.B. (Org.). **Ditos & escritos II**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. IN: MOTTA, Manoel Barros de (ORG.). Ética, sexualidade, política. **Ditos e Escritos V**. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 264-287, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso no Collège de France** (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28º ed. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV**. Ética, estratégia, poder-saber. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 23ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IX**: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade III: O cuidado de si**. – São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos - IX**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. p. 118-140, 2014.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: **A vontade de saber**. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GAMALHO, Nola Patrícia. Gênero e sexualidade: diálogos e inquietações com/da/na educação básica. **Relacult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**. V. 04, ed. especial, mai., 2018.

GALLO, Sílvio. Biopolítica e subjetividade: resistência? Dossiê - Atualização dos estudos da biopolítica em educação: estratégias pedagógicas como arte de regulação da vida. **Educar em Revista**, núm. 66, pp. 77-94, 2017.

GALVÃO, Cecília. Narrativas em educação. **Ciência & Educação**, v. 11, n. 2, p. 327-345, 2005.

GOMES, Nilma Lino; MIRANDA, Shirley Aparecida de. Gênero, raça e educação: indagações advindas de um olhar sobre uma academia de modelos. **Poiésis**, Tubarão. V.8, n.13, p. 81 - 103, Jan/Jun, 2014.

GRABOIS, Pedro Fornaciari. Resistência e revolução no pensamento de Michel Foucault: contra condutas, sublevações e lutas. **Cadernos de Ética e Filosofia Política** 19, pp.07-27, 2/2011.

GUERRA, Marcela Gorete R. M.; ROCHA, Francielle Lopes. **Do abandono afetivo em razão da orientação sexual: do exercício de uma paternidade irresponsável**. Site Publica Direito. 2013.

GUIMARÃES, Jayane Santos. **Igreja inclusiva: diversidade sexual e experiências religiosas**. Trabalho de Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara. Araraquara-SP, 2017.

HELCKERT, Ana Lúcia Coelho. Os exercícios de resistência no contemporâneo: entre fabulações e contágios. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 3, p. 469-479, jul./set. 2014.

HOFFMANN, Ana Cleia Cristovam. **Pinturas de si: moda e artesanias da existência**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRG, Porto Alegre, 2015.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo Martins Fontes, 2019.

IRINEU, Bruna Andrade. 10 anos do programa Brasil sem homofobia: notas críticas. **Revista Temporalis**. Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 193-220, jul./dez. 2014.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “A homofobia não é um problema. Aqui não há gays nem lésbicas!” Estratégias discursivas e estados de negação da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero nas escolas. **Revista de Psicologia da UNESP** 9(1), 2010.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Temos um problema em nossa escola: um garoto afeminado demais. Pedagogia do armário e currículo em ação. **Educação e Políticas em debate**, v.4, 2015.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? IN: **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade** / [organizadoras] Paula Regina Costa Ribeiro, Joanalira Corpes Magalhães - Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A gênese de uma categoria**. Entrevista ao grupo CLAM +10. 2017. Disponível em: <http://clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=12704> acesso em 29/10/2018 às 17h23min.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Políticas públicas de educação: entre o direito à educação e a ofensiva antigênero. IN: RIBEIRO, Paula; SEFFNER, Fernando (ORGS.). **Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa(ações) nos espaços de educação**. – Rio Grande: Ed. Da FURG, 2018.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Episódios de Racismo Cotidiano Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KLEIN, Carin; DAMICO, José. O uso da etnografia pós-moderna para a investigação de políticas públicas de inclusão social. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2ª ed. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

KLIDZIO, Danieli. **“será que realmente existe isso?” Reflexões acerca da bissexualidade e da pansexualidade femininas**. Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria- UFSM. Santa Maria- RS, 2019.

LACERDA, M. B. **Neoconservadorismo: articulação pró-família, punitivista e neoliberal na Câmara dos Deputados**. Tese (Ciência Política). Instituto de Estudos sociais e Políticos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2018.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa. A pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero.** Dissertação de mestrado em Sociologia – UFP, 2014.

LANZ, Letícia. Ser uma pessoa transgênera é ser um não-ser. **Periódicus**, Salvador, n. 5, v. 1, maio-out. 2016.

LEÃO, Maria. **Os unicórnios no fim do arco-íris:** bissexualidade feminina, identidades e política no Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais. 117 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

LEITE, Vanessa Jorge. **“impróprio para menores”? Adolescentes e diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas.** Tese de doutorado: UERJ, 2014.

LEITE, Vanessa. “Em defesa das crianças e da família”: refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos conservadores em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad**. N. 32, agosto, 2019.

LEMO, Linovaldo Miranda. A ideologia da ideologia de gênero e a escola. **Vértices**, Campos dos Goytacazes/RJ, v.19, n.3, p. 51-62, set./dez. 2017.

LIMA, Andréa Moreira. **Política sexual: os direitos humanos lgbt. Entre o universal e o particular.** – Belo Horizonte, MG: Relicário edições, 2017.

LIMA, Patrícia Mendonça. **Vestir a luta: a moda como veículo de sensibilização sobre a violência contra jovens negros no Brasil.** Dissertação de mestrado. Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM/RJ. 2019.

LIMA, Luana; PAZ, Francisco Phelipe Cunha. **Morte como horizonte? Notas sobre suicídio, racismo e necropolítica.** Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais-UFJF v. 16 n.1, Junho. 2021.

LIMONGELLI, Rafael M.; GALLO, Sílvia. Cor nenhuma serve! A experiência ingovernável das juventudes e as possibilidades de uma trans-indisciplina curricular. IN: RODRIGUES, Alexsandro; CAETANO, Márcio; SOARES, Maria da Conceição Silva (ORGs.). **Queer (i) zando currículos e educação: narrativas do encontro.** 1º ed. – Salvador- BA. Editora Devires, 2020.

LONGARAY, Deise Azevedo. Espaços educativos e produção das subjetividades gays, travestis e transexuais. **Revista Brasileira de Educação** v. 20 n. 62 jul.-set. 2015.

LORDE, Audre. **I am your sister: collected and unpublished writings of Audre Lorde.** Oxford: Oxford University Press, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** 16º ed. RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Discurso de ódio. IN: SEFFNER, Fernando. **Cenas latino-americanas da diversidade sexual e de gênero: práticas, pedagogias e políticas públicas.** – Rio Grande: Ed. da FURG, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Foucault e os estudos queer. In. RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). **Para uma vida não fascista.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a base nacional curricular comum. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.507-524, abr.-jun. 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. **Revista Estudos Feministas.** – Florianópolis, 26(2), 2018.

MANHAS, Cleomar. Nada mais ideológico que “escola sem partido”. IN: REIS, Toni, at all. **A ideologia do movimento escolar sem partido: 20 autores desmontam o discurso.** – São Paulo: Ação educativa, 2016.

MARTINS, Francisco André Silva. DAYRELL, Juarez Tarcísio. Juventude e Participação: o grêmio estudantil como espaço educativo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1267-1282, out./dez. 2013.

MARTINS, Francine Netto; TEIXEIRA, Alessandra. O horror à igualdade: o discurso da “ideologia de gênero” no movimento Escola sem Partido. **Periódicus**, Salvador, n.11, v. 2, mai-out. 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: Editora n-1, 2018.

MEIRA, Célio Silva; FERREIRA, Lucas Aguiar Tomaz. “Além de bixa, é preta, é pobre e afeminada”: Interseccionalidades e os marcadores da desigualdade nas escolas públicas de poções-Ba para com a população lgbt. **Seminário Gepráxis**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 7, n. 7, p. 1692-1703, maio, 2019.

MENESES, Emerson Silva; JAYO, Martin; VICENTINI, Cláudia Regina Garcia. Entre demonstrar e dissimular: notas sobre o papel do vestuário na expressão de homossexualidades masculinas na história do Brasil. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales, Servicios Académicos Intercontinentales**, edição março. 2019.

MEYER, Dagmar Estermann. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação.** 2^a ed. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação.** 2^a ed. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

MEYER, Dagmar. Currículos de gênero e sexualidade sobre tormentas e resistências criativas em territórios disputados. IN: PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva (ORGS.). **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades.** – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordida no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 15, 2016.

MIRANDA, Shirley Aparecida de; AMÂNCIO, Gil. Corpografias sonoras: a terreirização de mundos possíveis. 2021.

MISKOLCI, Richard & CAMPANA, Maximiliano. “‘Ideologia de gênero’: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo”. **Revista Sociedade e Estado**. Vol. 32, nº 3. 2017.

MOMBAÇA, Jota. Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência. **Revista ISSUU**, p. 1-20, 2016.

MOMBAÇA, Jota. O mundo é meu trauma. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, número 11, página 20–25, 2017.

MONTELES, Gabriel Araújo. **Adoção por pares homoafetivos: um estudo sobre os novos paradigmas familiares à luz da legislação e da jurisprudência**. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/1502/Ado%C3%A7%C3%A3o+por+pares+homoafetivos:+um+estudo+sobre+os+novos+paradigmas+familiares+%C3%A0+luz+da+legisla%C3%A7%C3%A3o+e+da+jurisprud%C3%Aancia> acesso em 15/03/21 às 18h: 23m.

MONTEIRO, Luiza de. Performatividades e o existir a partir do (não) gênero. *Revista Três Pontos*, 2017.

MORAIS, Fernando Luiz de. **Analítica quare. Como ler o humano**. 1ª edição. Salvador- BA. Editora Devires, 2020.

MORAES, Eduardo Carli de. **Por uma ética da despossessão de si**. 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/blogacasadevidro/photos/por-uma-%C3%A9tica-da-despossess%C3%A3o-de-si-sobre-judith-butler-e-seu-livro-relatar-a-si/1640738065952512/> acesso em 10/05/20 às 13h45min.

MOTTA, Darci Aparecida Dias; FAVACHO, André Márcio Picanço. Do silêncio ao desconforto: a prática de educadoras da educação infantil diante da sexualidade das crianças. IN: PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva (ORGS.). **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades**. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018.

MOURA, Fernanda Pereira de; SALLES, Diogo da Costa. O Escola Sem Partido e o ódio aos professores que formam crianças (des)viadas. **Periódicus**, Salvador, n. 9, v. 1, maio-out. 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NASCIMENTO, Taiane Flôres do; COSTA, Benhur Pinós da. O terreiro de religiões de matriz africana como espaço marginal e possível à vivência de pessoas travestis. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n. 41, v. 3, **Dossiê Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades**, p. 25-36, jul-dez, 2019.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do; ODARA, Thiffany. Gênero na encruzilhada: um olhar em torno do debate sobre vivências trans no candomblé. **Periódicus** – Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades Publicação periódica vinculada ao Núcleo de Pesquisa NuCuS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, n. 14, v.1, nov.2020-abr. 2021.

NATIVIDADE, Marcelo. Uma família como outra qualquer: Casamento igualitário e novas famílias em igrejas evangélicas LGBT. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**. N. 33 - dic. / dez. / dec. - pp.343-372; 2019.

NÓBREGA, Camile Silva. A influência da escola sem partido na atuação do docente e suas consequências jurídicas e socioculturais. **Espaço Público**, v. 3, p. 2-11, mar. 2019.

NOGUEIRA, Nilcemar; ANDRADE, Regina Glória Nunes; VÁSQUEZ, Georgie Echeverri. Ancestralidade africana da cultura e da identidade do samba. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, 16(1): 166-180, abril, 2016.

NOLASCO-SILVA, Leonardo; SOARES, Maria da Conceição Silva. Dois contos sobre vidas, escolas e modos de ser/se tornar professor: tumultos curriculares. IN: RODRIGUES, Alexsandro; CAETANO, Márcio; SOARES, Maria da Conceição (ORGS.). **Queerizando currículos e educação: narrativas do encontro**. 1º ed. Salvador- BA. Editora Devires, 2020.

NONATO, Murilo. **Vivências afeminadas: pensando corpos, gêneros e sexualidades dissidentes**. 1º ed. Salvador- BA. Editora Devires, 2020.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da desobediência: Travestilizando a educação**. 1º ed. – Salvador- BA. Editora Devires, 2020.

OLIVEIRA, Natali Gisele de. A resistência pelo deboche na linguagem pasquiniana. ANPUH – **XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Londrina, 2005.

OLIVEIRA, Luciana Xavier de. Negro é lindo: estética, identidade e políticas de estilo. **Revista Mídia e Cotidiano**. Artigo Seção Temática, Volume 12, Número 3, dezembro de 2018.

OLIVEIRA, Matheus Moraes. **A padronização do homem gay na propaganda: Uma perspectiva racial**. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como exigência para conclusão do curso de Comunicação Social, habilitação em Publicidade e Propaganda. Universidade Federal de Mato Grosso – Cuiabá, 2018.

OLIVEIRA, Anna Luiza Araújo Ramos Martins de. Novas tentativas de controle moral da educação: conflitos sobre gênero e sexualidade no currículo e na formação docente. **Educação Unisinos**, 22(1): 16-25, janeiro-março 2018.

OLIVEIRA, Danilo Araújo de; FERRARI, Anderson. Interseccionalidade, gênero, sexualidade e raça: os desafios e as potencialidades na invenção de outros currículos. **Revista Diversidade e Educação**, v. 6, n. 1, Jan. Jun, p. 21-29, 2018.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Nem ao centro, nem a margem: o lugar da bicha preta na história e na sociedade brasileira. IN: OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **Nem ao centro, nem a**

margem: corpos que escapam as normas de raça e de gênero. 1º ed.- Salvador- BA. Editora Devires, 2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação.** 1º ed. Salvador- BA. Editora Devires, 2020.

OLIVEIRA, Danilo de Araújo; FERRARI, Anderson. Resistir aos conhecimentos cristalizados para produzir outramentos no currículo. **Rev. Espaço do Currículo** (online), João Pessoa, v.13, n.1, p. 110-122, jan./abr. 2020.

ORELLANA, Rodrigo de Castro. A ética da resistência. **Revista Ecopolítica**, v. 2, p. 37-63, 2012.

ORLANDINI, Maiara Garcia. Relatar a si mesmo ou produzir reivindicações políticas? Vozes feministas que ecoam no ciberespaço. IN: MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro (ORG.). **Vulnerabilidades, justiça e resistências nas interações comunicativas.** –Belo Horizonte, 2018.

ORTEGA, Francisco. **Amizade e estética da existência em Foucault.** – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

PAIVA, Antônio Crístian Saraiva. **Reservados e invisíveis – O ethos íntimo das parcerias homoeróticas.** – Fortaleza: Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. – Pontes editores, 2007.

PAIVA, Antônio Crístian Saraiva. O inferno Atravessa o mundo da educação: os embaraços da sexualidade e a fantasia da educação sexual. IN: COSTA, Adriano Henrique Caetano; JOCA, Alexandre Martins. **Recortes das Sexualidades: encontros e desencontros com a educação.** – Fortaleza: Edições UFC, 2011.

PAMPLONA, Renata Silva. **O kit anti-homofobia e os discursos sobre diversidade sexual.** Dissertação de mestrado. Faculdade de educação - UFSCAR, 2012.

PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Pesquisas sobre Currículos e Culturas: temas, embates, problemas e possibilidades.** Curitiba: Editora CRV, 2010.

PARAÍSO, Marlucy Alves. O currículo entre formas e forças: diferença, devir-artista da contadora de filmes e possibilidades de alegrias em um currículo. IN: FAVACHO, André M. P. (Org.). **Currículo, conhecimento e avaliação: divergências e tensões.** Curitiba: Editora CRV, 2013.

PARAÍSO, Marlucy. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. IN: MEYER, Dagmar Stermann; PARAÍSO, Marlucy. **Metodologias de pesquisa pós-crítica em educação.** 2 ed. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículo e relações de gênero: entre o que se ensina e o que se pode aprender. **Revista Linhas.** Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 206-237, jan./abr. 2016.

PARAÍSO, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 388-415, set./dez. 2016.

PARAÍSO, Marlucy; CALDEIRA, Maria Carolina. Currículo e relações de poder-saber: conflitos e articulações entre o dispositivo de antecipação da alfabetização e o dispositivo da infantilidade. **Currículo sem Fronteiras**, v. 17, n. 3, p. 769-794, set./dez. 2017.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Gênero, sexualidade e heterotopia: entre esgotamentos e possibilidades nos currículos. IN: RIBEIRO, Paula. **Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa(ções) nos espaços de educação**. – Rio Grande: Ed. da FURG, 2018.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos do slogan “ideologia de gênero”. IN: PARAÍSO, Marlucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva (ORGS.). **Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades**. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Currículo e cultura: “Gabriel e eu” ou o amor é o signo que faz a diferença! IN: PARAÍSO, Marlucy Alves; SILVA, Maria Patrícia. **Pesquisas sobre currículos e culturas: tensões, movimentos e criações**. 1ª ed.- Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

PARAÍSO, Marlucy Alves; SILVA, Maria Patrícia. Pesquisar currículos e culturas focando nos movimentos, nos processos e nas brechas. IN: In: PARAISO, Marlucy Alves e SILVA, Maria Patrícia. (Orgs.). **Pesquisas sobre Currículos e Culturas: tensões, movimentos e criações**. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

PEDRO, Roberto Cardoso. **O preconceito no discurso gay**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, n. 17, 2006.

PEIXOTO, Jaime. **A produção de resistências por alunos gays no contexto da escola de ensino médio**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais-FAE/UFMG. - Belo Horizonte, 2016.

PEIXOTO, Jaime. Resistir para re(existir): reflexões sobre a produção de resistências por estudantes gays na escola de ensino médio. **REVES - Revista Relações Sociais**, Vol. 03, N. 03, 2020.

PEIXOTO, Jaime. A monstificação do gênero e das sexualidades dissidentes em tempos de ofensivas antigênero. IN: PARAÍSO, Marlucy Alves; SILVA, Maria Patrícia. **Pesquisas sobre currículos e culturas**. 1º ed. – Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

PELLIZZARO, Nilmar. A amizade na perspectiva de M. Foucault. **Argumentos**, ano 7, n. 14 - Fortaleza, jul./dez. 2015.

PENNA, Fernando. Ódio aos professores. IN: RIBEIRO, Vera Masagão. **A ideologia do movimento escola sem partido. 20 autores desmontam o discurso**. Ação educativa: São Paulo, 2016.

PEREIRA, Fernanda Binotti. **Frida Kahlo: roupa como discurso (cultura, arte e identidade)**. Dissertação de mestrado. Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo, 2016.

PEREIRA, Amílcar Araújo; LIMA, Thayara C. Silva de. Performance e Estética nas Lutas do Movimento Negro Brasileiro para Reeducação da Sociedade. **Rev. Bras. Estud. Presença**, Porto Alegre, v. 9, n. 4, e91021, 2019.

PEREIRA, Ayla Campos. **Travestis e transexuais no ensino superior: uma revisão integrativa de literatura científica**. Faculdade Alfredo Nasser. 8º Pesquisar, 2020.

PEREIRA, Isabella Bruna Lemes. **As identidades de gênero e sexualidade na visão dos parlamentares da câmara federal: uma análise do discurso a partir dos projetos —escola sem partido**. Dissertação de mestrado: UFG, 2017.

PEROSA, Juliano. A dialética da curiosidade: Pressupostos para uma praxiologia do conhecimento em Paulo Freire. **I Seminário Internacional de representações sociais, subjetividade e educação**. Curitiba, 2011.

POCAHY, Fernando. Gênero, sexualidade e geração: latitudes queer. IN: RODRIGUES, Alexsandro; CAETANO, Márcio; SOARES, Maria da Conceição (ORGS.). **Queerizando currículos e educação: narrativas do encontro**. 1º ed. Salvador- BA. Editora Devires, 2020.

POLIZEL, Alexandre Luiz. Tecnologias de poder e a narrativa de si na constituição de um “corpo negro, mulher, trans”. **Revista Diversidade e Educação**, v. 6, n. 1, Jan. Jun, p. 30-38, 2018.

POLIZEL, Alexandre Luiz. Narrar a si gay, infâncias e educações: violações quantificadas-naturalizadas. **REBEH- Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**. Vol. 03, N. 09, 2020.

PONTES, Leila Silvana. “A mão que afaga é a mesma que apedreja”: análise discursiva sobre amor materno, religião e sexualidade. **Periódicus**, – Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades Publicação periódica vinculada ao Núcleo de Pesquisa NuCuS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, n. 14, v.1, nov.2020-abr. 2021.

PRESTA, Gustavo Antoniuk; CASAGRANDE, Marcela Luiza. O ato de vestir: o negro entre a moda e a sobrevivência. **Revista CARTEMA**, Recife, n. 9, p. 14-44, Ago. 2021.

QUINALHA, Renan. **Qual Estatuto da Família? Em defesa dos direitos e da pluralidade**. Disponível em:

<https://revistacult.uol.com.br/home/qual-estatuto-da-familia-em-defesa-dos-direitos-e-da-pluralidade/> acesso em 27/02/21 às 12h: 45m.

QUINTELA, Hugo Felipe. A Segunda Pele: A linguagem das roupas, seus signos e a configuração da identidade social através do vestuário. **Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFES**. [V. 1 n. 1, 2011.](#)

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

REIS, Toni, et al. **A ideologia do movimento escolar sem partido: 20 autores desmontam o discurso**. – São Paulo: Ação educativa, 2016.

REIS, Toni. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 138, p.9-26, jan. Mar. 2017.

RIBEIRO, Amanda. Religião e “ideologia de gênero” no plano nacional de educação (PNE). **Relegens Thréskeia estudos e pesquisa em religião** V. 05 – n. 02 – 2016.

RIBEIRO, Everton. O impacto da (in) segurança escolar na saúde de estudantes LGBT: violências recônditas nas frestas da escola. **REBEH: Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**. Vol. 03, N. 11, Jul. – Set., 2020.

RODRIGUES, Alexsandro; CAETANO, Marcio. Currículos como narrativas e estudos queer: emergências que interrogam a educação. IN: RODRIGUES, Alexsandro; CAETANO, Marcio; SOARES, Maria da Conceição S. (Org.). **Queer(i)zando currículos e educação: narrativas do encontro**. 1ª ed. – Salvador –BA. Editora Devires, 2020.

RODRIGUES, Alexsandro; CAETANO, Marcio; SOARES, Maria da Conceição S. (Org.). **Queer(i)zando currículos e educação: narrativas do encontro**. 1ª ed. – Salvador –BA. Editora Devires, 2020.

ROMANCINI, Richard. Do “Kit Gay” ao “Monitor Da Doutrinação”: a reação conservadora no Brasil. **Contracampo**, Niterói, v. 37, n. 02, pp. XX-XX, ago./nov. 2018.

ROSA, Priscielli do Carmo R. C. da; LEANDRO, José Augusto. O ‘kit’ que não foi: debates e controvérsias sobre a tentativa de divulgação do material didático anti-homofobia elaborado pelo governo federal, 2011-2012. **Ateliê de História UEPG**, 2(2): 77-108, 2014.

ROSA, Abner Neli. **O luto dos pais na descoberta da homossexualidade dos filhos**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, curso de Psicologia. Lins-SP, 2017.

SÁ, Natália Nigro de. Cisheteronormatividade e luto na experiência familiar da pessoa não-cisgênero. **Pathos: Revista brasileira de práticas públicas e psicopatologia**. Volume 07, número 1, Junho de 2021.

SALES, Shirlei Rezende. Etnografia+netnografia+análise do discurso: articulações metodológicas para pesquisar em educação. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2ª ed. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

SANTANA, Tássio Ferreira. Corpo-Pambu Nzila: Poéticas ancestrais. In: DOMENICI, Eloisa; RODRIGUES, Éder; MACHADO, Lara (ORG.). Corpo, poética e ancestralidade. **Caderno do GIPE CIT**, ano 23, n.42, 2019.

SANTOS, Maria Berenice Alves dos. **Impactos da homofobia no acesso e permanência na escola**. Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte, 2016.

SANTOS, Vinicius Silva. Gênero na educação infantil: O que pensam as professoras e professores sobre o tratamento de meninos e de meninas na escola? **Revista Científica da FASETE**, 2017.

SANTOS, Nathany Ribeiro Lima dos. Documentos curriculares oficiais assegurando a abordagem de gênero e sexualidade para a educação básica: um olhar para o ensino de ciências. **V simpósio gênero e políticas públicas**. Londrina, 2018.

SANTOS, Rayani Mariano. A mobilização de questões de gênero e sexualidade e o fortalecimento da direita no Brasil. Revista Agenda Política. **Revista de discentes da Universidade Federal de São Carlos- UFSCar**. Vol 8, n.1, p.50-77, São Carlos, 2020.

SARAIVA, Luiz Alex Silva; SANTOS, Leonardo Tadeu dos; PEREIRA, Jeferson Rodrigues. **Heteronormatividade, Masculinidade e Preconceito em Aplicativos de Celular: O Caso do Grindr em uma Cidade Brasileira**. Brazilian Business Review, 2019.

SCOTE, Fausto Delphino; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas Trans no Ensino Superior. **Revista do centro de ciências da educação**, Volume 38, n. 2–p. 01–25, abr./jun.2020.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Celia Regina Reis da. Cabelo crespo, corpo negro na luta cultural por representação afirmativa da identidade negra. **Trilhas da História**, v. 10, n. 19, ago. Dez, ano 2020.

SEFFNER, Fernando. **Derivas da masculinidade: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual**. – Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1996.

SILVA, Jeane Félix da. Entrevistas on-line ou algumas pistas de como utilizar bate-papos virtuais em pesquisas na educação e na saúde. IN: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2º ed. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da; MAIO, Eliane Rose. Sobre vulnerabilidade escolar de estudantes trans. **Revista diversidade e educação**, v.5, n.1, 2017.

SILVA, Maria José da. Questões de gênero e orientação sexual no currículo, a partir da BNCC. **IV CONEDU**, 2017.

SILVA, Elder Luan dos Santos. A ‘Ideologia de Gênero’ no Brasil: conflitos, tensões e confusões terminológicas. **Periódicus**, Salvador, n.10, v. 1, nov.2018-abr. 2019.

SILVA, A. V. da; SANTOS, V. A. da S. O grêmio estudantil e a gestão democrática: um estudo de caso no Município de Messias-Alagoas. **Jornal de políticas educacionais**. Volume 13 Número 16 26 de maio de 2019.

SILVA, Mariah Rafaela. Governo, vigilância e transexualidades: Limites (est)éticos e a (im)possibilidade de reconhecimento subjetivo-identitário. **REBEH- Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**. Vol. 03, N. 10, Abr. – Jun., 2020.

SILVA, Silas Veloso de Paula. Ideologia de gênero e seus sentidos: embates hegemônicos acerca do ensino e discussão de gênero na educação. **Revista Diversidade e Educação**, v. 8, n. 1, p. 400-426, Jan./Jun. 2020.

SILVA, Pedro Ivo. **Narrativas Afrobixas**. 1ª ed. – Curitiba: Appris, 2020.

SIQUEIRA, Monalisa Dias de; KLIDZIO, Danieli. Bissexualidade e pansexualidade: identidades monodissidentes no contexto interiorano do rio grande do sul. **REVISTA DEBATES INSUBMISSOS**, Caruaru, PE. Brasil, Ano 3, v.3, nº 9, Edição Especial. 2020.

SOARES, Maria da Conceição Silva. Sabedoria e ética para salvar a própria pele. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 110, p. 57-71, jan. Mar. 2010.

SOARES, Rodrigo Lemos; SILVA, Méri Rosane Santos da. Um axé a homoafetividade: o casamento homoafetivo na umbanda. **Rev. Diversidade e Educação**, v.1, n.2, p. 15-19, jul./dez. 2013.

SONTAG, Sabrina Sanches Martins; Paraíso, Marlucy Alves. Currículo, gênero e sexualidade: efeitos das eleições e políticas partidárias na escola. IN: PARAÍSO, Marlucy Alves; SILVA, Maria Patrícia. **Pesquisas sobre currículos e culturas: tensões, movimentos e criações**. 1ª ed.- Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

SOUZA, Pedro de. **Confidências da carne: o público e o privado na enunciação da sexualidade**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

SOUZA, Sandra Duarte de. Política religiosa e religião política: os evangélicos e o uso político do sexo. **Estudos de Religião**, v. 27, n. 1 • 177-201 • jan.-jun. 2013.

SOUZA, Daniel Cerdeira de; et al. Assassinatos de LGBTs no Brasil – uma análise de literatura entre 2010-2017. **Periódicus**, Salvador, n.10, v. 1, nov.2018-abr. 2019.

STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx: roupas, memória e dor**. Tradução de Tomaz Tadeu. - 3. ed. - Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2008.

STAROSTA, Sophia; MACHADO, Paula Sandrine. “Espelho, espelho meu... existe alguém mais belíssima do que eu?": corpo, trajetórias e resistências entre travestis idosas do Sul do Brasil. **Revista PERIODICUS**. N. 13, v. 2 mai. Out. 2020.

STEFANI, Patrícia da Silva. **Moda e comunicação: a indumentária como forma de expressão**. Monografia apresentada à Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, 2005.

STROPPIA, Tatiana. Liberdade de expressão e discurso de ódio: o conflito discursivo nas redes sociais. **Revista eletrônica de curso de Direito – UFSM**. V. 10, n.2, 2015.

TAKARA, Samilo. Dando pinta na prática educacional: a bicha como limite. *Revista Bagoas*, n. 14 | 2016.

TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins; RAPOSO, Ana Elvira Steinbach Silva. Banheiros escolares – promotores de diferenças de gênero. **30 Reunião ANPED**. GT: Gênero, Sexualidade e Educação / n.23, 2007.

TEIXEIRA, Raniery Parra. **“Ideologia de gênero”? As reações à agenda política de igualdade de gênero no congresso nacional**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Brasília, 2019.

TOITIO, Rafael Dias. A disputa entre movimento LGBT e neoconservadorismo religioso no governo Dilma. **41º Encontro Anual da Anpocs**. 2017.

TORRES, Marco Antônio. Sexualidades no contexto escolar: violência ética e disputas por reconhecimento. **Revista Brasileira de Educação** v. 25, 2020.

TREVIZANI, Giovanna Bianca. Meu corpo, minhas regras: a transexualidade sob a luz do direito constitucional e as lacunas no estado democrático de direito. IN: VIANNA, Cláudia. **Políticas de educação, gênero e diversidade sexual: breve história de lutas, danos e resistências**. 1 ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

VILLACORTA, Gisela Macambira. Retomando uma questão epistemológica e não moral: os imponderáveis da vida real. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 16, n. 39, p. 11-32, jan./ago. 2015.

VILAÇA, Aline Serzedello Neves; DUMAS, Alexandra. Caminhos de volta: Reflexões afroreferenciadas sobre danças de herança ‘gengibreira’. In: DOMENICI, Eloisa; RODRIGUES, Éder; MACHADO, Lara (ORG.). Corpo, poética e ancestralidade. **Caderno do GIPE CIT**, ano 23, n.42, 2019.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Rev. Estud. Fem.** [online]. Vol. 9, n.2, pp.460-482, 2001.

ZAGO, Luiz Felipe. Conhecimento em tempos de ódio a pesquisa não fascista e a pesquisa impertinente com gênero e sexualidade. **Revista Bagoas**, n. 16 | 2017.

ZAMBONI, JÉSIO. **Educação bicha: uma a(na[l])rqueologia da diversidade sexual**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação, da Universidade Federal do Espírito Santo. VITÓRIA, 2016.